

**Conde de Casal Ribeiro: um percurso político
no liberalismo oitocentista (1846-1896)**

Patrícia Isabel Gomes Lucas

**Dissertação de Mestrado
em História Contemporânea**

Setembro, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação
científica do Professor Doutor Paulo Jorge Fernandes.

AGRADECIMENTOS

A tese que aqui se apresenta partiu da minha curiosidade pessoal, e de um conjunto de coincidências que me fizeram confirmar a decisão de enveredar pela biografia política do Conde de Casal Ribeiro. Como é habitual em trabalhos científicos, foram vários os obstáculos com os quais me deparei, e que tornaram esta tarefa bastante mais difícil do que inicialmente pensara. Ter-me-ia sido impossível ultrapassá-los e concretizar este projecto sem o contributo de várias pessoas. Contudo, as falhas que seguramente existem nas páginas que se seguem são da minha exclusiva responsabilidade.

Ao meu orientador, Professor Doutor Paulo Jorge Fernandes, agradeço não apenas a disponibilidade e os bons conselhos que me deu, mas também a exigência que marcou a sua orientação, e que muito me estimulou a aperfeiçoar esta tese.

Aos Drs. Fernão Fernandes Thomaz e Nuno Fernandes Thomaz, descendentes do Conde de Casal Ribeiro, expresso a minha maior estima pelo interesse que desde logo demonstraram pelo tema desta investigação, e a gentileza de me terem apresentado os materiais sobre o Conde de Casal Ribeiro que possuem.

À Sr.^a D.^a Maria da Assunção do Casal Ribeiro e ao Eng. António de Mattos e Silva, guardiães do espólio do Conde de Casal Ribeiro, estou grata pela amabilidade com que me franquearam as portas da sua casa, permitindo-me consultar a documentação que tão importante foi para a realização desta dissertação.

Outras pessoas entrevistaram, directa ou indirectamente, na elaboração desta tese, com sugestões, críticas ou palavras de incentivo. Ainda que não as identifique, a todas elas muito obrigado.

Por fim, a título pessoal, agradeço às pessoas que se entusiasmaram mais com esta investigação do que eu.

À minha mãe, Ana Paula, porque sem o seu incentivo (e a sua bendita bibliofilia) a minha paixão pela história não teria encontrado futuro.

E à Bárbara, que pacientemente me ouviu e apoiou, e durante um ano aceitou partilhar-me, sem nunca questionar, com o Conde de Casal Ribeiro.

RESUMO

CONDE DE CASAL RIBEIRO: UM PERCURSO POLÍTICO NO LIBERALISMO OITOCENTISTA (1846-1896)

PATRÍCIA ISABEL GOMES LUCAS

PALAVRAS-CHAVE: Conde de Casal Ribeiro, biografia política, século XIX, Monarquia Constitucional, parlamento, republicanismo, socialismo, liberalismo, conservadorismo

Esta dissertação é uma biografia política de José Maria do Casal Ribeiro, Conde de Casal Ribeiro. Nascido em 1825 e falecido em 1896, Casal Ribeiro participou em alguns dos momentos mais importantes da vida política do século XIX português. Durante a sua juventude, enquanto revolucionário republicano e socialista, lutou contra a Rainha D. Maria II e o chefe de governo, Costa Cabral. Depois do golpe de Estado da «Regeneração», Casal Ribeiro iniciou uma carreira parlamentar, tornando-se deputado, ministro e embaixador, membro de topo do Partido Regenerador, e parte da política de progresso presidida por Fontes Pereira de Melo. Nos últimos anos da sua vida, tentou fundar um partido que seguisse as suas próprias doutrinas, e fez uma aproximação ao movimento católico conservador. Durante quase 50 anos, Casal Ribeiro participou activamente na política, oscilando entre diferentes ideologias políticas, e construindo uma presença aristocrática em grupos intelectuais.

Apesar do seu envolvimento na vida pública portuguesa da segunda metade do século XIX, a historiografia contemporânea dedicou pouca atenção a esta personagem, estando quase esquecida actualmente.

Explorando as possibilidades da biografia como género historiográfico cujo interesse académico foi recuperado nas últimas décadas, e através da análise da produção escrita e discursiva de Casal Ribeiro, pretendemos compreender o posicionamento político do biografado em diferentes momentos da sua vida, assim como o seu pensamento e as alterações que este possa ter sofrido. Da mesma forma, a compreensão destes parâmetros da vida de um político poderá fornecer pistas para uma reflexão mais abrangente da política portuguesa e da acção dos estadistas na segunda metade do século XIX.

ABSTRACT

COUNT OF CASAL RIBEIRO: A POLITICAL CAREER IN THE NINETEENTH-CENTURY LIBERALISM (1825 – 1896)

KEYWORDS: Count of Casal Ribeiro, political biography, 19th century, Constitutional Monarchy, parliament, republicanism, socialism, liberalism, conservatism

This dissertation is a political biography of José Maria do Casal Ribeiro, Count of Casal Ribeiro. Born in 1825 and deceased in 1896, Casal Ribeiro took part in some of the most important moments of the political life of nineteenth-century Portugal. In his younger years, as a republican and socialist revolutionary, he fought against the Queen and the head of government, Costa Cabral. After the «Regeneração» *coup d'etat*, he initiated a parliamentary career, becoming deputy, minister and ambassador, member of the high ranks of the Regenerator Party, and part of the progress politics presided by Fontes Pereira de Melo. In the final years of his life, in association with the most significant subjects on debate in the end of the century, Casal Ribeiro tried to found a party that followed his own doctrines, and made an approximation towards the conservative and catholic movement. Throughout almost 50 years Casal Ribeiro participated actively in politics, oscillating between different political ideologies, and building an aristocratic presence in intellectual groups.

Tough his involvement in the Portuguese public life of the second half of the nineteenth century, contemporary historiography has dedicated little attention to this character, being almost forgotten nowadays.

Exploring the possibilities of the biography as a historiographical genre whose academic interest was recovered in the last few decades, and through the analysis of the written and discursive production of Casal Ribeiro, we intend to comprehend the political positioning of the subject in several moments of his life, as well as his thinking and the alterations that it may have suffered. Understanding these parameters of the life of a politician is a two way road, which might give us clues for a wider reflection on Portuguese politics and the actions of statesmen in the second half of the nineteenth century.

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| OBJECTO DE ESTUDO E METODOLOGIA | 1 |
| ESTADO DA ARTE | 2 |
| ESTRUTURA E FONTES | 4 |
| I. O JOVEM REVOLUCIONÁRIO (1846-1851)..... | 6 |
| 1.1. ACADÉMICO E “SOLDADO POPULAR” (1846-1848)..... | 6 |
| 1.1.1. A utopia republicana | 11 |
| 1.2. “POETA E CONSPIRADOR” (1848-1849) | 16 |
| 1.3. “A LIBERDADE DE IMPRENSA VAE MORRER” (1850) | 20 |
| 1.4. A APOLOGIA DO SOCIALISMO E A REGENERAÇÃO (1850-1851)..... | 24 |
| 1.5. O PENSAMENTO REVOLUCIONÁRIO | 30 |
| 1.6. DA MARIA DA FONTE AO «PARTIDO NACIONAL» – CONCLUSÃO | 32 |
| II. O MINISTERIAL REGENERADOR (1851-1879)..... | 34 |
| 2.1. “NÓS AQUI NÃO SOMOS LEGISLADORES, SOMOS JUIZES” (1851-1859) | 34 |
| 2.1.1. O iberismo | 37 |
| 2.1.2. A construção do ministerial Regenerador | 40 |
| 2.2. “LIBERALISMO NOVÍSSIMO” (1859-1865) | 44 |
| 2.2.1. A «questão das Irmãs da Caridade» | 52 |
| 2.2.2. O político e o parlamentar | 55 |
| 2.3. O «MINISTÉRIO DA FUSÃO» E A «JANEIRINHA» (1865-1868)..... | 57 |
| 2.4. A DIFÍCIL RELAÇÃO COM OS REGENERADORES (1868-1878)..... | 63 |
| 2.4.1. O início da carreira diplomática | 65 |
| 2.4.2. “as serenias e continuas ocupações do lavrador” | 68 |
| 2.4.3. A reforma da Câmara dos Pares | 73 |
| 2.5. A RUPTURA COM O PARTIDO REGENERADOR (1879) | 76 |
| 2.6. O PENSAMENTO MINISTERIAL | 78 |

| | |
|---|------------|
| 2.7. ASCENSÃO E QUEDA DE UM REGENERADOR | 80 |
| III. O DIPLOMATA CONSERVADOR (1879-1896)..... | 83 |
| 3.1. AS MANOBRAS POLÍTICAS (1879-1883)..... | 83 |
| 3.2. O PARTIDO CONSERVADOR LIBERAL (1884)..... | 87 |
| 3.3. “ESTAMOS MORTOS, COMO NAÇÃO” (1885-1891)..... | 95 |
| 3.3.1. <i>Ultimatum</i> e crise nacional..... | 98 |
| 3.4. A RENOVAÇÃO CATÓLICA (1891-1894)..... | 101 |
| 3.4.1. O Centro Católico Parlamentar | 107 |
| 3.5. “DESCRENTE DOS BONS DESTINOS DA PÁTRIA” (1895-1896) | 110 |
| 3.6. O PENSAMENTO CONSERVADOR | 114 |
| 3.7. OS ÚLTIMOS ANOS – CONCLUSÃO | 117 |
| CONCLUSÃO | 118 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA | 123 |
| FONTES MANUSCRITAS | 123 |
| FONTES IMPRESSAS: TEXTOS DE JOSÉ MARIA DO CASAL RIBEIRO..... | 124 |
| FONTES IMPRESSAS: PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS | 130 |
| FONTES IMPRESSAS: LIVROS E OPÚSCULO..... | 132 |
| FONTES IMPRESSAS: ESTUDOS | 136 |
| ANEXOS..... | 146 |
| ANEXO I - IMAGENS | 146 |
| ANEXO II – CRONOLOGIA (1825-1896)..... | 151 |
| ANEXO III – ESTATÍSTICA DAS PRESENÇAS PARLAMENTARES (1851-1896) | 155 |
| ANEXO IV – VOTAÇÕES PARLAMENTARES (1851-1858) | 157 |
| ANEXO V – COMISSÕES PARLAMENTARES (1851-1896)..... | 160 |
| ANEXO VI – TÍTULOS E CONDECORAÇÕES | 161 |

LISTA DE ABREVIATURAS

ACR – Arquivo particular Casal Ribeiro

ADL – Arquivo Distrital de Lisboa

AHBP – Arquivo Histórico do Banco de Portugal

AHD – Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

AHP – Arquivo Histórico Parlamentar

AML/AC – Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego

AML/F – Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APDVV – Arquivo do Paço Ducal de Vila Viçosa

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

BACL – Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BPARPD – Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

CAMS – Colecção particular António de Mattos e Silva

CFT – Colecção particular Fernão Fernandes Thomaz e Nuno Fernandes Thomaz

CLM – Correspondência proveniente da legação em Madrid

CLP – Correspondência proveniente da legação em Paris

DCD – Diário da Câmara dos Deputados

DGP – Diário da Câmara dos Pares

DG – Diário do Governo

DL – Diário de Lisboa

SGAFP – Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal

INTRODUÇÃO

OBJECTO DE ESTUDO E METODOLOGIA

A História política do século XIX é um campo historiográfico com diversas lacunas que interessa ver preenchidas. Embora os principais acontecimentos e figuras políticas tenham sido objecto de estudos, existe um conjunto de eventos e personagens que foram alvo de menor interesse por parte da comunidade académica e do público em geral, e cuja importância na vida política não tem sido analisada com igual rigor. Uma dessas personagens é José Maria do Casal Ribeiro, que aqui desejamos estudar.

Casal Ribeiro nasceu em Lisboa, a 18 de Abril de 1925, e faleceu em Madrid, a 14 de Junho de 1896. Manteve uma longa carreira de participação na vida política portuguesa, na qual se notabilizou pelos dotes oratórios e pela frontalidade, e durante a qual foi responsável por vários cargos políticos. Enquanto actor político, atravessou o Portugal da segunda metade do século XIX, mantendo-se omnipresente, ainda que de forma discreta, na política da Regeneração.

Pretendemos definir duas perspectivas para este trabalho: em primeiro lugar, partindo da observação da participação de Casal Ribeiro na vida política portuguesa, e tendo em conta os diversos cargos que desempenhou, elaborar uma biografia política que acompanhe a sua actuação e as medidas tomadas, e examine a rede de conhecimentos e influências em que circulava. Tentaremos averiguar também da sua relevância, ainda que discreta, em dois planos: de forma específica, na génese e desenvolvimento do Partido Regenerador, e de forma geral, na história política portuguesa da segunda metade do século XIX.

Em segundo lugar, tentaremos, através da observação da sua produção literária e discursiva, analisar a construção e desenvolvimento das suas ideias políticas. Partindo da premissa de que José Maria do Casal Ribeiro desenvolveu, ao longo da sua vida, uma forma pessoal, mas não exclusiva, de entendimento político, tentaremos compreender se este foi contínuo e de que forma se caracterizou. Em suma, iremos investigar duas possibilidades: a da existência de uma linha de acção contínua e coerente face à política; e a da existência de uma linha de pensamento político próprio.

A observação do caso específico de Casal Ribeiro poderá ser uma forma de analisar a importância de figuras menos conhecidas na construção e consolidação do regime liberal em Portugal. Desejamos, contudo, ultrapassar a concepção linear da biografia¹ como narrativa dos acontecimentos pessoais durante um determinado período de tempo. Pretendemos, portanto, encará-la nos termos propostos por Giovanni Levi para a utilização da biografia como “(...) retrato de uma época ou de um grupo (...)”², inserindo a vida de Casal Ribeiro na conjuntura que se desenvolveu em simultâneo, e problematizando-a no sentido de obter não apenas um relato de factos, mas principalmente uma compreensão da vida política em Portugal na segunda metade do século XIX.

ESTADO DA ARTE

As referências a Casal Ribeiro, tanto nos textos contemporâneos, são abundantes, mas não avançam dados extensos sobre a sua vida pessoal, a sua actividade política ou o seu pensamento político. A contrariar este padrão encontramos um artigo de José Maria Latino Coelho³, publicado em 1859, que acompanha a evolução política de Casal Ribeiro desde os tempos de estudante universitário até à sua nomeação para o cargo de ministro da Fazenda, mas que denota um certo tom de louvor; e um capítulo da obra *Memórias. Homens Políticos*, de Raimundo Bulhão Pato⁴, que mistura dados biográficos com aquelas que o autor julgava serem as qualidades de carácter de Casal Ribeiro.

No âmbito da historiografia mais recente existem dois tipos de textos: em primeiro lugar, entradas em enciclopédias ou dicionários de História⁵, de carácter muito

¹ Sobre os debates historiográficos relacionados com o género biográfico v., entre outros: BOURDIEU, Pierre, “A ilusão biográfica”, in *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997, pp.53-59; LEVI, Giovanni, “Les usages de la biographie”, in *Annales: Économies, Sociétés, Civilizations*, a.44, n.º6, 1989, pp.1325-1336 ; MARTINS, Fernando, “Historiografia, biografia e ética”, in *Análise Social*, vol. XXXIX (171), 2004, pp.391-408; e BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “Biografia e conhecimento histórico”, in *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, ICS, 2007, pp.241-253.

² LEVI, Giovanni, “Les usages de la biographie”, pp.175-176.

³ COELHO, José Maria Latino, “Casal Ribeiro”, in *Revista contemporânea de Portugal e Brasil*, vol. 1, n.º4, 1 de Julho de 1859, pp.145-159.

⁴ PATO, Bulhão, *Memórias. Homens Políticos*, t.II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894, pp.69-74.

⁵ AAVV, “Condes de Casal Ribeiro”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol.6, Editorial Enciclopédia, Lisboa/ Rio de Janeiro, s.d., pp.115-116; AAVV, “Ribeiro, José Maria do Casal”, in *Moderna Enciclopédia Universal*, t.XVI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, p.91; AAVV, “Ribeiro,

resumido, que recordam Casal Ribeiro como político de mérito ou como poeta, e sublinham a defesa que fez da liberdade das congregações religiosas e da educação feminina; em segundo lugar, artigos biográficos com maior profundidade informativa, ainda que pouco extensos, como disse são exemplos o texto de José Tengarrinha no *Dicionário de História de Portugal*⁶, a entrada no *Dicionário Biográfico Parlamentar*, elaborada por José Miguel Sardica⁷, e as páginas respeitantes a Casal Ribeiro na obra *Dos Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos Ministros das Finanças*⁸.

O primeiro, de pequena dimensão, relata os principais acontecimentos da vida e da intervenção política de Casal Ribeiro. O segundo, como o nome da obra indica, debruça-se mais demoradamente sobre a acção do biografado enquanto deputado e par do reino, revelando também informações sobre a sua vida pessoal e sobre as passagens pelos cargos de ministro e embaixador. O terceiro reúne essencialmente informações que podem ser encontradas nas duas referências anteriores, como seria de esperar numa obra de carácter genérico.

Dada a escassez de análise historiográfica sobre esta figura, e tendo em conta a recuperação do género biográfico na historiografia do século XIX⁹, que nos últimos anos foi encetada, parece-nos ser um trabalho com diversas áreas a explorar.

José Maria do Casal”, in *Grande Dicionário Enciclopédico Ediclube*, vol.XV, Ediclube, Alfragide, 1996, p.5356; MAURÍCIO, Domingos, “Ribeiro (José Maria do Casal)”, in CHORÃO, João Bigotte (dir.), *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, vol.25, Lisboa/ São Paulo, Editorial Verbo, 2002, p.515; e AAVV, “Ribeiro, José Maria do Casal”, in SARAIVA, José Hermano (coord.), *História de Portugal. Dicionário de Personalidades*, vol.XIX, Matosinhos, Quidnovi, 2004, p.32.

⁶ TENGARRINHA, José, “RIBEIRO, José Maria do CASAL”, in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol.V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp.343-344.

⁷ SARDICA, José Miguel, “RIBEIRO, José Maria Caldeira do Casal”, in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol.III, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004, pp.459-464.

⁸ A.A.V.V., “José Maria Caldeira do Casal Ribeiro”, in CRUZ, Mário Pinto da (org.), *Dos Secretários de Estados dos Negócios da Fazenda aos Ministros das Finanças*, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2006, pp.197-198.

⁹ A título de exemplo, v. FERNANDES, Paulo Jorge, *Mariano Cirilo de Carvalho. O «Poder Oculto» do liberalismo progressista (1876-1892)*, Lisboa, Assembleia da República/ Texto Editores, 2010; GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, *Católicos e política: 1870-1910. O pensamento e a acção do Conde de Samodães*, Maia, Publismai, 2004; MÓNICA, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo: uma biografia*, Lisboa, Aletheia, 2009; SANTOS, Marta Carvalho dos, *António Enes: um percurso intelectual e político no Portugal oitocentista*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003; SARDICA, José Miguel, *Duque de Ávila e Bolama. Biografia*, Lisboa, Assembleia da República/ Dom Quixote, 2005; SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da, *José Estêvão de Magalhães: 1809-1862: biografia parlamentar*, Lisboa/ Alfragide, Assembleia da República/ Texto Editores, 2009; TENGARRINHA, José, *José Estêvão: o homem e a obra*, Lisboa, Assembleia da República, 2011.

ESTRUTURA E FONTES

A escolha do intervalo cronológico em que este trabalho se insere remete não só para a vida do protagonista, mas também para os acontecimentos políticos e sociais que marcaram o século XIX português. As cinco décadas que escolhemos analisar representam uma parte significativa não apenas do século XIX, mas também da Monarquia Constitucional.

O início da actividade de publicismo e acção política de José Maria do Casal Ribeiro ocorreu em 1846, no âmbito do clima de agitação motivado pela revolta da Maria da Fonte. Manteve-se depois na política durante cerca de 50 anos, até ao seu falecimento em 1896. Tendo estas datas como balizas temporais, escolhemos dividir o trabalho em três capítulos, que pensamos que coincidem com diferentes fases da vida política de Casal Ribeiro, separadas ora por acontecimentos de carácter pessoal, ora por marcos importantes da política portuguesa.

O primeiro capítulo será dedicado ao início da actividade política de Casal Ribeiro, enquanto estudante da Universidade de Coimbra, um período marcado pela agitação social, revelada em acontecimentos como a revolta da Maria da Fonte e a guerra civil da Patuleia, e pela governação de Costa Cabral. A conjuntura conduziu a que os primeiros anos de participação de Casal Ribeiro se desenassem pela aproximação às correntes radicais, republicanas e socialistas. A ocorrência do golpe de Estado conhecido como da «Regeneração», em 1851, terá causado em Casal Ribeiro um forte impacto, que o conduziu a aderir à doutrina regeneradora.

Principia assim o segundo capítulo, referente aos anos de intervenção como membro de topo do Partido Regenerador, deputado e ministro. É um momento de estabilização do regime liberal, de procura de «consenso»¹⁰ e de desenvolvimento material, durante o qual Casal Ribeiro mantém uma presença constante nas lides parlamentares. A sua ascensão dentro do Partido Regenerador, ao abrigo da cumplicidade de Fontes Pereira de Melo, torna-o um nome recorrentemente indicado para funções ministeriais e para uma possível sucessão.

Questões de carácter político e pessoal acabam por conduzir ao seu afastamento em relação ao partido, adoptando posteriormente uma postura conservadora e crítica

¹⁰ SARDICA, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

quanto às medidas oficiais, cuja análise nos leva a distinguir um terceiro capítulo. Este refere-se aos últimos anos da sua vida, durante os quais segue uma postura de incompatibilidade com os partidos do poder e a acção política. Em simultâneo esboça-se uma aproximação ao movimento católico, que culminará na efémera formação do Centro Católico Parlamentar, algum tempo antes do falecimento de Casal Ribeiro.

A realização da tarefa a que nos propomos foi possível, em primeiro lugar, através da análise da produção escrita de Casal Ribeiro – que se encontra dispersa entre livros, folhetos e artigos em jornais – conjugada com os seus discursos registados no *Diário da Câmara dos Deputados* e no *Diário da Câmara dos Pares*. Em segundo lugar, e com particular relevância pelo carácter inédito de grande parte da documentação, foi-nos de muita utilidade o material constante do arquivo particular do Conde de Casal Ribeiro, de cunho político, social e pessoal.

Estas fontes foram complementadas com a utilização de alguma imprensa política da época e de textos de figuras contemporâneas, memórias, relatos e correspondência, que nos poderão facultar uma visão mais abrangente da conjuntura.

I. O JOVEM REVOLUCIONÁRIO (1846-1851)

1.1. ACADÉMICO E “SOLDADO POPULAR”¹¹ (1846-1848)

José Maria Caldeira de Casal Ribeiro nasceu a 18 de Abril de 1825, na paróquia da Conceição Nova, em Lisboa¹². Era filho de José Vicente Caldeira de Casal Ribeiro e de Maria Henriqueta Gomes Ribeiro. O pai fizera uma significativa ascensão no aparelho de estado miguelista, e veremos como esta relação directa com o absolutismo seria mais tarde utilizada como arma pelos críticos de Casal Ribeiro. Para além de outros cargos¹³, José Vicente estivera envolvido em dois importantes processos: fora responsável pelo inquérito que conduziu à execução de Gomes Freire de Andrade¹⁴, e fora um dos desembargadores adjuntos da devassa contra os liberais que haviam participado na revolta do Porto, ordenada em 1828 por D. Miguel¹⁵. Os seus bons serviços na investigação da conspiração de 1817 garantiram-lhe não apenas uma recomendação do Intendente Geral da Polícia para a Casa da Suplicação – cargo que conseguiu em 1820¹⁶ –, mas também o hábito da Ordem de Cristo para o seu filho mais velho, Carlos José Caldeira¹⁷. Para além das funções que desempenhava, José Vicente era também um proprietário abastado: em 1842 declarou 140\$000 de décima anual sobre rendimentos de prédios arrendados¹⁸. A infância e formação inicial de Casal Ribeiro terão sido, por isso, feitas em ambientes sociais do alto funcionalismo estatal¹⁹.

¹¹ COELHO, José Maria Latino, “Casal Ribeiro”, *Revista contemporânea de Portugal e Brasil*, vol.1, nº4, 1-7-1859, p.149.

¹² ADL, Paróquia da Conceição Nova, *Livro de Registo de Baptismos 1822-1845*, f.38 verso. A freguesia da Conceição Nova foi extinta em 1959.

¹³ Fora Juiz do crime do Bairro do Limoeiro e Desembargador da Relação do Porto; v. SUBTIL, José, *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*, Lisboa, EDIUAL, 2010, pp.385-386.

¹⁴ *Devassa a que procedeu o Desembargador José Vicente Caldeira de Casal Ribeiro, Ajudante do Desembargador do Paço Intendente Geral da Policia, para averiguação da horrorosa trama, maquinada para a subversão da monarquia, e introdução de um governo revolucionário debaixo do título de concelho regenerador, em lugar do governo legítimo d’El Rei Nosso Senhor*, 1817, ANTT, Conspiração de Gomes Freire de Andrade, cx.22, mç.1.

¹⁵ SILVA, António Delgado da (red.), *Colecção da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Typographia Maignrense, 1828, 2º semestre, Decreto nº4-A, p.7.

¹⁶ ANTT, Registo Geral de Mercês de D. João VI, liv.16, fl.40 e liv.17, fl.129.

¹⁷ BRANDÃO, Raul, *A conspiração de 1817*, Porto, Typ. da Empresa Literaria e Tipographica, 1914, p.278. Carlos José Caldeira (1811-1882) foi jornalista, tendo estado por várias vezes envolvido nas questões do iberismo em Portugal, como mais à frente veremos; v. SILVA, Inocencio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, t.II, 1859, p.33.

¹⁸ AML/AC, Recenseamento Eleitoral, 1842-1844, Rossio, f.9v.

¹⁹ É de referir que o seu avô, José de Casal Ribeiro, desempenhara também funções de Provedor da Comarca de Évora, Desembargador na Relação do Porto, Desembargador da Casa da Suplicação e Deputado da Mesa da Consciência e Ordens; v. SUBTIL, José, *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*, pp.338-339.

Segundo referências posteriores, “Foram os seus primeiros anos consagrados aos estudos preparatórios, nos quaes o futuro estadista mostrou logo a que proporções se poderia elevar o seu fecundo talento. Era um estudante sério e grave, na época em que a seriedade não é o apanágio mais vulgar dos estudiosos”²⁰.

Casal Ribeiro entrou para o curso de Direito da Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1842-1843²¹, e formou-se bacharel seis anos mais tarde, em 1848, com boa classificação: “Aprovado por todos (...) Muito Bom por três, e Bom por oito”²². Para além disso o seu percurso académico esteve intimamente relacionado com a conjuntura política daquele período, tendo esses acontecimentos moldado as suas acções futuras.

A primeira aparição política de Casal Ribeiro data de 1846, no contexto da revolta da Maria da Fonte²³. A agitação, desencadeada pela introdução de duas leis essencialmente modernizadoras – da saúde e das contribuições directas – tinha na realidade raízes bem mais profundas, ligadas ao crescente descontentamento de diversos sectores da sociedade face ao executivo, e especialmente em relação à figura de António Bernardo da Costa Cabral²⁴. Uma das várias juntas revolucionárias que surgiram por todo o país em resposta ao apelo do Minho, foi a Junta Governativa de Coimbra, que se apresentava como voz local e legisladora em nome da rainha. Através do seu órgão oficial, o jornal *O Grito Nacional*, a Junta Governativa de Coimbra declarava ter sido “(...) eleita em escrutínio pelos votos dos Commandantes dos corpos das forças nacionaes, reunidas na mesma cidade [de Coimbra] em numero de perto de quarenta, e pelos mais cidadãos (...)”²⁵. Formada oficialmente a 17 de Maio de 1846, a Junta de Coimbra contava com Casal Ribeiro entre os seus membros²⁶. O estudante, à data aluno do quarto ano, tinha já feito parte, enquanto secretário, da Comissão Preparatória que no dia anterior se havia reunido para eleger esse órgão político²⁷.

²⁰ *A carteira biographica*, nº27, Maio de 1886, p.2.

²¹ AUC, *Livro de Matrículas*, Direito, vol.66, 1842-1843, f.26v.

²² AUC, *Livro de Informações Finais*, vol.1844-1865, ano de 1847-1848, f.236.

²³ V. CAPELA, José Viriato, *A Revolução do Minho de 1846: os difíceis anos de implantação do liberalismo*, Braga, Governo Civil de Braga, 1997 e BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp.197-226.

²⁴ V. BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *D. Maria II*, pp.191-196.

²⁵ *O Grito Nacional*, 20-5-1846, pp.5-6.

²⁶ *Idem*, 19-5-1846, p.2 e MACEDO, António Teixeira de, *Traços de História Contemporânea (1846-1847)*, Lisboa, Rolim, 1984, p.119.

²⁷ *Idem*, 19-5-1846, p.2, e CARVALHO, Joaquim Martins de, *Apontamentos para a História Contemporânea*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868, pp.186-187.

A Junta Governativa instalou-se no Convento de S. Tomás, na Rua da Sofia²⁸, e começou imediatamente a sua actividade, com a publicação de um apelo à Rainha D. Maria II, através do qual fazia a sua declaração de princípios: defendia o fim das revoluções, a revisão da Carta Constitucional para reduzir o poder dos governos e evitar futuros conflitos entre autoridades opressoras e a população, a independência do sufrágio, a reestruturação dos impostos e a reinstalação da guarda nacional, como meios de atingir uma “(...) organização social mais perfeita (...)”²⁹. Pouco depois veio a público uma ordem de restauração da Guarda Nacional em Coimbra³⁰, cujo alistamento, segundo algumas fontes³¹, teria sido um sucesso, tendo excedido os 200 voluntários³². Contudo, o pedido de demissão apresentado por Costa Cabral à Rainha, a 20 de Maio, alterou o cenário político, conduzindo à dissolução da Junta de Coimbra. A votação para a dissolução foi registada em acta a 9 de Junho³³, e Casal Ribeiro votou vencido³⁴. A Junta manteve-se ainda parcialmente em funções até ao fim de Junho, com o objectivo de apoiar o Governador Civil recém-nomeado³⁵, Joaquim Carlos da Silva³⁶.

A inquietação provocada na cidade pelas ondas de choque da revolta levava a direcção da Universidade, durante o Verão de 1846, a pedir ao governo a dispensa dos actos académicos para o ano lectivo corrente, o que este recusara, causando reacções negativas da parte dos periódicos coimbrões *O Grito Nacional*³⁷ e *O Povo*³⁸. Vários estudantes, liderados por Casal Ribeiro, enviaram então uma carta ao jornal *O Grito Nacional*, afirmando falar em nome de grande parte da academia, e recusando qualquer

²⁸ JARDIM, Antonio dos Santos Pereira, *Noticia historica do Batalhão Academico de 1846-1847: notas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888, p.28.

²⁹ *O Grito Nacional*, 20-5-1846, p.7.

³⁰ *Idem*, 23-5-1846, p.13.

³¹ JARDIM, Antonio dos Santos Pereira, *Noticia historica do Batalhão Academico*, p.28.

³² A propósito da mobilização popular aquando da Maria da Fonte, e da baixa estatura de Casal Ribeiro, Eduardo Coelho relata uma situação caricata:

“Nós, os pequenos, participávamos d’aquelle santo entusiasmo. Meu irmão Adriano, tendo apenas 14 annos, e andando nas aulas do pateo, corria a sentar praça no batalhão académico, onde era rejeitado por não chegar á craveira:

– Mas o sr. Casal Ribeiro não é mais alto que eu, objectou elle.

– Esse tem outra estatura politica!”; COELHO, Eduardo, *Passeios na Provincia*, Lisboa, Typographia Universal, 1873, p.158.

³³ *O Grito Nacional*, 10-6-1846, pp.81-82.

³⁴ CARVALHO, Joaquim Martins de, *Apointamentos para a História Contemporânea*, p.188.

³⁵ *O Grito Nacional*, 27-6-1846, p.1.

³⁶ Irá manter-se em funções apenas até 22 de Julho de 1846; v. PEREIRA, António Manuel, *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Porto, Manuel Barreira, 1959, p.106.

³⁷ *O Grito Nacional*, 10-9-1846, pp.2-3.

³⁸ BASTOS, H. Teixeira, *A vida do estudante de Coimbra: (antiga e moderna): duas conferências na Associação Cristã de Estudantes de Estudantes, nos dias 29 e 30 de abril de 1920*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p.27.

interesse no perdão de actos, por considerarem que isso punha em causa o seu esforço e dedicação enquanto alunos, e que não coincidia com os objectivos dos estudantes³⁹. A Universidade acabou por encerrar pouco tempo depois, por portaria de 16 de Outubro de 1846, em consequência do golpe palaciano conhecido como a «Emboscada», que depôs o governo do Duque de Palmela, e deu início à guerra civil da Patuleia⁴⁰. A reabertura da Universidade só viria a acontecer em Agosto do ano seguinte.

De imediato, o novo governador civil de Coimbra, Marquês de Loulé, lançou o apelo para que se procedesse ao alistamento para o Batalhão Académico⁴¹, ao que Casal Ribeiro prontamente respondeu. Foi designado Capitão da Primeira Companhia, exercendo “(...) por varias vezes as funções de commandante durante as ausências do tenente coronel e do major”⁴², sendo também membro da Junta Revolucionária de Coimbra⁴³. Foi detido na prisão do Limoeiro⁴⁴, a 20 de Outubro de 1847, juntamente com o seu irmão Carlos José Caldeira. Algum tempo depois pediram que lhes fosse autorizado saírem do país, por se encontrarem gravemente doentes⁴⁵. Não nos foi possível averiguar quais os motivos da detenção, mas é provável, na conjuntura da época, que estivessem relacionados com movimentações políticas da oposição.

Terminada a guerra, o ambiente académico voltou à normalidade. Em Março de 1848 alguns estudantes mostraram interesse em prestar homenagem aos seus colegas que haviam falecido na Batalha do Alto do Viso, ocorrida a 1 de Maio de 1847. Para isso formaram uma comissão, presidida por Casal Ribeiro, que deu início à organização do evento. Apesar de o Duque de Saldanha, à data Presidente do Conselho de Ministros, ter afirmado na Câmara dos Pares que não via impedimento para a realização das cerimónias⁴⁶, a autorização foi negada pelo Governo Civil de Coimbra⁴⁷. Casal Ribeiro, enquanto presidente da comissão, enviou ao jornal *O Patriota* um conjunto de

³⁹ *O Grito Nacional*, 26-9-1846, p.3; republicado em CARVALHO, Joaquim Martins de, “Casal Ribeiro e a Academia”, *O conimbricense*, nº3533, 1881, pp.2-3, e CARVALHO, Francisco Augusto Martins de, *Algumas horas na minha livraria*, Coimbra, Tip. Academica, 1910, pp.54-56.

⁴⁰ BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *História da guerra civil da Patuleia 1846-47*, Lisboa, Estampa, 1993.

⁴¹ BRAGA, Teófilo, *História da Universidade de Coimbra: nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1902, vol.4, pp.458-459.

⁴² JARDIM, Antonio dos Santos Pereira, *Noticia historica do Batalhão Academico*, p.24.

⁴³ SÁ, Victor de, *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p.244.

⁴⁴ JARDIM, Antonio dos Santos Pereira, *Noticia historica do Batalhão Academico*, p.24.

⁴⁵ TRINDADE, Luiz, *Catalogo da livraria do fallecido distincto bibliographo e bibliophilo José Maria Nepomuceno*, Lisboa, Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva, 1897, p.380.

⁴⁶ *DCP*, 26-4-1848, p.565.

⁴⁷ *O Patriota*, 6-5-1848, p.3.

documentos oficiais, e um protesto, considerando que “(...) quando os factos fallam tão alto, é melhor deixa-los isolados para que o povo os veja bem na sua rudez hedionda”⁴⁸; a comissão foi posteriormente dissolvida⁴⁹.

Entretanto, a Europa fora abalada por um movimento revolucionário iniciado em França, que ganhara carácter nacionalista ao reflectir-se nos Estados do centro e leste do continente, mas cujas consequências políticas imediatas foram bastante passageiras⁵⁰. O seu legado mais importante foi uma série de propostas inovadoras – essencialmente relacionadas com as questões operária e social, o direito ao trabalho e a fraternidade entre povos – que vieram a ser parcialmente assimiladas pelo socialismo⁵¹. O impacto destes levantamentos em Portugal foi pouco expressivo⁵², não tendo as autoridades revelado especial preocupação com os possíveis focos revolucionários. Apresentam-se duas justificações centrais para este facto: o efeito desgastante que as guerras civis haviam tido na sociedade, algo que Teófilo Braga aponta como única causa do fracasso republicano em Portugal⁵³; e a inexistência do principal elemento necessário a uma transformação social de largo espectro – o operariado, substituído em Portugal por uma massa de artesãos e indigentes, pouco conscientes do que seria o direito ao trabalho ou o limite de horas da jornada diária.

Os estudantes de Coimbra associaram-se de imediato à mobilização francesa: segundo Sebastião de Magalhães Lima, Casal Ribeiro e Joaquim Tomás Lobo de Ávila “(...) foram a Paris saudar, em nome da Academia de Coimbra, a segunda república francesa (...)”⁵⁴, ao mesmo tempo que saiu nos jornais lisboetas uma felicitação dos académicos aos republicanos franceses⁵⁵. Este texto, ainda que não desenvolvesse de forma concreta as doutrinas que a revolução de 1848 tentava divulgar, dava sinais de

⁴⁸ *Idem*, 6-5-1848, p.2.

⁴⁹ CARVALHO, Joaquim Martins de, *Apontamentos para a História Contemporânea*, p.396.

⁵⁰ RAPPORT, Mike, *1848 – Year of revolution*, New York, Basic Books, 2008.

⁵¹ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *Portugal e a revolução de 1848*, Coimbra, Livraria Minerva, 1990 e BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *D. Maria II*, pp.233-240.

⁵² RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *Portugal e a revolução de 1848*, p.336; BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *D. Maria II*, p.238-239 e CABRAL, Manuel Villaverde, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Porto, A Regra do Jogo, 1977, p.152.

⁵³ BRAGA, Teófilo, *História das ideias republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 2010, p.67.

⁵⁴ LIMA, Sebastião de Magalhães, *Episódios da minha vida: memórias*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1985, vol.I, p.36.

⁵⁵ *A Revolução de Setembro*, 18-4-1848, p.1.

um factor fundamental para a maturidade política desta nova geração: a descoberta de uma partilha de ideias internacional⁵⁶, uma concepção de fraternidade europeia.

Com os ânimos exaltados sucederam-se confrontos na cidade, entre estudantes e grupos de soldados sob as ordens do governador civil⁵⁷ José Ricardo Pereira de Figueiredo, aos quais Casal Ribeiro terá escapado por pouco: “O sr. José Maria do Casal Ribeiro, e o sr. Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro (...) aos quaes os assassinos especialmente procuravam (...) tiveram a felicidade de não ser encontrados por elles”⁵⁸.

1.1.1. A utopia republicana

Na sua obra sobre o republicanismo em Portugal, Fernando Catroga sublinhou a importância dos acontecimentos de 1848 para o movimento como “(...) momento matricial (...)”⁵⁹ para a construção de um movimento republicano, ainda que isso só tenha acontecido bastante tempo mais tarde. No caso de Casal Ribeiro, o seu pensamento revelou-se profundamente marcado pelas revoluções europeias, e pelas doutrinas que despontaram e se consolidaram nesse período. O jovem recém-formado, imerso nas ondas de choque destes acontecimentos, publicou em 1848 vários textos que versavam as temáticas da República e das condições sociais, e colaborou na imprensa republicana, como mais à frente veremos.

*Hoje não é hontem*⁶⁰, datado de 13 de Março de 1848, foi escrito sob o efeito da «Primavera dos povos» de França, e é sobretudo uma apologia ao republicanismo através da utilização do caso francês. Como bem refere Joaquim de Carvalho, neste texto o autor “(...) saudou a modernidade da revolução (...)”⁶¹. Casal Ribeiro começava por analisar a evolução política francesa, e os motivos que teriam conduzido à queda de Luís Filipe, defendendo que “Os tres dias de Fevereiro de 1848 foram o complemento

⁵⁶ CARVALHO, Joaquim de, “Formação da ideologia republicana (1820-1880)”, in MONTALVOR, Luís de, *História do Regimen Republicano em Portugal*, vol.I, Lisboa, Empresa Editorial Ática, 1930, p.216.

⁵⁷ COLÉN, J. Barbosa, *Historia de Portugal: popular e illustrada*, Lisboa, Empresa da Historia de Portugal, vol.XI, 1906, p.321 e *O Patriota*, 27-4-1848, p.2.

⁵⁸ CORDEIRO, A. X. Rodrigues, *Esparsas: ensaios lyricos*, Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira, 1889, vol.1, p.xxv; v. CARVALHO, Joaquim Martins de, *Apontamentos para a História Contemporânea*, p.399.

⁵⁹ CATROGA, Fernando, *O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Gabinete de Publicações da FLUC, 1991, vol.2, p.173.

⁶⁰ RIBEIRO, José Maria do Casal, *Hoje não é hontem*, Lisboa, Typ. de José Baptista Morando, 1848.

⁶¹ CARVALHO, Joaquim de, “Formação da ideologia republicana (1820-1880)”, in MONTALVOR, Luís de, *História do Regimen Republicano em Portugal*, vol.I, p.216.

dos tres dias de Julho de 1830”⁶². O movimento revolucionário, que se apresentava como promissora transformação, tivera profundas raízes no descontentamento da população, mas desenvolvera-se quase de súbito, pelo que o autor afirmava que “(...) de um dia para o outro a França adormeceu monarchica, e acordou republicana”⁶³. Comparando com os acontecimentos revolucionários portugueses de 1846 e 1847, sublinhando que houvera uma verdadeira união do povo português em torno de um ideal comum, o ideal de combater aqueles que, apoiados pela Rainha – e é evidente que o principal visado era Costa Cabral – tinham posto em causa os direitos e a liberdade do povo. Asseverava que esta mobilização popular fora tão forte que conseguira fazer estremecer as grandes potências europeias, e dar nova glória ao nome de Portugal.

O texto constitui-se também como uma reflexão sobre o poder e os limites dos regimes monárquicos constitucionais: para Casal Ribeiro, o principal problema político que Portugal enfrentava não era o conflito com a Rainha ou a incompetência dos ministros, mas sim a existência de um monarca e de um sistema monárquico constitucional, que estava à partida destinado ao fracasso. A dependência em que o rei constitucional se encontrava dos governos e das maiorias parlamentares punha em causa todo o regime liberal: “O rei inviolavel, sagrado, impecavel não pode formar um ministerio fora da esphera, que lhe é traçada pela maioria, sem paralisar toda a acção governativa, sem destruir todo o systema”⁶⁴. Segundo Casal Ribeiro, para contrariar a posição insignificante em que o regime parlamentar o colocava, o rei aceitaria – e até incitaria – estratégias de sabotagem que minassem o regime político, como a corrupção nas eleições, o caciquismo, a utilização indevida de dinheiros públicos ou a violência, em último caso. Os efeitos destas medidas acabariam por extravasar do mundo político para a sociedade, espalhando um sentimento de injustiça e impunidade, que gradualmente conduziria ao descrédito da classe política e à revolta popular.

A decadência do constitucionalismo teria sido agravada pela perda de poder da aristocracia, a que se juntavam as tentativas inúteis de fazer coincidir duas doutrinas completamente opostas: democracia e monarquia. A única solução possível, para resolver esse “(...) dilemma fatal (...)”⁶⁵ era, nas palavras de Casal Ribeiro, a República. Esta forma política era, como regime democrático por excelência, o meio de

⁶² RIBEIRO, José Maria do Casal, *Hoje não é hontem*, p.6.

⁶³ *Idem, ibidem*, p.4.

⁶⁴ *Idem, ibidem*, pp.9-10.

⁶⁵ *Idem, ibidem*, p.18.

realização de todas as reformas sociais, facilitando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e, num ponto civilizacionalmente mais avançado, “a extinção do proletariado, dessa escravidão do século XIX, que é a vergonha das sociedades modernas!”⁶⁶. Sublinhe-se aqui a escolha do termo extinção, que é todo um programa político. O propósito dos republicanos de 1848 não era formar uma classe operária forte e independente, com voz própria, mas sim eliminar por completo o conjunto das classes trabalhadoras mais sacrificadas, por continuarem a ser, no fundo, uma ameaça para a sociedade.

A terminar, Casal Ribeiro identificava a República como “(...) o programma d’uma nova organização social baseada na unidade política, na igualdade moral da especie humana, e no dogma evangelico da fraternidade (...)”⁶⁷. Era, aliás, essa a missão republicana: reorganizar a sociedade através do progresso e da civilização.

Pouco depois foi publicado *É tarde. Ao povo portuguez*⁶⁸, um folheto curto, escrito em tom mordaz, onde Casal Ribeiro deixava claro que já não era possível fazer uso de concessões para solucionar os problemas da política portuguesa, e que se tinha tornado imperiosa uma democratização do sistema político. A agravar esta situação, a continuidade da Rainha no trono não seria viável, como responsável que era pelos destinos do país, e como culpada que se tornara pela situação política, económica e social vigente. Apresentavam-se então apenas três possibilidades: a abdicação para o príncipe herdeiro D. Pedro, a abdicação para a criação de uma nova dinastia, ou a implantação de uma República⁶⁹. Mais uma vez, Casal Ribeiro abordava o exemplo francês para elogiar o republicanismo, regime justo que congregava esforços para o bem do povo, porque esse deveria ser, em última análise, o objectivo primordial da política: “(...) para o povo é que se institue o governo, e por isso é o mesmo povo quem o deve instituir (...)”⁷⁰.

O texto é evidentemente um apelo ao republicanismo: “(...) o nosso coração palpita pelas instituições republicanas: desejamo-las, porque temos para nós que são as melhores (...)”⁷¹. O mesmo revela, contudo, uma escassez de ponderação sobre os princípios que estariam na base da formação de um novo regime político, além de

⁶⁶ *Idem, ibidem*, p.24.

⁶⁷ *Idem, ibidem*, pp.27-28.

⁶⁸ *Idem, É tarde. Ao povo portuguez*, Lisboa, Typ. da Revolução de Setembro, 1848.

⁶⁹ *Idem, ibidem*, p.3.

⁷⁰ *Idem, ibidem*, p.1.

⁷¹ *Idem, ibidem*, p.7.

manifestar um tom excessivamente demagógico, fazendo uso, com frequência, de temáticas tão simplistas como a corrupção ou os gastos excessivos da Coroa: “(...) não lhe bastavam os 495 contos annuaes e a casa de Bragança: queria mais as despesas extraordinarias com os seus palacios e quintas, com os seus baptisados: queria enriquecer á custa da nação as suas guardas, os seus aduladores: queria dar gratificações extraordinárias ás bayonetas que lhe faziam as eleições (...)”⁷².

Outro dos textos que deu à estampa nesse ano foi *O soldado e o povo*⁷³, dedicado à violência do exército sobre a população. Apesar de realçar a importância de uma força pública que assegurasse a defesa da nação, recusava um exército permanente que fosse utilizado pelas autoridades contra o povo, um exército que fosse sustento da tirania. Esta tese era uma crítica directa à decisão governamental de lançar o exército nas ruas a combater revoltas que se diziam portadoras da verdadeira vontade popular. Contudo era também uma condenação da utilização de forças militares como sustentáculo de vinganças pessoais de membros da administração, tal como havia acontecido em Coimbra no início daquele ano, situação que Casal Ribeiro pudera não apenas presenciar, mas da qual fora também uma das vítimas. O soldado era iletrado, por impossibilidade financeira de frequentar uma escola, e essa ignorância tornava-o obediente às ordens dos seus superiores, não questionando que fosse sua função pegar em armas contra os seus «irmãos», outros membros do povo.

Mais uma vez, era do exemplo francês que se socorria para ilustrar os seus argumentos, desta feita defendendo que o respeito e os direitos do exército em França haviam sido mantidos, tendo o exército confraternizado nas ruas com o povo durante as revoluções de 1830 e 1848. Casal Ribeiro insurgia-se contra a falta de igualdade no recrutamento, uma vez que eram as classes sociais mais desfavorecidas aquelas a quem competia colocar-se em posição de menor poder e maior risco. A alusão à desigualdade de direitos permitia-lhe inflectir o discurso, abordando a injustiça relativa às diferenças no acesso ao direito de voto, o que pode ser tido como uma subtil apologia do sufrágio universal: “Para uns o direito eleitoral, a concorrência aos cargos publicos; para outros a exclusão da urna e a concorrência ás ballas!...”⁷⁴. Ainda assim a equidade desejada por estes homens estava longe de dar poder político a pessoas que eram consideradas incapazes por serem analfabetas ou incultas. Daí que a educação das classes mais

⁷² *Idem, ibidem*, p.5.

⁷³ *Idem*, José Maria do Casal, *O soldado e o povo*, Coimbra, Tip. do Observador, 1848.

⁷⁴ *Idem, ibidem*, p.10.

desfavorecidas fosse também um assunto intensamente debatido neste período, por permitir construir uma massa de população intelectualmente forte, instruída, apta a tomar as decisões mais adequadas.

A sua colaboração na imprensa neste período consistiu na participação no jornal clandestino *O Republicano*⁷⁵, em parceria com João Maria Nogueira⁷⁶. O periódico, como o próprio nome indica, fazia uma apologia evidente das teorias republicanas, mas teve uma curta duração. Fernando Catroga descreveu-o como contendo um dos “(...) primeiros «programas republicanos» (...)”⁷⁷. Esta visão programática revela-se em afirmações onde é clarificada a recusa das doutrinas iluministas, como o individualismo e o ateísmo, em oposição às vantagens da república fundada na fraternidade e no cristianismo⁷⁸. Nestas ideias de Casal Ribeiro encontramos nitidamente a influência de Saint-Simon, que julgava falsas as doutrinas da «Idade da Razão».

A contradição do sistema constitucional era reafirmada, ficando claro que, na opinião dos redactores, “(...) um rei constitucional é uma utopia (...)”⁷⁹; o abuso de poder seria a fuga possível para um monarca cada vez menos respeitado pelo regime político que deveria controlar. O republicanismo seria assim a única forma de erradicar “(...) o pauperismo essa lepra da sociedade actual (...)”⁸⁰, ou seja, actuando como uma salvação social. Era necessária uma revolução que servisse “(...) para tirar o povo da miséria em que vive, para lhe dar pão, para proteger orphãos e viúvas, para recompensar o talento, as virtudes e o trabalho (...)”⁸¹. E arremetia duras críticas contra a rainha: “A rainha de Portugal é uma mulher estúpida e sanguinária”⁸².

Apesar de se afirmar sempre um convicto defensor da ideologia republicana, uma análise um pouco mais rigorosa dos textos leva-nos a considerar que o pensamento de Casal Ribeiro revelava superficialidade, à semelhança do que aconteceu com vários outros proto-republicanos de meados do século XIX. Existia um furor ingénuo em fazer declarações sensacionalistas, em publicitar ideias maioritariamente emprestadas dos

⁷⁵ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *Portugal e a revolução de 1848...*, p.173. SÁ, Victor de, *A crise do liberalismo*, p.242.

⁷⁶ João Maria Nogueira nasceu em 1816 e faleceu em 1856; participou na Maria da Fonte e colaborou na imprensa, nomeadamente em *A Revolução de Setembro*; v. MARQUES, Fernando Pereira (introd. e selec.), *Esperem e verão!: textos republicanos clandestinos de 1848*, Lisboa, Alfa, 1991, p.8.

⁷⁷ CATROGA, Fernando, *O republicanismo em Portugal*, vol.I, p.61.

⁷⁸ *O Republicano*, nº1, p.1.

⁷⁹ *Idem*, nº1, p.2.

⁸⁰ *Idem*, *ibidem*.

⁸¹ *Idem*, nº3, p.4.

⁸² *Idem*, nº1, p.3.

revolucionários franceses, mas das quais não transparecia um conteúdo consistente. Era, nas palavras de Victor de Sá, um “(...) idealismo que toca as raias da ingenuidade (...)”⁸³. Além disso, os jovens republicanos de 1848 não tiveram a capacidade de formar um partido, no sentido de facção, ou uma publicação periódica de longa duração com contributos de todos; elementos que servissem para congregar esforços e organizar uma estratégia de concretização das suas propostas. Mantiveram-se dispersos, resumindo a sua acção à divulgação de alguns textos incendiários, que pretendiam agitar a opinião pública, mas que pouco efeito tiveram.

1.2. “POETA E CONSPIRADOR”⁸⁴ (1848-1849)

Terminados os estudos, Casal Ribeiro regressou a Lisboa, onde progressivamente se integrou no movimento de oposição ao governo de Saldanha, e posteriormente de Costa Cabral, entretanto regressado ao poder. Os seus textos despertaram a atenção do público, tendo um deles, *Hoje não é hontem*, esgotado rapidamente duas edições e merecido rasgados elogios de jornalistas: “Este folheto ha pouco publicado pelo sr. José Maria do Casal Ribeiro, está escripto com um espírito filosófico e analytico, que raras vezes temos vistos unido a uma tão brilhante imaginação, e a uma linguagem tão elegante”⁸⁵.

Contudo, em carta enviada aos principais periódicos da oposição, Casal Ribeiro lamentava a censura de que tinha sido alvo por parte dos serviços postais, cujos funcionários, possivelmente obedecendo a ordens superiores, haviam feito desaparecer vários exemplares do referido opúsculo. Segundo ele os correios estavam “(...) supprindo as antigas licenças do Santo officio por uma maneira, que não deixa nada a desejar”⁸⁶. Respondia-lhe o redactor de *O Patriota*, em tom irónico, que “o folheto do sr. José Maria do Casal Ribeiro era bom sem a pimenta e cravinho dos roubos no correio. Com aquelles adubos melhor ficou”⁸⁷.

O responsável pelos correios da Vidigueira, José António Carneiro, indirectamente referido naquela carta, viria a público defender-se, declarando serem mentira as afirmações de que naquela localidade houvesse pessoas que não tinham

⁸³ SÁ, Victor de, *A crise do liberalismo*, p.246.

⁸⁴ COLEN, J. Barbosa, *Historia de Portugal*, vol.XI, p.354.

⁸⁵ *O Patriota*, 7-4-1848, p.3.

⁸⁶ *Idem*, 28-4-1848, p.2, e *A Revolução de Setembro*, 28-4-1848, p.3.

⁸⁷ *O Patriota*, 28-4-1848, p.2.

recebido o panfleto de Casal Ribeiro por iniciativa dos serviços postais⁸⁸. Casal Ribeiro respondeu-lhe ofendido, recusando a insinuação de que não dissera toda a verdade, e declarando que aquela não era a primeira vez que o correio da pessoa a quem o seu texto se destinava, o seu amigo António Galamba⁸⁹, era furtado. Indignado pelas acusações escusava-se a continuar a discussão porque “(...) não é do meu carácter sustentar pela imprensa uma polémica indecente, que entre homens que presam o brio e a honra costuma tractar-se por outra forma”⁹⁰.

Pouco tempo depois *O Estandarte*, jornal afecto ao grupo liderado por José Bernardo da Silva Cabral, irmão de Costa Cabral e representante da ala «exaltada» da facção cartista, publicou uma análise muito crítica do opúsculo anteriormente referido⁹¹. Começando por aludir às origens miguelistas do pai de Casal Ribeiro, os redactores declaravam que poderiam até felicitar o jovem por se ter afastado dos ideais paternos, “(...) se não víssemos claramente que elle marcha pelo extremo opposto ao mesmo fim – a destruição do *constitucionalismo* (...)”⁹². Definindo-o como “(...) republicano-miguelista (...)”⁹³, *O Estandarte* afirmava ter descoberto o verdadeiro objectivo de Casal Ribeiro: através da utilização do exemplo da república francesa e do apelo à revolução e ao radicalismo, destruir as bases da monarquia constitucional, para que o absolutismo pudesse regressar ao poder.

Imediatamente *O Patriota* surgiu em defesa do jovem republicano, apelidando de “(...) gente sem vergonha (...)”⁹⁴ a redacção de *O Estandarte*, e confessando que “(...) na nossa opinião é elle uma das esperanças mais bem fundadas do nosso partido”⁹⁵. Quanto às insinuações feitas à participação de José Vicente do Casal Ribeiro nos momentos mais negros do miguelismo, o redactor recordava a existência de miguelistas entre os antepassados dos jornalistas adversários. *O Estandarte* não deu seguimento à questão.

⁸⁸ *A Revolução de Setembro*, 17-5-1848, p.3.

⁸⁹ António Manuel Soares Galamba (1802-1853) foi um proprietário e guerrilheiro, participando na Patuleia. Morreu assassinado alguns anos mais tarde; v. *Assassinato de Antonio Manoel Soares Galamba, na Vidigueira*, Lisboa, Typ. H. Pires Marinho, 1853.

⁹⁰ *Idem*, 23-5-1848, p.4.

⁹¹ *O Estandarte*, 5-6-1848, pp.1-2.

⁹² *Idem*, 5-6-1848, p.1.

⁹³ *Idem*, *ibidem*.

⁹⁴ *O Patriota*, 6-6-1848, p.1.

⁹⁵ *Idem*, 6-6-1848, p.2.

O descontentamento face ao governo cabralista mantinha-se⁹⁶, e “(...) a revolução republicana nos espíritos” – como lhe chamou Joaquim de Carvalho – começou a fazer-se sentir: a 17 de Maio de 1848 foi formada a Comissão Revolucionária de Lisboa, também conhecida por Triunvirato Republicano, e cuja presidência ficou a cargo de José Estêvão, Oliveira Marreca e António Rodrigues Sampaio. Entre os seus objectivos estava o de entrar em contacto com o governo republicano francês, para garantir o seu apoio na eventualidade de um golpe que implantasse a República em Portugal⁹⁷. A iniciativa, que figurou como primórdio da conspiração e do associativismo republicanos em Portugal⁹⁸, foi prontamente apoiada por Casal Ribeiro⁹⁹.

Durante o Verão, um golpe de cariz ambíguo, mas com possível filiação republicana, conhecido como a «conspiração das hidras», era desmontado pelas autoridades. A intentona – inventada pelo governo cabralista, segundo Bulhão Pato¹⁰⁰ – era apontada à responsabilidade de várias figuras do radicalismo ou setembrismo, desde José Estêvão, a Anselmo Braamcamp, passando pelo conde do Bonfim, entre outros¹⁰¹. A «conspiração das hidras», apesar do fracasso em que redundou, mostrou a necessidade de união das diversas facções políticas, incluindo os legitimistas, para atingir resultados significativos, que viria a ser concretizada pouco depois. Ainda que não existam referências a uma participação ou apoio de Casal Ribeiro nessa conspiração, a sua circulação nos meios revolucionários leva-nos a supor que teria pelo menos conhecimento das movimentações.

Foi pela sua acção durante este período que Marques Gomes lhe deu o epíteto de «conspirador», considerando-o, com certa ironia, o único revolucionário em Portugal, que lançava “(...) com destemida arrogância, os convites para que o povo sacudisse a

⁹⁶ Sobre a política neste período v. BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “«A guerra de todos contra todos» (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração)”, in *Análise Social*, vol. XXVII (115), 1992 (1.º), pp.91-134 e *Idem*, *A segunda ascensão e queda de Costa Cabral: 1847-1851*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

⁹⁷ SÁ, Victor de, *A crise do liberalismo*, p.243.

⁹⁸ CARVALHO, Joaquim Martins de, *Apontamentos para a História Contemporânea*, p.214.

⁹⁹ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *Portugal e a revolução de 1848*, p.101, e MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol.V, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p.118.

¹⁰⁰ PATO, Bulhão, *Sob os ciprestes. Vida íntima de homens illustres*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1877, p.169.

¹⁰¹ D’ALORNA, Marquês de Fronteira e, *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003, parte VII-VIII, p.298, BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *D. Maria II*, p.185, e RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *Portugal e a revolução de 1848*, p.95.

cerviz – que elle dizia oppressa pelo jugo das tyrannias”¹⁰². Era, porém, um conspirador falhado, “(...) que especialmente devia chamar a atenção dos que andavam empenhados em recrutar conspiradores. Pois não sucedeu assim! Casal Ribeiro (...) não conseguiu, por mais que gritou, chamar sobre a sua cabeça os raios temerosos!”¹⁰³.

Apesar da permanente campanha de difamação feita pela imprensa oposicionista contra Costa Cabral, a Rainha convidou-o para regressar ao poder, em Junho de 1849. A oposição unida decidiu então organizar uma plataforma de resistência ao novo governo cabralista, criando um «Partido Nacional»¹⁰⁴. No manifesto publicado algum tempo depois era expresso o objectivo de aliança: “A opposição deve formar um só corpo. Para vencer é necessario que tenha uma só vontade, e um só fim”¹⁰⁵. Ao contrário do que seria esperado, o «Partido Nacional» não propunha medidas, colocando sim diversas questões – relativas à agricultura, educação, meios de comunicação, impostos ou leis eleitorais – sobre as quais desejava que a opinião pública o informasse. O manifesto reunia, ao lado de grandes nomes do setembrismo e da patuleia, como o Marquês de Loulé, o Conde das Antas, o Visconde de Sá da Bandeira ou José Passos, membros mais radicais, como Rodrigues Sampaio, Oliveira Marreca, Latino Coelho ou o próprio Casal Ribeiro.

Pouco depois foi noticiado que o «Partido Nacional» realizara uma reunião onde teria sido eleita uma comissão de sete indivíduos à qual competia dirigir os trabalhos da oposição¹⁰⁶. Em Dezembro, a imprensa publicou um requerimento, assinado por sete membros do «Partido Nacional»¹⁰⁷, que pediam à Rainha, em nome da justiça, do fim da corrupção e da tirania, o afastamento do Conde de Tomar do governo¹⁰⁸. O manifesto deu origem a um conjunto de insinuações da parte dos jornais cabralistas sobre Casal Ribeiro: *A Lei* chamava-lhe “exaltado miguelista”¹⁰⁹, enquanto *A União* declarava que o mesmo era “um representante do puro *miguelismo*, que não comprehende governo sem

¹⁰² *Idem, ibidem*, p.360.

¹⁰³ *Idem, ibidem*, p.360.

¹⁰⁴ SARDICA, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001, pp.111-117

¹⁰⁵ *A Revolução de Setembro*, 24-10-1849, p.1 e *O Patriota*, 24-10-1849, p.1 e 2.

¹⁰⁶ *O Patriota*, 6-11-49, p.1. Os sete membros não são identificados.

¹⁰⁷ Possivelmente os sete membros da comissão anteriormente referida: Conde das Antas, Marquês de Loulé, Anselmo José Braamcamp, José Maria do Casal Ribeiro, Conde de Melo, Conde de Vila Real e António Rodrigues Sampaio.

¹⁰⁸ *A Revolução de Setembro*, 12-12-1849, p.1 e *O Patriota*, 12-12-1849, p.1.

¹⁰⁹ *A Lei*, 12-12-1849, p.2.

poder absoluto, nem poder absoluto sem d. Miguel 1.º!”¹¹⁰. A resposta dos jornais da oposição foi imediata. *A Revolução de Setembro* insurgia-se, afirmando que “(...) o sr. Casal Ribeiro nem é nem nunca foi senão aquillo que tem mostrado nos seus escriptos e nas suas acções”¹¹¹, ao mesmo tempo que a redacção de *O Patriota* resumia as acusações como “(...) uma pura calúnia (...)”¹¹².

1.3. “A LIBERDADE DE IMPRENSA VAE MORRER”¹¹³ (1850)

A organização do «Partido Nacional» e a permanente campanha na imprensa, avivada por vários escândalos – a recepção da Rainha no palácio do Conde de Tomar, as prendas em dinheiro, a caleche, entre outros¹¹⁴ – foram as causas mais evidentes para a reacção agressiva do governo, elaborando uma nova lei de liberdade de imprensa.

A «lei das rolhas», como ficou conhecida, pretendia, através da introdução de quotas bastante avultadas, dificultar em extremo a actividade dos pequenos jornais e folhetins, ou seja, dos periódicos que faziam oposição ao governo. Para além disso, facilitava também os julgamentos sumários, aumentava os valores das multas e criava penas de prisão efectivas para os infractores. Ainda que não instituísse a censura prévia, punha em risco a sobrevivência dos jornais mais críticos, restando apenas aqueles que eram afectos ao governo, ou que encontravam público suficiente para se manter em actividade¹¹⁵.

Uma das primeiras reacções à lei partiu de Casal Ribeiro, à época um jovem entusiasta de 25 anos. Segundo Oliveira Martins, “(...) Casal Ribeiro, bem moço ainda, mas ensopado no vírus político, cheio de talento e entusiasmo, homem de uma geração nova que mal fazia em se envolver nas questões da antiga (...)”¹¹⁶, escrevera um opúsculo “(...) num estilo obeso (...)”¹¹⁷. O texto, denominado *A imprensa e o conde de Thomar*, representava um ataque frontal ao governo, acusado de má-fé, ao criar uma lei

¹¹⁰ *A União*, 13-12-1849, p.1.

¹¹¹ *A Revolução de Setembro*, 13-12-1849, p.2.

¹¹² *O Patriota*, 14-12-1849, p.1.

¹¹³ RIBEIRO, José Maria do Casal, *A Imprensa e o conde de Thomar*, Lisboa, Typ. da Rua da Bica, 1850, p.3.

¹¹⁴ V. BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A segunda ascensão e queda de Costa Cabra*, pp.122-165, e COLEN, J. Barbosa, *História de Portugal*, vol.XI pp.465-471.

¹¹⁵ TENGARRINHA, José, *História da imprensa periódica portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, pp.177-182.

¹¹⁶ MARTINS, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Guimarães Editores, 1996, vol.II, p.217.

¹¹⁷ *Idem, ibidem.*

de imprensa demasiado restritiva. Casal Ribeiro sublinhava o desvio no percurso político de Costa Cabral, que passara do radicalismo para o conservadorismo, para com isso o descredibilizar. Recordava também os diversos subornos que o conde teria aceite, e protestava contra o atrevimento de Costa Cabral ao questionar a honra da Rainha nos tribunais ingleses, ao ter declarado que o sucesso na sua carreira não se devia a uma relação amorosa com a monarca¹¹⁸.

Em seguida fazia uma demorada análise dos diversos artigos da nova lei, comparando-os com a legislação anterior, e esclarecendo que esta pretendia apenas censurar os textos políticos, tornar o governo e o regime dogmas inquestionáveis, e dizimar os pequenos jornais políticos de oposição. Segundo Casal Ribeiro, a causa da reacção de Costa Cabral contra a imprensa eram por demais evidentes: “O jornal politico é de todas as publicações a que mais póde prejudicar um governo immoral (...)”¹¹⁹. A liberdade de imprensa era posta em causa pelo medo que o ministro tinha de ser demitido pela pressão dos periódicos da oposição. Só era possível extrair uma conclusão, a censura do Antigo Regime regressava, mas desta vez com maior intensidade: “Manes dos inquisidores do sancto officio, perdoae-nos; perdoae-nos, veneráveis desembargadores da meza censoria, se em nome da civilisação e do progresso temos amaldiçoado a vossa existencia! O vosso regimen era um regimen de paz e tolerancia, comparado com este que depois da censura previa estabelece as multas e as prisões”¹²⁰. Eram palavras inflamadas as que Casal Ribeiro empregava contra Costa Cabral: o ministro era um “(...) demagogo abjecto (...)”¹²¹, um “(...) ministro prevaricador (...)”¹²², um “(...) despota ignobil (...)”¹²³. A nova lei de imprensa era uma “(...) monstruosidade legislativa (...)”¹²⁴, fruto da “(...) pequenez da vaidade ofendida (...)”¹²⁵.

Nota-se neste texto uma inflexão face às suas concepções anteriores, abandonando as repetidas investidas contra a rainha, dirigindo as suas censuras apenas contra o governo, ou seja, agindo segundo propósitos de prudência política. Casal Ribeiro terá tomado consciência que a situação nacional se estava a alterar, que o

¹¹⁸ RIBEIRO, José Maria do Casal, *A Imprensa e o Conde de Thomar*, pp.5-6.

¹¹⁹ *Idem, ibidem*, p.24.

¹²⁰ *Idem, ibidem*, p.29.

¹²¹ *Idem, ibidem*, p.3.

¹²² *Idem, ibidem*, p.6.

¹²³ *Idem, ibidem*, p.32.

¹²⁴ *Idem, ibidem*, p.7.

¹²⁵ *Idem, ibidem*.

republicanismo e o radicalismo tinham fracassado em 1848, e que a sua integração na política activa passava pela adopção do espírito «pasteleiro e fusionista» que se começava a fazer sentir. Não é de todo despiendo que este novo discurso, virado contra o ministro, mas não contra a rainha, fosse feito em simultâneo com dois importantes acontecimentos, um da sua vida pessoal e outro da sua vida profissional: por um lado, o casamento com Maria da Conceição de Castro Quintela Emauz¹²⁶, filha de Inácio Pedro Quintela Emauz¹²⁷, familiar do 1º conde de Farrobo; por outro, a aproximação ao «Partido Nacional», onde pontuavam figuras que faziam a ligação do radicalismo com o constitucionalismo moderado.

A publicação do folheto deu origem a uma disputa entre Casal Ribeiro, apoiado pela redacção de *A Revolução de Setembro*, e os redactores de *O Estandarte*¹²⁸. Ao analisar o opúsculo *A imprensa e o conde de Thomar*, *O Estandarte* via nele a reacção de um jovem enérgico, mas ingénuo, movido pela defesa da liberdade, e não por “(...) odio pessoal, ou vingança por despeito”¹²⁹. Não estranhava, contudo, que Casal Ribeiro visse no novo projecto de lei um princípio de censura: “O sr. Casal Ribeiro não podia suffocar o seu instinto, o *instincto das alçadas*, transmittido por herança”¹³⁰. A referência às funções que o seu pai desempenhara sob o miguelismo era clara, provocando uma reacção furiosa, em carta publicada em *A Revolução de Setembro*: “(...) o campo que o articulista escolheu para a discussão – é o campo das recriminações perfidas e das calumnias embuçadas”¹³¹. Quanto à suposta transmissão da ideologia miguelista, Casal Ribeiro recusava totalmente essa ideia, deixando claro que “se tal axioma fosse verdade os filhos do sr. José Bernardo da Silva Cabral deveriam ter um pronunciadissimo *instincto de roubo* (...)”¹³².

O Estandarte, poucos dias depois, escusava-se a desenvolver o assunto, declarando que as falsas afirmações de Casal Ribeiro teriam resposta “(...) em tempo

¹²⁶ Maria da Conceição de Castro Quintela Emauz nasceu a 20 de Maio de 1824 em Torres Vedras. Foi agraciada com a condecoração da Ordem das Damas Nobres de Espanha.

¹²⁷ Inácio Pedro Quintela Emauz (1798-1858), descendente de família holandesa, advogado, Corregedor da Comarca de Torres Vedras, Desembargador Ordinário da Relação e Casa do Porto e cavaleiro das Ordens de Cristo e da Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa; v. MIDOSI, Paulo, “Elogio historico do falecido advogado Ignacio Pedro Quintella Emauz”, *Jornal do Comércio*, 5-11-1858, p.2, e ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.), *Armorial Lusitano. Genealogia e Heráldica*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961, pp.196-197.

¹²⁸ Situação resumidamente relatada em COLEN, J. Barbosa, *Entre duas revoluções: 1848-1851*, vol.II, 1902, pp.218-219.

¹²⁹ *O Estandarte*, 15-2-1850, p.2.

¹³⁰ *Idem, ibidem*.

¹³¹ *A Revolução de Setembro*, 16-2-1850, p.4.

¹³² *Idem, ibidem*.

devido (...)”¹³³. O jovem panfletário não deixava a questão passar impune: “se a resposta do *Estandarte* significa um *adiamento*, é uma miséria. Questões de honra não se adiam nunca”¹³⁴. Afirmava ainda “(...) nem devo voltar a discutir com homens que desconhecem todos os instintos do brio, e todos os preceitos da honra”¹³⁵. O *Estandarte* apresentava-se então, classificando Casal Ribeiro de “(...) pobre moço, em quem ninguém fallaria neste mundo, e nem mesmo seria agasalhado pela gente da *Revolução*, se o não distinguissem pelo vulto do dinheiro”¹³⁶. Depois de aludir à baixa estatura do jovem em tom jocoso, esclarecia que não tinha qualquer problema em pôr sobre a mesa as provas da dedicação de José Vicente de Casal Ribeiro ao miguelismo, sem que, porém, o tenha feito. A *Revolução de Setembro* desvalorizava estas palavras e dava a vitória a Casal Ribeiro¹³⁷. O *Estandarte* continuava, passando ao ataque: chamava a Casal Ribeiro “(...) moço estouvado (...)”, que se juntara à companhia dos “(...) fanfarrões (...)” de A *Revolução de Setembro*, e às suas cartas “(...) *desvarios de creanças mal educadas* (...)”¹³⁸. A questão voltava ainda momentaneamente às páginas do jornal de Rodrigues Sampaio¹³⁹, para ser dada por encerrada por Casal Ribeiro, que não pretendia discutir mais com “(...) bobos insolentes e ridículos”¹⁴⁰.

A oposição não deixou passar em claro a apresentação da «lei das rolhas», multiplicando-se em iniciativas. Os homens de letras liderados por Alexandre Herculano e Almeida Garrett, e entre os quais se contava Casal Ribeiro, expressaram a sua revolta, num manifesto que recusava uma lei “(...) em que são postergados os direitos e garantias inalienáveis da liberdade de pensamento (...)”¹⁴¹. Com o mesmo objectivo, o «Partido Nacional» publicou a 2 de Março de 1850 um protesto, assinado pelas suas principais figuras – que incluíam, mais uma vez, Casal Ribeiro – onde obstava ao projecto de lei “(...) porque nelle não só são escandalosamente offendidos os

¹³³ *O Estandarte*, 18-2-1850, p.2.

¹³⁴ *A Revolução de Setembro*, 19-2-1850, pp.2-3.

¹³⁵ *Idem*, 19-2-1850, p.3.

¹³⁶ *O Estandarte*, 20-2-1850, p.2.

¹³⁷ *A Revolução de Setembro*, 21-1-1850, p.2.

¹³⁸ *O Estandarte*, 22-2-1850, p.2.

¹³⁹ *A Revolução de Setembro*, 23-2-1850, p.3.

¹⁴⁰ *Idem*, 25-2-1850, p.3.

¹⁴¹ *A Revolução de Setembro*, 21-2-1850, p.1. Como bem sublinhou Victor de Sá, o manifesto tinha a peculiaridade de revelar que os seus autores presumiam que aquele não teria efeitos práticos, resumindo-se a deixar claro que “(...) se essa liberdade tem de perecer, ao menos os seus nomes não passarão deshonrados á posteridade (...)”; SÁ, Victor de, *A crise do liberalismo*, p.269. V. também TENGARRINHA, José, *História da imprensa periódica portuguesa*, pp.179-180.

direitos individuais dos cidadãos portugueses, mas também se confundem os diversos poderes do estado, e se offendem sua harmonia e independência”¹⁴².

1.4. A APOLOGIA DO SOCIALISMO E A REGENERAÇÃO (1850-1851)

Foi por esta altura que Casal Ribeiro começou a construir a sua teoria socializante. As suas ideias surgiram na esteira de um conjunto de pensadores portugueses que, desde o início do século XIX, vinham a formular propostas – mais ou menos concretas – sobre a temática socialista¹⁴³.

O socialismo emergiu no pensamento de Casal Ribeiro, e no de praticamente toda a geração que assistiu aos acontecimentos de 1848, pela influência dos grandes intelectuais da primeira metade do século. Eram suas influências não apenas os socialistas utópicos – Saint-Simon, Fourier, Louis Blanc e Robert Owen – mas também algumas figuras e ideologias emergentes, do anarquismo de Proudhon ao socialismo do jovem Marx. Entre estes filósofos, o que mais influenciou Casal Ribeiro foi Saint-Simon, considerado o pai da Sociologia¹⁴⁴. As doutrinas de Saint-Simon – importância do retorno a um cristianismo primitivo como motor da justiça social, desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, no sentido mais amplo de produção, como suporte primordial do progresso da sociedade, e aplicação do federalismo para garantir a estabilidade internacional – foram perfilhadas e divulgadas por Casal Ribeiro nos seus textos.

O primeiro esboço desta ideologia apareceu num artigo da *Revista Universal Lisbonense*, intitulado “Associação dos barqueiros de Belém”¹⁴⁵. Nele, Casal Ribeiro demonstrava que perfilhava o saint-simonismo, uma vez que à fórmula de Louis Blanc, «a cada um conforme as suas necessidades», o jovem português opunha a de Saint-

¹⁴² *A Revolução de Setembro*, 2-3-1850, p.1.

¹⁴³ António Pedro Mesquita define 5 fases: a primeira, no início do século, marcada por Francisco Solano Constâncio; a segunda, entre os anos 20 e 30, “(...) no deserto (...)”, sem significativa produção; a terceira, das “(...) afinidades electivas (...)”, em que emergiram homens como Alexandre Herculano, Almeida Garrett ou António Feliciano de Castilho; a quarta, dos “(...) auto-proclamados «socialistas» da crise de 1848”; e a quinta, reservada a Henriques Nogueira, o mais consistente nas suas propostas de transformação; v. MESQUITA, António Pedro, “Ecos do pensamento socialista em Portugal na primeira metade do século XIX”, in *Catolicismo e liberalismo em Portugal (1820-1850)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, pp.354-363.

¹⁴⁴ Sobre Saint-Simon ver CABANIS, José, *Saint-Simon l'admirable*, Paris, Gallimard, 1975 e MUSSO, Pierre, *Saint-Simon et le saint-simonisme* Paris, Presses Universitaires de France, 1999.

¹⁴⁵ RIBEIRO, José Maria do Casal, “Associação dos barqueiros de Belem”, *Revista Universal Lisbonense*, 2ª série, nº15, 15-2-1849, pp.169-171.

Simon «a cada um segundo a sua capacidade; a cada capacidade segundo o seu trabalho», que considerava mais correcta. A abrir o artigo, Casal Ribeiro mostrava-se consciente de que as influências socialistas não encontravam em Portugal tanto público como noutros países, pela falta de desenvolvimento industrial do país e de formação de uma classe operária consistente¹⁴⁶. Ainda assim, defendia que era oportuno começar a difundi-las, para evitar que, chegado o momento da industrialização e do crescimento económico, fosse muito maior o sofrimento e a degradação das condições de vida dos trabalhadores.

A principal temática abordada, denunciada logo no título, era um dos pilares do pensamento socialista, o conceito de associação. Esta era “(...) um principio universal que convém propagar (...)”¹⁴⁷, pelas suas extensas vantagens, especialmente para as classes mais desfavorecidas da sociedade: “(...) é a associação que faz partilhar ao grande numero os beneficios da civilização (...)”¹⁴⁸.

Esta reflexão foi desenvolvida de forma mais consistente na série de artigos “Phalansterianismo”, publicados no jornal *O Atheneu*. Casal Ribeiro definia o socialismo, numa perspectiva geral, como “(...) a tendencia para a reforma por meio da associação (...)”¹⁴⁹. O conceito, pela sua importância na estrutura do socialismo, era apontado como meio de consolidação do ideal socialista no futuro: “Prevenção e remedio so o encontramos em uma idéa, que é a base de todos os systemas socialistas; em um pensamento, que é a necessidade do seculo, em que vivemos, e ha de ser a vida dos seculos futuros; em um principio, que encerra em si esperança e salvação, progresso e venturas – a associação”¹⁵⁰. A formação de colectividades entre os trabalhadores – que representava apenas um dos sinais da emergência de uma consciência de classe – era uma forma de garantir os principais direitos que os próprios consideravam necessários para uma vida digna: trabalho, saúde e educação. Esses direitos, postos em lugar de destaque pelo pensamento socializante de meados do século XIX, estavam ligados entre si: o trabalho era um direito e uma necessidade, que garantia a sobrevivência; a saúde estava muitas vezes dependente das condições de trabalho, que nem sempre eram as mais adequadas; a educação e a instrução eram necessárias para os indivíduos compreenderem os ideais socialistas e os benefícios que estes teriam nas suas vidas,

¹⁴⁶ *Idem, ibidem*, p.169.

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*.

¹⁴⁸ *Idem, ibidem*.

¹⁴⁹ *Idem*, “Phalansterianismo I”, *O Atheneu*, 27-1-1850, p.27.

¹⁵⁰ *Idem*, “Phalansterianismo V”, *O Atheneu*, 22-9-1850, p.300.

tornando-se assim cidadãos mais conscientes, capazes de utilizar com rigor o sufrágio universal quando este lhes fosse garantido. A sua concretização implicava, por isso, um esforço complementar.

Se encarava o socialismo como uma ideologia política passível de apresentar resultados benéficos para os trabalhadores, Casal Ribeiro deixava claro que existiam versões doutrinárias que não mereciam a sua atenção: “(...) não recommendamos nenhuma utopia, das que ostentam a orgulhosa pretensão de atingir de salto a perfectibilidade, em vez de melhorar gradualmente as instituições pelo caminho lento, mas seguro do progresso”¹⁵¹. Lançava ainda um apelo às autoridades, para que tivessem em conta os acontecimentos de 1848 na Europa, e que os olhassem como exemplo, iniciando reformas estruturais da sociedade, que permitissem evitar “(...) a mais terrível das calamidades – a onda sempre crescente e ameaçadora do pauperismo”¹⁵².

O pensamento fourierista¹⁵³, a que Casal Ribeiro chamava phalansterianismo – em referência aos edifícios onde Fourier pensava alojar as comunidades da sua sociedade inovadora – procurava elaborar uma crítica à sociedade contemporânea e ser, em simultâneo, uma alternativa às orientações que sustentavam a miséria e o sofrimento humano, como o capitalismo ou o cristianismo. A industrialização produzira tanto riqueza como pobreza, e isto ficara a dever-se à organização anárquica da sociedade capitalista, na qual os homens se individualizavam e concorriam uns contra os outros por interesses pessoais, em detrimento da associação e da luta pelo bem comum. Se a base de desenvolvimento prometida era sem dúvida o ponto mais bem conseguido, existiam contudo elementos que faziam Casal Ribeiro encarar esta ideologia como um “socialismo excentrico”¹⁵⁴. Demasiado imaginativo, Fourier construíra um sistema que pretendia contrariar a fragmentação da sociedade, através do investimento na «atracção passional», ou seja, a utilização dos impulsos naturais e vocações do ser humano com objectivos produtivos. Fourier desenhara toda essa arquitectura partindo do princípio que, se essas paixões haviam sido concebidas por Deus, e sendo este o Criador de uma natureza perfeita, as paixões teriam consequentemente de ser benéficas.

¹⁵¹ *Idem*, “Phalansterianismo I”, *O Atheneu*, 27-1-1850, p.27.

¹⁵² *Idem, ibidem*, p.28.

¹⁵³ Sobre Charles Fourier ver BEECHER, Jonathan, *Charles Fourier: The visionary and his world*, London, University of California Press, 1986.

¹⁵⁴ RIBEIRO, José Maria do Casal, “Phalansterianismo I”, *O Atheneu*, 27-1-1850, p.28.

As falhas que Casal Ribeiro assinalou no pensamento fourierista estavam na sua grande maioria relacionadas com os ideais demasiado utópicos e ingénuos do seu criador, que o impediriam de os observar com maior ponderação. Em primeiro lugar, o fourierismo revelava falta de humildade: “O socialismo de Fourier (...) é commodista, luxento, delicado quasi até ao ponto de materialisar a vida em delicias orientaes”¹⁵⁵. Em segundo, fantasiava, ao supor que as mães de bom grado deixariam os seus filhos com mulheres que lhes eram completamente desconhecidas, apenas pelo facto de estas serem mais instruídas e poderem prestar às crianças serviços adicionais. Era, aliás, muito duro neste ponto: “Esta idéa manifestamente falsa e contraria ás tendencias naturaes é um exemplo saliente das aberrações onde o espírito exagerado de systema conduz a escola”¹⁵⁶. Revelava mais uma vez insensatez ao acreditar que todos os indivíduos dariam o seu melhor em prol da comunidade, pondo de parte a possibilidade de alguém revelar maus instintos ou se aproveitar do esforço alheio, e garantindo a entrega de um valor pecuniário mínimo a todos os habitantes do falanstério, o que Casal Ribeiro julgava ser o “(...) pé de Achilles (...)”¹⁵⁷ da doutrina. Também o método de avaliação dos merecimentos de cada indivíduo parecia a Casal Ribeiro pouco racional. O talento era avaliado pelo tempo que cada um despendia no seu ofício, fosse ele intelectual ou manual. A principal consequência desta medida seria um desequilíbrio no valor intrínseco que, à época, cada tarefa tinha, e Casal Ribeiro exemplificava: “Os Luziadas valeriam menos que os trabalhos de um fazedor de orçamentos!”¹⁵⁸.

Contudo, Casal Ribeiro apontava um ponto no qual Fourier se distinguia positivamente dos restantes socialistas: a propriedade privada. De acordo com Casal Ribeiro “(...) no seu plano de organização, Fourier respeitou escrupulosamente a propriedade”¹⁵⁹. Esta era o elemento mais delicado na arquitectura do socialismo, e aquele que gerava mais críticos; em 1840, Pierre-Joseph Proudhon escrevera uma longa reflexão, cuja conclusão mais marcante fora «a propriedade é roubo»¹⁶⁰. Ao salientar a manutenção da propriedade privada como um dos pontos mais importantes das ideias de Fourier, Casal Ribeiro revela não concordar com o socialismo mais radical,

¹⁵⁵ *Idem*, “Phalansterianismo II”, *O Atheneu*, 17-2-1850, p.53.

¹⁵⁶ *Idem, ibidem*, p.54.

¹⁵⁷ *Idem*, “Phalansterianismo III”, *O Atheneu*, 31-3-1850, p.100

¹⁵⁸ *Idem, ibidem*, p.101.

¹⁵⁹ *Idem, ibidem*, p.100.

¹⁶⁰ PROUDHON, Pierre-Joseph, *O que é a propriedade?*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

aproximando-se sim do liberalismo, ideologia na qual a propriedade privada era um elemento primordial.

Deixava também claro, num dos últimos artigos deste conjunto dedicado ao fourierismo, que “Se regeitamos o systema de Fourier, nem por isso deixamos de adherir a muitas idéas, a quasi todas as tendencias do socialismo”¹⁶¹. Não aprofundava, todavia, quais eram essas ideias, nem quais eram as tendências do socialismo que lhe pareciam mais correctas. Se é possível relacionar o seu pensamento com a ideologia saint-simoniana, não podemos contudo explorar as suas ideias socialistas para além do conceito axial de associação. Esta, se podia ser alicerce de uma proposta de sistema político, não devia contudo resumir esse mesmo sistema político, faltando-lhe elaboração e consistência.

Foi no mesmo jornal que Casal Ribeiro publicou uma série de artigos onde se debruçava sobre aquelas que se tornaram mais tarde as suas principais aptidões nas lides políticas – economia e finanças. Os textos abordavam a “questão monetária”, num momento particularmente importante para a história económica mundial. Segundo Casal Ribeiro, o aumento da quantidade de ouro em circulação nos mercados iria, a breve trecho, conduzir a uma baixa do valor desse metal. Este facto, conjugado com uma maior procura de prata, justificava a apreensão dos economistas, e deveria, na sua opinião, motivar medidas da parte das autoridades para regular a circulação monetária, actualizando a legislação respectiva¹⁶². Portugal tinha em circulação moedas de ouro e prata, enquanto em vários países da Europa se vinham tomando medidas de adopção de apenas um dos metais. A legislação anterior tornara possível a existência de uma verdadeira “(...) Babel monetária (...)”¹⁶³, aceitando a circulação de uma quantidade exagerada de moedas estrangeiras diferentes, “(...) por vezes sem um respeito rigoroso pelos seus valores intrínsecos relativos”¹⁶⁴. Nas palavras de Casal Ribeiro “a relação do preço do ouro para o da prata está muito subida em Portugal”¹⁶⁵. Assim sendo, não só a

¹⁶¹ RIBEIRO, José Maria do Casal, “Phalansterianismo V”, *O Atheneu*, 22-9-1850, p.300.

¹⁶² *Idem*, “Questão Monetaria”, *O Atheneu*, 26-1-1851, pp.25-26.

¹⁶³ NUNES, Ana Bela e VALÉRIO, Nuno, “Moeda e bancos”, in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal*, vol.II, *O Século XIX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p.289.

¹⁶⁴ *Idem*, *ibidem*, pp.288-289.

¹⁶⁵ RIBEIRO, José Maria do Casal, “Questão Monetaria”, *O Atheneu*, 26-1-1851, p.26.

posição de Portugal face ao mercado internacional era desvantajosa, como existia uma tendência para exportar a prata, em moeda ou em barras, que se agravava desde 1847¹⁶⁶.

O governo teria tomado medidas para enfrentar a crise monetária, sem contudo apresentar uma decisão sobre qual o metal mais adequado para estar em circulação. Isto era para Casal Ribeiro uma forma de atrasar uma reforma monetária, dificultando soluções definitivas¹⁶⁷. Por outro lado, a lei de 30 de Janeiro de 1851 – cuja apresentação motivara a escrita dos artigos sobre a questão monetária – cassava o curso legal de todas as moedas estrangeiras, à excepção da moeda britânica. Esta diferenciação fazia, para o autor dos artigos, pouco sentido, dado que o soberano inglês era a moeda estrangeira mais utilizada em Portugal, sendo por isso aquela que mais capitais retirava do país. A utilização do juro nas trocas de moedas mais fracas não se apresentava também como solução possível para esta conjuntura: “O agio na moeda é a contradição do facto com a lei”¹⁶⁸.

Segundo Casal Ribeiro, era necessário pôr em prática uma política de equilíbrio monetário, que permitisse reforçar toda a economia, num contexto internacional cada vez mais competitivo. Terminava propondo a realização de um congresso, com representantes dos vários países, que permitisse, através da “(...) solidariedade das nações (...)”¹⁶⁹, resolver os problemas monetários a nível internacional e chegar a um consenso sobre medidas mais vantajosas. Ainda que essa iniciativa não se tivesse realizado, Portugal iria tomar poucos anos depois uma medida de especial importância, pelo seu carácter extraordinário, a adopção do padrão-ouro. Citando o economista francês Michel Chevalier¹⁷⁰, Casal Ribeiro salientava a situação curiosa em que as finanças nacionais se encontravam: “(...) dos dois estados da Europa, onde o ouro forma, ou tem formado a moeda principal, se um (a Inglaterra) é o mais rico de todos, o outro (Portugal) é um dos mais pobres”¹⁷¹. Seria precisamente essa semelhança de ligação ao metal áureo que levaria o país a contrariar o movimento comum na Europa,

¹⁶⁶ *Idem*, “Questão Monetaria II”, *O Atheneu*, 2-2-1851, p.36.

¹⁶⁷ *Idem*, “Questão Monetaria III”, *O Atheneu*, 16-2-1851, pp.50-51.

¹⁶⁸ *Idem*, “Questão Monetaria II”, *O Atheneu*, 2-2-1851, p.38.

¹⁶⁹ *Idem*, “Questão Monetaria IV”, *O Atheneu*, 2-3-1851, p.67.

¹⁷⁰ O pensamento de Chevalier, e em particular a obra *Cours d'economie politique*, foram particularmente importantes para a ideologia fontista; JUSTINO, DAVID, “Fontismo: ideologia e política económica”, comunicação apresentada ao XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, a 18 de Novembro de 2011, disponível em http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_1a/david_justino_paper.pdf, consultado a 6 de Março de 2012.

¹⁷¹ RIBEIRO, José Maria do Casal, “Questão Monetaria III”, *O Atheneu*, 16-2-1851, p.50.

de bimetalismo ou desmoedação do ouro. Pouco tempo depois, a lei de 29 de Julho de 1854 decretou a adopção do padrão-ouro, tendo Portugal sido o segundo país a tomar esta decisão, ultrapassado apenas pelo Reino Unido¹⁷².

1.5. O PENSAMENTO REVOLUCIONÁRIO

Através da sua teorização sobre o republicanismo e o socialismo, Casal Ribeiro explorou dois temas, distintos mas convergentes, que se associam entre si e com os restantes elementos de reflexão, funcionando como fio condutor entre os seus textos – *progresso e religião*.

O progresso era a resposta à desordem que se sentia na sociedade e continha, no âmbito do pensamento revolucionário de 1848-1850, uma dupla dimensão: por um lado, era a parte sólida das teorias, herdeira do desenvolvimentismo saint-simonista e do socialismo, que encontrava no progresso material e tecnológico a base de uma nova sociedade, onde as utopias pudessem crescer, fortalecer-se, e tornar-se reais¹⁷³; por outro lado, englobava um aspecto nitidamente idealista, com raízes na corrente romântica, que via a doutrina progressista enquanto fé, e até mesmo como uma religião¹⁷⁴. O progresso era uma ideologia para encarar a história, transformando esperanças, utópicas ou religiosas, em realidade. Casal Ribeiro expressava de forma bastante evidente a centralidade que este assunto tinha na sua reflexão: “(...) o progresso é a única lei *eterna* da humanidade”¹⁷⁵.

Era na segunda vertente referida da doutrina do progresso que esta convergia com a religião, e principalmente com a religiosidade romântica, muito explorada pelos republicanos e socialistas de meados do século XIX, tanto portugueses como estrangeiros¹⁷⁶. Para estes homens, no plano espiritual, o romantismo fora integrado na visão do espírito revolucionário como uma forma de fé, que se afastava das estruturas instituídas, especialmente da Igreja Católica. Ao contrário dos socialistas utópicos, que

¹⁷² LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da, op. ci., pp.289-290, e REIS, Jaime, “First to join the gold standard, 1854”, in MACEDO, Jorge Borges de, EICHENGREEN, Barry e REIS, Jaime (org.), *Currency convertibility. The gold standard and beyond*, Londres, Routledge, 1996, pp.159-181.

¹⁷³ SIMON, Walter M., “History for Utopia: Saint-Simon and the Idea of Progress”, *Journal of the History of Ideas*, vol.17, nº3, 1956, pp.311-331.

¹⁷⁴ NISBET, Robert, *History of the idea of progress*, London, Heinemann, 1980, em especial pp.246-251; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *Portugal e a revolução de 1848*, pp.215-216.

¹⁷⁵ RIBEIRO, José Maria do Casal, *Hoje não é ontem*, p.19.

¹⁷⁶ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “O cristianismo social de 1848”, *Revista de História das Ideias*, vol.9, Coimbra, 1987, pp.481-494.

havia lutado contra a religião tentando secularizá-la e, principalmente, «cientificá-la», como Saint-Simon e Fourier, os revolucionários de 1848 levavam a religião de volta aos primórdios, a um cristianismo primitivo, democrático e conciliador, inspirado essencialmente nos Evangelhos, mas que se adaptava ao mundo tecnológica e industrialmente novo a cujo aparecimento assistiam nessa altura. Logo, seguindo este raciocínio, se a revolução era uma religião, e se esta era essencialmente romântica, a revolução era também romântica¹⁷⁷.

Esse cristianismo romântico transparecia em vários textos de Casal Ribeiro: Deus era “(...) o principio creador e intelligente do universo”¹⁷⁸, e a permanência da religiosidade na sociedade era uma garantia de evolução positiva: “A religião de Christo não é so uma verdade eterna: é um código de civilisação, d’onde tem emanado as mais esplendidas conquistas da humanidade”¹⁷⁹. Deixava um apelo aos cristãos, especialmente aqueles que provinham de classes mais desfavorecidas, que podiam encontrar na fé um espaço de igualdade, e um motor para as lutas que travavam: “Univos todos em volta da cruz onde morreo o Christo, que ensinou a lei da fraternidade”¹⁸⁰. A religião relacionava-se com os outros elementos do seu pensamento de forma contínua. No caso do republicanismo, a associação era para Casal Ribeiro indiscutível: “Somos republicanos, queremos republica. Somos cristãos, adoramos o crucifixo”¹⁸¹. Quanto ao socialismo, definia-o como um modelo de “(...) desenvolvimento dos principios da economia politica christã (...)”¹⁸².

O republicanismo, da forma como foi formulado por Casal Ribeiro, deve ser considerado uma utopia, não por ser demasiado cedo para uma experiência republicana em Portugal, mas porque nele não encontramos reflexão, estrutura, pistas de uma formulação institucional, ou de características fundamentais como a maior ou menor centralização, o carácter presidencialista ou parlamentar. Não encontramos esses conceitos, porque estas temáticas não estavam de todo na mente dos jovens republicanos de 1848. A República era, na interpretação de Joel Serrão, “(...) uma mal

¹⁷⁷ Sobre a religião no contexto das Revoluções de 1848 v. BOWMAN, Frank Paul, *Le Christ romantique*, Genève, Droz, 1973, BENICHOU, Paul, *Le temps des prophètes: doctrines de l'âge romantique*, Paris, Gallimard, 1977, e RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *Portugal e a revolução de 1848*, pp.212-251.

¹⁷⁸ RIBEIRO, José Maria do Casal, “Phalansterianismo II”, *O Atheneu*, 17-2-1850, p.51.

¹⁷⁹ *Idem*, “Solemnia verba – Carta ao Sr. A. L. Magessi, pelo Sr. A. Herculano”, *O Atheneu*, 3-11-1850, p.347.

¹⁸⁰ *Idem*, *O soldado e o povo*, p.23.

¹⁸¹ *O Republicano*, nº1, p.1.

¹⁸² RIBEIRO, José Maria do Casal, “Phalansterianismo I”, *O Atheneu*, 27-1-1850, pp.27-28.

definida *aspiração* da consciência revoltada”¹⁸³, uma bandeira empunhada contra um conjunto de figuras muito específicas – Costa Cabral, a Rainha e os cabralistas que sustentavam o governo – mas que não dispunha de bases que lhe permitissem materializar-se. Era um republicanismo, não de princípio, não por confirmação dos seus ideais, mas por oposição ao regime vigente, ou seja, um *republicanismo anti-cabralista*.

Quanto ao socialismo, na reflexão de Casal Ribeiro, não estava completamente desenvolvido e estruturado, sendo sempre maioritariamente idealista. Contudo, era muito semelhante ao conjunto de propostas socializantes de meados do século XIX, e que consistiam principalmente num “(...) ideário romântico matizado (...) dos anseios de reformismo social e material”¹⁸⁴. O reformismo apresentava-se como única solução para uma geração em parte tendencialmente pacífica e oposta a métodos violentos e revolucionários, ainda que os ameaçassem nos seus textos, mas também consciente de carecer dos meios necessários para pôr em prática uma revolução. Foi provavelmente essa índole mais reformista que revolucionária do pensamento socializante, em associação com as suas teorias desenvolvimentistas, que lhe permitiu integrar-se – e até certo ponto, ser absorvido – na ideologia da Regeneração¹⁸⁵.

1.6. DA MARIA DA FONTE AO «PARTIDO NACIONAL» – CONCLUSÃO

É difícil encontrar explicações irrefutáveis para algumas das alterações no percurso de José Maria do Casal Ribeiro. Em primeiro lugar, as suas origens familiares indicavam um caminho, se não de adesão ao legitimismo, pelo menos de defesa de princípios políticos conservadores. A realidade para a sua juventude acabou por se revelar muito diferente, e a única justificação que se nos afigura razoável é a influência do ambiente universitário e a transmissão de ideias que lá ocorreria. Recorde-se que em Coimbra Casal Ribeiro terá contactado com estudantes que perfilhavam as doutrinas liberais, como António Xavier Rodrigues Cordeiro ou Paulo Midosi Junior¹⁸⁶, e

¹⁸³ SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas II*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p.259.

¹⁸⁴ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “Pensamento social e direitos humanos”, in *Revista de História*, Porto, vol.10, 1990, p.167.

¹⁸⁵ CABRAL, Manuel Villaverde, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal*, p.154, e SÁ, Victor de, *A crise do liberalismo*, p.288.

¹⁸⁶ V. *Relação e Índice Alfabético dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1842 para 1843*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1842, pp.7-9.

republicanizantes, como Custódio José Vieira, Álvaro Rodrigues de Azevedo ou Joaquim Marcelino de Matos¹⁸⁷.

Da mesma forma, a sua mudança de uma posição abertamente republicana e hostil à monarquia, para uma outra mais moderada e ligada ao socialismo poderá ter sido fruto da conjuntura política da época. Ciente do falhanço da «Primavera dos Povos», e consequentemente das aspirações radicais que esse acontecimento tinha feito emergir, Casal Ribeiro seguiu os republicanos de 48 na transição para o socialismo de 1850, do qual, posteriormente, passou para a Regeneração. Contudo, como indica José Miguel Sardica, não se pense que a passagem do radicalismo para o centrismo da Regeneração se tratou de hipocrisia¹⁸⁸. Foi apenas uma consequência natural da evolução política portuguesa. Casal Ribeiro acabou por ser um caso bastante significativo dessa assimilação, tendo ascendido consistentemente no mundo político, até atingir cargos de elevada importância.

Os textos de Casal Ribeiro e a análise da sua actuação pública e política transmitem-nos essencialmente duas características da sua personalidade neste período: impulsividade e inexperiência. É não só possível como provável que o jovem recém-formado acreditasse na potencialidade das suas ideias revolucionárias, nem que fosse pelo facto de serem partilhadas por outros indivíduos de indiscutível capacidade intelectual. O simplismo e a fraqueza ideológica das suas propostas para a instituição de uma República, ou para a transformação da sociedade pelo meio do socialismo, não eram de modo algum um problema, e este tipo de hesitações não encontrava qualquer reflexo nos seus textos. Interessava mostrar o máximo de determinação possível, para ter um grande impacto nas mentalidades, em especial nas classes mais desfavorecidas, instruindo-as sobre os seus direitos pessoais e profissionais, e tentando estimulá-las contra os poderes instituídos. Contudo, esta atitude significava arriscar parecer ingénuo para uma grande parte da elite mais instruída e, principalmente, mais conservadora.

¹⁸⁷ V. *Relação e Índice Alfabético dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1844 para 1845*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1844, pp.12-14.

¹⁸⁸ SARDICA, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do consenso*, p.68.

II. O MINISTERIAL REGENERADOR (1851-1879)

2.1. “NÓS AQUI NÃO SOMOS LEGISLADORES, SOMOS JUIZES”¹⁸⁹ (1851-1859)

O golpe da Regeneração, além de representar um momento de transformação no panorama político português, coincidiu com uma alteração no posicionamento político do biografado. Não se pense, contudo, que foi causa única ou que ocorreu de forma instantânea. Seguindo o espírito a que se propunha a Regeneração, de afastamento das guerras internas e dos ideais que podiam ser uma ameaça para a ordem, Casal Ribeiro desenhou também um rumo mais moderado. A sua passagem do radicalismo para o centro-direita deu-se gradualmente, num período que podemos balizar, com maior ou menor rigor, de 1849-1850 a 1854-1856. A demora na sua estabilização dentro de um núcleo político mais definido prendeu-se com as condicionantes da política portuguesa da década de 1850¹⁹⁰.

Nas primeiras eleições organizadas pelo governo do Duque de Saldanha, Casal Ribeiro candidatou-se pelo círculo nº1 de Lisboa, partilhando a lista com nomes como José da Silva Passos e Leonel Tavares Cabral¹⁹¹. Escolhido com 81 votos, a sua eleição para deputado foi oficializada a 5 de Janeiro de 1852¹⁹².

As primeiras aparições de Casal Ribeiro no parlamento eram ainda evidentemente herdeiras dos princípios do «Partido Nacional» e das influências democráticas que havia perfilhado nos anos anteriores. Por isso, em Março de 1852, em resposta a um deputado que defendia a elevação do censo eleitoral para garantir a qualidade do voto, Casal Ribeiro afirmava: “(...) a elevação do censo é a negação do direito, a negação do direito indica o atraso da civilização, (...) pois então a sociedade Portuguesa caminha ou retrograda?”¹⁹³. Da mesma forma, Casal Ribeiro sentava-se do lado esquerdo da sala das Cortes¹⁹⁴, espaço reservado aos deputados da oposição¹⁹⁵, ou

¹⁸⁹ Casal Ribeiro, *DCD*, 3-1-1852, p.21.

¹⁹⁰ Sobre a evolução política deste período, e as suas características particulares, v. RAVARA, António Pinto, “Os partidos políticos liberais na «primeira fase do rotativismo parlamentar» (1851-1865)”, *Análise Social*, vol. XII (2.º), 1976 (n.º 46), pp. 363-367; SARDICA, José Miguel, “A política e os partidos entre 1851 e 1861”, in *Análise Social*, vol. XXXII (141), 1997 (2.º), pp.279-333; *Idem*, “A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração”, *Análise Social*, vol. XXXII (143-144), 1997, (4.º-5.º), pp.747-777; *Idem*, *A regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

¹⁹¹ *O Patriota*, 18-11-1851, p.1 e *A Revolução de Setembro*, 18-11-1851, p.2.

¹⁹² *DCD*, 5-1-1852, p.45.

¹⁹³ *Idem*, 12-3-1852, p.155.

¹⁹⁴ *Idem*, 13-1-1852, p.149.

seja, ao entrar no parlamento não se associava de forma evidente com a política seguida pelo ministério. Na mesma época, revelou ter sido convidado para participar no jornal *O Paiz*, patrocinado por Alexandre Herculano, mas recusou a oferta “(...) por discordar em algumas das idéas que dominavam a redacção”¹⁹⁶. Esta atitude revelava que o jovem político não se associava também com a oposição que começara a formar-se após as primeiras alterações no executivo regenerador.

Sobre as medidas económicas tomadas pelo governo Saldanha-Fontes, o jovem deputado revelava uma posição ambígua. Por um lado, votou contra o decreto de 3 de Dezembro de 1851, que capitalizava a dívida, afirmando: “Logo que resta? Amortisar, como propõe a Comissão, ou bancarrotar. E bancarrotar é máo, é péssimo, ninguém o nega, ninguém o contesta. Mas será melhor, será mais conveniente, mais moral contrair empenhos, que não se podem satisfazer?”¹⁹⁷. Por outro, apoiou publicamente o decreto de 30 de Agosto de 1852, que determinava a nacionalização do fundo de amortização das notas do Banco de Portugal: “(...) este decreto, espoliador, bancarroteiro, e ao qual se tem dado tantos epithetos, é na minha opinião um dos actos mais brilhantes da dictadura”¹⁹⁸. Devia-se esta opinião ao facto de a aplicação do decreto significar um gesto de independência face às potências financeiras estrangeiras, e em simultâneo permitir o investimento nos caminhos-de-ferro, meio de prosperidade por excelência. Casal Ribeiro era já nessa altura visto como próximo de Fontes Pereira de Melo¹⁹⁹.

Seria a ratificação do referido decreto de 30 de Agosto a originar a primeira dissolução parlamentar do novo regime. Consciente da oposição que a maioria progressista estava a desenvolver²⁰⁰, o governo fez repetidos apelos para garantir a sua aprovação, chegando a insinuar a possibilidade de uma bancarrota. Estes, porém, não tiveram efeito. A votação de dia 23 de Julho saldou-se por uma pesada derrota para o governo, que conduziu, no dia seguinte, ao pedido de dissolução, que a Rainha aceitou. A reacção da oposição não se fez esperar, aparecendo em *A Revolução de Setembro*

¹⁹⁵ COELHO, Trindade, *Manual político do cidadão portuguez*, Porto, Empresa Litterária e Typographica, 1908, p.92.

¹⁹⁶ *O Paiz*, 2-8-1851, p.2.

¹⁹⁷ *DCD*, 13-7-1852, p.153.

¹⁹⁸ *Idem*, 14-4-1853, p.170.

¹⁹⁹ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Apontamentos sobre os oradores parlamentares em 1853: por um deputado*, Lisboa, Typographia de A. J. F. Lopes, 1853, p.25.

²⁰⁰ SARDICA, José Miguel, *A regeneração sob o signo do consenso*, pp.149-160.

uma “Exposição dos ex-deputados da Camara dissolvida”²⁰¹, à qual Casal Ribeiro se juntou poucos dias depois, por carta publicada no mesmo jornal²⁰². Diziam os deputados que “Parecia haver em alguns membros do ministerio o desejo (...) de revestir questões pouco importantes do carácter grave que ellas não tinham, e o proposito de provocar conflictos entre o governo e a camara”²⁰³.

Dissolvido o parlamento, era tempo de dar início às movimentações para as eleições, que se realizaram a 12 de Dezembro de 1852. A Comissão Central do Partido Progressista, encarregue de organizar a campanha eleitoral em Lisboa, foi escolhida a 31 de Outubro, incluindo Casal Ribeiro, entre outros membros como Anselmo José Braamcamp, José Estêvão ou o Marquês de Loulé²⁰⁴. A referida comissão publicou alguns dias depois um manifesto onde explicitava os seus princípios, em clara alusão aos acontecimentos da anterior legislatura: “Qualquer divergencia, que por ventura haja sobre um ou outro ponto de administração, nunca póde servir de motivo, nem sequer de pretexto para fraccionar um partido essencialmente tolerante, e mantenedor da livre discussão”²⁰⁵. A candidatura de Casal Ribeiro a deputado do Partido Progressista pelo círculo nº27 foi oficializada a 7 de Dezembro²⁰⁶, sendo eleito com 2446 votos²⁰⁷.

Noutro plano da sua vida, em continuidade com as doutrinas socialistas que tinha defendido, Casal Ribeiro apoiou a fundação do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas²⁰⁸. A criação do Centro, em 1853, reuniu várias figuras da política e intelectualidade em torno de algumas doutrinas democráticas e socializantes, pretendendo ser um meio de difusão da instrução junto dos grupos mais desfavorecidos da sociedade. Casal Ribeiro, nomeado o primeiro tesoureiro²⁰⁹, considerava que o Centro Promotor fora “(...) formado para desenvolver o espirito da associação, e, por meio da palavra, illustrar as classes trabalhadoras acabando com

²⁰¹ *A Revolução de Setembro*, 31-7-1852, p.1.

²⁰² *Idem*, 2-8-1852, p.1.

²⁰³ *Idem*, 31-7-1852, p.1.

²⁰⁴ *Idem*, 2-11-1852, p.2.

²⁰⁵ *Idem*, 17-11-1852, p.1.

²⁰⁶ *Idem*, 7-12-1852, p.1.

²⁰⁷ *Idem*, 15-12-1852, p.1.

²⁰⁸ *Estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.

²⁰⁹ OLIVEIRA, César, *O socialismo em Portugal, 1850-1900: contribuição para o estudo da filosofia política do socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX*, Porto, edição de autor, 1973, p.122.

certos preconceitos e antagonismos sempre prejudiciais (...)”²¹⁰. Este objetivo de ensinar os mais pobres concretizou-se na criação de aulas, dos mais variados temas, entre as quais se incluía uma cadeira de noções de economia política presidida por Casal Ribeiro²¹¹.

Em Abril do mesmo ano, o deputado Cunha de Sottomaior afirmava ter ouvido um rumor segundo o qual Casal Ribeiro iria ser indigitado para ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça²¹², sendo contudo Frederico Guilherme da Silva Pereira a entrar para o referido cargo a 3 de Setembro desse ano. É a partir deste período que o comportamento errático de Casal Ribeiro, em termos de definição de facções no seio do parlamento, começa a ganhar um rumo mais ou menos preciso. Entre meados de 1853 e meados de 1854 Casal Ribeiro aproximou-se das medidas do governo em funções, num movimento que se consolidou até 1856, data em que a sua adesão à facção Progressista Regeneradora, posteriormente Partido Regenerador, se oficializou²¹³.

2.1.1. O iberismo

A questão ibérica surgiu – mais uma vez – em meados de oitocentos, como reflexo de um complexo movimento de ideias que à época se encontravam em debate²¹⁴.

O mais significativo dos textos deste período, pelo impacto que teve no público, foi *Iberia*, do diplomata espanhol Sinibaldo de Mas y Sans²¹⁵. O livro, publicado originalmente em Espanha em 1852, e editado em Portugal com um prólogo de Latino Coelho, consistia num estudo das possibilidades de concretização do ideal ibérico, e dos meios a adoptar. O casamento do jovem príncipe D. Pedro com a herdeira espanhola

²¹⁰ RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1883, t.XI, p.18.

²¹¹ *Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, 12-2-1853, p.3.

²¹² *DCD*, 19-4-53, p.243.

²¹³ V. anexo IV.

²¹⁴ Sobre o iberismo português de meados do século XIX v. CATROGA, Fernando, “Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX”, *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, vol.IV, 1985, pp.419-463; MASCARENHAS, Manuela, “A questão ibérica 1850-1870”, separata de *Bracara Augusta*, t.XXXIV, n.º78, Julho-Dezembro 1980; MATOS, Sérgio Campos, “Iberismo e identidade nacional (1851-1910)”, *Clio*, Nova Série, 2006, 14/15, pp.349-400; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *A questão ibérica: imprensa e opinião (1850-1870)*, 2 vols., tese de doutoramento, Porto, 1995; ROCAMORA, José Antonio, *El nacionalismo iberista (1808-1936)*, Alicante, Universidad de Alicante, 1990, vol.I, pp.99-134.

²¹⁵ MAS Y SANS, Sinibaldo de, *A Iberia. Memoria em que se provam as vantagens politicas, economicas e sociaes da união das duas monarchias peninsulares em uma só nação*, Lisboa, Typographia Universal, 1853. Sobre o assunto ver PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, “Sinibaldo de Mas: a difusão da “Ibéria” em Portugal e do iberismo no Oriente”, *População e Sociedade*, n.º 19, CEPES, Porto, 2002, pp. 213-230.

seria a fórmula de unir os dois povos – que historicamente tanto tinham em comum – numa só nação, cuja capital se localizaria em Santarém. O autor acreditava na união dos dois países como instrumento de desenvolvimento, e considerava necessário proceder a uma intensa publicidade para divulgar a doutrina, especialmente em Portugal, onde os preconceitos e o temor tinham mais força. Com o objectivo de cativar os portugueses, Sinibaldo de Mas sublinhava repetidamente os benefícios que os portugueses encontrariam na constituição da Iberia.

A publicação da obra teve reflexos na intelectualidade portuguesa, um dos quais uma análise em três cartas, da autoria de José Maria do Casal Ribeiro, publicadas na *Revue Lusitaniennne*, revista de efémera duração dirigida por Ortaire Fournier. Segundo Casal Ribeiro referia, teria tido oportunidade de observar a obra antes da sua publicação, por laços de amizade que o ligavam ao autor²¹⁶. Da mesma forma, Sinibaldo de Mas, em correspondência a Latino Coelho, revelava saber dos planos de Casal Ribeiro para a publicação da sua análise crítica²¹⁷, mas não acreditava que as suas palavras pudessem revelar-se agressivas, pois considerava-o “(...) un perfecto caballero”²¹⁸.

As cartas dirigiam-se, no caso da primeira e da terceira, ao director da publicação, que, segundo Casal Ribeiro afirmava, o convidara a dar à estampa um texto da sua autoria; e no caso da segunda, ao autor da *Ibéria*. A posição adoptada nunca era de total oposição, mas apenas de discordância em relação a alguns dos principais pontos expostos por Sinibaldo de Mas. Recorde-se que Casal Ribeiro já se debruçara, ainda que com menos profundidade, sobre esta temática, no opúsculo *O soldado e o povo*, em que insinuara os seus ideais federalistas e iberistas em afirmações de fraternidade entre o soldado português e o soldado espanhol²¹⁹.

Começando por sintetizar a ideologia do autor espanhol, para a partir daí construir a sua reflexão, Casal Ribeiro seleccionava duas premissas: a união de Portugal e Espanha em um só Estado como uma iniciativa muito vantajosa, e a necessidade de proceder à divulgação dessas vantagens para incentivar a população a aderir a tais

²¹⁶ RIBEIRO, José Maria do Casal, “Première Lettre. Qui peut servir d’introduction”, *Revue Lusitaniennne*, t.1, a.1, 15 Mai, 1852, pp.129-130.

²¹⁷ BACL, Manuscritos da Série Azul, pasta 1219, doc.3, carta de Sinibaldo de Mas para Latino Coelho de 22 de Maio de 1852.

²¹⁸ BACL, Manuscritos da Série Azul, pasta 1219, doc.6, carta de Sinibaldo de Mas para Latino Coelho de 31 de Julho de 1852.

²¹⁹ RIBEIRO, José Maria do Casal, *O soldado e o povo*, p.20.

ideias. Contudo, o tom escolhido por Casal Ribeiro era por vezes trocista, reprovando a visão excessivamente benéfica para Portugal que transparecia da obra. Segundo ele, Sinibaldo revelava-se paternalista, tratando os portugueses como crianças, como um povo semi-bárbaro, quando afirmava que até seria «permitido» aos portugueses celebrarem os seus feriados nacionais, ou terem um rei português a ostentar a coroa ibérica²²⁰. O seu propósito não era, na verdade, combater a ideia da união ibérica, mas sim impugnar a proposta de uma união sob um regime monárquico, o que não era, para Casal Ribeiro, uma questão menor²²¹. Segundo ele, considerar que todas as formas políticas eram igualmente benéficas para a empresa da união ibérica, ou nem sequer ponderar qual o melhor regime político era “(...) mutiler la pensée de l’*Union Péninsulaire* (...)”²²². Defendia, então, que a única forma de concretizar beneficentemente o ideal ibérico seria através de um governo republicano: “L’union péninsulaire n’est possible, ne peut être spontanée et pacifique, logique et rationnelle que sous la forme de – *République fédérative*.”²²³. E explicava que escolhia o federalismo por ser o único sistema política que permitia garantir a liberdade dentro da união, uma vez que a união sem liberdade se traduzia em tirania política²²⁴.

Apesar de se opôr ao totalitarismo da fusão das nacionalidades²²⁵, considerava que o federalismo não podia ater-se a ser aplicado apenas nos países europeus. Se, como afirmava o autor do prólogo da *Ibéria*, o ideal da união dos povos se encontrava no seio do cristianismo, era necessário exigir uma federação mundial: “(...) l’empire universel serait la conséquence nécessaire de la civilisation progressive.”²²⁶. A existência de excepções a esta globalização do ideal político punha em risco não apenas o federalismo, mas também o cristianismo e o progresso²²⁷. Da mesma forma, a abolição das fronteiras entre as nações devia ser acompanhada da eliminação de todas as fronteiras, inclusive as que separavam províncias ou municípios, naquilo que o articulista denominava de “(...) communisme universel (...)”²²⁸. Por fim, reflectindo sobre a política internacional, Casal Ribeiro mostrava-se preocupado com o espaço

²²⁰ RIBEIRO, José Maria do Casal, “Première Lettre. Qui peut servir d’introduction”, p.130.

²²¹ *Idem*, p.131.

²²² *Idem*, “Deuxième Lettre. A l’auteur du mémoire”, *Revue Lusitanienne*, t.1, a.1, 15 Mai, 1852, pp.133.

²²³ *Idem, ibidem*, pp.133-134.

²²⁴ *Idem, ibidem*, p.140.

²²⁵ *Idem*, “Troisième Lettre”, *Revue Lusitanienne*, t.1, a.1, 1 Juin, 1852, pp.235-236.

²²⁶ *Idem, ibidem*, p.232.

²²⁷ *Idem, ibidem*.

²²⁸ *Idem, ibidem*.

político que a reacção tinha vindo a conquistar, mas, tal como já deixara transparecer em textos anteriores, opunha-se aos ideias iluministas e ao “(...) culte ridiculement prétentieux de *la raison*”²²⁹.

A aparição das cartas de Casal Ribeiro e de outros textos na imprensa das várias facções políticas não pareceu afectar o rumo decidido por Sinibaldo de Mas, que considerou as críticas fracas: “Debemos felicitar nos de q nuestros opositores no hayan presentado cosas mejores”²³⁰. Decidiu então fazer uma segunda edição da sua obra, que incluía as respostas às referidas apreciações. Analisando os artigos publicados na *Revue Lusitanienne*, Sinibaldo de Mas declarava não compreender a necessidade que o autor sentira de distinguir fusão de federação: “Que outra cousa é a fusão, a unidade nacional senão a federação completa e aperfeiçoada, não só das provincias ou estados, senão a dos membros ou individuos?”²³¹. O espanhol considerava que os seus pensamentos apenas diferiam quanto à centralização ou descentralização da administração²³². Só uma confusão de conceitos explicava que Casal Ribeiro não concordasse nas vantagens de uma fusão, que segundo o autor espanhol não traria quaisquer consequências negativas para Portugal ou para os portugueses. Terminava, num tom magoado: “Há na Iberia certas reflexões que me parecem mui justas, e que o Sr. Casal Ribeiro vio sómente pelo prisma de sua lamentavel suspicacia”²³³.

2.1.2. A construção do ministerial Regenerador

A subida ao trono de D. Pedro V, em 1853, traduzira-se numa transformação da vida política portuguesa. Se D. Maria II fora uma rainha interventiva, o seu filho suplantou-a, fazendo questão de participar activamente em todos os aspectos da governação, o que nem sempre foi aceite pelos ministros em funções²³⁴. A tensão entre o monarca e o governo era patente, e culminou com a recusa de D. Pedro ao pedido do duque de Saldanha de autorizar uma fornada de Pares, em Junho de 1856. O ministério, sentindo-se desamparado, pediu a demissão. No jornal de que Casal Ribeiro foi

²²⁹ *Idem, ibidem*, p.230.

²³⁰ BACL, Manuscritos da Série Azul, pasta 1219, doc.6, carta de Sinibaldo de Mas para Latino Coelho de 31 de Julho de 1852.

²³¹ MAS Y SANS, Sinibaldo de, *A Iberia*, p.128.

²³² *Idem, ibidem*, p.131

²³³ *Idem, ibidem*, p.141

²³⁴ MÓNICA, Maria Filomena, *D. Pedro V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

fundador e redactor, *A Civilização*²³⁵, o governo era elogiado pela sua decisão: “Termina honrosamente uma carreira que honrosamente havia empregado e continuado. (...) O ministerio cáe, por que, tendo a opinião e o assentimento da camara popular, n’uma questão de dinheiros publicos, encontraria a resistência na maioria da camara aristocratica”²³⁶.

Os primeiros anos do reinado de D. Pedro ficaram também marcados por alguma instabilidade social, de que foi exemplo a questão das subsistências²³⁷. Condições climatéricas adversas tinham causado uma redução drástica nas colheitas do ano agrícola de 1856, levando à ruptura de stocks e ao aumento dos preços dos bens de primeira necessidade. A população em maiores dificuldades manifestara-se entre 8 e 12 de Agosto, causando alguma agitação e provocando danos em lojas. No rescaldo dos acontecimentos surgiram rumores de que teria existido manipulação política na origem da revolta. Nos seus cadernos pessoais D. Pedro V dava conta disso: “Entre os papeis que o Ministro do Reino me mostrou havia uma carta do Secretario do Governo Civil de Lisboa em que se dizia claramente que a direcção do movimento sahiu de casa do Conde de Mello, que ali se tinham junctado José Estevão, Fontes e Casal Ribeiro, o que combina com as vozes que correm de que o dinheiro do Casal Ribeiro fôra o agente principal de desordem”²³⁸.

As divergências entre as facções partidárias não pareciam ter um fim próximo, o que punha em causa o ambiente político. Era necessário começar a dar espaço às ideologias, em detrimento das figuras: “Triste e nullo é aquelle partido, que tem por mote o nome de um homem, por programma a palavra desse homem, por crença a vontade do chefe”²³⁹. As rivalidades tinham, porém, um alcance mais profundo e curioso: uma disputa entre o jornal de Casal Ribeiro e *O Portuguez*, jornal redigido por Jacinto Augusto de Santana e Vasconcelos e Manuel de Jesus Coelho, que fazia a defesa do recém-empossado governo do Marquês de Loulé, deu origem a medidas extremas. Sentindo a sua honra posta em causa, ambas as partes decidiram resolver a questão

²³⁵ SILVA, Inocencio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, 1860, t.V, p.25. Casal Ribeiro desempenhava também as funções de Presidente da Comissão Administrativa da empresa *A Civilização*; BACL, Manuscritos da Série Azul, pasta 1214, doc.134, carta de Casal Ribeiro para Latino Coelho de 24 de Setembro de 1857.

²³⁶ *A Civilização*, 3-6-1856, p.1.

²³⁷ Sobre o tema v. GONZALO, Ignacio Chato, “Portugal e Espanha em 1856: a dispar evolução política do liberalismo peninsular”, *Análise Social*, vol. XLII (182), 2007, pp.55-75.

²³⁸ APDVV, *Livro de Lembranças VI* de D. Pedro V, f. 10, entrada de 20 de Agosto de 1856.

²³⁹ *A Civilização*, 2-8-1856, p.1.

através de um duelo²⁴⁰. Como era comum na época, foram nomeados dois padrinhos por parte de cada um dos lados, tendo estes a responsabilidade de acordar o modo como o duelo se iria realizar. Depois do sorteio dos nomes, coube a Andrade Corvo e Santana e Vasconcelos realizar um duelo à pistola. Contudo, Santana e Vasconcelos recusou o modo escolhido, apresentando novos padrinhos. Face a isto, Casal Ribeiro e Andrade Corvo decidiram dar a disputa como terminada²⁴¹. A política era para estes homens uma questão de honra, que justificava pôr em risco a sua própria vida.

Durante o Verão de 1856 tiveram início as movimentações políticas, preparando as eleições de 9 de Novembro desse ano²⁴². A Comissão Provisória para a eleição da Comissão Central Progressista Regeneradora, formada por 15 membros, foi eleita numa reunião realizada no Teatro D. Maria II, a 25 de Julho²⁴³. Esta comissão, da qual fazia parte Casal Ribeiro, organizou uma nova conferência, que teve lugar a 14 de Setembro no Teatro de S. Carlos, com o objectivo de eleger a Comissão Central Progressista Regeneradora, cuja função era organizar as manobras eleitorais²⁴⁴. Mais uma vez Casal Ribeiro foi escolhido para integrar este grupo, candidatando-se posteriormente como deputado da oposição Progressista Regeneradora pelo círculo nº27 de Lisboa²⁴⁵, e sendo eleito com 2042 votos²⁴⁶.

O seu projecto na imprensa acabou por não vingar, por falta de leitores. Como confessava em carta a Rodrigo da Fonseca Magalhães, “(...) sobre tudo precisamos assignantes de Lisboa. Temos entre tudo 400, precisamos o dobro”²⁴⁷. Sem conseguir os apoios necessários, o jornal *A Civilização* terminou a sua publicação a 8 de Setembro de 1857.

A relação do governo Histórico com as câmaras foi sempre instável²⁴⁸. A 20 de Janeiro de 1858, Loulé pôs o lugar à disposição de D. Pedro. Este sondou António Joaquim de Aguiar, encarregando-o de apresentar uma lista alternativa. Aguiar terá

²⁴⁰ *A Civilização*, 22-6-1856, p.1 e *O Portuguez*, 21-6-1856, p.1.

²⁴¹ *A Civilização*, 22-6-1856, p.1.

²⁴² As eleições de 1856 representaram um momento de viragem na política partidária do liberalismo; v. SARDICA, José Miguel, *A regeneração sob o signo do consenso*, pp.197-215.

²⁴³ *A Revolução de Setembro*, 26-7-1856, p.1. A reunião tinha sido convocada por carta aberta de 21 de Julho, assinada por um grupo de progressistas regeneradores, entre os quais Casal Ribeiro.

²⁴⁴ *A Revolução de Setembro*, 16-9-1856, p.1. *A Civilização* dá conta de que a reunião teria sido muito concorrida: “Mais de seiscentos eleitores compareceram.”; *A Civilização*, 16-9-1856, p.1.

²⁴⁵ *A Revolução de Setembro*, 12-11-1856, p.1.

²⁴⁶ *A Civilização*, 18-11-1856, p.1.

²⁴⁷ BNP, Espólio Rodrigo da Fonseca, cx.24, carta sem data.

²⁴⁸ Para uma análise aprofundada v. BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “História de um nado-morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859)”, *Análise Social*, vol.XXXV (157), 2001, pp.989-1012.

então proposto ao rei a seguinte formação: o próprio na presidência e no reino, Morais de Carvalho na justiça, Fontes Pereira de Melo na Fazenda, Casal Ribeiro nas Obras Públicas, o visconde da Luz na Guerra, e o marquês de Ficalho na Marinha e Negócios Estrangeiros²⁴⁹. Apesar de esta formação nunca ter chegado a entrar em funções, uma vez que o marquês de Loulé foi reempossado, existem semelhanças com aquele que viria a ser o ministério de coligação de 1859/1860.

Em Março seguinte, com as duas câmaras parlamentares a impedir as manobras do governo, D. Pedro V autorizou a dissolução das cortes²⁵⁰. As eleições foram marcadas para 2 de Maio. A oposição organizou-se, formando o Centro Eleitoral Progressista, que procedeu à nomeação de uma comissão executiva, composta de 7 membros, um dos quais Casal Ribeiro²⁵¹. No manifesto do Centro Eleitoral Progressista, datado de 30 de Março, e assinado pelas principais figuras da ala Regeneradora, eram expressas duras críticas ao governo. O ministério era acusado de inacção durante a epidemia de febre-amarela do ano anterior e de ausência de medidas concretas nas finanças e nas obras públicas, assim como se insinuava corrupção nessas áreas. Para os autores do manifesto, entre os quais Casal Ribeiro, a dissolução da câmara electiva fora “(...) uma questão de capricho (...)”²⁵² e era de assinalar que “Esta energia nas questões de capricho faz um contraste singular com o desleixo nas de interesse publico (...)”²⁵³. A oposição reuniu-se em coligação, que conjugava progressistas, cartistas e realistas, num esforço de evitar a vitória do ministério Histórico. Contudo, a lista oposicionista ao círculo nº27 foi completamente derrotada²⁵⁴, por intervenção pessoal de António José de Ávila²⁵⁵, e Casal Ribeiro só tomou posse em Novembro de 1858, para ocupar um lugar vago, pelo mesmo círculo eleitoral²⁵⁶.

A situação política do país era volúvel, em consequência de duas grandes pendências: a questão das Irmãs da Caridade, que mais à frente abordaremos, e o

²⁴⁹ VILHENA, Júlio de, *D. Pedro V e o seu reinado*, Lisboa, Academia das Ciências, 1921, vol.I, p.258.

²⁵⁰ SARDICA, José Miguel, *A regeneração sob o signo do consenso*, pp.239-244.

²⁵¹ *A Revolução de Setembro*, 30-3-1858, p.1.

²⁵² *Idem*, 4-4-1858, p.1.

²⁵³ *Idem*, *ibidem*.

²⁵⁴ *DCD*, 18-6-1858, p.71.

²⁵⁵ SARDICA, José Miguel, “RIBEIRO, José Maria Caldeira do Casal”, in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol.III, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004, p.462. As interferências do governo foram alvo de crítica em *A Revolução de Setembro*, 5-5-1858, p.1.

²⁵⁶ *DCD*, 22-11-1858, p.115. Casal Ribeiro foi eleito com 2052 votos, contra os 766 de José Vitorino Damásio; *Idem*, 19-11-1858, p.91.

problema diplomático provocado pelo navio *Charles et George*. Sobre este último tema Casal Ribeiro fez um discurso no parlamento, considerado por Júlio de Vilhena “(...) grandioso de eloquência e de patriotismo (...)”²⁵⁷, em que criticava a atitude arrogante da França, mas lançando também censuras à acção hesitante do governo português: “O governo foi tardio e remisso na resposta às primeiras notas diplomaticas”²⁵⁸.

Neste mesmo período a vida particular de Casal Ribeiro reflectiu-se na sua actividade pública. O falecimento de sua mãe, D. Maria Henriqueta do Casal Ribeiro²⁵⁹, sem deixar testamento, levou-o a um gesto de filantropia. Na assembleia geral da Associação Promotora da Educação Popular, realizada a 19 de Fevereiro de 1859, foi lida uma carta de Casal Ribeiro²⁶⁰, sócio da mesma associação, dirigida ao presidente, António Feliciano de Castilho, em que oferecia 10 mil réis, em inscrições da Junta do Crédito Público, para a construção de uma escola para o sexo feminino, que perpetuasse o nome da sua falecida mãe²⁶¹. A resposta de Castilho, mais do que um documento histórico, é uma obra de prosa literária, onde o autor agradece a iniciativa de Casal Ribeiro e elogia a memória da falecida, aproveitando para elaborar considerações sobre a educação em Portugal e debruçar-se sobre os objectivos e benefícios da utilização do seu método, a leitura repentina²⁶². A escola foi oficialmente inaugurada a 17 de Janeiro de 1860²⁶³, e manteve-se em funções com essa designação até 1946²⁶⁴.

2.2. “LIBERALISMO NOVÍSSIMO”²⁶⁵ (1859-1865)

O marquês de Loulé e os seus ministros, envolvidos em escândalos e acusados de inércia por diversas vezes, decidiram por fim afastar-se do poder, demitindo-se a 15

²⁵⁷ VILHENA, Júlio de, *D. Pedro V e o seu reinado*, vol.I, p.333.

²⁵⁸ DCD, 24-12-1858, p.258.

²⁵⁹ Na época esta figura da alta sociedade foi alvo de homenagens literárias; PUSICH, Antónia Gertrudes, *Lamentos à saudosa memória da Illma e Exma Sra D. Maria Henriqueta do Casal Ribeiro*, Lisboa, Imp. Silviana, 1859.

²⁶⁰ RIBEIRO, José Maria do Casal e CASTILHO, A. F. de, *Cartas sobre as escolas populares*, Lisboa, Typographia Universal, 1859, p.13. As cartas foram republicadas em CASTILHO, A. F., *Telas literárias*, Lisboa, Emp. da Historia de Portugal, 1907, vol.2, pp.119-157.

²⁶¹ RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos*, vol.XII, pp.95-100.

²⁶² RIBEIRO, José Maria do Casal e CASTILHO, A. F. de, *Cartas sobre as escolas populares*, pp.15-43. Também dos relatórios de actividades constavam cartas de Castilho: CALDEIRA, Carlos José, *Eschola instituida pelo sr. Casal Ribeiro: carta do sr. A. F. de Castilho ao Redactor do Arquivo Pittoresco Relatorio de 1863*, Lisboa, Typ. de Castro Irmão, 1864 e *Idem*, “Relatorio annual da Eschola Casal Ribeiro”, *Archivo Pittoresco*, t.VIII, 1865, pp.214-216.

²⁶³ RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos*, vol.XII, p.97.

²⁶⁴ ACR, *Centro Escolar Casal Ribeiro*. A 19 de Julho de 1850 foram aprovados os estatutos do Centro Escolar Casal Ribeiro, que esteve em actividade nas instalações originais.

²⁶⁵ MARTINS, J. P. de Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, vol.II, p.280.

de Março de 1859²⁶⁶. Afastada a hipótese de retorno por parte do duque de Saldanha, D. Pedro recorreu ao duque da Terceira, velho militar do primeiro liberalismo, conservador mas pouco interventivo. À sua volta foi formado um governo de coligação: de um lado a nova geração dos Regeneradores, o «liberalismo novíssimo», “(...) a guarda política, o pessoal de governo no futuro reinado de D. Luís”²⁶⁷, como Oliveira Martins mais tarde lhe chamou, constituída por Fontes, Casal Ribeiro e Mártens Ferrão²⁶⁸; de outro lado, figuras de origens políticas diversas, como António de Serpa Pimentel, anteriormente Histórico, ou Adriano Ferreri, militar conotado com o cabralismo. Segundo Júlio de Vilhena, os jovens chamados ao ministério eram “(...) o que havia de mais ilustrado na política portuguesa daquele tempo”²⁶⁹.

A oposição Histórica, representada pelo jornal *O Portuquez*, tinha anteriormente referido Casal Ribeiro, juntamente com José Estêvão, como nomes Regeneradores que aceitariam, pela sua herança progressista: “Liberaes de coração, nós sempre os conhecemos em campo contra a tyrannia, quando outr’ora ella existiu em Portugal”²⁷⁰. Quando o ministério se apresentou definitivamente, os Históricos encararam-no como uma possível boa surpresa: “Em relação ao sr. Cazal Ribeiro, estamos separados da sua politica desde a fatal divisão entre os progressistas em 1852. Dizemos porém que é competente para a pasta que lhe foi confiada, e que o consideramos ainda possuido de sentimentos liberaes, sentindo que se prestasse a formar parte d’uma administração, cuja significação é para nós a reacção”²⁷¹. Contudo, alguns indivíduos não concordaram, acreditando que o motivo da união de Casal Ribeiro a figuras contra as quais tanto tinham lutado era a ganância: “Amigos da universidade do sr. Cazal Ribeiro, ligados pela sympathia e pela vida intima, lastimámos um tal acontecimento com a mais sentida dôr. Queremos acreditar que o nosso amigo commetteu um erro, e não um delicto politico, e que brevemente o desengano o trará ás nossas fileiras.”²⁷².

Houve também aqueles que consideraram a escolha como a mais acertada, pelas vastas competências que Casal Ribeiro revelava para os assuntos financeiros, em

²⁶⁶ SARDICA, José Miguel, *A regeneração sob o signo do consenso*, pp.253-264.

²⁶⁷ MARTINS, J. P. de Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, p.280

²⁶⁸ A distribuição de pastas era a seguinte: o duque da Terceira acumulava a Presidência, a Guerra e os Negócios estrangeiros, Fontes Pereira de Melo ficou com o Reino, Martens Ferrão com a Justiça, Casal Ribeiro a Fazenda, Adriano Ferreri com a Marinha e António de Serpa Pimentel as Obras Públicas.

²⁶⁹ VILHENA, Júlio de, *D. Pedro V e o seu reinado*, vol.II, p.53.

²⁷⁰ *O Portuquês*, 11-2-1859, p.1.

²⁷¹ *Idem*, 18-3-1859, p.1.

²⁷² Carta assinada por C. Roza, in *Idem*, 26-4-1859, p.1.

simultâneo com a sua índole exemplar. António José de Ávila, futuro conde, marquês e duque²⁷³, com quem Casal Ribeiro haveria de manter toda a vida uma constante relação política e epistolar, felicitava-o pela nomeação, “(...) apesar de que este emprego, não serve para V. Ex.^a se não de trabalho, e mortificação”²⁷⁴.

Enquanto ministro da Fazenda Casal Ribeiro defendia uma reforma das finanças, para equilibrar a balança económica portuguesa: “(...) quanto às minhas ideias em especial, são de certo que o tributo entre nós carece de largas reformas, e não posso deixar de concordar (...) de que ha injustiça relativa entre o que paga a industria e a propriedade”²⁷⁵. Depois da rescisão do contrato com Sir Morton Petto para a construção do caminho-de-ferro do Norte, e da negociação de um novo contrato com D. José de Salamanca²⁷⁶, o ministro propôs uma reforma do Tribunal de Contas²⁷⁷, uma série de empréstimos que visavam o investimento em obras públicas²⁷⁸, tentou regulamentar o curso legal de moedas de ouro e prata²⁷⁹ e implementou uma reforma tributária²⁸⁰. Segundo Vilhena, o que Casal Ribeiro pretendia “Era uma completa remodelação nos nossos impostos. Era a civilização no tributo”²⁸¹.

Os esforços do jovem ministro não foram do agrado apenas dos membros da sua área partidária, mas chamaram também a atenção do rei D. Pedro. Este, em carta ao Conde de Lavradio, dizia: “O ministro da Fazenda, hoje sem chefe, é arbusto que floriu fora de sazão e que provavelmente não tornará a florir; há naquele espírito frio e calculador uma tal probidade que lhe dá vergonha do papel a que o obrigam as circunstâncias. É pena: em melhor sociedade seria realmente alguma coisa, mas dificilmente se costumaria a viver fora dessa *bohème*, em que se estragam quase todos os talentos novos”²⁸². Quanto aos seus antecedentes revolucionários, o monarca não tinha dúvidas: “Se noutro tempo advogou as ideias ibéricas com um ardor que parecia banir toda a perspectiva de arrependimento, não foi por que participasse sèriamente

²⁷³ Sobre esta figura v. SARDICA, José Miguel, *Duque de Ávila e Bolama. Biografia*.

²⁷⁴ ACR, carta de António José de Ávila de 26 de Março de 1859.

²⁷⁵ DCD, 23-3-1959, p.205

²⁷⁶ SALGUEIRO, Ângela Sofia Garcia, *A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses 159-1891*, dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2008, pp.18-20.

²⁷⁷ *Relatorio e documentos apresentados às Cortes pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, pp.46-60.

²⁷⁸ *Idem, ibidem*, pp.17 e 112-113.

²⁷⁹ *Idem, ibidem*, pp.42-44.

²⁸⁰ GUIMARÃES, Ricardo, *Narrativas e episodios da vida politica e parlamentar (1862 e 1863)*, Lisboa, Typographia Universal, 1863, p.53.

²⁸¹ VILHENA, Júlio de, *D. Pedro V e o seu reinado*, vol.II, p.56.

²⁸² Carta de 19 de Maio de 1860 in *Cartas de D. Pedro V aos seus contemporâneos*, Lisboa, Livraria Portugal, 1961, p.309.

delas: era um caminho para a celebridade – seguiu-o. Hoje a sua política externa é como a de todos nós.”²⁸³.

Contudo, nem sempre a relação entre o rei e o seu ministro foi pacífica. Em Agosto de 1859, tendo como motivo a nomeação de António Rodrigues Sampaio para conselheiro no Tribunal de Contas²⁸⁴, D. Pedro mostrou-se muito desagradado com a atitude de Casal Ribeiro. O rei opunha-se por completo a esta escolha, uma vez que Rodrigues Sampaio escrevera palavras muito desagradáveis sobre D. Maria II nos anos da guerra civil. Em carta ao duque da Terceira, desabafava: “Terei eu de persuadir me de que, na nossa terra, é impossível a um homem de honra ser soberano constitucional?”²⁸⁵. É, contudo, de sublinhar que D. Pedro não se tivesse oposto, exactamente pelos mesmos motivos, à escolha de Casal Ribeiro para o ministério da Fazenda.

A concordância inicial da oposição com o governo acabou por se dissipar. A convivência com uma câmara maioritariamente Histórica conduziu Terceira a pedir ao rei a dissolução, algo que o próprio Casal Ribeiro recusara aquando da tomada de posse²⁸⁶. D. Pedro aceitou, sem perceber as razões: “Dissolveu-se a câmara dos deputados, não sei bem porquê, por uma dessas fatalidades, de que Deus se serve para o bem como para o mal”²⁸⁷. *O Portuguez* partilhava da mesma opinião²⁸⁸, enquanto *A Revolução de Setembro* defendia o executivo: “A dissolução da camara dos deputados era uma necessidade”²⁸⁹. As eleições realizaram-se a 1 de Janeiro de 1860, resultando numa câmara maioritariamente Regeneradora. Casal Ribeiro, enquanto ministro, foi candidato pelo círculo nº118, dos Olivais, vencendo com 865 votos²⁹⁰.

A apresentação de um conjunto de projectos de reforma das finanças representou o princípio do fim do ministério. D. Pedro considerava necessária uma reestruturação financeira, mas mostrava-se consciente da situação hostil que esta iria desencadear²⁹¹. Segundo Casal Ribeiro, o rei definira a apresentação de tais propostas como «lançar-se

²⁸³ *Idem, ibidem.*

²⁸⁴ MÓNICA, Maria Filomena, *D. Pedro V*, p.201.

²⁸⁵ Carta de 17 de Agosto de 1859 in QUEIRÓS, Francisco Fortunato, *D. Pedro V e os negócios militares*, Porto, 1973, p.73.

²⁸⁶ *DCD*, 26-3-1859, p.220.

²⁸⁷ Carta de 4 de Dezembro de 1859 in *Cartas de D. Pedro V ao Conde de Lavradio*, introd. Ruben Andresen Leitão, Porto, Portucalense, 1945, p.251.

²⁸⁸ *O Português*, 25-11-1859, p.1.

²⁸⁹ *A Revolução de Setembro*, 27-11-1859, p.1.

²⁹⁰ *DL*, 6-2-1860, p.60.

²⁹¹ Carta de 18 de Fevereiro de 1860 in *Cartas de D. Pedro V ao Conde de Lavradio*, p.257.

aos leões»²⁹². A imprensa oposicionista começou então a afirmar que o ministério cometera ilegalidades: “Toda a gente, que anda no nosso mundo politico da capital, sabe que o sr. Casal Ribeiro, ministro da fazenda, forjou (...) uns projectos de novos tributos no valor de 1,800 a 2,000 contos de réis. S. ex.^a apresentou estes projectos ruinosos, e expoliadores da bolsa do povo, a alguns cavalheiros respeitaveis e competentes, e a opinião destes foi contraria aos mesmos projectos (...). Sabe o povo o que respondeu o sr. José Maria do Casal Ribeiro? Respondeu o seguinte – *Heide morrer abraçado a estes projectos!*”²⁹³. *O Portuguez* deu início à publicação de uma série de textos de análise e crítica às medidas financeiras do governo, acompanhados de representações de vários pontos do país, protestando contra as propostas da Fazenda. Para além das acusações pela questão financeira, a imprensa recuperava o iberismo de Casal Ribeiro como forma de censurar o governo²⁹⁴ e de questionar a permanência do ministro em funções²⁹⁵.

A difícil situação foi agravada pelos falecimentos de Adriano Ferreri a 12 de Março, e do duque da Terceira a 26 de Abril. D. Pedro sublinhava a escolha problemática que tinha de fazer: “Não é um ministerio que se faz; é um ministerio que se concerta. Não é uma cabeça que procura um corpo; é um corpo á procura de uma cabeça”²⁹⁶. A solução mais razoável nas circunstâncias foi a nomeação de Aguiar para a Presidência, com algumas alterações nas restantes pastas: Fontes Pereira de Melo manteve-se no Reino, o visconde da Luz entrou para a pasta da Guerra, José Marcelino Sá Vargas substituiu Ferreri na Marinha, Casal Ribeiro manteve a Fazenda e acumulou os Negócios Estrangeiros²⁹⁷ e António de Serpa ficou com as Obras Públicas. Contudo, cada vez mais sujeito à contestação contra as medidas financeiras e contra a questão das Irmãs da Caridade²⁹⁸, a demissão do executivo era inevitável, concretizando-se a 4 de

²⁹² RIBEIRO, José Maria do Casal, *Discursos do Conde do Casal Ribeiro no debate da resposta ao discurso da coroa na camara dos pares: sessões de 14, 15 e 21 de Fevereiro de 1879*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879, p.29.

²⁹³ *O Português*, 1-12-1859, p.1.

²⁹⁴ *O Português*, 15-5-1860, p.1. Em defesa do ministério v. *Archivo Universal*, 22-5-1860, p.333.

²⁹⁵ *O Português*, 22-5-1860, p.1.

²⁹⁶ Carta de 30 de Abril de 1860 in BARREIROS, Eduardo Montufar, *Os papeis de meu pae*, Lisboa, M. Gomes, 1904, vol.II, p.181.

²⁹⁷ Casal Ribeiro ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros apenas entre 24 de Abril e 4 de Junho de 1860.

²⁹⁸ NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal: 1832-1911*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p.304.

Julho. A decisão pareceu agradar a D. Pedro, ainda que mantivesse o seu tom crítico: “Acaba o ministério de resignar o podêr, o que me poupa ao trabalho de despedi-lo”²⁹⁹.

A queda do ministério provocou, da parte da oposição, algumas insinuações, que Casal Ribeiro prontamente negou no parlamento: “Sr. presidente, os ministros que acabam de deixar aquellas cadeiras podem ter-se enganado, podem haver commettido um erro politico; (...) o que não podem nem querem é recuar diante da responsabilidade de actos, que a ninguém mais senão a elles podem imputar-se. Não posso portanto deixar de declarar e protestar solememente que nenhuma *pressão*, nenhuma *causa occulta*, (...) actuaram no animo dos ministros para se retirarem do poder”³⁰⁰. Sobre as verdadeiras causas para a demissão, declarava ter sido a perda da confiança da maioria parlamentar³⁰¹, ainda que fosse evidente a conveniência do afastamento naquelas circunstâncias. Segundo o que o próprio Casal Ribeiro viria a afirmar, Marténs Ferrão tomara a decisão de abandonar a administração, no que aquele o acompanhara prontamente, conduzindo à demissão conjunta³⁰². É provável que datasse deste momento a proximidade de posições e ideologias políticas entre os dois estadistas.

Nas palavras de D. Pedro, Casal Ribeiro estava desiludido, acreditando “(...) que se torna insustentável uma política, que tomou um carácter de fatalidade; que o dever do homem, que não pode exercer o poder com outras condições, é resigná-lo (...)”³⁰³. Existiam assim sinais, ainda que ténues, de divergência entre os princípios pelos quais Casal Ribeiro guiava a sua actuação e o funcionamento do sistema político e partidário. Mas o monarca afirmava também que o antigo ministro estava consciente da importância das medidas que tomara. Anos mais tarde, comentado as circunstâncias da sua demissão, Casal Ribeiro diria que “(...) o ministerio de 1859 póde, sem immodestia, dizer o que dizia de si o general Cavaignac na tribuna franceza: «Desci e não caí». E eu deploro os governos que não sabem a tempo descer, porque se arriscam a caír e a caír mal (...)”³⁰⁴.

²⁹⁹ Carta ao Marquês de Loulé de 1 de julho de 1860 in QUEIRÓS, Francisco Fortunato, *D. Pedro V e o seu pensamento político*, vol.II, p.161.

³⁰⁰ *DL*, 5-7-1860, p.21

³⁰¹ *Idem*, *ibidem*.

³⁰² RIBEIRO, José Maria do Casal, *Discursos do Conde do Casal Ribeiro no debate da resposta ao discurso da coroa*, p.30.

³⁰³ Carta ao conde do Lavradio de 26 de Julho de 1860 in *Cartas de D. Pedro V ao Conde de Lavradio*, p.273.

³⁰⁴ RIBEIRO, José Maria do Casal, *Discurso proferido em 3 de Fevereiro de 1863 na Camara dos Srs. Deputados*, Lisboa, Typ. da Sociedade Franco-Portugueza, 1863, pp.42-43.

Apesar da sua personalidade ativa e exigente D. Pedro V deu mostras de encontrar em Casal Ribeiro um interlocutor à altura, confidenciando-lhe algumas das suas mágoas. Em cartas ao seu antigo ministro, revelava sentir-se desiludido com o que o rodeava: “Nunca experimentou um sentimento, mais doloroso talvez na minha condição que noutra qualquer, e que não sei definir melhor que chamando-lhe a irritação da actualidade?”³⁰⁵. Considerava ter parecenças de pensamento com Casal Ribeiro: “Não logra de ordinário a popularidade quem não a corteja. Nesse particular e em preferir o testemunho da vossa consciência aos caprichos da opinião, nos parecemos (...)”³⁰⁶. Uma das razões da sua tristeza era o rumo que a política portuguesa havia seguido. A propósito do *meeting* de 5 de Março de 1861, convocado pela Associação Patriótica e tendo como principal tema a questão das Irmãs da Caridade, o monarca questionava: “Queriam uns que tivesse proibido a reunião. Podia fazê-lo? Entendem outros que devia ter obrado com mais energia, desde que os promotores do *meeting* faltaram àquilo a que se tinham comprometido com a autoridade. Era prudente, valia a pena fazê-lo?”³⁰⁷. Quanto às manobras dos Regeneradores, a sua opinião era de reprovação: “Não falarei aqui do procedimento dos seus amigos políticos na presente conjuntura. Erraram, a meu ver, e gravemente, em agredirem o Ministério na desgraçada questão das irmãs da caridade e provocaram assim, fora de tempo, a questão de confiança que, neste momento, se está debatendo”³⁰⁸.

Segundo Júlio de Vilhena, cronista tardio de D. Pedro V, mas também membro do Partido Regenerador, os sofrimentos do monarca poderiam ter sido menores caso as suas escolhas para a liderança política tivessem sido diferentes: “Se D. Pedro tem dispensado aos regeneradores a protecção que dispensou aos Históricos, outra teria sido a sorte do reinado. Fontes, Casal Ribeiro, Mártens Ferrão e António de Serpa, então na fôrça da vida e do talento, cheios de generosas aspirações e admiráveis planos de reformas, como mostraram no ministério de 1859 a 1860, formavam um grupo que, unido a um Rei nas condições de D. Pedro, poderia transformar o organismo decrépito da nação”³⁰⁹.

³⁰⁵ Carta a Casal Ribeiro de 26 de Março de 1861 in *Cartas de D. Pedro V aos seus contemporâneos*, p.322.

³⁰⁶ Carta a Casal Ribeiro de 23 de Setembro de 1860 in *idem, ibidem*, p.314.

³⁰⁷ Carta a Casal Ribeiro de 26 de Março de 1861 in *idem, ibidem*, p.323.

³⁰⁸ *Idem, ibidem*, p.324.

³⁰⁹ VILHENA, Júlio de, *D. Pedro V e o seu reinado*, vol.II, p.370.

Depois de alguns meses afastado das lides políticas, durante os quais realizou uma viagem pela Europa, Casal Ribeiro regressou como candidato nas eleições de Abril de 1861, sendo contudo alvo das manobras eleitorais. Segundo a imprensa Regeneradora, o governo tentou manipular a eleição, para que o lugar de Casal Ribeiro fosse ocupado por José Bernardo da Silva Cabral³¹⁰. Correram também rumores de que aquele político teria pedido apoio ao executivo Histórico para ser eleito, algo que *A Revolução de Setembro* negou terminantemente³¹¹. O governo foi bem-sucedido nas suas manobras³¹², pois Casal Ribeiro só conseguiu entrar para o parlamento através de votação suplementar³¹³, prestando juramento a 3 de Janeiro de 1862³¹⁴.

O ano terminou de forma dramática, com o falecimento do rei e a reacção popular a esse evento, os chamados «tumultos de Natal». Os boatos de envenenamento do rei e dos seus irmãos, possivelmente lançados pela Associação Patriótica, agitaram a população³¹⁵. Uma multidão em fúria atravessou Lisboa, dando morras aos membros do ministério, e pedindo as cabeças dos «marechais do *status quo* político»³¹⁶: o próprio Casal Ribeiro, para além de António José de Ávila, conde de Tomar, marquês de Ficalho ou Mártens Ferrão³¹⁷.

A D. Pedro V sucedeu o seu irmão mais novo, D. Luís, que veio a revelar um posicionamento político muito diferente. Ao contrário do que o irmão e a mãe haviam feito, o novo monarca mostrou-se menos interventivo e mais confiante na capacidade de auto-regulação do parlamentarismo português.

³¹⁰ *A Revolução de Setembro*, 19-4-1861, p.1.

³¹¹ *Idem*, 21-4-1861, p.1.

³¹² A votação no círculo nº118, dos Olivais, deu a Casal Ribeiro 731 votos, sendo derrotado pelos 891 votos de Francisco Isidoro Viana; *DCD*, 1-6-1861, p.1359.

³¹³ Eleito nas eleições legislativas suplementares pelo círculo nº115 de Lisboa com 587 votos; *DCD*, 27-12-1861, p.3287.

³¹⁴ *Idem*, 3-1-1862, p.42.

³¹⁵ SARDICA, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do consenso*, p.297.

³¹⁶ SARDICA, José Miguel, “RIBEIRO, José Maria Caldeira do Casal”, in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol.III, p.460.

³¹⁷ GOMES, Marques, *Historia de Portugal: popular e illustrada*, Lisboa, Emp. da Historia de Portugal, vol.XII, 1907, pp.188-189. Sobre os acontecimentos v. o relatório do Governador Civil de Lisboa, *O Português*, 15-1-1862, pp.1-3.

2.2.1. A «questão das Irmãs da Caridade»

Os últimos anos da década de 50 haviam ficado marcados por um debate público, iniciado por um artigo do jornal *O Portugal*³¹⁸, e que tinha como tema a permanência e actividade educativa, em Portugal, das Irmãs da Caridade de S. Vicente de Paulo³¹⁹. Ultrapassando o âmbito religioso, os argumentos lançados contra e em defesa das Irmãs da Caridade incluíam liberdades constitucionais, considerações de soberania, e a própria honra nacional. A questão arrastou-se durante vários anos, incessantemente debatida na imprensa e nas Câmaras dos Pares e dos Deputados, dependente de medidas governamentais nem sempre consentâneas. A consequência política mais significativa da questão das Irmãs da Caridade foi permitir aos grupos mais radicais, principalmente à chamada «unha negra» dos Históricos, expandir-se e ser ouvida como não conseguiria noutra conjuntura. Não é pois de estranhar que Maria de Fátima Bonifácio tenha sublinhado neste período a «republicanização da monarquia»³²⁰.

Chegados a 1862, era necessário tomar medidas definitivas. O governo, liderado por Loulé, apresentou um projecto de lei que previa a extinção de quaisquer congregações religiosas que tivessem sobrevivido às leis de 1833 e 1834, e a intervenção do governo “(...) nos estabelecimentos de beneficência, tanto publicos como particulares, regulando tudo o que respeitar á sua administração, regimen e direcção moral”³²¹. Foi então criada uma comissão especial encarregue de dar o seu parecer sobre a proposta, analisando também as medidas tomadas desde 1858. A comissão era composta por Fontes Pereira de Melo como presidente, Casal Ribeiro como relator, Vicente Ferrer, António de Serpa Pimentel, António Alves Martins, Rodrigo Nogueira Soares Vieira e José Maria de Abreu, ou seja, era maioritariamente Regeneradora. O parecer da comissão, apresentado na Câmara dos Deputados a 26 de Abril de 1862, defendia “(...) a exclusão dos individuos pertencentes a corporações religiosas estrangeiras dos estabelecimentos publicos de instrucção mantidos ou subsidiados pelo estado, pelos districtos ou pelos municípios”³²², mas apenas no que se

³¹⁸ *Idem*, 16-6-1858, p.1.

³¹⁹ Sobre o debate público v. BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “A republicanização da monarquia”, *Apologia da História Política. Estudos sobre o Século XIX Português*, Lisboa, Quetzal, 1999, pp.241-362.

³²⁰ *Idem, ibidem*, p.240.

³²¹ PAIVA, Vicente Ferrer Neto, *Relatorio e Projecto de Lei sobre as Congregações Religiosas*, Lisboa, Typ. da Soceidade Typographica Franco-Portugueza, 1862.

³²² *Parecer da maioria da Comissão Especial da Camara dos Deputados sobre a proposta do Governo acerca das Congregações religiosas e do ensino: apresentado na sessão de 26 de Abril de 1862*, Lisboa, Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1862, p.54.

referia ao ensino público. Não consideravam necessária legislação que regulasse o ensino doméstico, ficando as decisões a cargo de cada família, e desta forma mostravam uma posição muito menos intervencionista que o governo.

A excepção a estas opiniões foi Vicente Ferrer, deputado Histórico e ministro da Justiça em 1857, que defendia o anticlericalismo. Ferrer fizera um parecer da sua exclusiva autoria, enquanto minoria da comissão, onde apoiava totalmente a proposta do governo, e analisava em tom crítico as afirmações da maioria da comissão. Segundo ele, as Irmãs da Caridade eram a “(...) associação mais perigosa da oligarchia reaccionária (...)”³²³.

A apresentação dos pareceres da comissão na Câmara dos Deputados levou Casal Ribeiro a pronunciar um longo discurso, posteriormente publicado, no qual defendia a liberdade religiosa e se opunha às medidas radicais do governo Histórico. Acreditava que era necessária coerência nas opiniões, porque “(...) o homem verdadeiramente religioso é aquelle que condemna os desvios da religião (...), e o verdadeiro homem liberal é aquelle que condemna os desvios da democracia e da liberdade (...)”³²⁴. Por se opôr a todas as formas de extremismo, fosse político ou religioso, não podia concordar com as opiniões proferidas pelos membros do governo, e pelo seu colega da comissão Vicente Ferrer.

O seu principal receio não era uma vitória da reacção que pusesse em causa a liberdade, mas sim as ameaças do racionalismo e do ateísmo. Casal Ribeiro considerava que o primeiro era “(...) a coisa mais irracional que eu conheço em materia de religião”³²⁵, e declarava: “(...) se o oppormo-nos a esta tendencia fatal é a reacção, eu estou francamente, abertamente e decididamente na reacção religiosa contra a reacção anti-religiosa (...)”³²⁶. Esta afirmação era explicada da seguinte forma: “Estou na reacção religiosa que não pede para si favor, mas liberdade, e que só conta para oppor á propaganda do erro com a propaganda da verdade”³²⁷.

³²³ PAIVA, Vicente Ferrer Neto, *Relatorio e Projecto de Lei sobre as Congregações Religiosas*, p.10.

³²⁴ RIBEIRO, José Maria do Casal, *Discurso sobre a questão das Irmãs da Caridade, proferido no Parlamento Portuguez pelo Ministro e Secretário d'Estado Honorário José Maria do Casal Ribeiro*, Porto, Typ. Commercial, 1862, p.23.

³²⁵ *Idem, ibidem*, p.41.

³²⁶ *Idem, ibidem*, p.42.

³²⁷ *Idem, ibidem*.

Como liberal, Casal Ribeiro era a favor de todas as liberdades. O ensino, fora de escolas públicas, deveria ser o mais livre possível, sem distinção da religião daqueles que tinham a responsabilidade de ensinar. Quanto à liberdade de cultos, não podia ser mais claro: “Querem agora saber o que eu penso da liberdade de cultos? Vou dizer-lh’o de uma vez por todas, e sem reticencias. *Eu quero, peço, voto, e aprovo a liberdade de cultos*”³²⁸. Terminava lançando um apelo aos governantes: “A dignidade nacional está nas vossas mãos. Reflecti antes de julgar. Poupai á nossa pátria uma grande e eterna vergonha!”³²⁹.

Mesmo depois de apresentados e votados os pareceres da comissão especial³³⁰, e de as Irmãs da Caridade serem levadas de Portugal por um navio de guerra francês, os ânimos demoraram a serenar. Entre 31 de Maio e 6 de Setembro, nove cartas intituladas “O voto separado do Sr. Ferrer” foram publicadas no jornal *O Bem Publico*, assinadas com o pseudónimo Junius. Posteriormente foram compiladas num único volume, com o título *Cartas de Junius ao Senhor Ferrer ou analyse critica e histórica do seu voto separado*. Segundo Inocêncio Francisco da Silva, as cartas eram da autoria de Casal Ribeiro³³¹. Os textos, escritos num tom muito agressivo, eram uma crítica ao relatório apresentado por Vicente Ferrer como minoria da comissão especial. Para o autor das cartas, Ferrer escrevera o seu relatório motivado pela ignorância e pelo ódio à religião, e só isso explicava a quantidade de «erros» que nele figuravam. Analisando detalhadamente o conteúdo jurídico e religioso da obra de Ferrer, Junius insurgia-se contra praticamente todas as afirmações: “Para tão miseraveis apostasias era melhor que v. ex.^a estivesse mudo”³³².

Apesar de o tom violento ter evidentes parecenças com os textos do jovem revolucionário Casal Ribeiro, a observação da sua obra leva-nos a inferir que as *Cartas de Junius* não parecem ser da sua autoria. O motivo principal para esta conclusão são as incoerências entre argumentos apresentados no texto e anteriores afirmações do mesmo autor. A título de exemplo, Junius criticava aqueles que defendiam o socialismo, enquanto Casal Ribeiro anos antes perfilhara essa doutrina política: “Também ali estão os que (...) fazendo-se ecco das províncias, copiavam as doutrinas socialistas que o seu

³²⁸ *Idem, ibidem*, p.61.

³²⁹ *Idem, ibidem*, p.72.

³³⁰ O parecer da maioria foi rejeitado por 87 contra 67; o parecer de Vicente Ferrer foi aprovado por 92 contra 55. *DL*, 27-5-62, p.1410.

³³¹ SILVA, Inocencio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, 1870, t.IX, p.51.

³³² *Cartas de Junius ao senhor Ferrer ou analyse critica e historica do seu voto separado*, Lisboa, Typ. de J. J. de Carvalho, 1862, p.26.

mestre, inspirando-se de Proudhon, tinha escripto n'um ridículo compendio...”³³³. Noutro caso, recusava a revisão do milagre de Ourique, afirmando que “Para negar o milagre, negou o sr. Alexandre Herculano um facto glorioso da nossa historia, amesquinhando-o ás proporções mais ridiculas (...)”³³⁴, quando Casal Ribeiro, anos antes, apoiara as conclusões de Herculano: “(...) nem a causa da gloria nacional, nem a do christianismo sincero perde nada com o desaparecimento do milagre de Ourique dentre as tradições acreditadas”³³⁵.

2.2.2. O político e o parlamentar

A evolução política de Casal Ribeiro tornara-o não só um orador temido na Câmara dos Deputados, mas também um dos nomes Regeneradores mais influentes, sendo, segundo um deputado da época, “(...) indisputavelmente o homem mais importante do partido regenerador (...)”³³⁶. No mesmo sentido afirmava Lélío Lenoir, na sua crónica do ano de 1863, que Casal Ribeiro “(...) é inegavelmente o primeiro da camara (...)”³³⁷. Foi, por isso, escolhido para encerrar a discussão sobre a resposta ao discurso da Coroa, em Fevereiro de 1863. O principal assunto debatido foi a revolta da «Maria Bernarda», que ocorrera em Abril de 1862 no Norte do país, e que fora de imediato comparada com a Maria da Fonte. Na altura o governo decidira enviar os indivíduos que haviam estado envolvidos na revolta para África, contrariando a vontade do Rei e sem que tenha havido sentença dos tribunais³³⁸. Casal Ribeiro considerava ilegal a resolução do ministério, e defendia-se das insinuações de que tinham sido os Regeneradores os responsáveis pelo início dos tumultos. Utilizando um tom por vezes irónico, insurgia-se contra as afirmações feitas pelos membros do governo e pelos deputados governamentais³³⁹.

Casal Ribeiro aproveitava para recordar o início da Regeneração, falando da sua participação política nesses anos: “Ao periodo revolucionario da regeneração não pertença eu. Vá a quem cabe a gloria ou a responsabilidade d'elle. Não estou inocente

³³³ *Idem, ibidem*, p.15.

³³⁴ *Idem, ibidem*, p.22

³³⁵ RIBEIRO, José Maria do Casal, “Solemnia verba – Carta ao Sr. A. L. Magessi, pelo Sr. A. Herculano”, *O Atheneu*, 3-11-1850, p.347. A mesma opinião foi reforçada em RIBEIRO, José Maria do Casal, *Discurso sobre a questão das Irmãs da Caridade*, p.35.

³³⁶ GUIMARÃES, Ricardo, *Narrativas e episodios da vida politica e parlamentar*, p.51.

³³⁷ LENOIR, Lélío, *Portugal em 1863*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1864, p.8.

³³⁸ RIBEIRO, José Maria do Casal, *Discurso proferido em 3 de Fevereiro de 1863*, p.36.

³³⁹ *Idem, ibidem*, p.15.

em todas as revoltas que se tenham feito n'este paiz; mas andei antigamente n'ellas com o partido progressista, e nunca com o partido regenerador. Não tive parte na revolução de 1851; mas aderi mais tarde ao governo que d'ella nasceu quando o vi entrar em um caminho francamente liberal e conciliador”³⁴⁰. Esta distinção entre progressistas e regeneradores pode ser entendida como uma forma de Casal Ribeiro preservar a sua posição mais radical da juventude, e salientar o afastamento que escolhera face ao grupo mais moderado que viera a ser o motor da revolução de 1851. Encerrava o seu discurso com uma previsão pouco positiva para o executivo: “Inclino-me a crer que o governo cáe.”³⁴¹.

Ao contrário do que Casal Ribeiro previa, a administração manteve-se em funções durante algum tempo, organizando em Setembro de 1864 eleições, que os Históricos venceram. Casal Ribeiro foi escolhido como candidato pelos círculos de Vila Flor, em Bragança, e de Idanha-a-Nova, em Castelo Branco, afirmando o próprio que teriam existido “(...) contrários esforços da auctoridade”³⁴². Apesar da derrota eleitoral, Fontes Pereira de Melo organizou uma viagem ao Norte com o objectivo de congregar apoios, na qual foi acompanhado por Casal Ribeiro, e que se revelou um sucesso³⁴³.

Durante esse ano Casal Ribeiro havia integrado uma comissão de estudo sobre o comércio dos cereais no país, a qual propunha ao ministro das Obras Públicas, através de um projecto de lei, a liberalização da exportação de cereais³⁴⁴, assunto este que vinha motivando debate desde a crise das subsistências de 1856.

A conjuntura internacional mereceu também de Casal Ribeiro algumas reflexões, especialmente relacionadas com a questão das nacionalidades e da soberania italiana. No fim de 1864 deu à estampa *Rome et l'Europe*³⁴⁵, um texto onde se debruçava sobre a chamada Convenção de Setembro, assinada entre o governo italiano e Napoleão III. Segundo Casal Ribeiro, existiam vários conceitos da política internacional que não eram completamente entendidos, gerando por isso confusões. Entre esses casos encontravam-se as noções de revolução e liberdade, e também o caso do espírito de

³⁴⁰ *Idem, ibidem*, p.41.

³⁴¹ *Idem, ibidem*, p.66.

³⁴² *A Revolução de Setembro*, 18-5-1865, p.1. Casal Ribeiro foi eleito pelo círculo nº49 de Vila Flor com 971 votos, contra os 735 de José Mario Moraes Menezes; *DCD*, 9-1-1865, p.76.

³⁴³ GOMES, Marques, *Historia de Portugal*, vol.XII, p.229 e *A Revolução de Setembro*, 10-12-1864, p.2.

³⁴⁴ RIBEIRO, José Maria do Casal & CORVO, João de Andrade, *Relatório e projecto de lei sobre o commercio dos cereais*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864, pp.122-123.

³⁴⁵ RIBEIRO, José Maria do Casal, *Rome et l'Europe: qu'est-ce que la convention du 15 septembre?*, Lisbonne, Impr. Franco-Portugaise, 1864.

nacionalidade, erradamente compreendido como “(...) un tendance supposée aux grandes agglomérations nationales (...)”³⁴⁶.

Casal Ribeiro afirmava que o tratado só continha um artigo verdadeiramente significativo, aquele segundo o qual a capital do reino de Itália era transferida de Turim para Florença³⁴⁷. A Itália tivera um desenvolvimento significativo nos últimos anos, mas o seu governo estava demasiado preso à questão da luta sobre Roma enquanto capital, da qual, nas palavras de Casal Ribeiro, não dependia a unidade italiana³⁴⁸. Ia mais longe ainda: não havia motivos para um combate tão intenso entre o poder temporal e os governos, uma vez que “(...) l’Eglise et la liberté ne se haïssent pas!”³⁴⁹. Principalmente, os italianos deveriam compreender que o cristianismo precisava de Roma como seu núcleo, e que esta era a “(...) métropole de la civilisation universelle (...)”³⁵⁰.

O próprio Napoleão III recebeu um exemplar deste texto, fazendo questão de mostrar por carta a Casal Ribeiro a consideração que lhe tinha: “Monsieur, le duc de Massano m’a remis de votre part un exemplaire de la brochure que vous avez publié sur les affaires de Rome. Je la lirai avec un vif intérêt, assuré d’y retrouver les qualités d’esprit qui vous distingue (...)”³⁵¹. Casal Ribeiro revelava-se assim não apenas um nome cada vez mais importante na política portuguesa, mas também uma figura reconhecida nos círculos políticos europeus.

2.3. O «MINISTÉRIO DA FUSÃO» E A «JANEIRINHA» (1865-1868)

O segundo governo Histórico esteve em funções entre Julho de 1860 e 17 de Abril de 1865. Foi sucedido por um ministério de curta duração, presidido pelo Marquês de Sá da Bandeira, coadjuvado pelos avilistas. Esta situação política caótica levou a maioria dos deputados e alguns membros do governo a apoiar uma possível fusão entre Regeneradores e Históricos. Os deputados apoiantes da solução fusionista publicaram na imprensa um manifesto onde davam conta da sua opinião, texto que não foi assinado por Casal Ribeiro, e que mereceu uma declaração autónoma de Mártens Ferrão,

³⁴⁶ *Idem, ibidem*, pp.22-24.

³⁴⁷ *Idem, ibidem*, pp.4-5.

³⁴⁸ *Idem, ibidem*, p.37.

³⁴⁹ *Idem, ibidem*, p.52.

³⁵⁰ *Idem, ibidem*, p.65.

³⁵¹ ACR, carta de Napoleão III de 21 de Dezembro de 1865.

esclarecendo um afastamento de princípios³⁵². A decisão de não assinar a exposição foi posteriormente explicada por Casal Ribeiro, ao publicar na imprensa uma carta dirigida a Manuel Vaz Preto Geraldês, que o havia convidado para ser novamente candidato por Idanha-a-Nova. Por um lado, declarava que “Ninguém mais do que eu, acata a rectidão de intenções, a nobreza dos motivos, a abnegação de sentimentos, a lealdade de procedimento com que semelhante acordo foi aceite e levado a cabo pela parcialidade á qual me honro de ter pertencido”³⁵³. Mas por outro, afirmava-se reticente: “Relucta o meu espirito contra a convicção da maior parte quanto á conveniência, á oportunidade e ao modo de realizar-se a fusão”³⁵⁴. Desenhou-se assim o primeiro momento de discórdia evidente entre a posição oficial do Partido Regenerador, que apoiava a Fusão, e Casal Ribeiro, que a recusava. Ainda assim, o político continuava a reconhecer-se como membro do partido, não se materializando de imediato um afastamento.

Regeneradores e Históricos candidataram-se unidos às eleições de Julho de 1865 e acabaram por vencer, devido às cisões entre os governamentais. Sá da Bandeira não concordava com a fusão, e por isso pediu a demissão do ministério. Subiu então ao poder o chamado «ministério da fusão», liderado por Joaquim António de Aguiar, que acumulava a pasta do Reino, e composto por Fontes na Fazenda, Augusto César Barjona de Freitas na Justiça, Conde de Castro nas Obras Públicas e Negócios Estrangeiros, Visconde da Praia Grande de Macau na Marinha e Conde de Torres Novas na Guerra. Casal Ribeiro foi eleito pelo círculo nº99 de Idanha-a-Nova³⁵⁵, sendo proclamado deputado a 28 de Agosto de 1865³⁵⁶. Contudo, não tomou parte nos trabalhos parlamentares por ter sido nomeado Par do Reino por carta régia de 8 de Setembro de 1865³⁵⁷.

O «ministério da fusão» apresentou-se como mais do que um simples governo, propondo uma reformulação da política, ao estilo do que os fusionistas de 1851 haviam tentado. Amplamente apoiada no parlamento, bem recebida pela imprensa, a nova administração parecia ter um futuro promissor. Contudo as remodelações começaram a suceder-se de imediato: dois meses depois da entrada em funções, faleceu o Conde de

³⁵² *A Revolução de Setembro*, 16-5-1865, p.2.

³⁵³ *Idem*, 18-5-1865, p.1.

³⁵⁴ *Idem, ibidem*.

³⁵⁵ Venceu com 960 votos, contra apenas um voto de João Chrysostomo Freire Correia Falcão; *DCD*, 16-8-1865, p.1877. Recorde-se que a candidatura de Casal Ribeiro por Idanha-a-Nova se devera a um convite pessoal de Manuel Vaz Preto Geraldês, o que explica a vitória esmagadora.

³⁵⁶ *Idem*, 24-8-1865, p.1966.

³⁵⁷ ACR, diploma de nomeação para Par do Reino de 8 de Setembro de 1865.

Torres Novas, substituído por Salvador Pinto da França. O mesmo, porém, acabou por falecer menos de seis meses depois de ter sido nomeado. Entretanto o estado de saúde de Joaquim António de Aguiar vinha a agravar-se, forçando a uma reorganização ministerial: a 9 de Maio de 1866, Aguiar cedeu o Reino a Mártens Ferrão, cargo para o qual Casal Ribeiro tinha sido falado pela imprensa³⁵⁸. O mesmo Casal Ribeiro substituiu o Conde de Castro nas Obras Públicas e Negócios Estrangeiros, e Fontes passou a acumular a Fazenda. Estas alterações tornaram claro que os Regeneradores estavam a ganhar cada vez mais poder, suplantando a facção Histórica, num governo em que nunca existira um equilíbrio de facções. Como diria Oliveira Martins sobre estes acontecimentos, a fusão era “(...) o modo grave de o partido histórico se sumir”³⁵⁹. Verifica-se que, tendo em conta a posição que havia expressado anteriormente, foi por ter consciência da preponderância do Partido Regenerador dentro do governo que Casal Ribeiro aceitou integrá-lo³⁶⁰. Ainda assim, a contradição entre o que havia defendido um ano antes e a sua acção naquele momento era evidente.

Compreendendo esta situação, *O Jornal do Comércio* comentava: “Triumpham pois as doutrinas políticas dos srs. Casal Ribeiro e Martens Ferrão, e entram no governo as doutrinas condemnatorias da fusão”³⁶¹. Toda a política fusionista estava assim posta em causa: “(...) A fusão morreu, e surge a regeneração”³⁶². *O Portuguez*, apesar de se mostrar crítico, admitia encontrar no novo ministro qualidades políticas, ao afirmar que “O sr. Casal Ribeiro é incontestavelmente um talento superior. Serve uma pessima causa, mas não se lhe podem contestar grandes e superiores dotes de intelligencia”³⁶³. Não era, portanto, de estranhar que alguém com tão importante experiência ministerial fosse escolhido para um governo que podia transformar o panorama político português.

A lei de 1 de Junho de 1866 restabeleceu o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, sendo Casal Ribeiro incumbido de desempenhar esta função³⁶⁴, o que lhe

³⁵⁸ *Anuario do Arquivo Pitoresco*, nº29, Maio de 1866, p.228.

³⁵⁹ MARTINS, J. P. de Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, vol.II, p.281.

³⁶⁰ GOMES, Marques, *Historia de Portugal*, vol.XII, p.239, e VALENTE, Vasco Pulido, *Glória: biografia de J. C. Vieira de Castro*, Lisboa, Gótica, 2001, pp.198-199.

³⁶¹ *Jornal do Comércio*, 10-5-1866, p.1.

³⁶² *Idem, ibidem*.

³⁶³ *O Portuguez*, 3-6-1866, p.1.

³⁶⁴ Enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, Casal Ribeiro abandonou as funções, por motivos desconhecidos, por duas vezes, entre 14 e 24 de Dezembro de 1866 e entre 19 de Junho e 20 de Agosto de 1867, sendo em ambos os casos substituído temporariamente por Andrade Corvo.

valeu fortes críticas³⁶⁵. A sua nova passagem pelo governo esteve longe de ser pacífica. A 29 de Maio Casal Ribeiro enviara aos chefes das várias missões portuguesas uma circular onde formulava as suas intenções enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros. Para além de apontar o investimento em tratados económicos com potências internacionais e a neutralidade face à frágil conjuntura europeia, declarava ser sua intenção “Estreitar muito particularmente os vínculos de amizade e confiança que nos unem ao reino vizinho, vínculos que, no interesse de ambos os povos peninsulares, convem que sejam cada vez mais íntimos e cordeaes, dando á fraternidade de Portugal e Hespanha a unica sabe solida, a única compativel com as tradições gloriosas dos dois povos, a unica apropriada a acrescentar á felicidade commum o pleno e mutuo respeito da independencia de cada um”³⁶⁶. Como mais tarde viria a explicar, a possibilidade de pôr em prática esta estratégia política fora uma condição que Casal Ribeiro impusera ao monarca para aceitar o cargo³⁶⁷. Do outro lado da fronteira, a reacção da diplomacia espanhola às pretensões do novo ministro dos Negócios Estrangeiros foi positiva, tendo o embaixador espanhol em Lisboa assegurado “(...) quanto applaudia a politica de cordialidade proclamada pelo governo, e que elle procurava quanto em si cabia desempenhar pelo seu lado (...)”³⁶⁸.

Contudo, internamente, a oposição mais radical agitou-se, recordando os ideais federalistas que Casal Ribeiro defendera na juventude: “A circular do sr. Casal Ribeiro, se não é um acto de traição, é pelo menos um acto de loucura”³⁶⁹. Até o ainda jovem escritor Eça de Queiroz se mostrou indignado: “A política do sr. ministro é talvez má, mas as suas intenções são boas. Ele sente a decadência, a morte, o abaixamento de Portugal; entende que nos devemos apoiar em alguém; sim, mas não nos apoiemos nos dentes da loba”³⁷⁰. Eça de Queiroz fazia questão de utilizar um tom irónico, afirmando que “Se é necessário apoio, tomemos o braço à Espanha, e vamos como dois inválidos

³⁶⁵ *O anão das Chagas ou o algoz da industria portugueza*, pp.11-12. Enquanto isso, Andrade Corvo era nomeado para as Obras Públicas; *DL*, 2-6-1866, p.1769. O decreto de 31 de Dezembro de 1852 estipulava que o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros seria extinto, sendo as suas funções atribuídas ao Presidente do Conselho ou a outro ministro, conforme conviesse; *DG*, 3-1-1853, p.15.

³⁶⁶ *Negocios Externos: Relatorio e documentos apresentados ás Cortes na Sessão Legislativa de 1867 pelo Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios Estrangeiros*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p.7.

³⁶⁷ RIBEIRO, Conde do Casal, “Portugal y España”, in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, t.23, 1893, p.470.

³⁶⁸ CAMS, carta de Casal Ribeiro para Ávila, de 11 de Outubro de 1866.

³⁶⁹ *O Português*, 24-6-1866, p.1.

³⁷⁰ QUEIROZ, Eça de, “A Espanha”, *Prosas esquecidas*, vol.II, Lisboa, Presença, 1965, p.217.

amigos por essa Europa fora pedir esmola e agasalho para ambos”³⁷¹. As circunstâncias políticas em Espanha contribuíram também para aumentar os receios de uma união ibérica. Desde meados de 1865 que se repetiam tentativas revoltosas, a mais importante das quais ocorreu a 22 de Junho de 1866, em Madrid, quando os militares do quartel de San Gil se sublevaram contra a rainha Isabel II³⁷². Corriam também rumores de que estaria a ser preparada uma invasão por parte de Espanha, com o acordo francês, mas estas eram desvalorizadas pelas autoridades: “Corre aqui nos Circulos Diplomaticos que Portugal fez em Paris, com consentimento de Napoleon, um Tratado com a Hespanha de troca de territorio. Portugal cede á Hespanha uma parte do sul de Reino e uma parte das Possessões D’Africa, recebendo em troca a Galiza!”³⁷³.

Para além da delicada situação diplomática face a Espanha, o governo tinha também de ser cauteloso quanto à «questão romana». O conflito entre o Estado italiano e o Papado há já algum tempo, e uma intervenção brusca podia ser causa de problemas desnecessários. D. Luís aconselhava o seu ministro dos Negócios Estrangeiros disso mesmo: “A mais estricta neutralidade é o rumo que devemos seguir. Proteger o Papa na sua pessoa, deixar aos acontecimentos o cuidado de decidir a forma de governo que convem aos estados Romanos. O poder temporal no presente seculo não tem razão de existir. Receio a morte da nossa religião, mas mal vai a nação que se comprometer por uma opinião n’uma questão em que interesses eguaes se combatem”³⁷⁴.

A oposição radical tinha crescido, mas estava dispersa em grupos de pressão denominados pelos seus locais de encontro, como o centro da Travessa da Queimada, o centro da Rua das Flores ou o centro do Pátio do Salema, também conhecido como «Clube dos Lunáticos»³⁷⁵. Procurando minar a acção do governo, estes centros convocaram uma série de *meetings* para o início de 1867³⁷⁶. A contestação agravou-se ainda mais com o anúncio da reforma do ministério dos Negócios Estrangeiros, que iria

³⁷¹ *Idem, ibidem*, p.218.

³⁷² ARTOLA, Miguel, *La burguesía revolucionaria (1808-1874)*, in ARTOLA, Miguel (dir.), *Historia de España Alfaguara*, Madrid, Alianza Editorial, 1981, p.367; CASARES, Gabriel Tortella *et al.*, *Revolución Burguesa Oligarquía y Constitucionalismo (1834-1923)*, in LARA, Manuel Tuñon de (dir.), *Historia de España*, Barcelona, Labor, vol.VIII, 1981, pp.251-252.

³⁷³ ACR, carta de autor desconhecido, [1866/ 1867].

³⁷⁴ ACR, carta de D. Luís, [1866/ 1867].

³⁷⁵ Sobre o radicalismo neste período v. DÓRIA, Luís, *Correntes do radicalismo oitocentista: o caso dos penicheiros (1867-1872)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

³⁷⁶ SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da e FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, pp.160-161. Sobre o assunto v. também ERMITÃO, José N. R., “1867. A “unha preta” à procura de um partido”, *História*, série 1, nº83, Setembro de 1985, pp.56-67.

aumentar as despesas em 129.518\$000 réis³⁷⁷. Para *O Jornal do Comércio* a medida era um capricho que o ministro punha em prática.: “Estão convertidas em lei do estado as velleidades diplomaticas do nosso eminente secretario das relações exteriores”³⁷⁸. Um autor da época, Silva Lobo – apoiante do centro da Travessa da Queimada – afirmava que “O direito internacional não ficava mais garantido para nós depois d’aquella luxuosa creação”³⁷⁹. Apesar das críticas, a proposta do governo foi promulgada pelo rei a 23 de Abril de 1867³⁸⁰.

Tal como vinha acontecendo nas últimas décadas, as finanças portuguesas encontravam-se numa situação muito delicada, devido ao aumento de despesas não acompanhado pelas receitas. A conjuntura internacional agravava as dificuldades que o governo enfrentava, principalmente no plano económico. A intervenção do Brasil na Guerra do Paraguai conduziu a uma drástica redução das remessas dos emigrantes, desequilibrando a balança económica portuguesa. Nem mesmo os prometidos tratados de comércio com França, Itália, Espanha e Inglaterra poderiam salvar o país da sua situação financeira cada vez mais grave³⁸¹. Pela assinatura do tratado de comércio com França, Casal Ribeiro fora até apelidado de “(...) algoz da industria portugueza (...)”³⁸². O ministro da Fazenda, Fontes Pereira de Melo, decidiu então operar algumas mudanças nos impostos, com o objectivo de melhorar a sua recolha e aumentar os valores recebidos³⁸³. Em termos práticos o resultado seria um aumento dos encargos da população, em simultâneo com uma perda de margem de manobra das câmaras municipais, ou seja, um efeito centralizador nas finanças.

Um dos maiores motivos de discórdia da opinião pública foi o Código Administrativo de 1867, também conhecido como Código de Martens Ferrão³⁸⁴. Este

³⁷⁷ A despesa do ministério dos Negócios Estrangeiros passava de 232.718\$968 réis para 362.236\$968 réis; *DCP*, 31-1-1867, p.280. O aumento consistia em 0,6% do orçamento de estado, sendo que a despesa deste ministério correspondia a 1,7% do orçamento; *Orçamento geral e propostas de lei de receita e despesa do Estado para o exercício de 1867-1868*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p.xxxi. Para dados mais desenvolvidos v. MATA, Eugénia, *As finanças públicas portuguesas da regeneração à primeira guerra mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, 1993.

³⁷⁸ *Jornal do Comércio*, 28-4-1867, p.1.

³⁷⁹ LOBO, Silva, *A revolução de Janeiro: apontamentos para a historia contemporanea: 1867*, Lisboa, Imprensa J. G. de S. Neves, 1868, pp.35-36.

³⁸⁰ Carta de lei de 23 de Abril de 1867, *DL*, 27-4-1867, pp.1278-1281.

³⁸¹ GOMES, Marques, *Historia de Portugal*, vol.XII, p.270.

³⁸² *O anão das Chagas ou o algoz da industria portugueza*, pp.5-7.

³⁸³ CUNHA, Carlos Manuel Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista: da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp.23-26.

³⁸⁴ ALVES, Daniel, LIMA, Nuno e URBANO, Pedro, “Estado e sociedade em conflito: o Código de Mártens Ferrão de 1867. Uma reforma administrativa efémera”, comunicação apresentada ao XXIV

documento, reformando a legislação administrativa que se encontrava em vigor desde 1842, propunha o estabelecimento da paróquia civil como núcleo da construção pública, ao mesmo tempo que reduzia o número de distritos e de concelhos, o que lhe valeu imediatas acusações de excessivo centralismo. O descontentamento popular começou a fazer-se sentir, especialmente no Norte do país, e muito em particular na cidade do Porto, que seria gravemente afectada caso a reforma dos impostos fosse aprovada. O Parlamento foi inundado por representações contra as medidas financeiras e contra a reorganização administrativa, e os centros da oposição realizaram *meetings* de protesto.

O ponto de viragem para o governo foram as eleições municipais de 29 de Dezembro de 1867. Se em Lisboa a oposição dispersa pelos vários centros eleitorais não conseguiu vencer os governamentais, que se tinham unido na Comissão Eleitoral do Centro, no Porto a situação foi diferente. A oposição reunira-se no Centro Eleitoral da «União Patriótica», conciliando a burguesia mais radical herdeira do Setembrismo e da Patuleia com membros conservadores. Conseguiram assim reeleger o executivo camarário que já tinha contestado as medidas governamentais, e que apoiou os comerciantes da cidade na recusa de proceder aos trâmites legais para a entrada em vigor nos novos impostos de consumo. A população em protesto saiu à rua em várias cidades do país no primeiro dia de 1868, provocando graves tumultos. Face à agitação popular, que dera origem a casos de violência, nas duas principais cidades do reino, o governo apresentou a sua demissão³⁸⁵. A 4 de Janeiro entrava em funções o novo governo do conde de Ávila, solução apartidária possível para a conjuntura. Caía assim o «Ministério da Fusão», deixando o Partido Regenerador bastante enfraquecidos e o Partido Histórico quase extinto.

2.4. A DIFÍCIL RELAÇÃO COM OS REGENERADORES (1868-1878)

Após abandonar o governo da fusão, a posição política de Casal Ribeiro tendeu a alterar-se, tornando-se progressivamente um independente. A 15 de Janeiro de 1868, em consequência da revogação da reforma do ministério dos Negócios Estrangeiros que havia implementado, Casal Ribeiro enviou uma carta ao Marquês de Ávila, cortando

Encontro da Associação de História Económica e Social, a 13 de Novembro de 2004, disponível em www.fcsh.unl.pt/deps/historia/docs/Janeirinha.pdf, consultado a 18 de Fevereiro de 2012.

³⁸⁵ CUNHA, Carlos Manuel Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista*, pp.82-84.

relações com este³⁸⁶. Ávila mostrou-se sentido pela reacção injusta de Casal Ribeiro, responsabilizando-o a ele e aos “(...) seus amigos politicos”³⁸⁷. O afastamento de Casal Ribeiro face à política aumentava, a ponto de se distanciar dos indivíduos com quem parecia ter uma maior afinidade política.

Como o próprio confessou pouco tempo depois, a experiência ministerial tê-lo-ia tornado mais consciente dos defeitos da política praticada, e de ser inadequado para permanecer nela: “(...) a minha posição, repito, em relação ao actual governo e aos que lhe succederem, e em relação aos partidos e grupos, é perfeitamente isolada, perfeitamente só”³⁸⁸. Estas palavras, proferidas na Câmara dos Pares, inserem-se numa intervenção dominada pela crítica ao governo em funções, e cujo tema central era a soberania portuguesa nos territórios coloniais.

Forças inglesas haviam invadido territórios portugueses na região do Rio Grande, na Guiné, uma situação que se vinha repetindo em outros pontos do espaço colonial português. Questionando o governo sobre os acontecimentos e as medidas que haviam sido tomadas, Casal Ribeiro utilizava o tema da dignidade portuguesa face às violências estrangeiras para apelar a um maior investimento nos territórios coloniais, tendo em conta o avanço de certos interesses externos e do imperialismo que a nível internacional estava a ser construído: “Não sejam as colónias por largo tempo ainda, como estão sendo, engodo para a cobiça de poderosos, pretexto de insultos e affrontas, e para nós apenas gloriosa recordação do passado, e pesado encargo no presente (...)”³⁸⁹. Abordando também a questão de Bolama, discordava do princípio da ocupação efectiva, que mais tarde viria a ser utilizado contra Portugal aquando do *Ultimatum*, defendendo os direitos históricos³⁹⁰. Casal Ribeiro não imaginava que as suas palavras eram já uma espécie de aviso.

A questão ibérica, momentaneamente adormecida, renasceu em 1868, desta vez envolvendo o irmão de Casal Ribeiro no chamado «escândalo das alfândegas»³⁹¹. Carlos José Caldeira, à data Director-Geral das Alfândegas, foi detido quando tentava

³⁸⁶ ACR, carta de 15 de Janeiro de 1868 de Casal Ribeiro para Ávila.

³⁸⁷ ACR, carta de 16 de Janeiro de 1868 de Ávila para Casal Ribeiro.

³⁸⁸ RIBEIRO, José Maria do Casal, *Interpelação sobre os acontecimentos ocorridos na Guiné Portuguesa realizada na Camara dos dignos pares em sessao de 3 de Agosto de 1868: discurso proferido*, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1868, pp.12-13.

³⁸⁹ *Idem, ibidem*, p.30.

³⁹⁰ *Idem, ibidem*, p.32.

³⁹¹ PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, “Sinibaldo de Más: a difusão da “Ibéria” em Portugal e do iberismo no Oriente”, *População e Sociedade*, nº19, 2002, pp.219-221.

entrar no porto de Lisboa tendo em sua posse um envelope com a descrição “Varios documentos ibericos remetidos por D. Sinibaldo de Más a Carlos José Caldeira para serem distribuidos opportunamente”. Segundo o visado, o conteúdo do envelope seria a versão autógrafa para a 4ª edição da *Iberia* e, consciente da situação em que se encontrava, Caldeira dispunha-se a entregá-lo às autoridades³⁹². Apesar das explicações, a reacção geral foi de indignação pelo que alguns consideravam ser mais um ataque à independência nacional. A maioria da imprensa exigiu a demissão de Caldeira³⁹³, restando *A Revolução de Setembro* na sua defesa.

Os ânimos exaltados propiciaram um incidente na Câmara dos Pares, em Maio de 1869, que teve origem num pedido de explicações de Casal Ribeiro sobre a intervenção do governo na questão da escolha do rei D. Fernando para o trono espanhol³⁹⁴. Latino Coelho, na época ministro da Marinha, decide explicar o seu comportamento, tendo em conta os antecedentes iberistas, associando o nome de Casal Ribeiro aos seus entusiasmos da juventude³⁹⁵. Casal Ribeiro não terá apreciado a referência, declarando que se encontrava “Cada um no seu campo”³⁹⁶. Segundo o mesmo, as palavras que proferira contra a fusão ibérica, mantinha-as, declarando porém que as suas crenças políticas se haviam alterado desde então: “Pude em negra epocha acreditar em sonho quasi infantil que em um futuro remoto, e sob a condição impreterivel de ser dividida a Hespanha em varios estados, poderíamos formar um agrupamento federal”³⁹⁷. Mas tudo mudara desde então, e Casal Ribeiro podia afirmar “(...) sou monarchista (...)”³⁹⁸.

2.4.1. O início da carreira diplomática

Face ao ambiente incómodo que se fazia sentir, a nomeação para Ministro Plenipotenciário em Paris chegou no melhor dos momentos. Designado por carta régia de 22 de Dezembro de 1869, Casal Ribeiro chegou a Paris no dia 20 de Fevereiro³⁹⁹. Relatando, por ofício enviado ao ministro dos Negócios Estrangeiros, José da Silva

³⁹² *A Revolução de Setembro*, 13-9-1868, p.2.

³⁹³ Por exemplo, *Diário Popular*, 13 e 14-9-1868, p.1.

³⁹⁴ *DCP*, 12-05-1869, p.21 e 19-5-1869, p.70.

³⁹⁵ *Idem*, 21-05-1869, p.39.

³⁹⁶ *Idem*, 31-05-1869, p.78.

³⁹⁷ *Idem*, 31-05-1869, p.84.

³⁹⁸ *Idem*, 31-05-1869, p.85.

³⁹⁹ *Anuario Diplomatico e Consular Portuguez 1888*, p.200.

Mendes Leal, das primeiras visitas que havia efectuado, realçava a conversa que tivera com o Príncipe Napoleão Eugénio, herdeiro imperial: “(...) o Principe Napoleão, espirito largo, intelligencia culta, porem demasiadamente prevenido, como V Ex.^a sabe, em fallar de certas theorias absolutas, que nem sempre se fundam no escrupuloso exame dos factos. Em relação à Península o Principe considera a união dos dous reinos como um facto inevitavel dentro de mais ou menos tempo, e debaixo deste ponto de vista lamenta a recusa de ElRey o Senhor D. Fernando”⁴⁰⁰.

Poucos dias depois relatava outra entrevista em que o assunto abordado fora o mesmo: “Na conferencia que tive hontem com o Conde Daru voltei a expor com a precisa clareza tudo quanto se passou acerca da pretendida candidatura de El Rey D. Fernando ao throno d’ Hespanha, demonstrando a coherencia das ideias deste Principe, assim antes como depois da revolução hespanhola. De novo expuz as bases da nossa politica para com a Hespanha – completa abstenção no que respeita ao seu regimen interno – grande cordealidade nas relações – nada de meios directos ou indirectos para uma união mais intima, ou antes confusão das duas nacionalidades, irmãs pela origem, socias naturaes em muitos interesses, porem distinctas pelos idiomas, pelas tradições, pelos costumes e pelas forças vitales de cada uma.”⁴⁰¹. Interessava, portanto, manter um relacionamento diplomático próximo, com possibilidades de entreajuda, sem se imiscuir nas escolhas políticas espanholas ou dar motivos a acusações de iberismo institucional.

Apesar de se encontrar em Paris, o golpe da «Saldanhada»⁴⁰² de 19 de Maio, teve consequências directas na vida de Casal Ribeiro. Este foi posteriormente informado de que havia sido exonerado do seu cargo a 24 de Maio de 1870, pelo novo Presidente do Conselho de Ministros, Duque de Saldanha. Casal Ribeiro mostrou-se surpreendido com a situação⁴⁰³, mas manteve-se em funções até 4 de Junho⁴⁰⁴. Mais tarde comentou a revolta, afirmando que “(...) acontecimentos como os que tiveram logar na noite de 19 de Maio, não acrescentaram uma pagina brilhante na nossa historia (...)”⁴⁰⁵. Reprovava completamente as movimentações militares lideradas por Saldanha: “Revolução lhe chamam uns, attentado lhe chamam outros; eu prefiro não lhe chamar nem um nem

⁴⁰⁰ AHD/CLP, cx.171, mç.1, ofício de 8 de Março de 1870.

⁴⁰¹ AHD/CLP, cx.171, mç.1, ofício de 11 de Março de 1870.

⁴⁰² SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da e FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, pp.175-177.

⁴⁰³ AHD/CLP, cx.171, mç.1, ofício de 31 de Maio de 1870.

⁴⁰⁴ *Anuario Diplomatico e Consular Portuguez 1888*, p.200.

⁴⁰⁵ RIBEIRO, Conde do Casal, *Discurso proferido na Camara dos Dignos Pares em sessão de 20 de Dezembro de 1870*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870, p.5.

outro nome. Chamar-lhei apenas... as cousas que aconteceram em 19 de Maio”⁴⁰⁶. Ao contrário do que acontecera anos antes, insurgia-se contra o comportamento do Duque de Saldanha, que ao ser enviado para a embaixada de Londres, depois dos referidos acontecimentos de Maio, pedira ao monarca tratamento especial para alguns indivíduos: “Admiro-me, espanto-me de que tão nobre e sympathico vulto, tão glorioso general, tão prestante cidadão, tão illustrado estadista escrevesse cousas taes... Protecção especial para os amigos!... Não. Protecção igual para todos, é o que manda a constituição.”⁴⁰⁷. Mais uma vez eram a corrupção e o favorecimento como características cada vez mais comuns da política que o indignavam.

Quanto ao repentino afastamento do lugar de embaixador, Casal Ribeiro deixava clara a sua opinião: “E se alguém póde suppor que eu sentisse agravo pela exoneração que recebi de um cargo que exercia, declaro, na plena sinceridade da minha consciencia, que é esse o maior favor que tenho a agradecer ao marechal”⁴⁰⁸. Ainda assim, é possível que o rei tenha decidido atribuir-lhe o título de Conde de Casal Ribeiro, não apenas “(...) como mostra de consideração pelos serviços prestados ao pais no desempenho de vários cargos e comissões (...)”⁴⁰⁹, mas também como compensação pela exoneração repentina.

Casal Ribeiro mantinha parte dos ideais dos primeiros anos da Regeneração, quando afirmava que “(...) eu sou pelo fomento ainda; (...) repito ainda com o sr. Fontes «parar é morrer» E tambem não desdigo outra phrase que se tornou anthipatica «o povo póde e deve pagar mais»”⁴¹⁰. Contudo, era já um político menos dinâmico e mais desiludido que declarava não desejar voltar a integrar um executivo⁴¹¹. Não obstante esta atitude face à governação, Casal Ribeiro manteve a sua actividade mais ou menos regular na Câmara dos Pares.

No final do ano de 1871, tanto o ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Andrade Corvo⁴¹², como o rei D. Luís, insistiram para que Casal Ribeiro aceitasse o cargo de ministro plenipotenciário em Paris. O monarca afirmava que “(...) o seu prestimo é não só conveniente como mas preciso nas circunstancias actuaes em França e

⁴⁰⁶ *Idem, ibidem*, p.6-7.

⁴⁰⁷ *Idem, ibidem*, p.10.

⁴⁰⁸ *Idem, ibidem*, p.6.

⁴⁰⁹ ACR, carta régia de D. Luís de 7 de Junho de 1870.

⁴¹⁰ RIBEIRO, Conde do Casal, *Discurso proferido na Camara dos Dignos Pares em sessão de 20 de Dezembro de 1870*, p.9.

⁴¹¹ *Idem, ibidem*, p.8.

⁴¹² ACR, carta de João de Andrade Corvo, de 17 de Outubro de 1871.

há ocasiões em que callão no homem pequenas razões para dar só logar ao serviço do seu paiz (...)”⁴¹³. Contudo, Casal Ribeiro recusou, por considerar que não tinha as capacidades necessárias para cumprir da melhor forma a missão que lhe era proposta⁴¹⁴.

Pouco depois, em 1872, numa viagem a Paris, em carta a Fontes Pereira de Melo, mostrava uma atitude muito decidida perante a situação política portuguesa: “É tempo de nos desembaraçarmos dos conspiradores de profissão, que só derivam força das fraquezas e contemplações dos governos”⁴¹⁵. Ainda nesse ano, por morte de José Maria Eugénio de Almeida⁴¹⁶, o rei decidiu nomear Casal Ribeiro Conselheiro de Estado⁴¹⁷, participando pela primeira vez nas reuniões do Conselho a 13 de Março de 1873⁴¹⁸.

2.4.2. “as serenas e contínuas ocupações do lavrador”⁴¹⁹

O interesse por assuntos relacionados com finanças e economia levou Casal Ribeiro a intervir directamente nesta área, não apenas em diversas comissões enquanto deputado e par do reino⁴²⁰, mas também através de instituições financeiras e bancárias. Em 1873 foi sócio fundador da Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal⁴²¹, uma instituição de crédito com capitais franceses. A sociedade foi fundada a 23 de Setembro de 1873, sendo Casal Ribeiro presidente do Conselho de Administração⁴²². Em Outubro do mesmo ano foi formada uma gerência, para deliberar sobre os negócios da sociedade de forma mais célere e eficaz. Esta era composta por Casal Ribeiro, José de Mello Gouvêa e António Pereira de Carvalho⁴²³. O sucesso da Sociedade Financeira e Agrícola foi relativo. Apesar de participarem em algumas empresas de significativa

⁴¹³ ACR, carta de D. Luís, sem data.

⁴¹⁴ ACR, minuta de Casal Ribeiro, de 25 de Outubro [1871].

⁴¹⁵ BNP, Reservados, *Cartas dirigidas a António Maria de Fontes Pereira de Melo*, cx.2, cap. «56 cartas», carta de 6 de Agosto de 1872.

⁴¹⁶ Sobre este político v. SARDICA, José Miguel, *José Maria Eugénio de Almeida. Negócios, política e sociedade no século XIX*, Lisboa, Quimera/ Instituto de Cultura Vasco Vill'Alva, 2005.

⁴¹⁷ ACR, carta régia de D. Luís de 6 de Maio de 1872 e carta de António Rodrigues Sampaio de 7 de Maio de 1872.

⁴¹⁸ ANTT, Conselho de Estado, *Actas do Conselho de Estado*, liv.4, f.114. Sobre o Conselho de Estado v. ALMEIDA, Pedro Tavares de, “O Conselho de Estado na monarquia constitucional: uma reflexão preliminar”, separata de *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, 2ª série, vol.22, 2006.

⁴¹⁹ RIBEIRO, Conde do Casal, *Jornal do Comércio*, 21-2-1875, p.1.

⁴²⁰ V. anexo V.

⁴²¹ Os estatutos da Sociedade Geral Agrícola foram publicados em *DG*, 22-9-1873, pp.1467-1468.

⁴²² AHBP, SGAFF, *Actas do Conselho de Administração*, vol.I, f.1v. Formado também por Anselmo José Braamcamp, José de Mello Gouvêa, João Palha de Faria Lacerda, Francisco Isidoro Vianna e António Pereira de Carvalho.

⁴²³ *Idem, ibidem*, f.10.

dimensão, como o empréstimo de 38 mil contos de réis em dívida fundada, pedido pelo governo em Setembro de 1873⁴²⁴, ou o financiamento para a construção de um cais em Lisboa⁴²⁵, não consolidaram a sua posição no mercado bancário da época. Tal como muitas outras instituições, a Sociedade surgiu com a onda de fomento da década de 70, e perdeu poder com a aproximação à crise do final do século, acabando por se dissolver totalmente em 1897. Casal Ribeiro abandonou o Conselho de Administração em 1884⁴²⁶.

A propósito da criação da Sociedade Financeira, Casal Ribeiro teve um desentendimento com Alexandre Herculano, seu grande amigo⁴²⁷. Com o objectivo de angariar agentes para a instituição em diversas localidades do país, Casal Ribeiro dirigiu-se a Herculano, que lhe recomendou o seu amigo José Cândido dos Santos⁴²⁸. Porém, a situação conduziu a um mal entendido, em consequência do qual Herculano declarava a José Cândido ter enviado uma carta “(...) para Casal Ribeiro destinada a romper definitivamente com ele”⁴²⁹. Casal Ribeiro apressou-se a pedir desculpa e admitir a sua falta⁴³⁰. As relações entre os dois homens de letras foram contudo reatadas algum tempo mais tarde, como mais à frente veremos.

Outra das formas escolhidas por Casal Ribeiro para se dedicar à economia foi a publicação de textos em periódicos⁴³¹. Vinte anos depois dos artigos sobre a questão monetária, a conjuntura era completamente diferente: o crescimento económico português tornara possível que frequentemente surgissem novas instituições bancárias, tendo o recurso ao crédito aumentado exponencialmente. Apesar disso, o tema principal continuava a ser os meios de pagamento, desta vez o papel-moeda. A propósito da discussão do projecto que autorizava o Banco de Portugal a manter-se em funções por mais cinquenta anos, e da existência ou não de monopólio de emissão de notas, Casal Ribeiro sublinhava a importância de abordar este tema, que vinha a ser alvo de medidas

⁴²⁴ *Idem, ibidem*, f.2v.

⁴²⁵ *Idem, ibidem*, f.13v.

⁴²⁶ *Idem, ibidem*, f.84 e SGAFP, *Actas da Assembleia Geral*, vol.I, f.33.

⁴²⁷ A relação de amizade entre os dois intelectuais era anterior ao exílio do historiador em Vale de Lobos, uma vez que Casal Ribeiro era um dos visitantes habituais da casa de Alexandre Herculano junto ao Palácio da Ajuda; SILVA, Inocencio Francisco da, *Dicionário Bibliográfico Português*, 1914, t.XXI, p.93.

⁴²⁸ Carta de 31 de Janeiro de 1874 in HERCULANO, Alexandre, *Cartas de Vale de Lobos ao 3o Duque de Palmela e a José Cândido dos Santos*, Lisboa, Bertrand, 1981, vol.II, pp.66.

⁴²⁹ Carta de 25 de Março de 1874 in *Idem, ibidem*, p.94. ACR, carta de Alexandre Herculano, de 24 de Março de 1874.

⁴³⁰ ACR, minuta de resposta de 25 de Março de 1874.

⁴³¹ SILVA, Inocencio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, 1883, t.X, p.7.

legislativas em vários países europeus⁴³². Referindo-se ao debate que surgiu sobre o exclusivo de emissão do Banco de Portugal ou, em alternativa, a pluralidade de bancos emissores, Casal Ribeiro criticava a anarquia que as leis haviam permitido. O Banco de Portugal detinha a emissão de notas restrita ao distrito de Lisboa, enquanto no resto do país qualquer instituição, desde que autorizada pelo governo – e várias haviam sido as autorizações –, podia emitir notas. Existia, portanto, a necessidade de tomar medidas quanto “(...) ao duplo character da legislação em uma nação de quatro milhões de habitantes, á desigualdade flagrante entre a primeira cidade do reino e as demais cidades e villas (...)”⁴³³. As autoridades deviam tomar medidas para introduzir no mercado mais notas, uma vez que existia excesso de reservas dos metais que garantiam a fiabilidade fiduciária⁴³⁴. Ao comparar com os valores de outros países europeus, a conclusão a que o conde chegava, e contra a qual era necessário lutar, era “(...) que *a circulação fiduciaria não existe ainda em Portugal*”⁴³⁵.

Com o avançar dos anos, e procurando distanciar-se das movimentações políticas portuguesas, Casal Ribeiro encontrara refúgio no espaço rural, adquirindo três propriedades no concelho de Alenquer, a Quinta da Corujeira, a Quinta do Conde e o Casal da Bica⁴³⁶. Dadas as semelhanças com a situação de Alexandre Herculano, exilado em Vale de Lobos, Casal Ribeiro chegou a pedir conselhos ao amigo sobre questões agrícolas⁴³⁷. Foi com base nessa sua experiência campestre que decidiu intervir na chamada «polémica sobre a emigração», uma troca de artigos entre Herculano e Paulo de Moraes, que decorreu na imprensa entre 1873 e 1875, e que tinha como tema central a emigração de trabalhadores rurais para o Brasil e a consequente falta de mão-de-obra em Portugal, mas que acabou por alastrar a outros âmbitos, como as condições de vida da população rural ou o regime jurídico da propriedade em vigor.

Em cartas dirigidas a Carlos Bento, através da descrição dos hábitos agrícolas da Quinta da Corujeira, Casal Ribeiro pretendia apresentar um caso de sucesso na agricultura portuguesa, e lançar ideias para que noutros locais os resultados pudessem

⁴³² RIBEIRO, Conde do Casal, “Circulação Fiduciaria I. Considerações preliminares”, *Jornal do Comércio*, 20-2-1874, p.1.

⁴³³ *Idem*, “Circulação Fiduciaria II. Factos”, *Jornal do Comércio*, 22-2-1874, p.1.

⁴³⁴ *Idem*, “Circulação Fiduciaria III. Inducções e comparações”, *Jornal do Comércio*, 25-2-1874, p.1.

⁴³⁵ *Idem*, “Circulação Fiduciaria II. Factos”, *Jornal do Comércio*, 22-2-1874, p.1.

⁴³⁶ CARNOTA, Guilherme João Carlos Henriques da, *Alenquer e seu concelho*, Lisboa, Typ. Universal, 1873, pp.297 e 309.

⁴³⁷ Carta de 10 de Dezembro de 1872 para José Cândido dos Santos in HERCULANO, Alexandre, *Cartas de Vale de Lobos*, vol.I, p.278.

ser idênticos⁴³⁸. Tal como Herculano, defendia os méritos da enfiteuse, essa “(...) forma de propriedade essencialmente democratica (...)”⁴³⁹, revelando-se descontente com as medidas introduzidas neste âmbito na última alteração ao Código Civil, realizada enquanto era ministro. A sua passagem pelo governo, segundo era perceptível pelo texto, não fora do seu agrado: “Metteram-me depois no ministerio, não sei para que. Em 1868 a *janeirinha* fez-me o favor de me mandar para casa”⁴⁴⁰.

O relato continuava com referências à paz bucólica, em oposição ao frenesim e às intrigas da cidade, comentários sobre a cultura da vinha, a falta de adubos ou os baixos preços a que o vinho era vendido⁴⁴¹. Casal Ribeiro salientava os méritos da população: “Chamar bom ao nosso povo portuguez não é lisongeal-o, é conhecê-lo. Só o tornam mau os erros dos que o dirigem”⁴⁴². Naquela região a emigração não se fazia sentir e, pelo contrário, tornava-se necessário apelar à mão-de-obra vinda de outras zonas do país. Sublinhava as vantagens do método da parceria com os rendeiros, como alternativa a alguns perigos políticos latentes: “É esta comunhão de interesses, é esta associação equitativa do capital e do trabalho, que nos traz aqui bem longe das rivalidades e odios, que em outros sitios e mais ainda nas grandes cidades industriaes, muitas vezes separam as classes em perigosissimos antagonismos”⁴⁴³.

O socialismo, muitos anos depois de o ter defendido, motivava-lhe agora cautela: “(...) a guerra do capital e do trabalho é lucta fraticida condemnada por Deus (...)”⁴⁴⁴. Ainda que considerasse a Associação Internacional de Trabalhadores uma “(...) abominavel sociedade (...)”⁴⁴⁵, revelava ser capaz de manter uma opinião imparcial, confirmando apesar dos exageros dos socialistas utópicos, as suas críticas ao princípio do *laissez faire, laissez passer* estavam correctas⁴⁴⁶. A sua visão socialista para a política e para a sociedade era bastante mais comedida: concordava em “Aceitar sinceramente a democracia, encaminhando-a para o bem, levantar gradualmente o nível

⁴³⁸ Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz referiram-se jocosamente ao hábito que várias figuras da sociedade portuguesa, entre as quais Casal Ribeiro, tinham de publicar as cartas enviadas a Carlos Bento; ORTIGÃO, Ramalho e QUEIROZ, Eça de, *As Farpas*, Vol.II, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943, p.169.

⁴³⁹ RIBEIRO, Conde do Casal, *Jornal do Comércio*, 21-2-1875, p.1.

⁴⁴⁰ *Idem*, 24-2-1875, p.1.

⁴⁴¹ *Idem*, 26-2-1875, p.1.

⁴⁴² *Idem*, 4-3-1875, p.1.

⁴⁴³ *Idem*, 26-2-1875, p.1.

⁴⁴⁴ *Idem*, *ibidem*.

⁴⁴⁵ *Idem*, 7-3-1875, p.1.

⁴⁴⁶ *Idem*, *ibidem*.

social, obedecendo ao espirito do Cristianismo e ás maximas da fraternidade (...)”⁴⁴⁷ sem excessos e radicalismos.

Desconhecemos a recepção que estes textos possam ter tido por parte da crítica, mas sabemos que Alexandre Herculano não terá ficado muito satisfeito com as primeiras cartas: em correspondência ao Duque de Palmela, dizia “O Casal, coitado, desconfio que entrou mal em cena. Veremos o resto”⁴⁴⁸.

Se o afastamento do palco político parecia ter sido para Casal Ribeiro um motivo de satisfação, para alguns sectores da opinião pública resultou num momento de decepção, entre eles o jovem Oliveira Martins. Segundo ele, Casal Ribeiro era o melhor exemplo do “(...) orador forte (...)”⁴⁴⁹, e teria sido o vencedor mais adequado na luta pela liderança do Partido Regenerador⁴⁵⁰.

Os préstimos de Casal Ribeiro voltaram a ser necessários em Março de 1875, levando-o a Madrid como representante na missão especial⁴⁵¹ para felicitar Afonso XII pela sua ascensão ao trono⁴⁵². Casal Ribeiro partiu para a capital espanhola a 18 de Março, chegando no dia 20⁴⁵³. A sua permanência em Espanha foi noticiada pelos periódicos do país vizinho, que salientavam as suas capacidades políticas⁴⁵⁴. Uma opinião diferente desta viagem tinha Oliveira Martins, que acreditava ter sido apenas uma manobra política para afastar o Conde, que se tornara incómodo pela sua frontalidade na Câmara dos Pares⁴⁵⁵. Algum tempo depois Casal Ribeiro comunicava ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrade Corvo, que tinha sido recebido pelo rei Afonso XII e pela Princesa das Astúrias. Dava também conta que se iria realizar nesse dia, 19 de Abril, um jantar em sua honra, oferecido por D. Alexandre de Castro,

⁴⁴⁷ *Idem*, 4-3-1875, p.1.

⁴⁴⁸ Carta de 2 de Março de 1875 in HERCULANO, Alexandre, *Cartas de Vale de Lobos*, vol.I, p.53.

⁴⁴⁹ *Revista Ocidental*, Fevereiro de 1875, p.375.

⁴⁵⁰ *Idem*, p.377 e RAMOS, Rui, “A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)”, *Análise Social*, vol. xxvii (116-117), 1992 (2.º-3.º), p.520.

⁴⁵¹ AHD, Missão especial a Madrid, cx.1056, mç.3, minuta de ofício de 12 Março 1875, f.348.

⁴⁵² Sobre a evolução política espanhola neste período v. ARTOLA, Miguel, *La burguesía revolucionaria (1808-1874)*, pp.363-393; CASARES, Gabriel Tortella *et al.*, *Revolución Burguesa Oligarquía y Constitucionalismo (1834-1923)*, pp.253-284; e CUADRADO, Miguel Martínez, *La burguesía conservadora (1874-1931)*, in ARTOLA, Miguel (dir.), *Historia de España Alfaguara*, Madrid, Alianza Editorial, 1983, pp.7-11.

⁴⁵³ *Anuario Diplomático e Consular Portuguez 1888*, p.201.

⁴⁵⁴ *La Epoca*, 21-3-1875, p.4, e *La Ilustración Española y Americana*, 15-4-1875, pp.2-3.

⁴⁵⁵ *Revista Ocidental*, 1875, t.I, p.623.

ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, e que regressaria a Lisboa no dia seguinte⁴⁵⁶.

2.4.3. A reforma da Câmara dos Pares

Na sessão da Câmara dos Pares de 3 de Março de 1875, Casal Ribeiro anunciou que estava a preparar um projecto de reforma da lei orgânica do pariatto. A questão da reforma da Câmara dos Pares vinha gerando debate desde antes do golpe da Regeneração: a parte mais radical do espectro político considerava a instituição como um vestígio do absolutismo, enquanto para os conservadores era um dos esteios do regime monárquico. O projecto de Casal Ribeiro foi apresentado a 11 de Março⁴⁵⁷, e a principal alteração face à lei vigente consistia na criação de categorias sócio-profissionais às quais os novos pares do Reino tinham de pertencer. Na opinião de Casal Ribeiro, requeria-se uma reforma do regulamento interno da Câmara dos Pares, para que “(...) as leis organicas das duas casas sejam proprias a captar o respeito geral pela convicção da pureza da origem”⁴⁵⁸. As vantagens de tal alteração teriam reflexos não apenas na credibilidade das assembleias, mas também na legitimidade da figura régia: “Cresce o lustre e segurança do throno, e garante-se a liberdade dos povos quando existe parlamento respeitado e digno de o ser”⁴⁵⁹. Dada a importância do projecto foi nomeada uma comissão especial de sete membros⁴⁶⁰, com a função de dar parecer sobre a reforma proposta. Por motivos que desconhecemos a comissão parece ter suspenso a sua actividade até 1878.

No final do ano de 1876 Casal Ribeiro foi convidado para a embaixada em Londres, na sequência do falecimento do Duque de Saldanha, mas recusou o cargo⁴⁶¹. Visto que se mantinha em Portugal, D. Luís decidiu nomeá-lo substituto do Marquês de Ávila enquanto presidente da Câmara dos Pares⁴⁶², por carta régia de 4 de Janeiro de

⁴⁵⁶ AHD, Missão especial a Madrid, cx.1056, mc.3, carta de 19 de Abril de 1875, f.341.

⁴⁵⁷ *Idem*, 11-3-1875, p.128.

⁴⁵⁸ *Projecto de lei para a reforma da Camara dos Pares e parecer da respectiva commissão apresentado em sessão de 7 de Março de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, p.30.

⁴⁵⁹ *Idem*, *ibidem*.

⁴⁶⁰ Os seus membros eram o Duque de Loulé, o próprio Casal Ribeiro, José Marcelino de Sá Vargas, o Bispo de Viseu, António José de Barros e Sá, Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, Marténs Ferrão, Alberto António de Moraes Carvalho e Augusto Xavier Palmeirim; *DCP*, 13-3-1875, p.134.

⁴⁶¹ *Discurso proferido na Câmara dos Dignos Pares na sessão de 27 de Janeiro de 1877*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877, p.7.

⁴⁶² SANTOS, Clemente José dos, *Estatísticas e biografias parlamentares portuguezas*, Porto, Typographia do Commercio do Porto, 1887, p.572 e *DCP*, 8-1-1877, p.7.

1877, cargo que desempenhou, com algumas interrupções, até Janeiro de 1878⁴⁶³. Uma dessas interrupções ocorreu a 27 de Janeiro de 1877, data em que realizou na Câmara dos Pares um dos seus já habituais discursos de fundo, mais tarde publicado como texto autónomo. Neste, a pretexto do debate da resposta ao discurso da Coroa, analisava mais uma vez a situação política portuguesa, definindo-a como um caso de “(...) parlamentarismo homeopathico”⁴⁶⁴. Segundo ele, a expressão adequava-se à falta de debate parlamentar, uma vez que as câmaras se encontravam abertas apenas três meses por sessão, o mínimo exigido por lei, e nesse tempo poucos resultados poderiam ser obtidos. Apesar de se posicionar como independente, não discordava do sistema político em vigor, ou seja, da política feita pelos partidos⁴⁶⁵. Questionava contudo aquilo em que as organizações partidárias se haviam tornado: “Que são aqui os partidos senão agrupações casuaes de individuos á sombra de um nome?”⁴⁶⁶.

Mais uma vez se referia à formação do ministério da fusão, explicando os seus motivos para não concordar com a união dos dois partidos monárquicos: “Em 1865 desapprovei a fusão, não pelo receio de que d’ella resultassem tendencias contradictorias nos ministerios que produzisse (...) Mas pareceu-me mal que tal combinação politica se desse abruptamente, sem preparo na opinião, sem motivo determinante mais que a pressa de subir ao poder”⁴⁶⁷. Depois de discorrer sobre vários assuntos, declarava: “Eu não pertenço ao partido conservador, porque não ha tal partido n’esta terra, mas sou convictamente conservador”⁴⁶⁸. Afirmava-se um conservador de concessão, e mostrava-se disposto a apoiar os governos que defendessem o liberalismo conservador. Aproveitava ainda para recordar ao ministério que existia um projecto de reforma da Câmara dos Pares à espera de discussão.

Este chegou a debate no início de 1878, quando foi apresentado o parecer da comissão. Nele, o relator, Júlio de Vilhena, afirmava que, tal como a teoria política definia, a Câmara dos Pares era o contra-peso conservador ao espírito transformador dos deputados: “(...) uma assembléa (...) menos sujeita ás influencias externas e ás paixões, mais pacifica e socegada, mais estavel, mais reservada, menos disposta ás mudanças e

⁴⁶³ *Idem*, 7-1-1878, p.5.

⁴⁶⁴ RIBEIRO, Conde do Casal, *Discurso proferido na Câmara dos Dignos Pares na sessão de 27 de Janeiro de 1877*, p.4.

⁴⁶⁵ *Idem, ibidem*, p.5.

⁴⁶⁶ *Idem, ibidem*, p.17.

⁴⁶⁷ *Idem, ibidem*, pp.8-9.

⁴⁶⁸ *Idem, ibidem*, p.18.

às inovações (...)”⁴⁶⁹. A Câmara dos Pares era “(...) o corpo político destinado a defender a corôa contra as aggressões da demagogia (...)”⁴⁷⁰. Contrariando alguns sectores políticos, a comissão recusava o método electivo na entrada de novos membros, por considerar que assim não só sucederia uma repetição da Câmara dos Deputados, como a legitimidade da figura régia era posta em causa. Julgava também que era necessário rigor e elitismo na escolha dos pares: “A camara alta, esta camara conservadora, deve ser recrutada exclusivamente entre essa minoria, entre essa aristocracia do merito, da riqueza e dos serviços que em toda a parte é constituída pelos homens distinctos e pelas summidades sociaes”⁴⁷¹.

A grande maioria das propostas feitas por Casal Ribeiro no seu projecto foram aceites pela comissão, com excepção de dois itens: enquanto o autor havia definido 30 anos como idade mínima para poder aceder ao pariato, o parecer apresentado em 1878 subia esse valor para 35 anos; também o artigo que possibilitava a nomeação para par do reino de um indivíduo que “(...) houver prestado relevante serviço á sciencia por publicações de grande tomo”⁴⁷² foi totalmente eliminado. Em suma, a reforma da nomeação de pares, ao fixar categorias sociais, restringia, ainda que de forma pouco significativa, o poder régio: “(...) embora não alterasse as prerrogativas do soberano na matéria, estabelecia, em teoria, a submissão do poder moderador ao legislativo”⁴⁷³. A criação dessas categorias era não tanto um sinal de corporativismo, mas mais de elitismo conservador, ao considerar que alguns cidadãos eram mais aptos que outros, numa tentativa de lutar institucionalmente contra os ideais igualitários que aos poucos se vinham tornando tema comum. Casal Ribeiro não se coibia de assumir as suas intenções: “A lei de 1878 foi uma tentativa conservadora. (...) Desejámos evitar alterações nos artigos constitucionais, preferindo aproveitar a elasticidade delles para os adaptar ás exigencias do presente”⁴⁷⁴.

O projecto foi aprovado na Câmara dos Pares, por 46 votos contra 10⁴⁷⁵, e passou também na Câmara dos Deputados pouco tempo depois⁴⁷⁶. Apesar da aparente

⁴⁶⁹ *Projecto de lei para a reforma da Câmara dos Pares*, p.5.

⁴⁷⁰ *Idem, ibidem*, p.7.

⁴⁷¹ *Idem, ibidem*, p.12.

⁴⁷² *Idem, ibidem*, p.32.

⁴⁷³ SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da e FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, p.211. Sobre a evolução do pariato v. MÓNICA, Maria Filomena, “A lenta morte da câmara dos Pares (1878-1896)”, *Análise Social*, vol.XXIX (125-26), 1994, pp.121-152, em especial pp.125-128.

⁴⁷⁴ ACR, *Manuscrito Reforma da Camara dos Pares 1881*, cap.3, f.2.

⁴⁷⁵ DCP, 23-03-1878, p.182.

⁴⁷⁶ DCD, 16-04-1878, p.1142.

vitória, a facção moderada do Partido Regenerador, liderada por Casal Ribeiro e Martens Ferrão, estava em queda: os «radicais» de Lopo Vaz de Sampaio e Melo e os «oportunistas» de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro revelavam-se mais dinâmicos, tendo conseguido aprovar uma lei eleitoral inovadora⁴⁷⁷, deixando os moderados numa posição frágil⁴⁷⁸.

2.5. A RUPTURA COM O PARTIDO REGENERADOR (1879)

Apesar da sua proposta de reforma para a Câmara dos Pares ter sido aprovada praticamente na totalidade, a relação entre Casal Ribeiro e os Regeneradores não voltou a ser o que fora nos primórdios da Regeneração. Descontente com a política seguida, Casal Ribeiro lançou duras críticas ao governo. Primeiro, aquando do debate sobre a «questão Paiva de Andrada», o antigo ministro Regenerador associou-se à larga maioria política que se opunha à concessão de territórios coloniais portugueses a uma entidade privada. Usando de ironia, questionava: “O que faria o nobre ministro se não existisse neste mundo o sr. Paiva de Andrada?... (...) Tinha de mandar apregoar em praça, por algum pregoeiro da sua secretaria (...) «Quem quer a Zambesia?!... »”⁴⁷⁹. Segundo Marques Gomes, Casal Ribeiro virava-se contra o partido que antes integrara, sem contudo apoiar os Progressistas, que eram também alvo de admoestações⁴⁸⁰.

Casal Ribeiro acusava o ministério de ter manipulado as eleições de Novembro de 1878, mobilizando as forças da autoridade para intimidar os eleitores, fazendo detenções ilegais e adulterando as contagens⁴⁸¹. Também o apoio às candidaturas republicanas, em Lisboa, e em especial à de Elias Garcia, lhe motivava alguns ataques. Apesar de respeitar a ideologia que aquele político pudesse defender, Casal Ribeiro não concordava com o apoio oferecido pelo poder instituído, por fragilizar a credibilidade

⁴⁷⁷ ALMEIDA, Pedro Tavares de (org.), *Legislação Eleitoral Portuguesa*, pp.307-311 e *idem*, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, pp.83-92. A lei eleitoral de 1878 praticamente duplicou o eleitorado; ALMEIDA, Pedro Tavares de (org.), *Legislação Eleitoral Portuguesa*, p.xix. Casal Ribeiro foi um dos membros da comissão da Câmara dos Pares que aprovou o projecto de lei; AHP, *Pareceres de comissões da Câmara dos dignos Pares, 1878*, parecer nº319.

⁴⁷⁸ FERNANDES, Paulo Jorge, *Mariano Cirilo de Carvalho. O «Poder Oculto» do liberalismo progressista (1876-1892)*, pp.76-77.

⁴⁷⁹ DCP, 15-1-1879, p.83.

⁴⁸⁰ GOMES, Marques, *Historia de Portugal*, vol.XII, p.489.

⁴⁸¹ RIBEIRO, Conde do Casal, *Discursos do Conde do Casal Ribeiro no debate da resposta ao discurso da coroa*, pp.58-59.

do regime monárquico: não era possível “(...) admitir que scientemente ou inconscientemente o governo esteja ali fazendo republicanismo n’aquellas cadeiras”⁴⁸².

Mas o tema que parecia mais importante na sua concepção política era o pariato. Menos de um ano depois de aprovada a nova lei do pariato, Fontes Pereira de Melo tentara obter do rei a nomeação de sete novos pares, e este consentira⁴⁸³. Poucos meses antes, em carta ao seu genro, Lourenço António de Carvalho, à data ministro das Obras Públicas no governo de Fontes Pereira de Melo, Casal Ribeiro dizia-se um “(...) amigo sincero do Governo e affeioadissimo amigo do Fontes (...)”⁴⁸⁴, mas mostrava-se desconfiado das acções do Presidente do Conselho: “Se se pensa em nomeiar dois, quatro, seis Pares cuidadosam^e escolhidos nas categorias da nova lei, não vejo objecção valiosa. Se porem a nomeação toma o character de fornada, acho-a inopportuna, impolitica, perigosa (...)”⁴⁸⁵. Casal Ribeiro opunha-se à nomeação, considerando que se tratava apenas de uma questão de conveniência política: os escolhidos tinham competências para o cargo, mas a promoção em conjunto causava estranheza⁴⁸⁶. Ficava em causa o prestígio da monarquia, uma vez que a Câmara dos Pares era um dos pilares do sistema político.

Embora louvasse os objectivos que o Partido Regenerador defendera aquando da sua constituição, o sistema interno que o partido desde então desenvolvera merecia-lhe agora a mais dura crítica, por depender unicamente de uma figura, o que se tornara evidente em comparação com o recém-formado Partido Progressista. Por esse motivo, Casal Ribeiro não pressagiava um futuro promissor aos Regeneradores: “Que vemos nós na epocha actual? Vemos, em vez do culto dos princípios, o culto dos homens, em vez da religião das idéas, o fetichismo das personalidades. E quando os partidos chegam a esta situação, morrem fatalmente!”⁴⁸⁷. Finalizava lançando avisos ao governo quanto à posição que pretendia adoptar no futuro: “Hoje, amanhã, e sempre, aqui me encontrará o governo, para examinar as suas responsabilidades, para corrigir as suas falsas doutrinas, para sustentar os nossos direitos quando nos forem disputados. (...) Contra a teimosia

⁴⁸² *Idem, ibidem*, p.82.

⁴⁸³ *Diário Popular*, 3-12-1878, p.1.

⁴⁸⁴ BNP, Cartas dirigidas a António Maria de Fontes Pereira de Melo, cx.2, cap. «56 cartas», carta de Casal Ribeiro de 30 de Novembro [1878].

⁴⁸⁵ *Idem*.

⁴⁸⁶ RIBEIRO, Conde do Casal, *Discursos do Conde do Casal Ribeiro no debate da resposta ao discurso da coroa*, pp.7-9.

⁴⁸⁷ *Idem, ibidem*, p.63.

do vosso egoísmo politico, encontrareis aqui de frente a constancia das nossas consciências”⁴⁸⁸.

Em resposta, Fontes Pereira de Melo mostrou-se muito magoado com as opiniões de Casal Ribeiro: “A camara póde imaginar quanto me tem pungido o coração o discurso do meu nobre amigo o sr. conde do Casal Ribeiro. Se o digno par teve esse intuito conseguiu-o, porque profundamente me feriu no que tenho de mais intimo nos meus sentimentos de homem publico e de particular”⁴⁸⁹. Como reflexo esperado, a oposição ao governo fontista mostrou-se muito satisfeita com a condenação feita por Casal Ribeiro. Mariano de Carvalho, através do *Diário Popular* afirmava que “O discurso do sr. conde de Casal Ribeiro excede toda a expectativa, e sem lisonja, nem paixão, se póde dizer que há muitos annos se não pronuncia no parlamento outra oração como aquella. Nem ainda o sr. conde de Casal Ribeiro na sua vida fez outra discurso assim”⁴⁹⁰.

2.6. O PENSAMENTO MINISTERIAL

O segundo período da vida de Casal Ribeiro foi, tal como o primeiro, marcado pelos conceitos de *progresso* e *religião*, ainda que estes tenham sofrido alterações decorrentes não apenas da conjuntura nacional, mas principalmente do posicionamento político do biografado. Quanto ao *republicanismo* e ao *socialismo*, como ideais utópicos que eram, desapareceram por completo dos seus textos e discursos. O republicanismo parece ter sido totalmente substituído pelos princípios monárquicos, enquanto o socialismo, como referimos no primeiro capítulo, foi assimilado na ideologia desenvolvimentista da Regeneração.

Importa observar a evolução que encontramos no pensamento de Casal Ribeiro. O radicalismo de certas propostas elaboradas pelos revolucionários italianos durante a década de 1860 era questionado por Casal Ribeiro, um paradoxo em relação aos seus ideais de juventude: “Peut-on assurer qu’on ait trouvé, dans le suffrage universel, et dans tous les essais qui en ont été faits de nos jours, la formule infaillible qui traduise, en toute sincérité, la volonté des populations? Nous n’osons pas l’affirmer”⁴⁹¹. Se em

⁴⁸⁸ *Idem, ibidem*, p.110.

⁴⁸⁹ *DCP*, 15-02-1879, pp.264-265.

⁴⁹⁰ *Diário Popular*, 16-2-1879, p.1.

⁴⁹¹ RIBEIRO, José Maria do Casal, *Rome et l'Europe*, p.28.

1852 pôs a hipótese de uma república federativa, alguns anos mais tarde procurou desvalorizar as políticas que defendera na juventude, citando para isso Rodrigo da Fonseca, quando este dissera “Deus me livre de quem não foi republicano em pequeno”⁴⁹². Mostrava-se bastante seguro dos seus ideais monárquicos, declarando “(...) é minha convicção que a monarquia constitucional é o systema que mais nos convem na actualidade, e por um tempo que excede as humanas previsões”⁴⁹³.

Também o espírito revolucionário deixara de fazer parte dos seus ideais políticos. A crença na revolução, elevada a um ponto quase espiritual enquanto jovem, dera lugar ao realismo sobre as suas potencialidades: as revoluções “Podem ser boas ou más. A revolução não é um principio, é um facto”⁴⁹⁴. Contrariando determinantemente o que defendera até à Regeneração, Casal Ribeiro encarava agora os acontecimentos revolucionários como possíveis obstáculos ao desenvolvimento: “Une révolution n’accomplit pas toujours un progrès”⁴⁹⁵.

Quanto à temática do progresso, alguns historiadores afirmam que foi o conceito mais importante do terceiro quartel do século XIX⁴⁹⁶. Em Portugal, a partir de 1851, concretizou uma parte do significado que lhe fora atribuído nos anos anteriores: passou a ser um sinónimo inquestionável de melhoramentos materiais, caminhos-de-ferro, estradas, pontes. Já não se tratava apenas de um sonho ou um desejo, era um princípio e uma realidade. Como apoiante do programa Regenerador, Casal Ribeiro via no progresso material a solução mais eficaz para o atraso económico e social português, através do desenvolvimento de um mercado interno, de agricultura e indústria, que permitiriam um enriquecimento até aí impossível. A associação do pensamento socializante emergia assim transmutada na construção de uma conexão de todas as áreas produtivas e de todas as partes do Reino, com o objectivo do bem comum.

Mas o progresso, para Casal Ribeiro, mantinha também o seu carácter metafísico, que não poderia nunca deixar de existir, uma vez que negá-lo era pôr em causa todo o conceito: “Le progrès matériel ne porterait que des fruits amers, sans le

⁴⁹² RIBEIRO, Conde do Casal, *Discursos do Conde do Casal Ribeiro no debate da resposta ao discurso da coroa*, p.62.

⁴⁹³ *Idem, ibidem*, p.15.

⁴⁹⁴ RIBEIRO, Conde do Casal, *Discurso proferido na Camara dos Dignos Pares em sessão de 20 de Dezembro de 1870*, p.11.

⁴⁹⁵ RIBEIRO, José Maria do Casal, *Rome et l'Europe*, p.23.

⁴⁹⁶ HOBBSBAWM, Eric, *A Era do Capital 1848-1875*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p.15.

progrés moral, qui n'exist pas en dehors de la religion”⁴⁹⁷. Para além disso, as transformações políticas haviam conduzido à produção de uma aura de aceitação social para os melhoramentos. Deixara de ser algo radical ou associado a grupos políticos minoritários, para ser um objectivo comum: “O espírito do século é de progresso (...)”⁴⁹⁸.

Por outro lado, a posição da religião no pensamento de Casal Ribeiro sofrera também algumas transformações. Continuava a ser inquestionável a sua importância para o bom funcionamento da humanidade⁴⁹⁹, tal como as suas características curativas dos males do mundo: “Le christianisme renverse la société ancienne vieillie et corrompte (...)”⁵⁰⁰. Mas o cristianismo romântico e primitivo que fora apanágio dos seus textos da juventude fora substituído por uma aproximação gradualmente mais evidente ao catolicismo romano, particularmente visível a partir da polémica questão das Irmãs da Caridade. Não obstante todas as alterações de ideologia que pudesse sofrer, o seu lema era “Para sempre só Deus!”⁵⁰¹.

2.7. ASCENSÃO E QUEDA DE UM REGENERADOR

Depois do golpe da Regeneração, e de um período inicial de alguma incerteza, Casal Ribeiro emergiu como um dos nomes fortes do Partido Regenerador. Participativo na Câmara dos Deputados, envolvido na imprensa, rapidamente se tornou uma possibilidade para o governo. Depois da sua primeira passagem pelo ministério, o jovem promissor tornou-se um político reconhecido. Deputado aos 26 anos, ministro aos 34, Casal Ribeiro parecia reunir todas as características necessárias para se tornar um bem-sucedido político oitocentista. Como refere José Miguel Sardica, dos discípulos de Fontes Pereira de Melo, Casal Ribeiro era o que “(...) tinha um maior capital político autónomo (...)”⁵⁰². Contudo, como D. Pedro V parecia ter previsto, Casal Ribeiro não tinha o carácter necessário para se submeter a certos aspectos do parlamentarismo português⁵⁰³. Crítico das intrigas partidárias, do caciquismo excessivo e das alianças que

⁴⁹⁷ RIBEIRO, José Maria do Casal, *Rome et l'Europe*, p.48.

⁴⁹⁸ *Parecer da maioria da Comissão Especial da Câmara dos Deputados*, p.21.

⁴⁹⁹ “La civilisation a besoin de la religion, sa compagne séculaires et inséparable.”; RIBEIRO, José Maria do Casal, *Rome et l'Europe*, p.52.

⁵⁰⁰ *Idem, ibidem*, p.39.

⁵⁰¹ *Idem, Discurso proferido em 3 de Fevereiro de 1863*, p.17.

⁵⁰² SARDICA, José Miguel, “RIBEIRO, José Maria Caldeira do Casal”, in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar*, p.460.

⁵⁰³ Carta de 19 de Maio de 1860 in *Cartas de D. Pedro V aos seus contemporâneos*, p.309.

punham em causa os princípios da monarquia, Casal Ribeiro começou a formar um grupo político em seu redor, apologista da pureza da Carta Constitucional, no qual se salientava Martens Ferrão.

Mais uma vez o seu percurso político sofreu uma alteração, passando do liberalismo progressista para uma versão mais moderada. Aceitara o ideal fusionista da Regeneração, mas opunha-se à fusão dos dois partidos políticos. Defendia o desenvolvimento do país, mas privilegiava a relação íntima com o catolicismo, pelo que muitos o associaram à reacção. Casal Ribeiro não pareceu incomodar-se com isso: “Eu estou, costumado (...) a ser taxado de reaccionario. (...) Reaccionario ou não, não peço a supressão de nenhuma das liberdades que possuímos; quero-as mantidas todas; mas desejo a par d’ellas robustecida a auctoridade”⁵⁰⁴. Assumia-se como um doutrinário⁵⁰⁵. Neste novo período da sua vida tornou-se defensor dos ideais conservadores: “Somos pela evolução lenta e segura. Pensamos que as instituições dos povos ganham em prestigio com a antiguidade e continuidade da tradição”⁵⁰⁶. Acreditava que o conservadorismo podia ser conciliado com o progresso, e que esse sim era o seu principal objectivo: “(...) o espirito conservador bem entendido não exclue o progresso recommendado pelo correr dos tempos e pelas exigencias da opinião. Muitas vezes, quasi sempre, as reformas rasoaveis e prudentes são o único dique bastante forte contra as reformas precipitadas e radicaes”⁵⁰⁷.

Quanto aos motivos do seu afastamento face ao Partido Regenerador, podem não ter sido aqueles que até agora se pensava. Apesar de discordar do apoio governamental às candidaturas republicanas, de se opôr à concessão «Paiva de Andrade», e de existir com certeza algum descontentamento por ter sido repetidamente excluído das escolhas ministeriais, como aconteceu no governo de 1878⁵⁰⁸, esses elementos terão servido apenas para Casal Ribeiro encontrar cada vez menos motivos para defender o Partido Regenerador. O fundamento principal, que despoletou a zanga com Fontes Pereira de Melo e a ruptura com os Regeneradores, parece ter sido a nomeação de pares do reino, que retirava importância à lei orgânica da Câmara dos Pares de 1878, da qual Casal

⁵⁰⁴ RIBEIRO, Conde do Casal, *Discurso proferido na Camara dos Dignos Pares em sessão de 20 de Dezembro de 1870*, p.7.

⁵⁰⁵ BNP, Cartas dirigidas a António Maria de Fontes Pereira de Melo, cx.2, cap. «56 cartas», carta de Casal Ribeiro de 30 de Novembro [1878].

⁵⁰⁶ ACR, manuscrito *Reforma da Camara dos Pares 1881*, cap.3, f.2.

⁵⁰⁷ *Projecto de lei para a reforma da Câmara dos Pares*, p.31.

⁵⁰⁸ SARDICA, José Miguel, “RIBEIRO, José Maria Caldeira do Casal”, in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar*, p.460.

Ribeiro tinha sido autor. Afirmando que não podia concordar com uma nova fornada de pares Regeneradores, Casal Ribeiro admitia que a sua opinião pudesse motivar o desagrado de Fontes Pereira de Melo, mas que essa seria uma consequência necessária para manter os seus princípios⁵⁰⁹.

Apesar do afastamento em relação às dinâmicas partidárias, Casal Ribeiro tornou-se uma figura muito próxima do rei D. Luís. Em 1869 o monarca elaborou um testamento não oficializado no qual encarregava Casal Ribeiro de administrar os bens de Pedro Luís António Pretti, filho de Marina Mora, até à maturidade daquele, no caso de D. Pedro de Noronha, camarista, ou de o Dr. May Figueira, médico régio, não o poderem fazer⁵¹⁰. Segundo Francisco Louro, tudo leva a crer que o jovem fosse filho ilegítimo de D. Luís. Ficava assim patente até que ponto Casal Ribeiro fora introduzido não apenas no círculo político mais restrito que gravitava em redor do rei, mas também na sua vida íntima, tendo conhecimento de detalhes que podiam causar algum incómodo. Também a autorização concedida pelo rei a José Frederico Emauz do Casal Ribeiro, para usar o título de Conde de Casal Ribeiro em simultâneo com o pai⁵¹¹, algo pouco comum para a época, foi um exemplo da consideração que D. Luís tinha pelo seu antigo ministro e do estatuto que este adquirira.

⁵⁰⁹ BNP, Cartas dirigidas a António Maria de Fontes Pereira de Melo, cx.2, cap. «56 cartas», carta de Casal Ribeiro de 30 de Novembro [1878].

⁵¹⁰ LOURO, Francisco, “Um testamento inédito do rei D. Luís”, separata de *Bracara Augusta*, t.XXX, fascículo 69 (81), 1976.

⁵¹¹ Decreto de 11 de Dezembro de 1879, publicado em *DG*, 15-11-1879, p.1.

III. O DIPLOMATA CONSERVADOR (1879-1896)

3.1. AS MANOBRAS POLÍTICAS (1879-1883)

A 28 de Maio de 1879 Casal Ribeiro propôs na Câmara dos Pares uma moção de inquérito à actuação do governo aquando da crise financeira de 1876⁵¹². O ataque deliberado pretendia pôr a descoberto as alegadas movimentações ilegais a favor do Banco Nacional Ultramarino, e levou António de Serpa Pimentel, ministro da Fazenda, a decidir abandonar funções. Desgastado pelos ataques vindos não apenas da oposição mas também de um antigo membro do seu partido, e consciente da situação problemática a que o seu governo chegara, Fontes Pereira de Melo foi forçado a pedir a demissão. A 1 de Junho subiu ao poder o primeiro governo Progressista, liderado por Anselmo Braamcamp; poucos dias depois Casal Ribeiro foi nomeado Ministro Plenipotenciário de Portugal em Madrid⁵¹³. Esta súbita nomeação de Casal Ribeiro pode ser lida de duas formas: por um lado, a nova administração Progressista mostrava o seu agradecimento a Casal Ribeiro por ter, com o seu acto parlamentar, contribuído para a resignação dos Regeneradores; por outro, as críticas que o antigo ministro lançara na Câmara dos Pares não haviam sido exclusivamente dirigidas ao anterior governo, e importava manter um possível adversário – especialmente um tão imprevisível como Casal Ribeiro – à distância.

Como cumpria à função de embaixador, Casal Ribeiro enviava regularmente relatórios dando conta da situação política e social em Espanha. O governo espanhol enfrentava, no plano externo, os intentos independentistas dos cubanos, e internamente, para além dos vestígios republicanos que a restauração monárquica de 1875 não destruíra, a ameaça latente do movimento carlista. Nesse sentido, em Abril de 1880, Casal Ribeiro informou o ministro dos Negócios Estrangeiros de que a situação em Espanha se estava a alterar: “Alguns indícios tem havido ultimamente de tentativas para alterar a ordem publica. A imprensa ministerial nega todo o fundamento de taes supposições, mas as mesmas precauções tomadas denotam que ellas não são de todo vãs”⁵¹⁴.

⁵¹² DCP, 28-05-1879, pp.822-826. A moção foi rejeitada por 20 votos contra 32.

⁵¹³ *Anuario Diplomatico e Consular Portuguez 1888*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p.201.

⁵¹⁴ AHD/CLM, cx.130, mç.1, ofício de 24 de Abril de 1880.

Entretanto, em Maio desse ano Casal Ribeiro regressou a Lisboa, para publicamente apoiar o governo progressista. Durante o debate de algumas medidas financeiras propostas pelo ministro da Fazenda, Henrique Barros Gomes, Casal Ribeiro definiu o projecto como “(...) um passo considerável e importante no melhoramento da situação da fazenda publica”⁵¹⁵. A atitude do antigo regenerador, apesar de não surpreender por se declarar naquele momento como um político independente, foi alvo da pena satírica de Bordalo Pinheiro: o caricaturista afirmava que, dada a instabilidade do governo progressista, Casal Ribeiro veio a Lisboa, “(...) metteu-lhe uma escora e foi-se embora”⁵¹⁶.

Enquanto em Portugal o Partido Progressista ocupava o poder, Fontes Pereira de Melo decidiu viajar pela Europa, terminando o percurso em São Petersburgo. Ao passar em Madrid foi cordialmente recebido por Casal Ribeiro, e o acolhimento amigável, tão pouco tempo depois da zanga a que a Câmara dos Pares assistira, causou alguma incompreensão, principalmente entre os Progressistas. Segundo Hintze Ribeiro, “(...) o Casal foi buscar o Fontes à estação do caminho, e (...) tão tenazmente insistiu em o hospedar na sua residência (...), que foi necessário que afinal o Fontes, falando franco, lhe dissesse que não podia ir, porque nem isso ficaria bem a um nem a outro. (...) Os granjolas aqui morderam-se (...)”⁵¹⁷.

Durante o ano de 1880, apesar das suas funções como embaixador e das frequentes viagens a Portugal para tratar de assuntos políticos ou pessoais⁵¹⁸, Casal Ribeiro encontrou ainda tempo para dar à estampa artigos sobre a escravatura nos territórios coloniais. O primeiro tema foi abordado num conjunto de cinco artigos publicados no jornal espanhol *La Epoca* sob o título “Apuntes para la historia de la abolicion de la esclavitud en las colonias portuguesas”⁵¹⁹. Os textos foram posteriormente traduzidos para português e publicados em livro⁵²⁰. Nestes Casal Ribeiro

⁵¹⁵ DCP, 11-05-1880, p.617.

⁵¹⁶ *O António Maria*, 13-5-1880, p.158. V. anexo II.

⁵¹⁷ SUPICO, Francisco Maria, *Escavações*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1995, vol.III, p.1378.

⁵¹⁸ Ausentou-se de Madrid de 9 de Novembro a 2 de Dezembro de 1879, de 2 a 14 de Maio de 1880, e de 16 de Outubro de 1880 a 9 de Janeiro de 1881; *Anuario Diplomatico e Consular Portuguez 1888*, p.201.

⁵¹⁹ *La Epoca*, 21, 22, 24, 25 e 28 de Janeiro de 1880, p.1. Os artigos são assinados apenas com “C.”; a sua autoria é indicada em BACL, Processo individual do Conde de Casal Ribeiro, parecer de 15 de Fevereiro de 1882, e MARQUES, João Pedro, “Uma cosmética demorada: as Cortes perante o problema da escravidão (1836-1875)”, *Análise Social*, vol. XXXVI (158-159), 2001, pp.209-247.

⁵²⁰ RIBEIRO, Conde do Casal, *Apontamentos para a historia da abolição da escravidão nas colonias portuguesas*, Lisboa, Typ. do Jornal do Commercio, 1880.

pretendia fazer uma curta monografia sobre o processo de abolição da escravatura nas colónias portuguesas, centrando a sua análise nas medidas tomadas depois da implantação da Monarquia Constitucional em Portugal. A figura principal era o visconde de Sá da Bandeira, falecido em 1876, que desde cedo tentara chamar a atenção para a necessidade de legislar sobre a abolição da escravatura.

Sobre a forma como as leis haviam sido aplicadas, Casal Ribeiro concluía que o único caso de menor sucesso haviam sido as ilhas de São Tomé e Príncipe, onde se registara alguma agitação. A abolição feita pelos portugueses fora, segundo a sua leitura, um êxito, pelo carácter pacífico e pela preocupação mostrada quanto ao bem-estar dos antigos escravos. Casal Ribeiro encarava os territórios africanos como o espaço através do qual Portugal podia recuperar a sua força e o seu prestígio, na difícil conjuntura europeia do último quartel do século XIX: “A Africa, em cujas praias do norte reside em parte o nosso berço, pode ser ainda para hespanhoes e portuguezes campo onde se dilate a nossa influencia benefica, e se exerça por nosso impulso a força expansiva da civilisação”⁵²¹.

Entretanto, no final de 1880, pressionado pela oposição, o executivo progressista pediu uma segunda fornada de Pares ao Rei⁵²², o que Casal Ribeiro viu como uma forma de suicídio ministerial⁵²³. Ao contrário do que as movimentações políticas faziam crer, e do que os governamentais esperavam, Casal Ribeiro seguiu os princípios que havia definido em 1879 e regressou temporariamente a Portugal para deixar o seu voto negativo no Conselho de Estado⁵²⁴. Apesar da oposição dos conselheiros, o monarca decidiu autorizar a nomeação dos 16 pares.

Mesmo com o apoio da Coroa, depois de dois anos atribulados, os progressistas deixaram o poder em Março de 1881, divididos por questões internas e sob uma chuva de críticas relacionadas com o Tratado de Lourenço Marques. Havia circulado rumores de que uma das possíveis escolhas para a sucessão era Casal Ribeiro⁵²⁵, mas o novo ministério Regenerador subiu ao poder com António Rodrigues Sampaio na Presidência, naquele que ficou conhecido como o «governo dos meninos». Pouco

⁵²¹ *Idem*, p.62.

⁵²² A primeira havia sido em Janeiro, de 26 pares.

⁵²³ *DCP*, 17-5-1884, p.672.

⁵²⁴ SUPICO, Francisco Maria, *Escavações*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1995, vol.III, p.1381.

⁵²⁵ FERNANDES, Paulo Jorge, *Mariano Cirilo de Carvalho. O «Poder Oculto» do liberalismo progressista (1876-1892)*, p.119.

depois da nomeação desse governo, o ministro em Madrid deixou o seu posto, pedindo licença para regressar a Portugal a 14 de Maio. Segundo o próprio “(...) cai com os progressistas em 1881, demittindo-me de ministro em Madrid logo que tive noticia do novo advento dos regeneradores (...)”⁵²⁶. Permanecendo em Lisboa de licença durante o Verão, foi exonerado e passado à disponibilidade por carta régia de 12 de Setembro de 1881⁵²⁷.

Circularam então rumores de que Casal Ribeiro poderia assumir a direcção do Partido Progressista⁵²⁸. Esta aparente aliança entre Casal Ribeiro e os progressistas foi amplificada durante a preparação para as eleições de Agosto de 1881. Segundo Emídio Navarro, Casal Ribeiro tornou-se presença habitual no Centro Eleitoral Progressista⁵²⁹, colaborando com António Augusto Pereira de Miranda, membro da comissão executiva do Partido Progressista, nas actividades eleitorais. Navarro afirmava que “Não o suppunha capaz de tanto”⁵³⁰.

O ano político de 1881 ficou marcado pela morte do duque de Ávila. Aos 74 anos de idade, o duque passara por quase todos os cargos e pastas de que a política portuguesa dispunha, tendo assistido a quatro reinados. O seu falecimento encerrava um capítulo para a doutrina conservadora em Portugal, da qual fora o expoente durante cerca de 30 anos. Em simultâneo, deixava aberto um novo espaço, que era expectável que Casal Ribeiro e o seu grupo de moderados, como herdeiros políticos do avilismo, aproveitassem, para formar uma alternativa conservadora ao Partido Regenerador⁵³¹. Contudo, essa estratégia política só viria a ser utilizada três anos mais tarde, num momento em que a conjuntura se alterara, tornando difícil aos Conservadores construir uma posição política consistente.

Nos anos seguintes Casal Ribeiro manteve-se um pouco afastado dos palcos políticos. Pouco participativo na Câmara dos Pares⁵³², foi notícia em 1882 por ser convidado por Fontes Pereira de Melo para a Presidência do Tribunal de Contas⁵³³.

⁵²⁶ DCP, 17-5-1884, p.672.

⁵²⁷ ACR, carta régia de exoneração do cargo de Ministro Plenipotenciário em Madrid, 12 de Setembro de 1881 e *Anuario Diplomatico e Consular Portugal 1888*, p.201.

⁵²⁸ *O Mandarim*, 15-9-1881, p.2.

⁵²⁹ ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Nos bastidores das eleições de 1881 e 1901. Correspondência política de José Luciano de Castro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p.52.

⁵³⁰ *Idem, ibidem*, p.54.

⁵³¹ SARDICA, José Miguel, *Duque de Ávila e Bolama. Biografia*, p.577.

⁵³² V. anexo III.

⁵³³ *La Epoca*, 1882-9-22, p.2, e BNP, Reservados, Cartas dirigidas a António Maria de Fontes Pereira de Melo, cx.2, cap.«56 cartas», carta de 15 de Setembro de 1882.

Apesar de a relação entre ambos parecer ter voltado a ser a amizade de tempos anteriores, Casal Ribeiro recusou, alegando “ (...) a doença que me inhabilita de condigne desempenho, e a repugnancia a interpretações que não faltariam a falseiar a correcção do procedimento (...)”⁵³⁴. No ano seguinte circularam em Espanha boatos segundo os quais Casal Ribeiro teria sido chamado a formar governo, afirmando o redactor do jornal *La Epoca* que “Hace ya tiempo que este personaje (...) acariciaba el proyecto de formar una situacion liberal, equidistante de los conservadores y de los progresistas, pero muy amante de las prerogativas del Monarca”⁵³⁵. A alteração ministerial não veio, contudo, a realizar-se.

3.2. O PARTIDO CONSERVADOR LIBERAL (1884)

Em Janeiro de 1884 começou a ser debatida na Câmara dos Deputados a necessidade de uma reforma constitucional. Esta vinha a ser considerada por todos os sectores desde as eleições de 1881, como medida contra o aumento de influência dos republicanos, que haviam conseguido 29% dos votos em Lisboa⁵³⁶: “Os monárquicos uniam-se para afastar o intruso”⁵³⁷. O principal assunto em discussão era a criação de pares electivos, o que deu origem a longos debates sobre o fim da hereditariedade do pariato e a legitimidade monárquica. A 30 de Janeiro, 101 deputados votaram favoravelmente a proposta de revisão da Carta Constitucional, contra apenas 5 votos desfavoráveis⁵³⁸. O projecto subiu à Câmara dos Pares a 12 de Março, onde a discussão foi mais intensa. Segundo o visconde de Chancelieiros, o pariato electivo não tinha legalidade para avaliar a acção do governo; por outro lado, o conde de Rio Maior acreditava que a abertura da Câmara dos Pares às manipulações eleitorais seria a ruína de todo o sistema monárquico⁵³⁹.

A posição de Casal Ribeiro era, tal como a da maior parte dos Conservadores, de oposição à iniciativa. Já em Fevereiro desse ano José Luciano de Castro, em carta ao visconde de Valmor, previa o difícil andamento dos trabalhos na câmara alta, sobretudo

⁵³⁴ *Idem*.

⁵³⁵ *La Epoca*, 1883-4-18, p.2.

⁵³⁶ ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)”, *Análise Social*, vol. XXI (85), 1985 (1.º), pp.111-152.

⁵³⁷ MÓNICA, Maria Filomena, “A lenta morte da câmara dos Pares (1878-1896)”, *Análise Social*, vol.XXIX (125-26), 1994, p.129.

⁵³⁸ *DCD*, 30-1-1884, pp.189-190.

⁵³⁹ MÓNICA, Maria Filomena, “A lenta morte da câmara dos Pares (1878-1896)”, p.132, e MÓNICA, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo: uma biografia*, p.168.

por ser provável que Casal Ribeiro sugerisse um adiamento, que poderia reunir a maioria dos pares⁵⁴⁰. Se em Janeiro e Fevereiro Casal Ribeiro afirmava não estar a tentar fazer obstrucionismo nem oposição⁵⁴¹, pouco tempo depois a situação modificou-se. A 1 de Abril propôs um adiamento, não absoluto, mas condicional⁵⁴², através do qual se opunha não às reformas políticas, mas sim à sua causa. Não era também um “(...) adiamento espontaneo, nascido do capricho da vontade; é forçado pelo nosso decoro, pelos principios a que devemos submissão, principios fornecidos pela doutrina pura do direito constitucional (...)”⁵⁴³. Os pares podiam assim ver que na moção nada havia de “(...) pavoroso e tetrico, como talvez ao sr. presidente do conselho se afigurou, imaginando conluio meus com a opposição progressista, para lhe roubar a adhesão dos seus alliados de hoje”⁵⁴⁴. Afirmou ainda que havia uma indisciplina intelectual na política, através da qual os partidos se atropelavam para conseguir a maior popularidade, fazendo aquilo a que um político espanhol chamara um «leilão de liberalismo»⁵⁴⁵.

Face a estas afirmações, Fontes Pereira de Melo decidiu atacar Casal Ribeiro, lamentado que se achasse “(...) hoje só e desacompanhado: não é homem já do presente, é homem do passado (...)”⁵⁴⁶. Embora criticado, o projecto foi aprovado por 69 votos contra 14⁵⁴⁷. Entre os 14 votos negativos encontravam-se os principais Conservadores: marquês de Pombal, condes de Casal Ribeiro, Rio Maior e Bonfim, viscondes de Chancelheiros e Moreira de Rei, António José de Barros e Sá e José de Melo Gouveia.

Depois de terminada a discussão, Casal Ribeiro aproveitou a oportunidade para tornar público que estava a ser formado um novo partido monárquico, de cariz conservador. O assunto vinha a ser referido na imprensa nos últimos dias: os legitimistas de *A Nação*, por princípio totalmente opostos à ideia de formar um partido de cariz católico, afirmavam “Bem o disse o bispo de Vizeu: *anda coisa no ar*. Anda. É o absurdo. E um dos factos, na actualidade, em que mais claramente se manifesta a sua

⁵⁴⁰ MOREIRA, Fernando (org.), *José Luciano de Castro: Correspondência política (1858-1911)*, Lisboa, Quetzal, 1998, p.147.

⁵⁴¹ DCP, 21-1-1884, p.41 e 18-2-1884, p.86.

⁵⁴² *Idem*, 1-4-1884, p.298.

⁵⁴³ *Idem*, 17-5-1884, p.670.

⁵⁴⁴ *Idem*, 17-5-1884, p.671.

⁵⁴⁵ *Idem*, 2-4-1884, p.303.

⁵⁴⁶ *Idem*, 4-4-1884, p.315.

⁵⁴⁷ *Idem*, 22-4-1884, p.376.

influencia, é a criação do tal novo partido, do partido conservador”⁵⁴⁸. O mesmo jornal afirmava que a organização do partido havia sido decidida numa reunião em casa de Casal Ribeiro. A *Revolução de Setembro*, surpreendida pela atitude agressiva que Casal Ribeiro adoptara na Câmara dos Pares, chamava “(...) infantil partido (...)”⁵⁴⁹ ao novo grupo político Conservador.

A 28 de Abril, a propósito de diferendos territoriais e de tráfico de escravos com a França e a Bélgica, Casal Ribeiro afirmava: “Em questões internacionaes que importam á honra, ao decoro nacional e ao interesse da nação mais ou menos em conflicto com interesses e decoro das nações estrangeiras, não ha partidos não os deve haver; não ha divergencias de opinião ou de escola. (...) O grupo, partido ou como lhe queiram chamar conservador liberal, que me honra com a sua confiança, faz d’estes capitulos, d’esta norma de conducta, regra essencial no presente e no futuro”⁵⁵⁰. Sobre o mesmo assunto dizia ainda: “(...) esta these é collectiva do partido a que pertenço. Esta é a regra de conducta permanente do partido conservador liberal. Nunca, em situações analogas á presente, este grupo hoje, talvez partido ámanhã, se Deus o favorecer, procederá de outra fórma. Muito claro estabelece no seu programma que a nossa linha de conducta será diversa, opposta áquella que teve o partido regenerador, em presença da questão de Lourenço Marques. Procederemos inteiramente ao revez”⁵⁵¹. Fazia também uma declaração de princípios do novo partido: “Nunca deixaremos de acceitar a responsabilidade propria, se alguma vez estivermos no poder, nem a d’aquelles que comnosco cooperarem. Nunca lançaremos á margem um negociador illustre, convicto das desvantagens de um pacto internacional que firmou sob a responsabilidade collectiva de um ministerio, para isolarmos da nossa responsabilidade collectiva a d’aquella que comnosco partilhou de facto e de direito. Nunca procederemos assim”⁵⁵². As palavras de Casal Ribeiro deixavam claro que este pretendia não só apresentar o novo grupo político, mas também, e principalmente, salientar as diferenças que o separavam do seu mais próximo rival ideológico, o Partido Regenerador, até aí considerado como ocupante do sector conservador no rotativismo português.

A reacção da imprensa não foi positiva. O *Jornal do Comércio* considerava o anúncio politicamente importante, mas não mostrava acreditar na viabilidade do

⁵⁴⁸ *A Nação*, 27-4-1884, p.1.

⁵⁴⁹ *Revolução de Setembro*, 27-4-1884, p.1.

⁵⁵⁰ *DCP*, 28-4-1884, p.428.

⁵⁵¹ *Idem*, p.430.

⁵⁵² *Idem*.

projecto: “O que é seguro é que os partidos não são de geração espontanea, e que, quando se formam ao simples capricho dos homens, em vez de se derivarem da ordem natural e necessaria das coisas, terão de resignar-se... a nunca ser partidos”⁵⁵³. Do lado regenerador, a *Revolução de Setembro* censurava a falta de conteúdo apresentado, questionando o programa e os objectivos do novo partido: “O que ouvimos, como programma, foram meras banalidades improprias de um alto espirito, e menos cabidas no conhecido talento politico do nobre conde. Foram tão pequenas, tão vulgares, tão communs, que até a ironia do destino as fez logo perfilhar pelos que devem ser os mais rudes inimigos dos ultra-conservadores”⁵⁵⁴.

Alguns dias depois, após duras críticas à gestão do ministério Regenerador, Casal Ribeiro explicitava os princípios pelos quais se iria reger o Partido Conservador Liberal: “Quanto á conducta politica, nada de pactos, nada de transacções, nada de transigencias em materia de principios e de idéas”⁵⁵⁵. Pretendiam conseguir adesões à sua política sem necessitar de recorrer a caciquismos, acreditando na validade das suas propostas e no interesse que estas despertavam nos homens de carácter. Sobre as finanças afirmava: “Quanto a administração, quanto a fazenda, seria sobriedade na despesa, muito rigor na administração da fazenda publica. Quanto á receita, o paiz não está em circumstancias de se lhe exigir novos impostos”⁵⁵⁶. Estas ideias contrariavam totalmente as últimas medidas propostas pelos Regeneradores, que haviam feito avultadas despesas em obras públicas, mas também os objectivos dos Progressistas na sua passagem pelo poder entre 1879 e 1881, quando haviam tentado implementar o imposto sobre o rendimento. O aparente propósito do conde era demarcar a posição do seu novo partido face às políticas praticadas nos últimos anos. Ficava, contudo, patente uma contradição, uma vez que tanto Regeneradores como Progressistas, em momentos distintos, haviam recebido o apoio de Casal Ribeiro, e eram agora alvo das suas críticas.

Casal Ribeiro continuava: “Como programma de administração tambem queremos (...) a descentralisação limitada, e as liberdades locaes. Mas reconhecemos que é necessario cohibir o acrescimo indefinido de despesa e impostos locaes (...)”⁵⁵⁷. Sobre a educação, alertava para a necessidade de avaliar a sua qualidade: “Quanto á

⁵⁵³ *Jornal do Comércio*, 29-4-1884, p.2

⁵⁵⁴ *Revolução de Setembro*, 30-4-1884, p.1

⁵⁵⁵ *DCP*, 17-5-1884, p.700.

⁵⁵⁶ *Idem, ibidem.*

⁵⁵⁷ *Idem, ibidem.*

instrução primaria, é preciso diffundil-a, alargal-a, mas principalmente é preciso inspeccional-a e dirigil-a”⁵⁵⁸.

Este programa partidário foi recebido sem surpresas pela imprensa. Para o redactor do *Jornal do Comércio*, os Conservadores defendiam “(...) a tradição moderna do absolutismo (...)”⁵⁵⁹. O *Diário Popular* sublinhava a reacção adversa dos Regeneradores, “(...) que vão assestando contra elle todas as suas baterias. Facilmente se comprehende esta attitude, tanto porque muitos dos membros d’aquelle partido são dissidentes valiosos da regeneração, como porque o novo partido incommoda sériamente o gabinete Fontes”⁵⁶⁰. A *Revolução de Setembro*, como jornal governamental, era particularmente crítico: “O orador, explicando o seu modo especial de fazer opposição (...) foi dizendo que combateria todos os projectos de fazenda, e n’um raptó de eloquencia disse-nos, involuntariamente, de certo, a legenda a inscrever no pendão da *patrulha* – perdão do partido novo (...). Essa legenda é a seguinte: PARAR É SALVAR. E o talentoso orador não reparou talvez como d’esse modo definira clarissimamente perante o paiz os homens (...) que se propõem combater ao transe as medidas do governo, só para adquirirem a gloria de que o paiz *pare*! Parece incrível, mas o homem do progresso, o velho paladino das conquistas liberaes, o setembrista que adora o seu passado, é hoje o defensor e o propagandista do estacionamento, e o chefe dos que resistem á evolução da sociedade portugueza!”⁵⁶¹.

Um dos políticos que se apressou a tornar público o apoio ao projecto de Casal Ribeiro foi o visconde de Chancelieiros, que se declarou “(...) seu correligionario politico até ás proximas constituintes”⁵⁶². Entre os nomes que Casal Ribeiro considerava apropriados para aderir ao Partido Conservador Liberal encontravam-se, para além de Chancelieiros, José de Sande Magalhães Mexia Salema, conde de Bonfim, Agostinho de Ornelas, António José de Barros e Sá, marquês de Pombal, marquês de Fronteira e visconde de Moreira de Rei⁵⁶³.

A similaridade com o caso espanhol era evidente. Em 1876, António Canovas del Castillo tinha fundado o Partido Liberal Conservador, uma agremiação de moderados de diversas proveniências. Em grande medida, o Partido Liberal

⁵⁵⁸ *Idem, ibidem.*

⁵⁵⁹ *Jornal do Comércio*, 7-5-1884, p.1.

⁵⁶⁰ *Diário Popular*, 5-5-1884, p.1

⁵⁶¹ *Revolução de Setembro*, 4-5-1884, p.1.

⁵⁶² *DCP*, 16-5-1884, p.632.

⁵⁶³ *ACR, Bases da Sociedade – Imprensa Conservadora Liberal* (versão de rascunho).

Conservador construía a sua teoria com base no complexo pensamento de Canovas, tendo como preceitos fundamentais a “(...) defensa de la sociedad y de la continuidad histórica cifradas en la monarquía, orden público, apertura al «espíritu moderno» vigente en la Europa de los setenta (...)”⁵⁶⁴. Casal Ribeiro estivera em Madrid entre 1879 e 1881, precisamente um dos momentos em que o Partido Conservador formou governo sob a presidência de Canovas. Casal Ribeiro tornou-se inclusive amigo próximo de Canovas, tendo mais tarde esboçado a biografia do político espanhol⁵⁶⁵. Não é surpresa que tenha existido uma partilha de ideias, que levou Casal Ribeiro a tomar a decisão de formar um partido semelhante, mas possivelmente mais moderado, em Portugal. É também de realçar que depois dos acontecimentos de 1868-1874 em Espanha, e de 1871 em França, o conservadorismo tinha ganho um novo fôlego na política europeia⁵⁶⁶, pelo que parecia possível o sucesso de projectos desta natureza.

Para pôr em prática as ideias defendidas pelo partido, foi criado o Centro Conservador Liberal, “Provisoriamente estabelecido na Travessa do Sequeiro das Chagas”, em Lisboa⁵⁶⁷. Todos os cargos dirigentes do centro eram eleitos, dividindo-se em três sectores: Assembleia Geral, Comissão Executiva e Comissão Administrativa. Para a Assembleia Geral eram escolhidos Presidente, Vice-Presidente, dois Secretários e dois Vice-Secretários; a Comissão Executiva era formada pelos Presidente e Vice-Presidente da Assembleia Geral, apoiados por mais sete membros; quanto à Comissão Administrativa, era composta pelos referidos Presidente e Vice-Presidente da Assembleia Geral, e por mais três membros, um dos quais detendo o cargo de Tesoureiro⁵⁶⁸. Os mandatos tinham uma duração anual, sendo passíveis de reeleição. Não nos foi possível apurar o número de membros que o Centro Conservador Liberal conseguiu angariar. A organização interna do Centro revelava alguma influência do esquema partidário Progressista, também dividido em vários órgãos⁵⁶⁹, ao contrário do que acontecia com o Partido Regenerador, sem estrutura definida.

⁵⁶⁴ CASARES, Gabriel Tortella *et al.*, *Revolución Burguesa Oligarquía y Constitucionalismo (1834-1923)*, in LARA, Manuel Tuñón de (dir.), *Historia de España*, Barcelona, Labor, vol.VIII, 1981, p.307.

⁵⁶⁵ ACR, manuscrito *Canovas del Castillo*.

⁵⁶⁶ HOBSBAWM, E. J., *A Era do Império: 1875-1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

⁵⁶⁷ ACR, *Bases de Organização do Centro Conservador Liberal*. Actual Travessa de Guilherme Cossoul.

⁵⁶⁸ *Idem*.

⁵⁶⁹ FERNANDES, Paulo Jorge, *Mariano Cirilo de Carvalho. O «Poder Oculto» do liberalismo progressista (1876-1892)*, p.49.

Os Conservadores decidiram iniciar a sua actividade pública com a participação nas eleições legislativas de Junho de 1884, apresentando um manifesto eleitoral, no qual propunham como candidato a deputado por acumulação de votos D. José de Saldanha Oliveira e Sousa, figura que “(...) symboliza o principio da independencia de voto na camara dos senhores deputados”⁵⁷⁰. O manifesto era assinado pelos condes de Casal Ribeiro e Rio Maior, marquês de Fronteira, José de Sande Magalhães Mexia Salema e António José de Barros e Sá. Elogiando a independência de D. José de Saldanha face às exigências do mandato imperativo, que servia apenas para garantir os proveitos do executivo, asseguravam que reunia “(...) à sua muita respeitabilidade de character a illustração necessaria para bem tratar no parlamento dos interesses da patria”⁵⁷¹. Os restantes nomes da lista eram figuras progressistas: Anselmo Braamcamp, Frederico Ressano Garcia e Vicente Rodrigues Monteiro⁵⁷². Ao procurarem evitar alianças com o Partido Regenerador, do qual pretendiam demarcar-se por motivos ideológicos, os Conservadores acabaram por realizar uma coligação com os Progressistas, o que se apresentava como uma medida ainda mais singular.

A escolha de apenas um nome para as eleições pareceu a alguns sectores da opinião pública um acto risível: “O novo partido conservador tem pois um candidato em todo o paiz. Pelo caminho em que vae, talvez que com o andar dos seculos possa um dia obter entre nós um triumpho (...)”⁵⁷³. Para o órgão dos Regeneradores, a associação de Conservadores e o Partido Progressista era difícil de compreender: a lista “(...) parece inspirada na doutrina do venha o que vier, D. Miguel ou a republica, (...) não representa principios, idéas, escola ou partido, mas apenas uma agglomeração fortuita (...)”⁵⁷⁴. Mais ainda, o gesto provava “(...) que o partido progressista acceita quaesquer alianças, que lhe tragam vantagem immediata, e que o partido conservador, que se dizia forte e bem quisto, só consegue lutar por um nome, e ainda assim pendurado aos nomes de tres candidatos progressistas”⁵⁷⁵, ou seja, revelava uma falta de princípios e força política de ambos os grupos.

⁵⁷⁰ ACR, *Manifesto Eleitoral*, e *Diário Popular*, 24-6-1884, p.2.

⁵⁷¹ *Idem*.

⁵⁷² *Jornal do Comércio*, 28-6-1884, p.1.

⁵⁷³ *Idem*.

⁵⁷⁴ *Revolução de Setembro*, 28-6-1884, p.1.

⁵⁷⁵ *Idem*.

Os governamentais Regeneradores ganharam as eleições com 73% dos votos⁵⁷⁶, deixando ao Partido Progressista apenas cerca de 1/5 dos lugares da câmara. D. José de Saldanha não chegou a ser eleito, revelando a falta de apoios do Partido Conservador Liberal a nível nacional, que não conseguiram sequer mobilizar o clero, seu partidário natural, como alguns jornais haviam ventilado⁵⁷⁷.

Durante o Verão de 1884 Casal Ribeiro continuou ocupado com a organização do partido, desta vez com o objectivo de fundar um jornal que propagasse as doutrinas conservadoras. Em circular confidencial e urgente, Casal Ribeiro afirmava acreditar na “(...) suprema conveniencia para a patria em ser alçada a bandeira de tal partido, distanciando se dos existentes, não somente pela profissão de doutrinas sãs na ordem politica e economica, mas tambem pela perseverante abstenção dos processos, que frequentemente sacrificam á sede do mando e influencia immediata a salutar acção do respeito ás convicções”⁵⁷⁸. Mas para tornar credível o projecto, era necessário divulgar a ideia: “Sem representação na imprensa, sem propaganda nella e por ella, não se concebe em um regimen de liberdade a existencia de um partido politico”⁵⁷⁹. Mostrava-se portanto consciente do estado embrionário em que o partido se apresentara no final da legislatura anterior, e recusava a possibilidade de a situação se manter depois da reabertura das Cortes.

Seguindo este raciocínio, enviou aos membros as bases da Sociedade – Imprensa Conservadora Liberal, uma sociedade anónima que tinha “(...) por objecto propagar pela imprensa as doutrinas do partido conservador liberal, defender os actos dos seus representantes e combater os adversarios com energia e perseverança dentro dos limites da legalidade e do decoro”⁵⁸⁰. O meio escolhido era um jornal diário, a ser publicado a partir de 1 de Outubro de 1884, cujo nome não havia ainda sido decidido, mas que seria “(...) das dimensões e formato aproximadamente do jornal – O Progresso”⁵⁸¹. Esta iniciativa revelava que Casal Ribeiro estava consciente do poder da imprensa como meio de mobilização política, e da necessidade de criar um jornal não apenas para difundir as doutrinas do Partido Conservador Liberal, mas também para combater os seus adversários políticos.

⁵⁷⁶ ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista*, p.226.

⁵⁷⁷ *Jornal do Comércio*, 28-6-1884, p.1.

⁵⁷⁸ ACR, carta circular aos membros do Partido Conservador Liberal, sem data.

⁵⁷⁹ *Idem*.

⁵⁸⁰ ACR, *Sociedade – Imprensa – Conservadora Liberal – Bases*.

⁵⁸¹ *Idem*.

Entre os membros do partido que responderam à circular, Barros e Sá⁵⁸², o conde de Rio Maior⁵⁸³ e o marquês de Pombal⁵⁸⁴ mostravam-se concordantes com a ideia de formar a sociedade e de serem seus accionistas. José de Saldanha⁵⁸⁵ e o marquês de Fronteira⁵⁸⁶, por seu lado, não pareciam tão entusiasmados com o projecto.

Apesar dos esforços feitos por Casal Ribeiro na reunião de figuras prestigiadas da política portuguesa, e na criação de uma estrutura partidária eficaz, a Sociedade Imprensa Conservadora Liberal nunca foi oficializada, e o jornal do partido não chegou a ver a luz do dia. A observação da conjuntura permite verificar que as razões para este insucesso se prenderam com uma tomada de consciência da recepção negativa que o projecto tivera na opinião pública, e da pouca margem de manobra que existia para partidos de menor dimensão. Como afirma Marques Gomes, o Partido Conservador Liberal foi um fracasso, e “(...) a sua existencia politica foi ainda mais curta que a das rosas”⁵⁸⁷.

3.3. “ESTAMOS MORTOS, COMO NAÇÃO”⁵⁸⁸ (1885-1891)

Apesar da oposição dos Conservadores e dos seus esforços na Câmara dos Pares, a reforma constitucional avançou, e a 24 de Março de 1885 foi aprovado o 2º Acto Adicional à Carta Constitucional. Segundo este, era abolida a hereditariedade na Câmara dos Pares, e 1/3 dos seus membros passavam a ser escolhidos através de eleição indirecta. Mantinha-se a prerrogativa régia de nomeação vitalícia de 2/3 da câmara, tal como a existência de pares de direito próprio, como os príncipes e infantes ou os bispos.

Casal Ribeiro não concordou com nenhuma das medidas da alteração constitucional. Como diria alguns anos mais tarde, “Triste reforma! Mal empregado prurido de innovar (...) Fomos vencidos, como era fatal acontecer; por mim affirmo que nunca quis vencer; sabem-no bem os meus companheiros de luta de então. Quis só protestar; protestei, e o tempo tem justificado o protesto”⁵⁸⁹. Num último esforço de

⁵⁸² ACR, carta de António José de Barros e Sá de 11 de Agosto de 1884.

⁵⁸³ ACR, carta do Conde de Rio Maior de 3 de Agosto de 1884.

⁵⁸⁴ ACR, carta do marquês de Pombal de 2 de Agosto de 1884.

⁵⁸⁵ ACR, carta de José de Saldanha Oliveira e Sousa de 4 de Agosto de 1884.

⁵⁸⁶ ACR, carta do marquês de Fronteira de 2 de Agosto de 1884.

⁵⁸⁷ GOMES, Marques, *Historia de Portugal: popular e illustrada*, Lisboa, Emp. da Historia de Portugal, vol.XII, 1907, p.543.

⁵⁸⁸ BNP, Espólio Oliveira Martins, carta E20/1003, 21 de Abril, [1887].

⁵⁸⁹ RIBEIRO, Conde do Casal, *Problema social emigração: discurso proferido na Camara dos Dignos Pares do reino em sessão de 4 de Julho de 1891*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p.4.

crítica a esta medida, Casal Ribeiro teria preparado um livro sobre o tema, que estava previsto ser editado no final de Janeiro de 1885. Alguns excertos foram publicados no recém-criado jornal *Novidades*, revelando o teor da obra. Aos Regeneradores chamava “(...) mestres em artes de corrupção, e pouco escrupulosos no culto de principios (...)”⁵⁹⁰. Censurava-os ainda por se terem aliado aos Republicanos, num ataque contra o governo progressista de 1879-1881, que desprestigiara não só o partido da oposição, como a própria Câmara dos Pares. Aludia também às raízes históricas do liberalismo e do constitucionalismo, comparando os casos português e espanhol⁵⁹¹. Este livro acabaria por ser uma primeira versão nunca publicada da obra *Carta e Pariato*. Como o autor explicou, “”Circunstancias de doença e outras da vida privada, (...) impediram a prompta publicação d’aquella escripta. Decorreu tempo; passou a oportunidade (...)”⁵⁹².

De novo afastado da política activa, Casal Ribeiro foi nomeado para a embaixada de Madrid pela segunda vez por carta régia de 30 de Setembro de 1886, tomando posse do lugar a 20 de Novembro⁵⁹³. Segundo o encarregado de negócios em Madrid, a nomeação de Casal Ribeiro “(...) seria do maior agrado do Governo hespanhol (...)”⁵⁹⁴. Era também do agrado do governo progressista português, uma vez que a proposta do nome de Casal Ribeiro havia partido do ministro dos Negócios Estrangeiros, Henrique de Barros Gomes⁵⁹⁵.

Em Janeiro de 1887, sem que nada o fizesse prever, morreu Fontes Pereira de Melo. A marca que deixara fora tão profunda que a política de desenvolvimento económico e tecnológico característica dessa época ficou conhecida como «fontismo»⁵⁹⁶. O Partido Regenerador, subitamente sem líder, e desde há muito dividido internamente por várias facções, ficou momentaneamente à deriva. Os dois principais nomes que se apresentaram à sucessão propunham caminhos distintos: António de Serpa Pimentel, marechal da velha guarda, pressupunha uma continuação sem grandes inovações políticas; por outro lado, Augusto Barjona de Freitas, ligado à facção mais radical, prometia um futuro diferente. Nestas circunstâncias Casal Ribeiro, antigo

⁵⁹⁰ “O livro do sr. conde do Casal Ribeiro”, *Novidades*, 7-1-1885, p.3.

⁵⁹¹ *Novidades*, 22-1-1885, pp.2-3.

⁵⁹² RIBEIRO, Conde do Casal, *Carta e pariato*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1895, p.5.

⁵⁹³ *Anuario Diplomatico e Consular Portuguez 1888*, p.201.

⁵⁹⁴ AHD, Processos individuais, Conde de Casal Ribeiro, nº82, cx.52, carta de Augusto de Sequeira Thedim para Henrique de Barros Gomes de 27 de Setembro de 1886.

⁵⁹⁵ AHD/CLM, cx.132, mc.9, ofício de 22 de Novembro de 1886.

⁵⁹⁶ RAMOS, Rui, “O sistema fontista”, in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1898, vol.II, pp.125-146.

número dois do partido, preferiu manter a sua posição independente, não aparecendo como candidato nem participando na eleição. O escolhido acabaria por ser António de Serpa, um líder pouco ágil e apenas temporário.

Este e outros acontecimentos conduziram Casal Ribeiro, cada vez mais desiludido com o estado do país, a desabafar com Oliveira Martins: “Estamos mortos, como nação, amigos e mortos, porque emparvecemos, porque nos tornámos idiotas e maos”⁵⁹⁷. A justificação para esta perspectiva era feita através de uma comparação histórica: “Mais perdidos que em 1580. Aquillo então era decadencia, anemia; hoje é podridão, pasto de bichos”⁵⁹⁸. Nos tempos seguintes a troca de ideias com Oliveira Martins foi praticamente permanente, não só através de correspondência, mas também através do convite a Casal Ribeiro para participar nos jantares do grupo dos «Vencidos da Vida» ou do projecto de uma revista imaginada por ambos. No primeiro caso, a posição de crítico da política que Casal Ribeiro desenvolvera permitiu-lhe uma aproximação de ideias com os intelectuais cujos jantares no Hotel Bragança ficaram famosos⁵⁹⁹. Foi por isso nomeado um «Vencido da Vida» honorário, tal como António de Serpa Pimentel ou Maria Amália Vaz de Carvalho⁶⁰⁰. A aproximação de Casal Ribeiro a este grupo de intelectuais terá estado essencialmente ligada à sua amizade com Oliveira Martins, e não tanto a um possível carácter de figura tutelar do «vencidismo».

No segundo caso, Casal Ribeiro e Oliveira Martins planearam fundar uma revista, que, segundo sugestão do ministro em Madrid, seguiria o modelo da *Revista de España*⁶⁰¹. Eça de Queiroz, que na altura estava a preparar a publicação da *Revista de Portugal*, censurou de imediato a ideia: essa “(...) *Revista Casal Ribeiro* (...)”⁶⁰², caso aparecesse, seria batida. Além disso, “Se Casal deseja uma publicação, em que, de vez em quando publique um artigo e desabafe – cá tem a nossa (...)”⁶⁰³. Apesar de esse projecto editorial não ter tido sucesso, Oliveira Martins continuou a encarar Casal Ribeiro como o “(...) talento verdadeiro (...)”⁶⁰⁴ que poderia ajudar o país a recuperar a sua dignidade perdida. Falando sobre o terrível sintoma que era a abstenção,

⁵⁹⁷ BNP, Espólio Oliveira Martins, carta E20/1003 de 21 de Abril, [1887].

⁵⁹⁸ *Idem*.

⁵⁹⁹ BNP, Espólio Oliveira Martins, carta E20/1004 de 27 de Abril de 1888.

⁶⁰⁰ MÓNICA, Maria Filomena, *Eça de Queirós*, Lisboa, Quetzal Editores, 2009, p.349.

⁶⁰¹ BNP, Espólio Oliveira Martins, carta E20/1007, de 5 de Novembro, [1888].

⁶⁰² QUEIROZ, Eça, *Eça de Queiroz: correspondência*, Lisboa, Caminho, 2008, vol.I, p.567.

⁶⁰³ *Idem, ibidem*, p.572.

⁶⁰⁴ MARTINS, J. P. de Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, vol.II, p.289.

principalmente no plano parlamentar, o historiador citava um discurso de Casal Ribeiro em que este confessava que “(...) a descrença invadiu também o meu espírito diante de uma política de meros expedientes. Desviei-me do parlamento, onde me convenci que nada podia fazer”⁶⁰⁵.

3.3.1. *Ultimatum* e crise nacional

Nas últimas décadas do século XIX observou-se uma alteração na forma de encarar o equilíbrio político internacional por parte de várias potências europeias, através de um novo olhar sobre África: o historiador Eric Hobsbawm definiu este período como a «Era do Império»⁶⁰⁶. Portugal, pelas suas frágeis condições económicas, poucas possibilidades tinha de rivalizar em termos coloniais com potências como o Reino Unido, a França ou a Alemanha. O conflito de interesses que nestas circunstâncias se desenvolveu tinha da parte dos ingleses a justificação do projecto de construção de uma via ferroviária que ligasse o Cairo à Cidade do Cabo, os extremos continentais africanos, enquanto os portugueses argumentavam com direitos históricos e expedições que vinham a ser realizadas desde 1877⁶⁰⁷.

O aumento da tensão entre as duas nações era visível nos círculos diplomáticos, e Portugal sentiu a necessidade de assegurar apoios. Em nota ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Henrique de Barros Gomes, Casal Ribeiro dava conta da aprovação que se fazia sentir em Espanha: “A imprensa d’este paiz semn distincção de matizes politicos, mostra-se sympaticha a Portugal e reconhecendo o nosso direito na questão pendente com Inglaterra sobre extensão de dominios territoriaes em Africa Oriental”⁶⁰⁸.

Apesar dos apoios internacionais, o chamado *Ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890 não deixou outra opção aos portugueses senão ceder às exigências e retirar as forças militares do território em disputa⁶⁰⁹. Face às muitas críticas da oposição e a uma opinião pública agitada, o governo Progressista em funções foi forçado a pedir a demissão, sendo sucedido por um executivo Regenerador que tentou assinar um acordo com o Reino Unido em Agosto desse ano. A população, principalmente em Lisboa, saiu

⁶⁰⁵ *Idem, Dispersos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923, vol.I, p.92.

⁶⁰⁶ HOBBSBAWM, E. J., *A Era do Império: 1875-1914*.

⁶⁰⁷ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês: política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990, pp.46-57.

⁶⁰⁸ AHD/CLM, cx.133, mç.9, ofício de 17 de Dezembro de 1889.

⁶⁰⁹ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês*, pp.60-62.

de novo às ruas para exigir medidas patrióticas. Por pressão da ala mais radical, denominada Liga Liberal, o governo demitiu-se em Outubro, deixando nas mãos do Rei a difícil tarefa de encontrar novos ministros. Do outro lado da fronteira, ao contrário do que acontecera em 1881, Casal Ribeiro não abandonou as suas funções de ministro em Madrid com a saída dos Progressistas do poder.

Com o objectivo de formar um governo extra-partidário, D. Carlos decidiu recorrer aos dois velhos senhores do liberalismo, Martens Ferrão e Casal Ribeiro⁶¹⁰. Para esse efeito o monarca enviou a Casal Ribeiro uma carta em que lhe declarava “Desejo e desejo muito que entre para o Ministerio, que eu encarreguei o Martens de formar. Peço-lhe em nome da sua amizade por mim e em nome d’aquillo que nós todos devemos ao nosso paiz n’esto momento bem difficil que atravessamos”⁶¹¹. Para o persuadir a aceitar, o Rei afirmava: “Hoje os que valem como o Conde, ainda que afastados da politica, não devem recuar, em entrar de novo n’ella, ainda que momentaneamente, para prestar um serviço à sua Patria e ao seu rei. É um dever”⁶¹². Apesar do forte apelo aos princípios patrióticos, Casal Ribeiro opôs-se à ideia. Em resposta, confessava ao Rei “(...) a intima convicção de que, se alguma aptidão tive em antigos tempos, de todo me falece hoje; e por isso pressinto que longe de prestar utilidade a tam nobre e ardua empresa acaso lhe proviria danno da minha entrada no gabinete que váe crear-se (...)”⁶¹³. Ainda que recusasse a oferta, deixava claro que ao novo ministério “(...) desde já afirmo quanto concurso caiba nos meus actuaes apoucados recursos, concurso se não valioso, incondicional, sincero e entusiasta”⁶¹⁴.

Esta solução ministerial fora, vários anos antes, objecto de consideração por parte de Oliveira Martins. Como confirmara em carta a António Cândido, “O ministério *não pode deixar* de formar-se tendo como núcleo o João Crisóstomo, provavelmente ladeado (porventura presidido) pelo Martens ou pelo Casal. Estes três nomes são o triângulo da nova situação em que eu, a ser convidado, entrarei apesar dos perigos”⁶¹⁵. O governo extra-partidário não chegou a concretizar-se, uma vez que Martens Ferrão

⁶¹⁰ RAMOS, Rui, *D. Carlos: 1863-1908*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.81.

⁶¹¹ ACR, carta de D. Carlos, [Setembro/ Outubro, 1890].

⁶¹² *Idem*.

⁶¹³ ANTT/ CCR, cx.7426, cap.904 A, doc.46, carta de Casal Ribeiro para D. Carlos, [1890] e ACR, minuta de Casal Ribeiro, [1890].

⁶¹⁴ *Idem*.

⁶¹⁵ Carta de 1885 in *Correspondência de J. P. Oliveira Martins*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1926, p.71.

comunicou ao Rei que lhe fora impossível reunir os membros necessários; a tarefa foi então passada a João Crisóstomo de Abreu e Sousa.

Depois de fazer mais uma longa viagem pela Europa⁶¹⁶, Casal Ribeiro dirigiu-se a D. Carlos, em Janeiro de 1891, aproveitando as felicitações pelo novo ano para lhe fazer recomendações políticas, num gesto que revelava a autoridade de que o conde gozava em relação ao Rei. Depois de afirmar que eram necessários novos rumos e orientações para a política portuguesa, apresentava aquelas que eram, em sua opinião, as razões para o estado actual do país: “(...) por culpas collectivas, sobretudo dos homens que se podem chamar dirigentes do movimento social, não temos empregado proporcionados esforços contra a decadencia em força material e pecuniaria, e mais ainda em força moral, que é urgente levantar á maior altura”⁶¹⁷. O caminho seguido ao longo de várias décadas não havia sido o mais correcto, para os princípios que Casal Ribeiro defendia: a “(...) politica sem norte, de mesquinho opportunismo (...)”⁶¹⁸, só podia trazer consequências negativas.

Resumia os acontecimentos políticos em Espanha, e mais uma vez dissertava sobre a necessidade de cordialidade entre os países peninsulares, deduzindo que todos os benefícios para a monarquia espanhola seriam reflectidos em Portugal. Debruçava-se também sobre a questão africana, satisfeito por terem sido encontradas soluções que pusessem um fim à agitação social. Apesar da crítica à atitude inglesa, recomendava os maiores esforços na diplomacia: “Com a Inglaterra convem pôr-nos de bem, como de bem nos cumpre estar com todas as nações. Com Inglaterra amizade mais ou menos constrangida, sem alardes de imaginarias hostilidades (...)”⁶¹⁹. Era importante não esquecer os acontecimentos do ano de 1890, para não cometer novamente o erro de confiar excessivamente na aliança inglesa. Como contrapeso, emergia assim a importância do apoio que Espanha podia garantir, e as vantagens de uma aproximação. Casal Ribeiro terminava num tom abatido: “(...) Senhor; pressinto que se alquebrará em mim de vez o animo para a vida publica, e não ficará ponto de resistência contra a

⁶¹⁶ Com passagem pela Alemanha; BNP, Espólio Luís Augusto Palmeirim, N55, cx.2, carta de Casal Ribeiro para Luís Augusto Palmeirim de 4 de Dezembro de 1890.

⁶¹⁷ ANTT/CCR, cx.7426, cap.904 A, doc.47, carta de Casal Ribeiro para D. Carlos de 4 de Janeiro de 1891.

⁶¹⁸ *Idem.*

⁶¹⁹ *Idem.*

atração para o canto obscuro do lar domestico, onde levarei a certeza de para nada prestar já no serviço de meu Rei e da minha patria”⁶²⁰.

Em nova epístola ao Rei, Casal Ribeiro lamentava não ter existido em Portugal um político semelhante a Canovas del Castillo em Espanha, cuja acção enquanto governante lhe parecia sem dúvida a mais acertada para os problemas políticos e sociais que o país enfrentava⁶²¹. O comentário servia-lhe para criticar o falecido Fontes Pereira de Melo: “(...) que misera herança nos legou esse nosso... único homem d’estado, que o poderia ter sido a valer, se para tanto tivesse talhe, por ser quem durante largo periodo governou sem rival em analogia de circunstancias, gosando por seus meritos alias reaes sob outros pontos de vista, a omnimoda confeaça da Corôa”⁶²². Censurava também os membros dos dois partidos monárquicos por se revelarem incapazes de solucionar os graves problemas da sociedade, da fazenda, do exército e da diplomacia.

Da mesma forma pensava Oliveira Martins, que lhe comunicava as últimas novidades em Portugal: “O governo mantem-se por exclusão de partes. Não ha força em ninguem. Não ha chefes nem homens com prestigio”⁶²³. Para Casal Ribeiro, a solução mais eficaz para todos os problemas que Portugal atravessava passava por uma reabilitação moral da nação, intimamente ligada à religião.

3.4. A RENOVAÇÃO CATÓLICA (1891-1894)

O movimento católico em Portugal teve um despontar tardio, devido ao processo de libertação face ao miguelismo⁶²⁴. A partir da década de 1870, através da criação de um jornal de grande divulgação, *A Palavra*, e da fundação de associações de cariz religioso, os católicos iniciaram a construção de um espaço para si na sociedade e

⁶²⁰ *Idem*.

⁶²¹ ANTT/CCR, cx.7426, cap.904 A, doc.48, carta de Casal Ribeiro para D. Carlos de 8 de Abril de 1891.

⁶²² *Idem*.

⁶²³ ACR, carta de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, de 17 de Março de 1891.

⁶²⁴ Para mais informações sobre o movimento católico português v. CRUZ, Manuel Braga da, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980; CRUZ, Manuel Braga da, “Os católicos e a política nos finais do século XIX”, *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980 (1º, 2º), pp.259-270; FERREIRA, António Matos, “Repercussões do Ultimatum no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico”, *Lusitania Sacra*, Lisboa, vol.6, 1994, pp.31-45; VOLOVITCH, Marie-Christine, *Le mouvement catholique au Portugal a la fin de la Monarchie constitutionnelle 1891-1913: des dernières années de la monarchie à l’implantation de la République*, Tese de doutoramento, Paris, 1983. Casal Ribeiro vem incorrectamente referido nesta última obra como Governador Civil de Braga em 1891, informação que se refere na realidade o seu filho, José Frederico do Casal Ribeiro, nomeado em Novembro de 1890 e exonerado em Junho de 1891; v. DG, 8-11-1890, p.1 e 20-6-1891, p.1.

ganharam novo fôlego. O seu objectivo principal era recuperar a influência que a Igreja tivera na opinião pública, usando em simultâneo a doutrina religiosa como meio de encontrar respostas para os problemas sociais e políticos que o país enfrentava.

Foi precisamente com base nesse raciocínio que Casal Ribeiro deu início à publicação de um conjunto de artigos na *Revista de España*, denominados “Las cuestiones sociales y el ideal cristiano”. Através deles pretendia realçar a importância da chamada «questão social» na conjuntura da época, e a urgência de soluções concretas para os fenómenos da pobreza entre as classes trabalhadoras e do aumento da agitação social. A situação dramática levava o embaixador em Madrid a considerar que “(...) las cuestiones sociales son la gran pesadilla de la generación actual, y tiene que ser fuente de gloria ó de perdición de la que ha de seguirmos”⁶²⁵; era o tudo ou nada. Para Casal Ribeiro, existiam duas causas para o problema social: por um lado, “(...) el rápido perfeccionamiento y transformación de la industria y las crises de la producción superabundante (...)”⁶²⁶; por outro, “(...) las aspiraciones desenvueltas por el espíritu democrático y la relajación y enflaquecimiento de los vínculos religiosos”⁶²⁷. Apesar de admitir as vantagens incalculáveis da maquinização da indústria em termos de produção de riqueza, a substituição do homem pelos engenhos mecânicos e a incorrecta distribuição dos resultados era muito desfavorável para o trabalhador. Diversas leis haviam sido implementadas em vários países nos anos recentes, para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e para diminuir os conflitos entre estes e os patrões. Nesse sentido, Casal Ribeiro apelava às autoridades para não menosprezarem a mobilização de que o socialismo era capaz junto da população mais desfavorecida, prevendo grande agitação caso não fossem tomadas medidas para anular as causas dos problemas sociais.

Na sua perspectiva, e ao contrário do que muitos pensavam, a defesa dos direitos do operariado seria assegurada de forma mais eficaz pelos conservadores do que pelos democratas e racionalistas, que “(...) conducen á negaciones estériles en la esfera científica y á demoliciones peligrosas en el campo social”⁶²⁸. Criticava principalmente a noção de um povo soberano, que tinha como única liberdade o direito de morrer de

⁶²⁵ RIBEIRO, Conde de Casal, “Las cuestiones sociales y el ideal cristiano”, in *Revista de España*, t.CXXXII, Janeiro e Fevereiro de 1891, pp.51-52.

⁶²⁶ *Idem*, “Las cuestiones sociales y el ideal cristiano (continuación)”, in *Revista de España*, t.CXXXII, Janeiro e Fevereiro de 1891, p.198.

⁶²⁷ *Idem, ibidem.*

⁶²⁸ *Idem*, “Las cuestiones sociales y el ideal cristiano (continuación)”, in *Revista de España*, t.CXXXII, Janeiro e Fevereiro de 1891, p.443.

fome e frio. Havia que dar ao povo, para além dos direitos políticos, os direitos sociais⁶²⁹. Defendia uma intervenção do Estado na oferta de emprego realizada apenas em situações de grande crise, o que evitava a dependência dos trabalhadores face aos apoios estatais⁶³⁰. A intervenção devia restringir-se ao seu poder legislador, através de medidas para distribuir a população de forma mais proporcional em termos geográficos: a permanência da população nos espaços rurais e em funções agrícolas aproximava-a ao solo, e simbolicamente à pátria, ao mesmo tempo que despertava o interesse pela propriedade. Era por isso importante criar condições para transformar o trabalhador em proprietário, com todo o efeito benéfico na ordem social que isso garantia. No caso dos espaços urbanos, a criação de habitações com rendas reduzidas podia promover o interesse dos trabalhadores em adquiri-las⁶³¹.

Como solução para o problema social de uma forma mais genérica, Casal Ribeiro defendia o incentivo estatal a instituições específicas, como cooperativas, caixas económicas, montepios e sociedades de socorros para doentes e idosos⁶³². O objectivo era evitar que os apoios públicos fossem entregues a indivíduos que não sabiam geri-los correctamente. Mas existia uma condição impreterível: “(...) es preciso que la asociación sea dominada por el sentimiento cristiano”⁶³³. Dava como exemplo da importância do cristianismo nas vidas dos trabalhadores o dia de descanso semanal, utilizado para os ofícios do espírito, que se tornara entre os especialistas uma necessidade incontestável, e que acreditava que viesse a ser institucionalizado brevemente⁶³⁴.

No mesmo contexto, e muitos anos depois de ter abandonado os ideais revolucionários da juventude, Casal Ribeiro iria surpreender a audiência da Câmara dos Pares com as suas afirmações: “(...) faço (...) de novo e repito, a minha profissão de fé socialista. Eu sou socialista do Estado. Socialista com o grande Pontífice Leão XIII, com Guilherme II da Alemanha, com Canovas del Castillo, em Hespanha; com tão boa

⁶²⁹ *Idem*, “Las cuestiones sociales y el ideal cristiano VI”, in *Revista de España*, t.CXXXIII, Março e Abril de 1891, p.346.

⁶³⁰ *Idem*, “Las cuestiones sociales y el ideal cristiano (continuación)”, in *Revista de España*, t.CXXXII, Janeiro e Fevereiro de 1891, p.448.

⁶³¹ *Idem, ibidem*, p.449.

⁶³² *Idem*, “Las cuestiones sociales y el ideal cristiano IV”, in *Revista de España*, t.CXXXII, Janeiro e Fevereiro de 1891, p.561.

⁶³³ *Idem, ibidem*, p.563.

⁶³⁴ *Idem*, “Las cuestiones sociales y el ideal cristiano VI”, in *Revista de España*, t.CXXXIII, Março e Abril de 1891, p.338.

companhia, não tenho medo nem do nome nem da cousa”⁶³⁵. É necessário ter em conta a dupla dimensão destas palavras: o socialismo era uma forma de pensamento que apoiava medidas de carácter social que procurassem defender as classes mais desprotegidas da sociedade, através de uma melhor distribuição do esforço de trabalho e dos resultados produzidos. Mas era também a ideologia política com base na qual se fundara o Partido Socialista, em 1875, e que tinha como primeiro objectivo a implantação de uma “(...) República Social”⁶³⁶. Se na altura da fundação desse partido Casal Ribeiro não se mostrara favorável às doutrinas socialistas⁶³⁷, parecia agora considerá-las mais adequadas.

Um dos sintomas mais evidentes da situação social crítica que existia em Portugal era a emigração, que atingira no final do século XIX números nunca antes vistos⁶³⁸, e contra a qual era necessário desenhar medidas com um alcance bastante mais profundo do que a simples proibição do acto de emigrar. Para solucionar este e outros problemas, e inspirado pelo modelo espanhol com o qual directamente convivia, Casal Ribeiro propunha a criação de uma Comissão de Reformas Sociais, que serviria “(...) para dar unidade, imprimir espirito de systema e permanencia nas reformas que se projectem, não variando ellas segundo o criterio individual de cada ministro que a outro succeda no poder”⁶³⁹.

No âmbito da política, o *Ultimatum* merecia ainda de Casal Ribeiro as mais fortes críticas, considerando-o “(...) um pleito que foi desgraçadíssimo para o paiz”⁶⁴⁰. Desde então começara a ser ventilada a possibilidade de vender colónias para rentabilizar o investimento feito nos territórios coloniais, uma medida que o embaixador português considerava, apesar do seu simbolismo negativo, melhor do que manter a falta de orientação da política portuguesa, com todos os reflexos que isso tinha na segurança das colónias. Para Casal Ribeiro, a falta de rumo político era uma das maiores dificuldades que no momento se enfrentava, e cujas responsabilidades tinham de ser

⁶³⁵ *Idem*, *Problema social emigração: discurso proferido na Camara dos Dignos Pares do reino em sessão de 4 de Julho de 1891*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p.8.

⁶³⁶ COELHO, Trindade, *Manual político do cidadão portuguez*, Porto, Empresa Litterária e Typographica, 1908, p.670.

⁶³⁷ RIBEIRO, Conde do Casal, *Jornal do Comércio*, 26-2-1875, p.1 e 7-3-1875, p.1.

⁶³⁸ Sobre a emigração na segunda metade do século XIX e início do século XX v. SERRÃO, Joel, *A emigração portuguesa: uma sondagem histórica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977 e PEREIRA, Miriam Halpern, *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, São Paulo /Lisboa, EDUSC / Instituto Camões, 2002.

⁶³⁹ RIBEIRO, Conde do Casal, *Problema social emigração*, p.14.

⁶⁴⁰ *Idem*, *Problema colonial e problema internacional: discurso proferido na Camera dos Dignos Pares do reino na sessão de 22 de Junho de 1891*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p.7.

assumidas: “(...) se censura houvesse, recairia sobre todos, e mais sobre a nação que tem consentido esta navegação sem roteiro certo, em que temos comprometido mais de uma vez as nossas finanças, e tambem alguma vez, como factos recentes estão demonstrando, a nossa dignidade, arriscando mesmo a nossa propria existencia nacional”⁶⁴¹. Era necessário enfrentar todos os assuntos com pulso firme, e evitar a alteração dos objectivos com as transições de governo.

Depois da agitação social e da instabilidade política que o conflito com o Reino Unido causara, Casal Ribeiro sentia que Portugal se depararia no futuro com alguma paz: “(...) eu entendo e posso affirmar sem temeridade, que no momento actual nenhum perigo externo ameaça a nossa nacionalidade”⁶⁴². Mas mais uma vez fazia questão de sublinhar a importância da cooperação com Espanha, a expressão do seu iberismo diplomático, porque as alianças eram cada vez mais relevantes na conjuntura internacional finissecular.

As funções políticas de Casal Ribeiro foram interrompidas por motivos pessoais no final do ano de 1891: em Novembro pediu autorização ao governo para abandonar o seu posto em Madrid e regressar com urgência a Lisboa, devido ao grave estado de saúde do seu genro⁶⁴³; este viria a falecer pouco tempo depois. Dadas as circunstâncias, Casal Ribeiro não voltou a Madrid, sendo substituído interinamente por Augusto de Sequeira Thedim e pelo conde de Paraty. Em Abril do ano seguinte insistiu com o ministério dos Negócios Estrangeiros para que lhe fosse concedida a exoneração, por lhe ser impossível exercer as funções de Ministro Plenipotenciário “(...) por motivo de mau estado de saúde”⁶⁴⁴. A exoneração foi-lhe concedida por carta régia de 28 de Abril de 1892⁶⁴⁵.

Apesar de menos presente na vida pública, Casal Ribeiro fez questão de continuar a participar activamente no movimento católico e a divulgar as suas ideias. Nesse sentido tomou parte na fundação do jornal *Correio Nacional*, órgão oficial dos católicos em Portugal, apoiado pelo episcopado, que simbolizava a união de uma parte dos católicos liberais em torno de um meio de publicação das suas ideias. A comissão administrativa do jornal era constituída pelo próprio Casal Ribeiro, juntamente com

⁶⁴¹ *Idem, ibidem*, p.10.

⁶⁴² *Idem, ibidem*, p.14.

⁶⁴³ AHD/CLM, cx.134, mc.6, telegrama de 25 de Novembro de 1891.

⁶⁴⁴ AHD, Processos individuais, Conde de Casal Ribeiro, nº82, cx.52, carta de 18 de Abril de 1892.

⁶⁴⁵ *Anuario Diplomatico e Consular Portuguez 1892*, p.83.

Henrique de Barros Gomes e o marquês de Pombal⁶⁴⁶. O primeiro redactor foi o Conselheiro Ferreira Lobo, posteriormente substituído por Quirino Avelino de Jesus no início de 1894⁶⁴⁷.

Através deste periódico os temas religioso e social voltaram a ser analisados por Casal Ribeiro, num conjunto de artigos dedicados ao comentário da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Berlim em 1890⁶⁴⁸, e das medidas para promover o descanso dominical. Estes textos eram, no fundo, uma continuação do que havia anteriormente empreendido na *Revista de España*, abordando as condições de vida da população trabalhadora, os problemas decorrentes da evolução tecnológica e do progresso material, a difícil relação entre os governantes e a sociedade, e a decadência da acção política do final do século XIX.

A doutrina política do socialismo de Estado parecia a Casal Ribeiro uma forma bastante adequada de as autoridades encararem os problemas sociais. Todavia, não nos é apresentada uma definição ou explicação dos fundamentos dessa forma de pensamento, pelo que não conseguimos perceber a dimensão desta afirmação. O antigo ministro concordava com a formação de associações de classe, ou a realização de greves e manifestações, desde que as razões que as motivassem fossem justas e não fosse utilizada violência⁶⁴⁹. Mas mais uma vez sublinhava a necessidade da religião na resolução dos problemas: “Sem a influencia religiosa nunca se effectuará a conciliação das classes com sacrificio de interesses e calor de sympathias; sem a influencia religiosa nunca a lei civil poderá domar as astucias resistentes do rico e a paixão invejosa do pobre”⁶⁵⁰. O descanso dominical era apenas um dos aspectos em que o espírito religioso mostrava o seu carácter social benéfico, mas ganhara cada vez mais adeptos nos últimos anos, e vinha sendo aplicado na legislação de vários países.

⁶⁴⁶ *Correio Nacional*, 16-2-1894, p.1, e 25-5-1901, p.1, e JESUS, Avelino Quirino de, “O Centro Catolico e A Epoca – Um trecho de história político-religiosa contemporanea”, *Seara Nova*, nº59, Novembro de 1925, p.207.

⁶⁴⁷ LEAL, Ernesto Castro, “Quirino Avelino de Jesus, um católico «pragmático»”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, t.6, 1994, p.360.

⁶⁴⁸ A Conferência de Berlim teve início a 15 de Março de 1890 e contou com a presença de representantes de países como Alemanha, Reino Unido, Bélgica, França, Holanda, Dinamarca, Suíça, Espanha, Itália e Portugal.

⁶⁴⁹ RIBEIRO, Conde do Casal, “A Conferencia de Berlim de 1890 – O Santissimo Padre Leão XIII – e – O descanso dominical I”, *Correio Nacional*, 14-5-1893, p.2.

⁶⁵⁰ *Idem*, “A Conferencia de Berlim de 1890 – O Santissimo Padre Leão XIII – e – O descanso dominical III”, *Correio Nacional*, 19-5-1893, p.1.

Apesar de mostrar a sua preocupação com o bem-estar dos trabalhadores, Casal Ribeiro fazia questão de realçar os limites pelos quais guiava o seu pensamento: a igualdade era uma “(...) perigosa utopia (...)”⁶⁵¹, utilizada pelos racionalistas para conquistar um povo que não tinha consciência dos seus deveres cívicos, e a quem começara a ser dada uma educação que fora pervertida e que não garantia o nível moral da sociedade. Exemplos dessa confusão de princípios eram a perda de poder da religião, a diminuição da importância da família no todo social, e a transformação do papel da mulher, gesto que Casal Ribeiro considerava ser «americanisar» a mulher⁶⁵², ao retirá-la do lar e da tarefa única de educar os filhos, e forçá-la a exercer uma profissão. Era necessário contrariar estas ideias para evitar a decadência total da sociedade e da nação.

3.4.1. O Centro Católico Parlamentar

A questão política dentro do movimento católico começara desde cedo a ser colocada, tendo surgido um primeiro projecto de partido católico em 1878, que recebeu duras críticas não só dos sectores católicos legitimistas, mas também de figuras importantes dos católicos liberais, como o conde de Samodães⁶⁵³. O tema fora abandonado, retornando em meados da década de 1890, com a consolidação do nacionalismo católico em Portugal. A temática fora alvo de intenso debate noutros países europeus, tendo resultado na criação de partidos de cariz católico na Alemanha, Bélgica e Áustria-Hungria⁶⁵⁴.

Para além da temática latente da formação de um partido católico no seio da sociedade portuguesa, o acontecimento que despoletou a acção do movimento católico português foi a publicação da encíclica papal *Inter Sollicitudines*, communemente conhecida como «Carta sobre o *Ralliement*», publicada a 16 de Fevereiro de 1892. Nela

⁶⁵¹ *Idem*, “A Conferencia de Berlim de 1890 – O Santissimo Padre Leão XIII – e – O descanso dominical II”, *Correio Nacional*, 17-5-1893, p.2.

⁶⁵² *Idem*, “A Conferencia de Berlim de 1890 – O Santissimo Padre Leão XIII – e – O descanso dominical IV”, *Correio Nacional*, 24-5-1893, p.2.

⁶⁵³ GONÇALVES, Eduardo Cordeiro, *Católicos e Política (1890-1910) – O Pensamento e Acção do Conde de Samodães*, Maia, PUBLISMAI, 2004, pp.238-242. Sobre a questão do partido católico v. CRUZ, Manuel Braga da, “Partidos Políticos Confessionais”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, vol.III, pp.380-385 e GONÇALVES, Eduardo Cordeiro, “Projecto de programa para a organização do Partido Católico: Um debate no último quartel de Oitocentos”, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (org.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras, 2001, pp.21-34.

⁶⁵⁴ O Partido do Centro Alemão, também conhecido como Zentrum, foi fundado em 1870; a Liga Democrática Belga surgiu em 1891; no mesmo ano foi fundado o Partido Cristão Social, na Áustria-Hungria. Para mais informações sobre os partidos católicos na Europa v. MAYEUR, Jean-Marie, *Des Partis catholiques à la Démocratie chrétienne XIX^e-XX^e siècles*, Paris, Armand Colin, 1980.

o Papa Leão XIII incentivava os católicos franceses a colaborarem com o regime republicano, promovendo o consenso entre as diferentes ideologias, excepto em questões que tocassem directamente com a religião e que fossem assim consideradas como prejudiciais para a Igreja Católica. No rescaldo de outros documentos papais, este texto marcou um ponto de viragem não só na acção do papado face à política, mas também na forma com os católicos se posicionavam em relação à política e aos partidos⁶⁵⁵. O *ralliement* era a resposta institucional dos católicos à ameaça de doutrinas políticas que reuniam cada vez mais apoiantes, como o socialismo, e que poderiam pôr em causa a estabilidade e a influência da Igreja Católica.

A concretização deste pensamento no panorama português ocorreu em 1894, com a formação do Centro Católico Parlamentar. O projecto começara a delinear-se no início desse ano: segundo o Núncio em Lisboa, Monsenhor Domenico Jacobini, que em Julho de 1894 afirmava ter conhecimento de ter sido entregue ao Cardeal Patriarca, vários meses antes, um estudo preparatório respeitante a uma iniciativa do episcopado português, e que iria reunir pares de diferentes proveniências políticas⁶⁵⁶. O mesmo Núncio, poucos dias depois, mostrava-se abatido, comunicando ao Secretário de Estado do Vaticano que eram poucas as figuras da política portuguesa com quem podiam contar: “Di uomini di Stato che possano dirsi nostri non abbiamo che due: il vecchio Casal Ribeiro pieno di acciacchi e poco più abile all’azione, e il Sig. Barros Gomes”⁶⁵⁷. A tarefa de pôr em prática o ideal do *ralliement* em Portugal parecia assim dificultada.

Nos meses seguintes o *Correio Nacional* deu à estampa vários artigos sobre este assunto, através dos quais a redacção procurava afastar-se da ideia de um partido católico: “Não pretendemos a formação de um grupo que aos outros dispute a conquista do poder e que por conseguinte vá arremessar perigosamente o estandarte espiritual ao campo das luctas partidárias”⁶⁵⁸. O seu objectivo era apenas a formação de um centro parlamentar que defendesse os direitos religiosos e a influência cristã nas medidas tomadas pelo governo. O mesmo afirmava o conde de Samodães, que propunha a

⁶⁵⁵ Sobre a reacção a outros textos papais v. CLEMENTE, Manuel, “A sociedade portuguesa à data da publicação da Rerum Novarum: o sentimento católico”, *Lusitania Sacra*, vol. 6, 1994, pp.47-60.

⁶⁵⁶ FERREIRA, António Matos, *Um católico militante diante da crise nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2007, p.469.

⁶⁵⁷ *Idem, ibidem*, p.473.

⁶⁵⁸ *Correio Nacional*, 17-8-1894, p.1. V. também *idem*, 18-7-1894, p.1.

integração dos líderes dos principais partidos políticos no Centro Parlamentar, sem detrimento das suas pertenças partidárias, e com benefício da defesa da religião⁶⁵⁹.

A apresentação oficial do Centro Católico Parlamentar foi feita na Câmara dos Pares, na sessão de 27 de Novembro, por D. Manuel Bastos Pina, bispo-conde de Coimbra, pelo conde de Casal Ribeiro e por D. Augusto Eduardo Nunes, arcebispo de Évora. Todos fizeram questão de realçar que a aspiração da Igreja portuguesa não era a formação de um partido católico, ainda que a Constituição o permitisse. O próprio Casal Ribeiro, depois de declarar o seu total apoio, frisava que “(...) não se trata, nem deve tratar-se de organizar partido novo com o *sympathico lemma* do catholicismo, partido aspirante e concorrente ao poder com os outros partidos organizados (...)”⁶⁶⁰. No seguimento destas declarações públicas foi constituída a comissão administrativa do Centro Parlamentar, com uma organização semelhante à que dirigia o *Correio Nacional*: Casal Ribeiro, Barros Gomes e o marquês de Pombal, apoiados por Jacinto Cândido e Jerónimo da Cunha Pimentel. Não obstante, o avanço do projecto foi imediatamente travado pelo encerramento das cortes, a 28 de Novembro, reabrindo apenas em Janeiro de 1896⁶⁶¹.

Na preparação para as eleições de Novembro de 1895 realizaram-se diversas reuniões de grupos católicos no Norte do país⁶⁶², das quais resultaram algumas candidaturas sob a protecção do Centro Parlamentar: o Padre Sena Freitas, D. José de Saldanha e D. Tomás de Vilhena pelo Porto, e Fernando Pedroso e Luís José Dias por Viana do Castelo⁶⁶³. Apesar dos esforços, nenhum dos candidatos conseguiu ser eleito, e a iniciativa do Centro Católico Parlamentar acabou por não se traduzir em quaisquer resultados. Na sequência do que Manuel Abúndio da Silva afirmara⁶⁶⁴, Manuel Braga da Cruz apresenta como motivos para o fracasso do Centro Parlamentar, não apenas o encerramento das câmaras, mas também o falecimento dos seus principais líderes, Casal Ribeiro e Barros Gomes⁶⁶⁵. Casal Ribeiro morreria em Junho de 1896 e Barros Gomes

⁶⁵⁹ *Idem*, 4-8-1894, p.1.

⁶⁶⁰ *Idem*, 25-12-1894, p.2.

⁶⁶¹ RAMOS, Rui (coord.), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p.214.

⁶⁶² *Correio Nacional*, 25-10-1895, p.1.

⁶⁶³ CRUZ, Manuel Braga da, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, pp.115-116.

⁶⁶⁴ SILVA, Manuel Abúndio, *Cartas a um abade sobre alguns aspectos da questão político-religiosa em Portugal*, Braga, Cruz & C.ª, 1913, p.88.

⁶⁶⁵ CRUZ, Manuel Braga da, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, p.114. Também Vítor Neto repete esta ideia; NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, p.421.

apenas em Novembro de 1898, muito depois de o Centro Parlamentar ter deixado de ser um assunto. Parece-nos, portanto, que, mais do que o início da ditadura de Hintze Ribeiro ou o falecimento de membros, as principais razões para a falta de desenvolvimento desta empresa católica foram a falta de consistência da ideia e a inexistência de um programa de acção, associadas ao pouco dinamismo do movimento católico português.

3.5. “DESCRENTE DOS BONS DESTINOS DA PÁTRIA”⁶⁶⁶ (1895-1896)

Depois do fracasso do Centro Católico Parlamentar, Casal Ribeiro decidiu mais uma vez afastar-se da vida pública. Era um homem de 69 anos, esgotado pela longa exposição pública. Em Novembro de 1895, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Soveral, por ordem do rei D. Carlos, convidava Casal Ribeiro para a embaixada portuguesa junto da Santa Sé: “Ninguém, como V. Ex^a, reúne os dotes necessários para o desempenho de tão elevado cargo e escusado é assegurar-he que o governo de que faço parte junta os seus aos meus rogos afim de que V. Ex^a aceite tão pourosa missão, prestando assim mais um altíssimo serviço ao seu paiz”⁶⁶⁷. Apesar de esta ser uma função que noutros tempos Casal Ribeiro teria desejado, pela proximidade com o Papado, foi naquele momento forçado a recusar por se sentir velho e cansado⁶⁶⁸.

Todavia, um conjunto de acontecimentos motivou-o a regressar à ribalta, desta vez através da publicação de um livro: o governo Hintze-Franco, depois de aprovar a nova lei eleitoral, a 28 de Março⁶⁶⁹, promulgou o terceiro Acto Adicional à Carta Constitucional, por decreto ditatorial de 25 de Setembro. Reduzido o número de eleitores para praticamente metade em relação às últimas eleições, e abolidos os pares por nomeação, em simultâneo com um aumento de poderes para o Monarca, assistiu-se em resultado das eleições de Novembro de 1895 à situação extravagante de uma Câmara de Deputados unicamente composta por Regeneradores, que ficaria conhecida como o «Solar dos Barrigas». A indignação de Casal Ribeiro face ao que considerava ser um total atropelo à Carta Constitucional e ao respeito pela política bem executada

⁶⁶⁶ RIBEIRO, Conde do Casal, *Carta e Pariato*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1895, p.5.

⁶⁶⁷ ACR, carta de Luis Soveral de 19 de Novembro de 1895.

⁶⁶⁸ *Idem*, minuta de Casal Ribeiro de 20 de Novembro de 1895.

⁶⁶⁹ ALMEIDA, Pedro Tavares de (org.), *Legislação Eleitoral Portuguesa*, Lisboa, pp.345-385.

traduziu-se na publicação de *Carta e Pariato*⁶⁷⁰, um texto de exposição de doutrinas políticas e de crítica ao governo.

Nos dois primeiros capítulos da obra o autor fazia uma espécie de história do constitucionalismo português, focando a sua atenção em particular na reforma da Câmara dos Pares de 1878 e no segundo Acto Adicional à Carta Constitucional, de 1885. Como o próprio admitia, “(...) a reorganização da camara dos pares estatuida pelo acto addicional de 1885, apesar de vir inquinada do vicio radical da sua inopportunidade, ferindo a integridade da constituição; e apesar, tambem, de ser mal e inconvenientemente desenvolvida, nas leis organicas posteriores, não produziu, todavia, na pratica, até ao presente, perturbação ou inconveniente que aconselhasse a tentativa de nova reorganização do pariato (...)”⁶⁷¹. Por esse motivo, Casal Ribeiro tinha dificuldade em perceber os motivos pelos quais, em 1895, era feita uma nova reforma constitucional. A sua principal crítica ao Acto Adicional de 1895 era, em simultâneo com a eliminação dos pares electivos, a supressão das categorias estatuídas pela lei orgânica de 1878, ou seja, a revogação da legislação da sua autoria⁶⁷². Era por esse motivo que afirmava “Melhor fôra, então, que tal proposta não houvesse sido levada ao parlamento”⁶⁷³.

Mas a medida fora aprovada, pelo que Casal Ribeiro guardava o terceiro capítulo unicamente para expressar a sua opinião quanto ao governo em funções, e quanto ao estado presente da política. Retornando a 1890 e às circunstâncias que se seguiram ao *Ultimatum* britânico, revelava sobre a liderança Regeneradora: “Nessa epocha era ainda, ou parecia ser chefe do partido regenerador o sr. Serpa Pimentel (...). Certo é que, já então, corriam rumores de que a chefia do sr. Serpa era mais nominal que real”⁶⁷⁴. Algum tempo mais tarde, em Novembro de 1894, quando as câmaras tinham sido encerradas, Casal Ribeiro sentia ter existido, da parte do executivo, um interesse em fazer uso de um poder semelhante ao que fora conhecido em Portugal durante o absolutismo⁶⁷⁵. Depois de historiar as atribulações dos anos seguintes, o conde definia a aprovação do Acto Adicional como “(...) o golpe de estado portuguez de 1895”⁶⁷⁶, comparável apenas ao golpe de estado que ocorrera em França em 1851, e que colocara

⁶⁷⁰ RIBEIRO, Conde de Casal, *Carta e pariato*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1895, 170.

⁶⁷¹ *Idem, ibidem*, p.13.

⁶⁷² *Idem, ibidem*, pp.53-54.

⁶⁷³ *Idem, ibidem*, p.55.

⁶⁷⁴ *Idem, ibidem*, p.91.

⁶⁷⁵ *Idem, ibidem*, p.115.

⁶⁷⁶ *Idem, ibidem*, p.144.

no trono imperial Napoleão III. Mais ainda, era uma demonstração da “(...) *arte de fazer constituições*”⁶⁷⁷. O ano de 1896 ficaria marcado, na perspectiva de Casal Ribeiro, pela existência de uma “(...) pseudo-câmara electiva”⁶⁷⁸, da qual o principal responsável era João Franco.

O livro foi recebido pelo público em conformidade com as diferentes orientações políticas. O *Diário Popular*⁶⁷⁹ e o *Comércio de Portugal*⁶⁸⁰, de matriz progressista, elogiavam o texto e o seu autor, sentindo que todas as acções contra o governo eram úteis e necessárias. O *Diário Ilustrado*, apoiante do governo Regenerador, escolhia um posicionamento diferente, oferecendo a Casal Ribeiro os seus sentimentos, por este ver a sua obra tão apreciada pelos membros do Partido Progressista⁶⁸¹.

Em Fevereiro de 1896, decidido finalmente a retirar-se da política, Casal Ribeiro informou o Cardeal Patriarca que resolvera abandonar a comissão administrativa do *Correio Nacional*, o que o prelado recusou terminantemente: “De modo nenhum me posso conformar que V. Ex^a se retire da Comissão do “Correio Nacional”, nem que este morra n’esta ocasião”⁶⁸². Para além de sublinhar a necessidade da permanência de Casal Ribeiro na administração, o prelado mostrava-se muito desagradado com a acção de Quirino Avelino de Jesus como director: “Por outro lado também não julgo conveniente que o jornal continue na orientação politica, que ultimamente tem levado, nem que o Sr. Quirino entenda poder dirigir o jornal fora da orientação que no programa se lhe deo, pelo qual volta a Comissão com direito de despedir o Director do jornal e todo o pessoal. Despeça o Quirino e dê a direcção ao Nemo”⁶⁸³, que é mais independente e mais competente para a natureza do jornal”⁶⁸⁴. Apesar da postura firme de D. José Neto, Quirino de Jesus só viria a deixar o *Correio Nacional* em Maio de 1897⁶⁸⁵.

Durante o mês de Maio de 1896, na sequência da publicação da obra póstuma de Oliveira Martins, *O Príncipe Perfeito*, Casal Ribeiro teve ainda oportunidade de dar à estampa, no *Jornal do Comércio*, um conjunto de textos de análise crítica,

⁶⁷⁷ *Idem, ibidem*, p.149.

⁶⁷⁸ *Idem, ibidem*, p.126.

⁶⁷⁹ *Diário Popular*, 30-12-1895, p.1.

⁶⁸⁰ *Comércio de Portugal*, 28 e 31-12-1895, p.1.

⁶⁸¹ *Diário Ilustrado*, 28-12-1895, p.2.

⁶⁸² ACR, carta do Cardeal Patriarca José Neto de 15 de Fevereiro de 1896.

⁶⁸³ José Fernando de Sousa (1855-1942), engenheiro, jornalista e político ligado à monarquia e ao catolicismo.

⁶⁸⁴ *Idem*.

⁶⁸⁵ LEAL, Ernesto Castro, “Quirino Avelino de Jesus, um católico «pragmático»”, p.364.

posteriormente coligidos num só volume⁶⁸⁶. Mais do que debruçar-se sobre o último livro do historiador, Casal Ribeiro fazia um elogio histórico comovido ao génio de Oliveira Martins, aos seus esforços inéditos e à sua produção historiográfica⁶⁸⁷.

Nos últimos dias de Maio o conde viajou para Madrid, acompanhado pelo bispo-conde de Coimbra e pelo conde de Burnay, para assistir a uma conferência proferida pelo seu amigo Antonio Sánchez Moguel, que tinha como tema central a figura de Alexandre Herculano⁶⁸⁸. Manteve-se depois nessa cidade alguns dias, passando pelos círculos intelectuais onde era uma figura conhecida. Segundo o *Diário Popular*, Casal Ribeiro “(...) foi domingo á missa, em Madrid, e constipou-se. Apesar d’isso, esteve de tarde na toirada. Na segunda-feira não tomou resguardo algum, e na terça-feira foi ao Paço visitar a rainha regente. Já então lhe custava a falar”⁶⁸⁹. Casal Ribeiro sempre tivera uma estrutura frágil, e a sua saúde deteriorara-se com a idade. O menosprezo dos primeiros sintomas levou a um agravamento do seu estado, sendo-lhe diagnosticada uma pneumonia dupla. Viria a falecer na manhã de 14 de Junho, no Hotel Inglês de Madrid, onde estava hospedado⁶⁹⁰. A informação da sua morte foi amplamente noticiada, tanto em Portugal como em Espanha⁶⁹¹. Este falecimento causou uma grande consternação no mundo político português, levando um grande número de personalidades conhecidas a dirigirem-se ao palácio das Chagas, habitação do conde em Lisboa desde há longos anos, para comunicar os pêsames à família⁶⁹².

Depois de trasladado para Lisboa, o seu corpo foi sepultado no Cemitério do Alto de S. João. A cerimónia fúnebre realizou-se no dia 18 de Junho e, ao contrário do que Casal Ribeiro deixara expresso⁶⁹³, foi acompanhada de honras de Estado. Na

⁶⁸⁶ RIBEIRO, Conde do Casal, *Esboço crítico do Príncipe Perfeito por Oliveira Martins*, Lisboa, Typographia do Jornal do Commercio, 1896.

⁶⁸⁷ A título de curiosidade, a relação de amizade que de longa data as duas figuras partilhavam era também construída sobre admirações comuns: no seu testamento, Oliveira Martins deixou “(...) ao meu amigo conde do Casal Ribeiro, como lembrança, o retrato de Alexandre Herculano”; *Correio Nacional*, 25-8-1894, p.1.

⁶⁸⁸ MOGUEL, Antonio Sanchez, *Alejandro Herculano de Carvalho: estudio crítico-histórico*, Madrid, Est. Tipográfico «Sucesores de Rivadeneyra», 1896. No dia 25 de Maio Casal Ribeiro ainda se encontrava em Lisboa; BNP, Espólio Mariano de Carvalho, cap. N16/67, carta de 25 de Maio [1896].

⁶⁸⁹ *Diário Popular*, 14-6-1896, p.1.

⁶⁹⁰ *Correio Nacional*, 15-6-1896, p.1.

⁶⁹¹ *Comércio de Portugal*, 16-6-1896, p.1; *Correio da Manhã*, 18-6-1896, p.2; *Correio Nacional*, 18-6-1896, pp.1-2; *Diário Ilustrado*, 15-6-1896, p.1; *A Nação*, 16-6-1896, p.2; *Novidades*, 15-6-1896, p.1; *O Século*, 15-6-1896, p.2; *La Epoca*, 15-6-1896, p.1; *La Iberia*, 15-6-1896, p.1; *El Imparcial*, 15-6-1896, p.1; *La Ilustracion Española y Americana*, 15-6-1896, p.3; *La Ilustracion Ibérica*, 27-6-1896, p.2; *El Liberal*, 15-6-1896, p.1.

⁶⁹² *Correio Nacional*, 15-6-1896, p.1.

⁶⁹³ *Idem*, 1-7-1896, p.1-2.

ocasião, António Cândido, em nome da Academia das Ciências de Lisboa, proferiu um discurso à memória do seu sócio, onde destacou a importância desta figura na política nacional: “O conde do Casal Ribeiro assignalou-se entre os maiores da ultima geração de homens illustres que houve na nossa terra”⁶⁹⁴. O bispo-conde de Coimbra expressou a sua comoção através de um discurso na Câmara dos Pares, aquando da aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Casal Ribeiro: “Illustre conde do Casal Ribeiro, é grande a saudade que nos deixaste, e immensa a falta que fazes n'esta casa, onde os echos da tua palavra sempre eloquente, sempre patriotica e vibrante, nos faziam recordar os tempos aureos da politica e da mocidade portugueza, que sempre generosa e altiva, e não poucas vezes inflammada por ti, sacrificava ás suas crenças e aos seus ideaes politicos tudo, tudo e até a propria vida; mas, illustre conde, não tenhas pena de ter morrido, porque te poupaste ao desgosto e á vergonha que necessariamente havias de ter com estas heresias e attentados contra a dignidade e brio da patria”⁶⁹⁵. Da mesma forma o seu amigo Raimundo Bulhão Pato fez questão de lhe dedicar alguns versos:

“Na imprensa luctador; rei na tribuna!

Acudindo, na sombra, a desgraçados;

Mirando, com piedade, empavezados,

*Que a fama assopra, e que a vaidade enfuna!”*⁶⁹⁶.

3.6. O PENSAMENTO CONSERVADOR

Foi no último período da sua vida que Casal Ribeiro produziu um maior número de textos dos quais é possível extrair informações sobre o seu pensamento político, social e religioso. Através deles somos confrontados com uma visão que se distingue das anteriores posições, mas que é em grande medida resultado de uma evolução das ideologias que já havia expressado. O processo de adesão ao conservadorismo, que viramos ocorrer nos últimos anos da década de 1870, atingiu o seu auge, consolidando-se através da efectivação em iniciativas de carácter público, como a formação do Partido Conservador Liberal.

⁶⁹⁴ CÂNDIDO, António, “Discurso proferido, em nome da Academia Real das Sciencias, no funeral do Conde de Casal Ribeiro, no dia 18 de Junho de 1896”, in *Na academia e no parlamento*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 1901, p.194.

⁶⁹⁵ DCP, 9-1-1897, p.12.

⁶⁹⁶ PATO, Bulhão, *Livro do Monte: Georgicas-Lyricas*, Lisboa, Typographia da Academia, 1896, p.226.

Em termos políticos, Casal Ribeiro tornara-se um monárquico indiscutível. Todos os interesses republicanos tinham sido esquecidos, e a Coroa apresentava-se, no entendimento do conde, como o único regime que permitiria a sobrevivência da nação portuguesa. Todavia, em simultâneo com este existiam outros princípios políticos cuja relação era indissociável: “Monarquia e legitimidade, carta e liberalismo são dogmas inseparáveis, no nosso culto político”⁶⁹⁷. Ainda assim, estas concepções não o impediam de manter a doutrina que desde a década de 1860 vinha divulgando: a indispensabilidade de uma política diplomática de cordialidade com Espanha como forma de apoio mútuo, a nível político, económico e social. Defendia a “(...) *política de cooperação*”⁶⁹⁸, que acreditava ser “(...) a mais clamorosa e apremiante necessidade da época presente (...)”⁶⁹⁹ e que era plenamente justificada pelo passado cheio de semelhanças e correspondências que os dois países peninsulares partilhavam⁷⁰⁰. Sublinhe-se a singularidade desta posição: no contexto pós-*Ultimatum*, Casal Ribeiro era um caso praticamente isolado do estadista hispanófilo no meio político português.

Ainda no campo da política, Casal Ribeiro recuperou a doutrina socialista da juventude, fazendo-lhe um conjunto de alterações consistentes com o momento histórico e com as suas próprias convicções pessoais. Não se coibia de afirmar que era socialista, mas este socialismo vinha mesclado de influências: “Admitto a necessidade de intervenção do Estado, a da intervenção particular, e professo grande respeito pela intervenção da Igreja, para o remedio da questão socialista”⁷⁰¹. Desta forma a sua ideologia socialista afastava-se não apenas do socialismo mais radical, mas também de qualquer pretensão governativa ou sequer política, sendo uma forma de pensamento delimitada ao domínio da resolução dos problemas sociais.

Sequencialmente, mas em contradição com as referências socialistas, Casal Ribeiro distanciava-se dos ideais democráticos. A igualdade, que se lhe tornara estranha desde 1851, era não só uma utopia, como um objectivo contrário a natureza⁷⁰². As doutrinas racionalistas baseavam-se, segundo Casal Ribeiro, no conceito de negação,

⁶⁹⁷ RIBEIRO, Conde do Casal, *Carta e Pariato*, p.170.

⁶⁹⁸ *Idem*, *Problema colonial e problema internacional*, p.22.

⁶⁹⁹ *Idem*, *Esboço crítico do Príncipe Perfeito por Oliveira Martins*, Lisboa, Typographia do Jornal do Commercio, 1896, p.30.

⁷⁰⁰ *Idem*, “Portugal y España”, in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, t.23, Madrid, 1893, pp. 469-482.

⁷⁰¹ *Idem*, *Problema social emigração*, p.8.

⁷⁰² *Idem*, “Las cuestiones sociales y el ideal cristiano XII”, in *Revista de España*, t.CXXXV, Julho e Agosto de 1891, p.210.

em particular da religião. Esta era, para grande parte da população mais desfavorecida, um esteio espiritual e social em momentos de dificuldade, pelo que não deveria ser fragilizada⁷⁰³.

A religião seria, como antes fora, uma das linhas de força do seu pensamento: o último período da vida de Casal Ribeiro foi marcado por um regresso à ideia de regeneração através da religião, mas agora totalmente apoiado na estrutura oficial do catolicismo, sem qualquer relação com o cristianismo primitivo da juventude. A religião tinha, para além da dimensão espiritual comum, um outro âmbito: era a fonte da força moral e da autoridade de que os governos necessitavam para implementar as reformas sociais tão necessárias, para as quais não bastava o poder económico ou material⁷⁰⁴. Era nesse plano que surgia o cristianismo prático, como lhe chamara Bismarck, cuja importância Casal Ribeiro sublinhava, pela sua capacidade de apoiar a introdução de reformas sociais de especial significado.

Concordava, portanto, com as medidas socialistas de inspiração cristã, como o descanso semanal ao domingo ou a legislação de trabalho especial para mulheres e crianças. Neste último caso, opunha-se às condições em que mulheres e crianças eram forçadas a trabalhar, muitas das vezes pela “(...) explotación grosera del jefe de familia proletário o industrial interesado en obtener baja en el precio de mano de obra á costa de la existencia y de la salud (...)”⁷⁰⁵.

Declarava-se conservador, acentuando mais uma vez a estreita relação que podia existir entre tradição e progresso⁷⁰⁶. Da mesma forma encarava a reacção, num sentido não político, mas apenas moral, como um possível complemento para as doutrinas de progresso e desenvolvimento⁷⁰⁷. Esta afirmação baseava-se na crença de que o conservadorismo podia apresentar medidas mais ponderadas e concretas para o benefício do país que o radicalismo, prestando por isso um melhor serviço às políticas progressistas, em especial quando se tratava da recuperação moral da sociedade.

⁷⁰³ *Idem*, “Las cuestiones sociales y el ideal cristiano V”, in *Revista de España*, t.CXXXIII, Março e Abril de 1891, p.127.

⁷⁰⁴ *Idem*, *ibidem*.

⁷⁰⁵ *Idem*, “Las cuestiones sociales y el ideal cristiano IV”, in *Revista de España*, t.CXXXII, Janeiro e Fevereiro de 1891, p.569.

⁷⁰⁶ *Idem*, “Las cuestiones sociales y el ideal cristiano VIII”, in *Revista de España*, t.CXXXIV, Maio e Junho de 1891, p.208.

⁷⁰⁷ *Idem*, “Las cuestiones sociales y el ideal cristiano V”, in *Revista de España*, t.CXXXIII, Março e Abril de 1891, p.128.

3.7. OS ÚLTIMOS ANOS – CONCLUSÃO

Depois de abandonar definitivamente os Regeneradores, Casal Ribeiro tomou uma posição política independente, mas ambígua: aproximou-se momentaneamente do Partido Progressista, sem nunca se tornar oficialmente membro da oposição, voltando depois a afastar-se para, em diversos momentos, lançar críticas a ambos partidos. Os motivos destas oscilações continuam a ser desconhecidos.

O projecto do Partido Conservador Liberal que desenvolveu em 1884 – e o consequente insucesso – fragilizaram o estatuto político de Casal Ribeiro, agravando ainda mais a percepção que se vinha formando sobre ele, enquanto “(...) velho senhor do conservadorismo monárquico”⁷⁰⁸, demasiado descontente para ser levado a sério. Manteve a sua posição de liberal conservador, crítico da “(...) jacobinagem republicana (...)”⁷⁰⁹ e avesso às tentativas de transformação ou modernização da Carta Constitucional, que mais do que nunca lhe parecia ser um documento político puro e perfeito. Desta forma, os anos finais da vida de Casal Ribeiro foram marcados por uma necessidade de afirmar repetidamente o seu distanciamento face à política, em simultâneo com uma presença discreta, mas recorrente na vida pública, pautada por permanentes críticas a todos os partidos e ao sistema político em si.

Integrado no movimento católico, e apoiado pela estrutura episcopal da Igreja portuguesa, o conde desenvolveu planos que visavam a recuperação da influência católica na sociedade, tais como o jornal *Correio Nacional* ou o Centro Católico Parlamentar. Contudo, o alcance destes projectos revelou-se reduzido, uma vez que o movimento católico português só materializou a sua posição nos primeiros anos do século XX, com a constituição dos Centros Nacionais e do Partido Nacionalista. Ainda assim, estas doutrinas permitiram a Casal Ribeiro fortalecer o seu pensamento conservador, nacionalista e católico, sintetizado pela sua afirmação na Câmara dos Pares: “Seja sempre nosso dogma, nosso lemma, nosso ideal – Rei, patria e fé”⁷¹⁰.

⁷⁰⁸ SARDICA, José Miguel, “RIBEIRO, José Maria Caldeira do Casal”, in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar*, p.460.

⁷⁰⁹ RIBEIRO, Conde do Casal, “A Conferencia de Berlim de 1890 – O Santissimo Padre Leão XIII – e – O descanso dominical V”, *Correio Nacional*, 26-5-1893, p.2.

⁷¹⁰ RIBEIRO, Conde do Casal, *Tratado de commercio entre Portugal e Hespanha: discurso proferido na Camara dos Dignos Pares do Reino nas sessões de 7 e 8 de Junho de 1893*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p.45.

CONCLUSÃO

Para além do conjunto de obras que anteriormente fomos citando, Casal Ribeiro dedicou uma parte do seu tempo a textos⁷¹¹ nos quais decidimos não nos focar, por não contribuírem de forma significativa para a elaboração da sua biografia política. Da mesma forma, elaborou um conjunto de documentos ainda inéditos, nos quais se debruçava sobre temas de política, actualidade, ou sobre importantes figuras nacionais e internacionais, que apenas brevemente pudemos referir⁷¹². Confrontámo-nos ainda com correspondência dispersa em diversos arquivos e espólios, que nem sempre contribuiu para tirar conclusões sobre a vida pública e política de Casal Ribeiro, remetendo por vezes para assuntos de carácter pessoal⁷¹³. Foi-nos portanto necessário seleccionar os materiais mais relevantes para o estudo que nos propunhamos realizar.

Durante cinco décadas, José Maria do Casal Ribeiro esteve presente na vida pública portuguesa, através da política, da imprensa, ou dos meios literários. O seu percurso pessoal e intelectual foi construído numa dinâmica constante entre a influência da sociedade e dos acontecimentos à sua volta, e uma necessidade de preservar a distância e o olhar crítico. Não obstante ter uma figura frágil, a capacidade de oratória de Casal Ribeiro era sobejamente conhecida: “Tem voz varonil, falla com desafogo, argumenta menos mal, e quasi sempre attrahe a attenção da Camara”⁷¹⁴. Alguns autores recordavam-no como um homem cortês e de trato agradável: “(...) a jovialidade e a graça, a elegancia e a delicadeza sumas, entrelaçado tudo com a vasta erudição e os prodígios de uma das memorias mais felizes e a proposito, que me tenha sido dado

⁷¹¹ RIBEIRO, José Maria do Casal, “Necrologia”, *O Patriota*, 3 de Março de 1846, pp.3-4; RIBEIRO, Conde de Casal, “Luiz de Camões”, in *La Epoca*, suplemento de 10 de Junho de 1880, p.1; *Idem*, “Visconde de Paiva Manso”, in FIGUEIREDO, Cândido de, *Prosas modernas: leituras selectas para as escolas primarias, em harmonia com os programmas das escolas primarias e normaes*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885, pp.358-365; *Idem*, “Emilia Pardo Bazan – Rusos Españoles”, in *Galicia Moderna. Semanario de Intereses Generales*, 2-12-1888, pp.3-4; *Idem*, “El Duque de Ávila y de Bolama”, in *Ilustración Española y Americana*, 8-10-1893, pp.210-211; *Idem*, “Bibliografia. España y América”, *Correio Nacional*, 26 de Outubro de 1895, pp.1-2; *Idem*, “Couto Monteiro”, *Jornal do Comércio*, 8 de Março de 1896, p.1.

⁷¹² ACR, manuscritos *Expedientes dos governos e desorientação dos partidos, Os partidos e as questões internacionaes, As colonias, Reforma da Câmara dos Pares, Monarchia e autonomia são sinonimos em Portugal, Imprensa livre, Nova lei eleitoral, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Canovas del Castillo*, entre outros.

⁷¹³ BNP, Espólio Conde de Arnoso, E32/730; BNP, Espólio Silveira da Mota, N39/123; BNP, Manuscritos avulsos, A/827 e A/2339; BNP, Reservados, cartas dirigidas ao 2º visconde de Valmor, mss.147, nº226; BPARPD, Arquivo Hintze Ribeiro, cartas de Casal Ribeiro de 19 de Novembro de 1891 e 1 de Julho de 1893 e telegrama de 8 de Julho de 1893.

⁷¹⁴ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Apontamentos sobre os oradores parlamentares em 1853: por um deputado*, Lisboa, Typographia de A. J. F. Lopes, 1853, p.25

admirar”⁷¹⁵. Eram célebres “(..) os elegantíssimos saraus do palacete das Chagas, em que é tradicional a urbanidade e do melhor tom a maneira de receber os íntimos e os simples convidados (...)”⁷¹⁶. Anos depois da sua morte, diriam dele que foi “(...) novo de espirito até morrer velho (...)”⁷¹⁷.

O ponto de partida deste trabalho foi a elaboração de uma biografia política do conde de Casal Ribeiro, projecto que ficará sempre incompleto, porque a complexidade de uma vida, e em especial desta figura, impedem um conhecimento total, e que não caberia nas dimensões desta tese. Havíamos-nos proposto analisar o seu percurso, tendo dois objectivos, relacionados mas distintos: em primeiro lugar, construir uma narrativa da participação política de Casal Ribeiro, procurando compreender a forma como se relacionou com a opinião pública, com os partidos, e com as principais personagens do meio político português; em segundo lugar, compreender se o biografado manteve um pensamento político coerente ao longo da sua vida, ou se este sofreu alterações.

No primeiro caso, a recolha de informações em documentos da época ou em estudos historiográficos permitiu-nos acompanhar, ainda que de forma por vezes fragmentada, a passagem de Casal Ribeiro pelos diferentes espaços políticos e a forma como actuou em cada um deles. Foi-nos possível constatar que não existiu uma evolução evidente na sua acção, uma vez que transitou entre sectores políticos bastante divergentes. Contudo, Casal Ribeiro parece ter encarado a situação com naturalidade: a título de exemplo, quando questionado em relação às escolhas políticas da sua juventude – o republicanismo e o iberismo – encontrou explicações, apresentando a ideia de um espírito revolucionário inerente à idade, ou a sua convicção da necessidade de uma proximidade das relações entre os países ibéricos. Esta facilidade em justificar o seu posicionamento no passado, quando este contrariava os seus actuais interesses políticos, leva-nos a concluir que Casal Ribeiro terá considerado que o seu percurso político fora dotado de coerência.

Num segundo plano, a investigação de uma linha de pensamento político revelou mais resultados. António Cândido, no discurso proferido no funeral de Casal Ribeiro, analisando a evolução política do falecido, afirmou: “No largo conjuncto da sua vida publica, ha duas phases distinctas; nem contrarias, nem oppostas. Foi revolucionario na

⁷¹⁵ SILVA, Inocencio Francisco da, *Dicionario Bibliografico Português*, 1914, t.XXI, pp.239-240.

⁷¹⁶ *O Mandarim*, 15-9-1881, p.1.

⁷¹⁷ *Ilustração Portuguesa*, 27-8-1906, p.115.

mocidade; foi conservador, depois”⁷¹⁸. Contudo, pareceu-nos mais correcto fazer esta divisão em três períodos – que correspondem aos capítulos da tese – e não apenas em dois: inicialmente, revolucionário; posteriormente, liberal moderado; e por fim, conservador católico. Casal Ribeiro circulou, nos seus 50 anos de vida política, do republicanismo para o socialismo, depois para o liberalismo monárquico numa vertente desenvolvimentista, posteriormente para o liberalismo moderado e, nos anos finais, para o liberalismo conservador de matriz católica. Apesar destas mudanças terem parecido, em determinados momentos, quase contraditórias, foi-nos possível encontrar dois conceitos condutores: a religião e o progresso.

Estas noções não foram, contudo, imutáveis ao longo do seu percurso. A religião apresentou três fases consistentes com os três períodos que definimos na vida de Casal Ribeiro: num primeiro momento, a religião na qual não apenas Casal Ribeiro, mas a grande maioria dos revolucionários de meados do século XIX se apoiaram, foi o cristianismo primitivo, contrário à instituição religiosa. Este cristianismo livre permitia pôr em causa os regimes instituídos, que oprimiam a população, tanto em termos políticos como religiosos.

No segundo período da sua vida, em simultâneo com a adesão à Regeneração – que representou um verdadeiro momento de corte com as suas posições do passado – e a ascensão dentro do Partido Regenerador, Casal Ribeiro passou a defender activamente a religião sob a perspectiva católica, tendo como exemplo mais saliente desta militância o caso das Irmãs da Caridade. Esta mudança foi feita tendo em conta a integração numa sociedade constitucionalmente católica e num meio social elitista em que a religião era privilegiada.

A partir de 1879, depois do afastamento face ao Partido Regenerador, e em simultâneo com a afirmação cada vez mais significativa do conservadorismo no seu pensamento, a óptica religiosa de Casal Ribeiro voltou mais uma vez a alterar-se. Desta vez, a sua apologia do catolicismo ganhou um carácter bastante mais pragmático: a Igreja e a religião católicas estavam entre as soluções para os problemas políticos e sociais que Portugal enfrentava, sendo inclusive as medidas que mais eficácia poderiam ter, segundo o raciocínio de Casal Ribeiro. Totalmente apoiado na estrutura oficial do

⁷¹⁸ CÂNDIDO, António, “Discurso proferido, em nome da Academia Real das Sciencias, no funeral do Conde de Casal Ribeiro, no dia 18 de Junho de 1896”, in *Na academia e no parlamento*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 1901, p.197.

catolicismo português, como era visível através da cooperação oferecida pelo episcopado às iniciativas católicas das quais Casal Ribeiro fez parte, como o *Correio Nacional* ou o Centro Católico Parlamentar, o conde advogava que só seria possível uma reabilitação moral da nação com base na religião.

Da mesma forma, a temática do progresso, apesar ser uma presença constante no seu pensamento, transmutou-se ao longo dos anos. Enquanto jovem revolucionário, Casal Ribeiro mostrava encarar o progresso como uma necessidade social contrariada pelo regime monárquico em vigor. Seguindo esse raciocínio, só seria possível pôr em prática as medidas conducentes ao desenvolvimento do país após o derrube do trono e a implantação de uma república. Os conceitos de *República* e *Progresso* eram directamente associados, não apenas como causa e consequência, mas também como sinónimos.

Depois de 1851, o progresso foi traduzido através da chamada política de «melhoramentos materiais»: o fomento era constituído pelos caminhos-de-ferro, o telégrafo, as estradas e pontes. Esta alteração decorreu em termos gerais no meio político, afectando, para além do pensamento de Casal Ribeiro, também o de grande parte dos políticos da sua geração. Em grande medida a doutrina desenvolvimentista da Regeneração era herdeira do saint-simonismo que os revolucionários de 1848-1850 haviam sustentado, pelo que uma parte dos objectivos se mantinha, desta feita assimilados pela situação política vigente e apoiados pelo Estado.

Por fim, nas últimas décadas da sua vida, Casal Ribeiro associou completamente progresso e religião. Era necessário um aperfeiçoamento da sociedade portuguesa a vários níveis, que só seria possível através de uma relação mais estreita entre Estado e Igreja, e consequentemente de uma maior intervenção da Igreja nos assuntos quotidianos. Da mesma forma, a população teria de se dedicar novamente aos assuntos religiosos, evitando ser corrompida por ideologias prejudiciais, como o ateísmo e o individualismo.

Em simultâneo com estas duas perspectivas através das quais Casal Ribeiro encarou a política e a sociedade ao longo dos anos, esboçaram-se atitudes comuns a todo o seu percurso, ainda que contraditórias: dos seus textos transpareceram tanto uma capacidade para se adaptar às novas realidades políticas, como uma inflexibilidade de princípios, que o impedia de aceitar concessões. Para o jovem revolucionário as propostas de substituir a Rainha pelo seu filho, ou de procurar uma nova dinastia

reinante não eram aceitáveis. Contudo, entre 1850 e 1851, foi capaz de compreender as transformações conjunturais e integrar-se no movimento da Regeneração, como várias outras figuras dessa geração⁷¹⁹. Mais tarde, em 1865, quando o Ministério da Fusão se preparava para subir ao poder, Casal Ribeiro recusou o projecto por não concordar com a reunião dos dois partidos políticos; entrou posteriormente para o mesmo executivo quando as substituições ministeriais tornaram evidente que eram os Regeneradores a comandar a situação. Em 1879 ocorreu a cisão com o seu partido, e especialmente com Fontes Pereira de Melo, por defenderem métodos políticos divergentes, que Casal Ribeiro considerava serem opostos aos princípios definidos na Carta Constitucional. O seu último adversário político, João Franco, foi alvo de violentas críticas, em 1895, por personificar, na opinião do Conde, a figura do político oportunista que tanto lhe desagradava.

Como refere Maria Filomena Mónica, Casal Ribeiro “(...) considerou sempre que os seus méritos não eram devidamente apreciados”⁷²⁰. Fazendo uso da sua principal arma, a palavra escrita e falada, passou grande parte da sua vida a criticar a actualidade, os regimes políticos e os governos, propondo ideias para sistemas que nunca viriam a concretizar-se. Mais que um estadista inteligente ou um bom estratega político, Casal Ribeiro foi principalmente um homem ambicioso e insatisfeito.

⁷¹⁹ Os exemplos mais salientes são José Estevão e António Rodrigues Sampaio, mas outros houve que seguiram o mesmo trajecto.

⁷²⁰ MÓNICA, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo: uma biografia*, p.143.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

- Arquivo particular Casal Ribeiro
- Arquivo Distrital de Lisboa
 - Registos Paroquiais
- Arquivo Histórico do Banco de Portugal
 - Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal
- Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros
 - Correspondência da Legação em Madrid
 - Correspondência da Legação em Paris
 - Processos individuais
- Arquivo Histórico Parlamentar
- Arquivo Municipal de Lisboa/ Núcleo Arco do Cego
 - Fundo Recenseamento Eleitoral
- Arquivo Municipal de Lisboa/ Núcleo Fotográfico
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo
 - Cartório da Casa Real
 - Conselho de Estado
 - Registo Geral de Mercês de D. João VI
- Arquivo da Universidade de Coimbra
 - Universidade de Coimbra
- Arquivo do Paço Ducal de Vila Viçosa
 - *Livro de Lembranças VI* de D. Pedro V
- Arquivo particular Casal Ribeiro
- Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa
 - Manuscritos da Série Azul
 - Processo individual
- Biblioteca Nacional
 - Cartas dirigidas a António Maria de Fontes Pereira de Melo
 - Cartas dirigidas ao 2º visconde de Valmor
 - Espólio Rodrigo da Fonseca Magalhães

- Espólio Oliveira Martins
- Espólio Mariano de Carvalho
- Espólio Conde de Arnoso
- Espólio Silveira da Mota
- Espólio Luís Augusto Palmeirim
- Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada
 - Arquivo Hintze Ribeiro

FONTES IMPRESSAS: TEXTOS DE JOSÉ MARIA DO CASAL RIBEIRO⁷²¹

“Necrologia”, *O Patriota*, 3 de Março de 1846, pp.3-4.

É tarde. Ao povo portuguez, Lisboa, Typ. da Revolução de Setembro, 1848.

Hoje não é hontem, Lisboa, Typ. de José Baptista Morando, 1848.

O soldado e o povo, Coimbra, Typographia do Observador, 1848.

“Associação dos barqueiros de Belem”, *Revista Universal Lisbonense*, 2ª série, nº15, 15 de Fevereiro de 1849, pp.169-171.

A Imprensa e o conde de Thomar, Lisboa, Typographia da Rua da Bica, 1850.

“Phalansterianismo I”, *O Atheneu*, nº4, 27 de Janeiro de 1850, pp.27-29.

“Phalansterianismo II”, *O Atheneu*, nº7, 17 de Fevereiro de 1850, pp.51-54.

“Phalansterianismo III”, *O Atheneu*, nº13, 31 de Março de 1850, pp.100-102.

“Creação de uma Faculdade de Sciencias Economicas e Administrativas na Universidade de Coimbra”, *O Atheneu*, nº13, 31 de Março de 1850, pp.102-103.

“Phalansterianismo IV”, *O Atheneu*, nº16, 21 de Abril de 1850, pp.125-127.

“Phalansterianismo V”, *O Atheneu*, nº38, 22 de Setembro de 1850, pp.299-301.

“Solemnia verba – Carta ao Sr. A. L. Magessi, pelo Sr. A. Herculano”, *Atheneu*, nº44, 3 de Novembro de 1850, pp.346-347.

“Phalansterianismo VI”, *O Atheneu*, nº46, 17 de Novembro de 1850, pp.361-363.

⁷²¹ Por ordem cronológica. Incluem-se não só os textos da autoria exclusiva de Casal Ribeiro, mas também aqueles que elaborou em parceria ou que são resultado de comissões parlamentares

“Questão Monetaria”, *O Atheneu*, nº56, 26 de Janeiro de 1851, pp.25-27.

“Questão Monetaria II”, *O Atheneu*, nº57, 2 de Fevereiro de 1851, pp.36-39.
Republicado em *A Revolução de Setembro*, 6 de Fevereiro de 1851, pp.1-2.

“Questão Monetaria III”, *O Atheneu*, nº59, 16 de Fevereiro de 1851, pp.49-51.

“Questão Monetaria IV”, *O Atheneu*, nº61, 2 de Março de 1851, pp.65-67.

“Première Lettre. Qui peut servir d'introduction”, *Revue Lusitanienne*, t.1, a.1, 15 Mai, 2nd livraison, 1852, pp.129-132.

“Deuxième Lettre. A l'auteur du mémoire”, *Revue Lusitanienne*, t.1, a.1, 15 Mai, 2nd livraison, 1852, pp.132-141.

“Troisième Lettre”, *Revue Lusitanienne*, t.1, a.1, 1 Juin, 3me livraison, 1852, pp.229-238.

& CASTILHO, A. F. de, *Cartas sobre as escolas populares*, Lisboa, Typographia Universal, 1859.

Relatorio e documentos apresentados ás Cortes pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

Parecer da maioria da Comissão Especial da Camara dos Deputados sobre a proposta do Governo acerca das Congregações religiosas e do ensino: apresentado na sessão de 26 de Abril de 1862, Lisboa, Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1862.

Discurso sobre a questão das Irmãs da Caridade, proferido no Parlamento Portuguez pelo Ministro e Secretário d'Estado Honorário José Maria do Casal Ribeiro, precedido de quatro linhas escriptas pelo seu amigo Telles de Vasconcellos, Porto, Typ. Commercial, 1862.

Discurso proferido em 3 de Fevereiro de 1863 na Camara dos Srs. Deputados, Lisboa, com prefácio de Carlos Ramiro Coutinho, Typ. da Sociedade Franco-Portuguesa, 1863.

Rome et l'Europe: qu'est -ce que la convention du 15 septembre?, Lisbonne, Impr. Franco-Portugaise, 1864.

& CORVO, João de Andrade, *Relatório e projecto de lei sobre o commercio dos cereais*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.

Negocios Externos: Relatorio e documentos apresentados ás Cortes na Sessão Legislativa de 1867 pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.

Interpelação sobre os acontecimentos ocorridos na Guine Portuguesa realizada na Camara dos dignos pares em sessao de 3 de Agosto de 1868: discurso proferido, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1868.

Discurso proferido na Camara dos Dignos Pares em sessão de 20 de Dezembro de 1870, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.

“Circulação Fiduciaria I. Considerações preliminares”, *Jornal do Comércio*, 20 de Fevereiro de 1874, p.1.

“Circulação Fiduciaria II. Factos”, *Jornal do Comércio*, 22 de Fevereiro de 1874, p.1.

“Circulação Fiduciaria III. Inducções e comparações”, *Jornal do Comércio*, 25 de Fevereiro de 1874, p.1.

Jornal do Comércio, 21 de Fevereiro de 1875, p.1.

Jornal do Comércio, 24 de Fevereiro de 1875, p.1.

Jornal do Comércio, 26 de Fevereiro de 1875, p.1.

Jornal do Comércio, 4 de Março de 1875, p.1.

Jornal do Comércio, 7 de Março de 1875, p.1.

Discurso proferido na Câmara dos Dignos Pares na sessão de 27 de Janeiro de 1877, Lisboa, Imp. Nacional, 1877.

Projecto de lei para a reforma da Câmara dos Pares: parecer da respectiva comissão, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878.

Discursos do Conde do Casal Ribeiro no debate da resposta ao discurso da coroa na camara dos pares: sessões de 14, 15 e 21 de Fevereiro de 1879, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

“Apuntes para la historia de la abolicion de la esclavitud en las colonias portuguesas”, *La Epoca*, 21 de Janeiro de 1880, p.1.

“Apuntes para la historia de la abolicion de la esclavitud en las colonias portuguesas II”, *La Epoca*, 22 de Janeiro de 1880, p.1.

“Apuntes para la historia de la abolicion de la esclavitud en las colonias portuguesas III”, *La Epoca*, 24 de Janeiro de 1880, p.1.

“Apuntes para la historia de la abolicion de la esclavitud en las colonias portuguesas IV”, *La Epoca*, 25 de Janeiro de 1880, p.1.

“Apuntes para la historia de la abolicion de la esclavitud en las colonias portuguesas V”, *La Epoca*, 29 de Janeiro de 1880, p.1.

“Luiz de Camões”, in *La Epoca*, suplemento de 10 de Junho de 1880, p.1⁷²².

Apontamentos para a historia da abolição da escravidão nas colonias portuguesas, Lisboa, Typ. do Jornal do Commercio, 1880.⁷²³

“O livro do sr. conde do Casal Ribeiro”, *Novidades*, 7 de Janeiro de 1885, p.3.

Novidades, 22 de Janeiro de 1885, pp.2-3.

“Visconde de Paiva Manso”, in FIGUEIREDO, Cândido de, *Prosas modernas: leituras selectas para as escolas primarias, em harmonia com os programmas das escolas primarias e normaes*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885, pp.358-365.

“Emilia Pardo Bazan – Rusos Españoles”, in *Galicia Moderna. Semanario de Intereses Generales*, 2-12-1888, pp.3-4.

“Las cuestiones sociales y el ideal cristiano”, in *Revista de España*, t.CXXXII, Janeiro e Fevereiro de 1891, pp.51-61.

“Las cuestiones sociales y el ideal cristiano (continuación)”, in *Revista de España*, t.CXXXII, Janeiro e Fevereiro de 1891, pp.194-203.

“Las cuestiones sociales y el ideal cristiano (continuación)”, in *Revista de España*, t.CXXXII, Janeiro e Fevereiro de 1891, pp.439-449.

“Las cuestiones sociales y el ideal cristiano IV”, in *Revista de España*, t.CXXXII, Janeiro e Fevereiro de 1891, pp.561-571.

⁷²² Parcialmente republicado no *Diário Popular*, 14-6-1880, p.1, 15-6-1880, pp.1-2 e 16-6-1880, pp.1-2.

⁷²³ Tradução dos artigos publicados em *La Epoca*, 21, 22, 24, 25 e 29-1-1880, p.1.

“Las cuestiones sociales y el ideal cristiano V”, in *Revista de España*, t.CXXXIII, Março e Abril de 1891, pp.120-130.

“Las cuestiones sociales y el ideal cristiano VI”, in *Revista de España*, t.CXXXIII, Março e Abril de 1891, pp.338-350.

“Las cuestiones sociales y el ideal cristiano VII”, in *Revista de España*, t.CXXXIII, Março e Abril de 1891, pp.597-605.

“Las cuestiones sociales y el ideal cristiano VIII”, in *Revista de España*, t.CXXXIV, Maio e Junho de 1891, pp.198-211.

“Las cuestiones sociales y el ideal cristiano IX”, in *Revista de España*, t.CXXXIV, Maio e Junho de 1891, pp.377-390.

“Las cuestiones sociales y el ideal cristiano X”, in *Revista de España*, t.CXXXIV, Maio e Junho de 1891, pp.544-560.

“Las cuestiones sociales y el ideal cristiano XI”, in *Revista de España*, t.CXXXV, Julho e Agosto de 1891, pp.55-67.

“Las cuestiones sociales y el ideal cristiano XII”, in *Revista de España*, t.CXXXV, Julho e Agosto de 1891, pp.209-229.

“Las cuestiones sociales y el ideal cristiano XIII”, in *Revista de España*, t.CXXXV, Julho e Agosto de 1891, pp.311-329.

“Las cuestiones sociales y el ideal cristiano XIV”, in *Revista de España*, t.CXXXV, Julho e Agosto de 1891, pp.461-476.

Problema colonial e problema internacional: discurso proferido na Camera dos Dignos Pares do reino na sessão de 22 de Junho de 1891, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

Problema social emigração: discurso proferido na Camara dos Dignos Pares do reino em sessão de 4 de Julho de 1891, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

“A Conferencia de Berlim de 1890 – O Santissimo Padre Leão XIII – e – O descanso dominical I”, *Correio Nacional*, 14 de Maio de 1893, pp.1-2.

“A Conferencia de Berlim de 1890 – O Santissimo Padre Leão XIII – e – O descanso dominical II”, *Correio Nacional*, 17 de Maio de 1893, pp.1-2.

“A Conferencia de Berlim de 1890 – O Santissimo Padre Leão XIII – e – O descanso dominical III”, *Correio Nacional*, 19 de Maio de 1893, pp.1-2.

“A Conferencia de Berlim de 1890 – O Santissimo Padre Leão XIII – e – O descanso dominical IV”, *Correio Nacional*, 24 de Maio de 1893, pp.1-2.

“A Conferencia de Berlim de 1890 – O Santissimo Padre Leão XIII – e – O descanso dominical V”, *Correio Nacional*, 26 de Maio de 1893, pp.1-2.

“A Conferencia de Berlim de 1890 – O Santissimo Padre Leão XIII – e – O descanso dominical VI”, *Correio Nacional*, 28 de Maio de 1893, pp.1-2.

Tratado de commercio entre Portugal e Hespanha: discurso proferido na Camara dos Dignos Pares do Reino nas sessões de 7 e 8 de Junho de 1893, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

“El Duque de Ávila y de Bolama”, in *Ilustración Española y Americana*, 8-10-1893, pp.210-211.

“Portugal y España”, in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, t.23, Madrid, 1893, pp. 469-482.

“Bibliografia. España y América”, *Correio Nacional*, 26 de Outubro de 1895, pp.1-2.

Carta e pariatto, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1895, 170.

“Couto Monteiro”, *Jornal do Comércio*, 8 de Março de 1896, p.1.

“O Principe Perfeito I”, *Jornal do Comércio*, 12 de Maio de 1896, pp.1-2.

“O Principe Perfeito II”, *Jornal do Comércio*, 13 de Maio de 1896, pp.1-2.

“O Principe Perfeito III”, *Jornal do Comércio*, 19 de Maio de 1896, pp.1-2.

“O Principe Perfeito IV”, *Jornal do Comércio*, 20 de Maio de 1896, pp.1-2.

“O Principe Perfeito V”, *Jornal do Comércio*, 21 de Maio de 1896, pp.1-2.

“O Principe Perfeito VI”, *Jornal do Comércio*, 22 de Maio de 1896, pp.1-2.

“O Principe Perfeito VII”, *Jornal do Comércio*, 23 de Maio de 1896, pp.1-2.

Esboço crítico do Príncipe Perfeito por Oliveira Martins, Lisboa, Typographia do Jornal do Commercio, 1896⁷²⁴.

FONTES IMPRESSAS: PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

O António Maria 1880

Anuario Diplomatico e Consular Portuguez 1888-1892

Anuario do Arquivo Pitoresco 1866

Archivo Pittoresco 1865

Archivo Universal 1860

O Atheneu 1850-1851

O Bem Publico 1862

A Carteira Biographica 1886

A Civilização 1856-1857

Comércio de Portugal 1895-1896

Correio da Manhã 1896

Correio Nacional 1893-1896, 1901

Diário da Câmara dos Deputados 1851-1867

Diário da Câmara dos Pares 1865-1897

Diário do Governo 1851-1879

Diário de Lisboa 1860-1868

Diário Ilustrado 1895-1896

Diário Popular 1868, 1879, 1884, 1895-1896

La Epoca 1875, 1880, 1882-1883, 1896

O Estandarte 1849-1851

Galicia Moderna. Semanario de Intereses Generales 1888

⁷²⁴ Compilação dos artigos publicados no *Jornal do Comércio*, 12, 13, 19, 20, 21, 22 e 23-5-1896.

O Grito Nacional 1846

La Iberia 1896

La Ilustracion Ibérica 1896

La Ilustracion Española y Americana 1875, 1893, 1896

El Imparcial 1896

Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas 1853

Jornal do Comércio 1858, 1865-1875, 1884-1896

El Liberal 1896

A Lei 1849

O Mandarim 1881

A Nação 1884, 1896

Novidades 1885, 1896

O Paiz 1851

O Patriota 1848-1851

O Pimpão 1876

O Portuguez 1856-1866

O Republicano 1848

Revista de España 1891

Revista Universal Lisbonense 1849

A Revolução de Setembro 1848-1868, 1880-1890

Revista Agricola 1875

Revista Ocidental 1875

Revue Lusitaniennne 1852

O Século 1896

A União 1849

FONTES IMPRESSAS: LIVROS E OPÚSCULO

Assassinato de Antonio Manoel Soares Galamba, na Vidigueira, Lisboa, Typ. H. Pires Marinho, 1853.

BARREIROS, Eduardo Montufar, *Os papeis de meu pae*, 2 vols., Lisboa, M. Gomes, 1904.

BASTOS, H. Teixeira, *A vida do estudante de Coimbra: (antiga e moderna): duas conferências na Associação Cristã de Estudantes de Estudantes, nos dias 29 e 30 de abril de 1920*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.

BRAGA, Teófilo, *História da Universidade de Coimbra: nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*, vol.IV, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1902.

BRAGA, Teófilo, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Nova Vega, 2010.

BRANDÃO, Raul, *A conspiração de 1817*, Porto, Typ. da Empresa Literaria e Tipographica, 1914.

CALDEIRA, Carlos José, *Eschola instituida pelo sr. Casal Ribeiro: carta do sr. A. F. de Castilho ao Redactor do Arquivo Pittoresco Relatorio de 1863*, Lisboa, Typ. de Castro Irmão, 1864.

CALDEIRA, Carlos José, “Relatorio annual da Eschola Casal Ribeiro”, *Archivo Pittoresco*, t.VIII, 1865, pp.214-216.

CÂNDIDO, António, “Discurso proferido, em nome da Academia Real das Sciencias, no funeral do Conde de Casal Ribeiro, no dia 18 de Junho de 1896”, in *Na academia e no parlamento*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 1901, pp.191-200.

CARNOTA, Guilherme João Carlos Henriques da, *Alemquer e seu concelho*, Lisboa, Typ. Universal, 1873.

Cartas de D. Pedro V ao Conde de Lavradio, introdução Ruben Andresen Leitão, Porto, Portucalense, 1945.

Cartas de D. Pedro V aos seus contemporâneos, compil. Ruben Andresen Leitão, Lisboa, Livraria Portugal, 1961.

Cartas de Junius ao senhor Ferrer ou analyse critica e historica do seu voto separado, publicadas por José Maria de Sousa Monteiro, Lisboa, Typ. de J. J. de Carvalho, 1862.

Cartas de Vale de Lobos ao 3o Duque de Palmela e a José Cândido dos Santos, 3 vols., Lisboa, Bertrand, 1981.

CARVALHO, Francisco Augusto Martins de, *Algumas horas na minha livraria*, Coimbra, Tip. Academica, 1910.

CARVALHO, Joaquim Martins de, *Apontamentos para a História Contemporânea*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868.

CARVALHO, Joaquim Martins de, “Casal Ribeiro e a Academia”, *O conimbricense: jornal politico, instructivo e commercial*, nº3533, 1881.

CASTILHO, A. F., *Telas literárias*, 2 vols, Lisboa, Emp. da Historia de Portugal, 1907.

COELHO, Eduardo, *Passeios na Provincia*, Lisboa, Typographia Universal, 1873.

COELHO, José Maria Latino, “Casal Ribeiro”, *Revista contemporanea de Portugal e Brazil*, vol. 1, nº4, 1 de Julho de 1859, pp.145-159.

COELHO, Trindade, *Manual político do cidadão portuguez*, Porto, Empresa Litterária e Typographica, 1908.

COLEN, J. Barbosa, *Entre duas revoluções: 1848-1851*, 2 vols., 1901-1902.

COLEN, J. Barbosa, *Historia de Portugal: popular e illustrada*, 12 vols., Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, vol.XI, 1906.

CORDEIRO, A. X. Rodrigues, *Esparsas: ensaios lyricos*, Lisboa, Liv. Antonio Maria Pereira, 2 vols., 1889.

Correspondência de J. P. Oliveira Martins, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1926.

D’ALORNA, Marquês de Fronteira e, *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, 5 vols., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.

Estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.

GOMES, Marques, *Historia de Portugal: popular e illustrada*, Lisboa, Emp. da Historia de Portugal, vol.XII, 1907.

GUIMARÃES, Ricardo, *Narrativas e episodios da vida politica e parlamentar (1862 e 1863)*, Lisboa, Typographia Universal, 1863.

JARDIM, Antonio dos Santos Pereira, *Noticia historica do Batalhão Academico de 1846-1847: notas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888.

JESUS, Avelino Quirino de, “O Centro Catolico e A Epoca – Um trecho de história político-religiosa contemporanea”, *Seara Nova*, nº59, Novembro de 1825, pp.207-213.

LENOIR, Lélío, *Portugal em 1863*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1864.

LIMA, Sebastião de Magalhães, *Episódios da minha vida: memórias*, 2 vols., Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1985.

LOBO, Silva, *A revolução de Janeiro: apontamentos para a historia contemporanea: 1867*, Lisboa, Imprensa J. G. de S. Neves, 1868.

MACEDO, António Teixeira de, *Traços de historia contemporanea: 1846-1847*, Lisboa, Edições Rolim, 1984.

MARTINS, J. P, de Oliveira, *Dispersos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923.

MARTINS, J. P. de Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, 2 vols., Lisboa, Guimarães Editores, 1996.

MAS Y SANS, Sinibaldo de, *A Iberia. Memoria em que se provam as vantagens politicas, economicas e sociaes da união das duas monarchias peninsulares em uma só nação*, Lisboa, Typographia Universal, 1853.

MIDOSI, Paulo, “Elogio historico do falecido advogado Ignacio Pedro Quintella Emauz”, *Jornal do Comércio*, 5-11-1858, p.2.

MOGUEL, Antonio Sanchez, *Alejandro Herculano de Carvalho: estúdio crítico-histórico*, Madrid, Est. Tipográfico «Sucesores de Rivadeneyra», 1896.

O anão das Chagas ou o algoz da industria portugueza, Lisboa, Typographia Rua do Arco, 1867.

Orçamento geral e propostas de lei de receita e despesa do Estado para o exercício de 1867-1868, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.

ORTIGÃO, Ramalho e QUEIROZ, Eça de, *As Farpas*, Vol.II, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943.

PAIVA, Vicente Ferrer Neto, *Relatorio e Projecto de Lei sobre as Congregações Religiosas*, Lisboa, Typ. da Soceidade Typographica Franco-Portugueza, 1862.

PATO, Bulhão, *Sob os ciprestes. Vida íntima de homens illustres*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1877.

PATO, Bulhão, *Memórias. Homens Políticos*, 2 vols., Lisboa, Tipographia da Academia Real das Sciencias, 1894-1907.

PATO, Bulhão, *Livro do Monte: Georgicas-Lyricas*, Lisboa, Typographia da Academia, 1896.

PROUDHON, Pierre-Joseph, *O que é a propriedade?*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

PUSICH, Antónia Gertrudes, *Lamentos à saudosa memória da Illma e Exma Sra D. Maria Henriqueta do Casal Ribeiro*, Lisboa, Imp. Silviana, 1859.

QUEIRÓS, Francisco Fortunato, *D. Pedro V e os negócios militares*, Porto, 1973.

QUEIRÓS, Francisco Fortunato, *D. Pedro V e o seu pensamento político*, 5 vols., Porto, Assembleia Distrital do Porto, 1974.

QUEIROZ, Eça de, “A Espanha”, *Prosas esquecidas*, vol.II, Lisboa, Presença, 1965.

QUEIROZ, Eça, *Eça de Queiroz: correspondência*, Lisboa, Caminho, 2008.

Relação e Índice Alfabético dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1842 para 1843, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1842.

Relação e Índice Alfabético dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1844 para 1845, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1844.

RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal*, tomos XI e XII, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1883 e 1884.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Apontamentos sobre os oradores parlamentares em 1853: por um deputado*, Lisboa, Typographia de A. J. F. Lopes, 1853.

SANTOS, Clemente José dos, *Estatisticas e biografias parlamentares portuguezas*, Porto, Typographia do Commercio do Porto, 1887.

SILVA, António Delgado da (red.), *Colecção da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Typographia Maignense, 1828.

SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, 23 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923.

SILVA, Manuel Abúndio, *Cartas a um abade sobre alguns aspectos da questão político-religiosa em Portugal*, Braga, Cruz & C.^a, 1913.

TRINDADE, Luiz, *Catalogo da livraria do fallecido distincto bibliographo e bibliophilo José Maria Nepomuceno*, Lisboa, Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva, 1897.

VILHENA, Júlio de, *D. Pedro V e o seu reinado*, 3 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1921-22.

FONTES IMPRESSAS: ESTUDOS

AAVV, “Condes de Casal Ribeiro”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol.6, Editorial Enciclopédia, Lisboa/ Rio de Janeiro, s.d., pp.115-116.

AAVV, “Ribeiro, José Maria do Casal”, in *Moderna Enciclopédia Universal*, t.XVI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, p.91.

AAVV, “Ribeiro, José Maria do Casal”, in *Grande Dicionário Enciclopédico Ediclube*, vol.XV, Ediclube, Alfragide, 1996, p.5356.

AAVV, “Ribeiro, José Maria do Casal”, in SARAIVA, José Hermano (coord.), *História de Portugal. Dicionário de Personalidades*, vol.XIX, Matosinhos, Quidnovi, 2004, p.32.

A.A.V.V., “José Maria Caldeira do Casal Ribeiro”, in CRUZ, Mário Pinto da (org.), *Dos Secretários de Estados dos Negócios da Fazenda aos Ministros das Finanças*, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2006, pp.197-198.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)”, *Análise Social*, vol. XXI (85), 1985 (1.º), pp.111-152.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.

ALMEIDA, Pedro Tavares de (org.), *Legislação Eleitoral Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Nos bastidores das eleições de 1881 e 1901. Correspondência política de José Luciano de Castro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, “O Conselho de Estado na monarquia constitucional: uma reflexão preliminar”, separata de *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, 2ª série, vol.22, 2006.

ALVES, Daniel, LIMA, Nuno e URBANO, Pedro, “Estado e sociedade em conflito: o Código de Mártens Ferrão de 1867. Uma reforma administrativa efêmera”, comunicação apresentada ao *XXIV Encontro da Associação de História Económica e Social*, a 13 de Novembro de 2004, disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/deps/historia/docs/Janeirinha.pdf>, consultado a 18 de Fevereiro de 2012.

ARTOLA, Miguel, *La burguesía revolucionaria (1808-1874)*, in ARTOLA, Miguel (dir.), *Historia de España Alfaguara*, Madrid, Alianza Editorial, 1981.

BEECHER, Jonathan, *Charles Fourier: The visionary and his world*, London, University of California Press, 1986.

BENICHOU, Paul, *Le temps des prophètes: doctrines de l'âge romantique*, Paris, Gallimard, 1977.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “«A guerra de todos contra todos» (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração)”, in *Análise Social*, vol. XXVII (115), 1992 (1.º), pp.91-134.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “O abençoado retorno da velha história”, *Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º), pp.623-630.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *História da guerra civil da Patuleia 1846-47*, Lisboa, Estampa, 1993.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “A republicanização da monarquia”, *Apologia da História Política. Estudos sobre o Século XIX Português*, Lisboa, Quetzal, 1999, pp.241-362.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “Apologia da História Política”, *Apologia da História Política. Estudos sobre o Século XIX Português*, Lisboa, Quetzal, 1999, pp.22-129.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “História de um nado-morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859)”, *Análise Social*, vol.XXXV (157), 2001, pp.989-1012.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A segunda ascensão e queda de Costa Cabral: 1847-1851*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “Biografia e conhecimento histórico”, in *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, ICS, 2007, pp.241-253.

BOURDIEU, Pierre, “A ilusão biográfica”, in *idem, Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997, pp.53-59.

BOWMAN, Frank Paul, *Le Christ romantique*, Genève, Droz, 1973.

CABANIS, José, *Saint-Simon l'admirable*, Paris, Gallimard, 1975.

CABRAL, Manuel Villaverde, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Porto, A Regra do Jogo, 1977.

CAETANO, Marcello, *Estudos de história da administração pública portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1994.

CAPELA, José Viriato, *A Revolução do Minho de 1846: os difíceis anos de implantação do liberalismo*, Braga, Governo Civil de Braga, 1997.

CARVALHO, Joaquim de, “Formação da ideologia republicana (1820-1880)”, in MONTALVOR, Luís de, *História do Regímen Republicano em Portugal*, vol.I, Lisboa, Empresa Editorial Ática, 1930, pp.163-256.

CASARES, Gabriel Tortella *et al.*, *Revolución Burguesa Oligarquía y Constitucionalismo (1834-1923)*, in LARA, Manuel Tuñon de (dir.), *Historia de España*, Barcelona, Labor, vol.VIII, 1981.

CATROGA, Fernando, “Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX”, *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, vol.IV, 1985, pp.419-463.

CATROGA, Fernando, *O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol.2, Coimbra, Gabinete de Publicações da FLUC, 1991.

CLEMENTE, Manuel, “A sociedade portuguesa à data da publicação da Rerum Novarum: o sentimento católico”, *Lusitania Sacra*, vol. 6, 1994, pp.47-60.

CRUZ, Manuel Braga da, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980.

CRUZ, Manuel Braga da, “Os católicos e a política nos finais do século XIX”, *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980 (1º, 2º), pp.259-270.

CRUZ, Manuel Braga da, “Partidos Políticos Confessionais”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, vol.III, pp.380-385.

CUADRADO, Miguel Martínez, *La burguesía conservadora (1874-1931)*, in ARTOLA, Miguel (dir.), *Historia de España Alfaguara*, Madrid, Alianza Editorial, 1983.

CUNHA, Carlos Manuel Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista: da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

DÓRIA, Luís, *Correntes do radicalismo oitocentista: o caso dos penicheiros (1867-1872)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

ERMITÃO, José N. R., “1867. A “unha preta” à procura de um partido”, *História*, série 1, nº83, Setembro de 1985, pp.56-67.

FERNANDES, Paulo Jorge, *Mariano Cirilo de Carvalho. O «Poder Oculto» do liberalismo progressista (1876-1892)*, Lisboa, Assembleia da República/ Texto Editores, 2010.

FERREIRA, António Matos, “Repercussões do Ultimatum no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico”, *Lusitania Sacra*, Lisboa, vol.6, 1994, pp.31-45.

FERREIRA, António Matos, *Um católico militante diante da crise nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2007.

GONÇALVES, Eduardo Cordeiro, “Projecto de programa para a organização do Partido Católico: Um debate no último quartel de Oitocentos”, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (org.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras, 2001, pp.21-34.

GONÇALVES, Eduardo Cordeiro, *Católicos e Política (1890-1910) – O Pensamento e Acção do Conde de Samodães*, Maia, PUBLISMAI, 2004.

GONZALO, Ignacio Chato, “Portugal e Espanha em 1856: a dispar evolução política do liberalismo peninsular”, *Análise Social*, vol. XLII (182), 2007, pp.55-75.

HOBBSBAWM, Eric, *A Era do Capital 1848-1875*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

HOBBSBAWM, E. J., *A Era do Império: 1875-1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

JUSTINO, DAVID, “Fontismo: ideologia e política económica”, comunicação apresentada ao XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, a 18 de Novembro de 2011, disponível em http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_1a/david_justino_paper.pdf, consultado a 6 de Março de 2012.

LEAL, Ernesto Castro, “Quirino Avelino de Jesus, um católico «pragmático»”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, t.6, 1994, pp.355-389.

LEVI, Giovanni, “Les usages de la biographie”, in *Annales: Économies, Sociétés, Civilizations*, a.44, n°6, 1989, pp.1325-1336.

LOURO, Francisco, “Um testamento inédito do rei D. Luís”, separata de *Bracara Augusta*, t.XXX, fasc.69 (81), 1976.

MARQUES, Fernando Pereira (introd. e selec.), *Esperem e verão!: textos republicanos clandestinos de 1848*, Lisboa, Alfa, 1991.

MARQUES, João Pedro, “Uma cosmética demorada: as Cortes perante o problema da escravidão (1836-1875)”, *Análise Social*, vol. XXXVI (158-159), 2001, pp.209-247.

MARTINS, Fernando, “Historiografia, biografia e ética”, in *Análise Social*, vol. XXXIX (171), 2004, pp.391-408.

MASCARENHAS, Manuela, “A questão ibérica 1850-1870”, separata de *Bracara Augusta*, t.XXXIV, nº78, Julho-Dezembro 1980.

MATA, Eugénia, *As finanças públicas portuguesas da regeneração à primeira guerra mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, 1993.

MATOS, Sérgio Campos, “Iberismo e identidade nacional (1851-1910)”, *Clio*, Nova Série, 2006, 14/15, pp.349-400.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol.V, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

MAURÍCIO, Domingos, “Ribeiro (José Maria do Casal)”, in CHORÃO, João Bigotte (dir.), *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, vol.25, Lisboa/ São Paulo, Editorial Verbo, 2002, p.515.

MAYEUR, Jean-Marie, *Des Partis catholiques à la Démocratie chrétienne XIX^e-XX^e siècles*, Paris, Armand Colin, 1980.

MESQUITA, António Pedro, “Ecos do pensamento socialista em Portugal na primeira metade do século XIX”, in *Catolicismo e liberalismo em Portugal (1820-1850)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, pp.341-378.

MÓNICA, Maria Filomena, “A lenta morte da câmara dos Pares (1878-1896)”, *Análise Social*, vol.XXIX (125-26), 1994, pp.121-152.

MÓNICA, Maria Filomena, “As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910”, *Análise Social*, vol.XXXI (139), 1996, pp.1039-1084.

MÓNICA, Maria Filomena, *D. Pedro V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

MÓNICA, Maria Filomena, *Eça de Queirós*, Lisboa, Quetzal Editores, 2009.

MÓNICA, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo: uma biografia*, Lisboa, Aletheia, 2009.

MOREIRA, Fernando (org.), *José Luciano de Castro: Correspondência política (1858-1911)*, Lisboa, Quetzal, 1998.

MUSSO, Pierre, *Saint-Simon et le saint-simonisme*, Paris, Presses Universitaires de France, 1999.

NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal: 1832-1911*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

NISBET, Robert, *History of the idea of progress*, London, Heinemann, 1980.

NUNES, Ana Bela e VALÉIO, Nuno, “Moeda e bancos”, in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal*, vol.II, *O Século XIX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp.283-304.

OLIVEIRA, César, *O socialismo em Portugal, 1850-1900: contribuição para o estudo da filosofia política do socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX*, Porto, edição de autor, 1973.

PEREIRA, António Manuel, *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Porto, Manuel Barreira, 1959.

PEREIRA, Hugo José Silveira da Silva, *Caminhos-de-ferro nos debates parlamentares (1845-1860)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *A questão ibérica: imprensa e opinião (1850-1870)*, 2 vols., tese de doutoramento, Porto, 1995.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, “Sinibaldo de Más: a difusão da “Ibéria” em Portugal e do iberismo no Oriente”, *População e Sociedade*, n.º 19, CEPESE, Porto, 2002, pp. 213-230.

PEREIRA, Miriam Halpern, *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, São Paulo /Lisboa, EDUSC / Instituto Camões, 2002.

RAMOS, Rui, “A causa da história do ponto de vista político”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº5, 1991, pp.27-47.

RAMOS, Rui, “A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)”, *Análise Social*, vol.xxvii (116-117), 1992 (2.º-3.º), pp.483-528.

RAMOS, Rui (coord.), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

RAMOS, Rui, “O sistema fontista”, in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1998, vol.II, pp.125-146.

RAMOS, Rui, *D. Carlos: 1863-1908*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

RAPPORT, Mike, *1848 – Year of revolution*, New York, Basic Books, 2008.

RAVARA, António Pinto, “Os partidos políticos liberais na «primeira fase do rotativismo parlamentar» (1851-1865)”, *Análise Social*, vol. XII (2.º), 1976 (n.º 46), pp.363-367.

REIS, Jaime, “First to join the gold standard, 1854”, in MACEDO, Jorge Borges de, EICHENGREEN, Barry e REIS, Jaime (org.), *Currency convertibility. The gold standard and beyond*, Londres, Routledge, 1996, pp.159-181.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “O cristianismo social de 1848”, *Revista de História das Ideias*, vol.9, Coimbra, 1987, pp.481-494.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “Pensamento social e direitos humanos”, in *Revista de História*, Porto, vol.10, 1990, pp.157-168.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *Portugal e a revolução de 1848*, Coimbra, Livraria Minerva, 1990.

ROCAMORA, José Antonio, *El nacionalismo iberista (1808-1936)*, 2 vols., Alicante, Universidad de Alicante, 1990.

SÁ, Victor de, *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

SALGUEIRO, Ângela Sofia Garcia, *A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses 159-1891*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2008.

SANTOS, Marta Carvalho dos, *António Enes: um percurso intelectual e político no Portugal oitocentista*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.

SARDICA, José Miguel, “A política e os partidos entre 1851 e 1861”, in *Análise Social*, vol.XXXII (141), 1997 (2.º), pp.279-333.

SARDICA, José Miguel, “A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração”, *Análise Social*, vol.XXXII (143-144), 1997, (4.º-5.º), pp.747-777.

SARDICA, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

SARDICA, José Miguel, “RIBEIRO, José Maria Caldeira do Casal”, in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol.III, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004, pp.459-464.

SARDICA, José Miguel, *Duque de Ávila e Bolama. Biografia*, Lisboa, Assembleia da República/ Dom Quixote, 2005.

SARDICA, José Miguel, *José Maria Eugénio de Almeida. Negócios, política e sociedade no século XIX*, Lisboa, Quimera/ Instituto de Cultura Vasco Vill'Alva, 2005.

SERRÃO, Joel, *A emigração portuguesa: uma sondagem histórica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas II*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

SERRÃO, Joel, “Socialismo”, in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, vol.VI, pp.9-14.

SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da, *José Estêvão de Magalhães: 1809-1862: biografia parlamentar*, Lisboa/ Alfragide, Assembleia da República/ Texto Editores, 2009.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da e FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

SUBTIL, José, *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*, Lisboa, EDIUAL, 2010.

SUPICO, Francisco Maria, *Escavações*, 4 vols., Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1995-2001.

TENGARRINGA, José, *História da imprensa periódica portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989.

TENGARRINHA, José, “RIBEIRO, José Maria do CASAL”, in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol.V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp.343-344.

TENGARRINHA, José, *José Estêvão: o homem e a obra*, Lisboa, Assembleia da República, 2011.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, “A história política na historiografia contemporânea”, *Ler História*, nº13, 1988, pp.77-102.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês: política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990.

VALENTE, Vasco Pulido, *Glória: biografia de J. C. Vieira de Castro*, Lisboa, Gótica, 2001.

VOLOVITCH, Marie-Christine, *Le mouvement catholique au Portugal a la fin de la Monarchie constitutionnelle 1891-1913: des dernières années de la monarchie à l'implantation de la République*, Tese de doutoramento, Paris, 1983.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.), *Armorial Lusitano. Genealogia e Heráldica*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961.

ANEXOS

ANEXO I - IMAGENS



Figura 1: Gravura de José Maria do Casal Ribeiro.

Fonte: SOUSA, Joaquim Pedro de, *Retratos de portugueses do século XIX.*, 1859-1865, p.38.



Figura 2: Medalha com a efígie de José Maria do Casal Ribeiro.

Fonte: CAMS.



Figura 3: Retrato de José Maria do Casal Ribeiro.
Fonte: CFT.

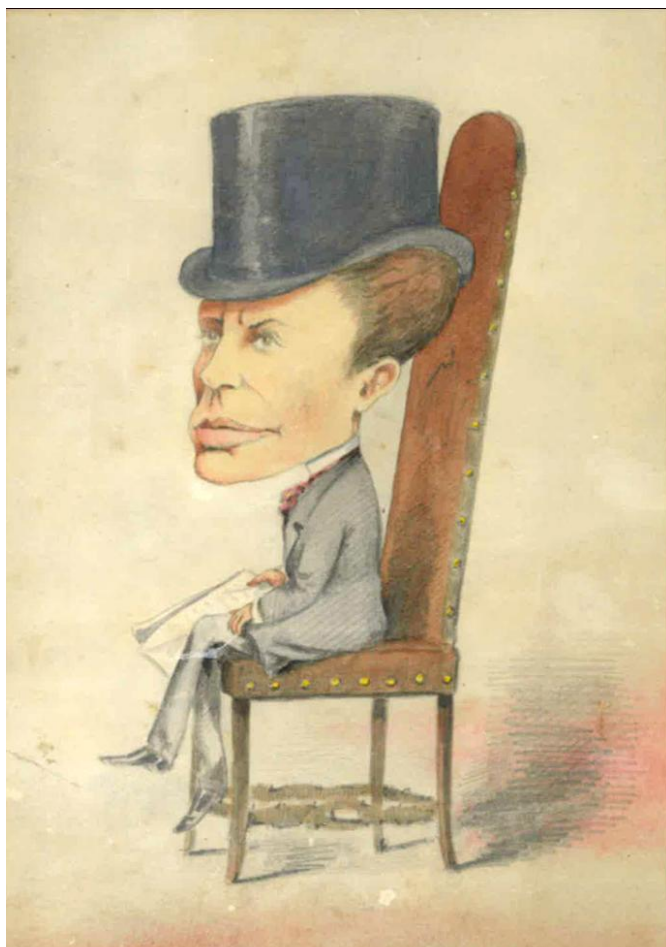


Figura 4: Caricatura de José Maria do Casal Ribeiro.
Fonte: CFT.



Figura 5: Gravura de José Maria do Casal Ribeiro.
PEREIRA, Hugo José Silveira da Silva, *Caminhos-de-ferro nos debates parlamentares (1845-1860)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008, p.1.

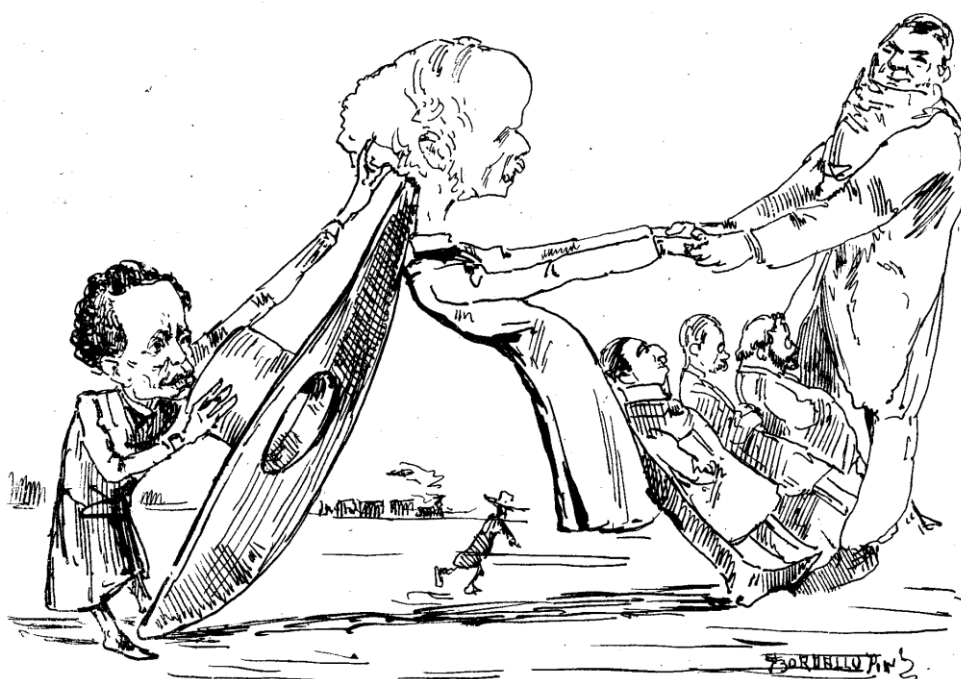


Figura 6: Gravura de José Maria do Casal Ribeiro.
Fonte: CFT.



Figura 7: Gravura onde se identificam José Maria do Casal Ribeiro e António José de Ávila.
Fonte: CAMS.

A ESCORA MINISTERIAL



O governo tremelicava, mas o sr. conde de Casal veio á pressa de Madrid, meteu-lhe uma escora e foi-se embora.

Figura 8: Caricatura onde se identificam o Conde de Casal Ribeiro, Anselmo Braamcamp e António José de Ávila.

Fonte: *O António Maria*, 13-5-1880, p.158.



Figura 9: Gravura do Conde de Casal Ribeiro.
Fonte: *Ocidente*, vol.19, nº630, Junho 1896, p.137.



Figura 10: Fotografia das cerimónias fúnebres do Conde de Casal Ribeiro.
Fonte: AML/F, código de referência PT/AMLSB/CRU/000259.

ANEXO II – CRONOLOGIA (1825-1896)

| | | |
|------|------------------|--|
| 1825 | 18 de Abril | Nascimento em Lisboa |
| 1842 | Outubro | Ingressa na Universidade de Coimbra |
| 1846 | 17 de Maio | Membro da Junta Revolucionária de Coimbra |
| 1847 | | Membro do Batalhão Académico |
| | | Membro da Junta Governativa do distrito de Coimbra |
| | 20 de Outubro | Detido na prisão do Limoeiro |
| 1848 | Março | Publica <i>Hoje não é hontem</i> |
| | 28 de Abril | Presidente da Comissão académica organizadora das cerimónias do aniversário da batalha do Alto do Viso |
| | Maio | Apoia o Triunvirato Republicano de Lisboa |
| | | Publica <i>É tarde. Ao povo portuguez</i> |
| | | Publica <i>O soldado e o povo</i> |
| | | Colabora no jornal <i>O Republicano</i> |
| | Junho | Termina os estudos na Universidade de Coimbra |
| 1849 | 24 de Outubro | Assina o manifesto do Partido Nacional |
| | 12 de Dezembro | Assina o requerimento à Rainha pedindo a demissão de Costa Cabral |
| | | Publica “Associação dos barqueiros de Belem” |
| 1850 | Fevereiro | Publica <i>A Imprensa e o Conde de Tomar</i> |
| | 21 de Fevereiro | Assina manifesto dos intelectuais contra a lei das rolhas |
| | 29 de Maio | Casamento com Maria da Conceição Quintela Emaús |
| | 2 de Março | Assina manifesto do Partido Nacional contra a lei das rolhas |
| | Janeiro-Dezembro | Colabora no jornal <i>O Atheneu</i> (até Março de 1851) |
| 1851 | 28 de Abril | Nascimento do seu filho José Frederico |
| | Novembro | Candidato progressista pelo círculo nº1 de Lisboa |
| | Novembro | Eleito deputado pela primeira vez |
| 1852 | 8 de Abril | Nascimento do seu filho Inácio Henrique |
| | 27 de Julho | Assina o protesto dos deputados contra a dissolução do Parlamento pelo governo |
| | 31 de Outubro | Membro da Comissão Central do Partido Progressista |
| | 15 de Novembro | Assina o manifesto da Comissão Central Progressista |
| | Dezembro | Candidato progressista pelo círculo nº27 de Lisboa |
| | | Publica “Cartas sobre a <i>Ibérie</i> ” |
| 1853 | | Tesoureiro do Centro Promotor para os Melhoramentos das Classes Laboriosas |
| 1854 | 10 de Maio | Nascimento da sua filha Mariana Carolina |
| 1855 | | |
| 1856 | 25 de Julho | Membro da Comissão Provisória para a eleição da Comissão Central Progressista Regeneradora |
| | 14 de Setembro | Membro da Comissão Central Progressista Regeneradora |
| | Novembro | Candidato progressista regenerador pelo círculo nº27 de Lisboa |
| | 18 de Maio | Funda o jornal <i>A Civilização</i> (até Setembro de 1857) |
| 1857 | | |
| 1858 | 30 de Março | Membro do Centro Eleitoral Progressista Regenerador |

| | | |
|------|----------------|--|
| | 30 de Março | Membro da Comissão Executiva do Centro Eleitoral Progressista Regenerador |
| | 4 de Abril | Assina o manifesto do Centro Eleitoral Progressista |
| | 2 de Maio | Candidato regenerador pelo círculo nº27 de Lisboa |
| 1859 | | Publica <i>Cartas sobre as escolas populares</i> |
| | 16 de Março | Nomeado Ministro dos Negócios da Fazenda |
| 1860 | 17 de Janeiro | Inauguração da Escola Casal Ribeiro |
| | 24 de Abril | Nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros |
| | 4 de Junho | Exonerado do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros |
| | 20 de Julho | Exonerado do cargo de Ministro dos Negócios da Fazenda |
| 1861 | Abril | Candidato regenerador pelo círculo nº118 de Lisboa |
| | 11 de Novembro | Morte de D. Pedro V |
| | Novembro | A sua casa é assaltada durante os «motins de Natal» |
| | Dezembro | Candidato regenerador pelo círculo nº115 de Lisboa (eleições legislativas suplementares) |
| 1862 | | Publica <i>Discurso sobre a questão das Irmãs da Caridade, proferido no Parlamento Portuguez pelo Ministro e Secretário d'Estado Honorário José Maria do Casal Ribeiro</i> |
| 1863 | Fevereiro | Publica <i>Discurso proferido em 3 de Fevereiro de 1863 na Camara dos Srs. Deputados</i> |
| 1864 | Setembro | Presidente da Comissão Eleitoral Regeneradora pelo círculo nº114 de Lisboa |
| | Setembro | Candidato regenerador pelos círculos nº49 de Vila Flor e nº99 de Idanha-a-Nova |
| | | Publica <i>Rome et l'Europe</i> |
| | | Publica <i>Relatório e projecto de lei sobre o commercio dos cereais</i> |
| 1865 | 18 de Maio | Declara publicamente que se opõe à fusão |
| | Julho | Candidato regenerador pelo círculo nº99 de Idanha-a-Nova |
| | 8 de Setembro | Nomeado Par do Reino por carta régia de D. Luís |
| 1866 | 9 de Maio | Nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e Obras Públicas |
| | 6 de Junho | Exonerado do cargo de Secretário de Estado das Obras Públicas |
| 1867 | 23 de Abril | Reforma do Ministério dos Negócios Estrangeiros |
| 1868 | 1 de Janeiro | Revolta da «Janeirinha» |
| | 4 de Janeiro | Exonerado do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros |
| | | Publica <i>Interpelação sobre os acontecimentos ocorridos na Guine Portuguesa</i> |
| 1869 | 22 de Dezembro | Nomeado Ministro Plenipotenciário em Paris por carta régia de D. Luís |
| 1870 | 19 de Maio | Golpe da «Saldanhada» |
| | 24 de Maio | Exonerado do cargo de Ministro Plenipotenciário em Paris |
| | 28 de Maio | É-lhe concedido o título de Conde do Casal Ribeiro por carta régia de D. Luís |
| | | Publica <i>Discurso proferido na Camara dos Dignos Pares</i> |
| 1871 | | |
| 1872 | 6 de Maio | Nomeado Conselheiro de Estado por carta régia de D. Luís |
| 1873 | 23 de Setembro | Presidente da Sociedade Geral Financeira e Agrícola de Portugal |

| | | |
|------|------------------|--|
| 1874 | Fevereiro | Publica vários artigos no <i>Jornal do Comércio</i> |
| 1875 | Fevereiro-Março | Publica vários artigos no <i>Jornal do Comércio</i> |
| | 11 de Março | Nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial à corte de Madrid, por carta régia de D. Luís |
| 1876 | | |
| 1877 | | Publica <i>Discurso proferido na Câmara dos Dignos Pares</i> |
| | 4 de Janeiro | Nomeado Presidente da Câmara dos Pares para substituir, em simultâneo, o presidente e vice-presidente por carta régia de D. Luís |
| 1878 | | Publica <i>Projecto de lei para a reforma da Câmara dos Pares</i> |
| 1879 | | Publica <i>Discursos do Conde do Casal Ribeiro no debate da resposta ao discurso da coroa na camara dos pares: sessões de 14, 15 e 21 de Fevereiro de 1879</i> |
| | Fevereiro | Ruptura definitiva com os regeneradores |
| | 23 de Junho | Nomeado Ministro Plenipotenciário em Madrid por carta régia de D. Luís |
| 1880 | | Publica o texto “Luiz de Camões” |
| | | Publica <i>Apontamentos para a historia da abolição da escravidão nas colonias portuguesas</i> |
| 1881 | 12 de Setembro | Exonerado do cargo de Ministro Plenipotenciário em Madrid |
| 1882 | Setembro | Nomeado Presidente do Tribunal de Contas. Recusa. |
| 1883 | | |
| 1884 | Abril | Líder do Partido Conservador Liberal |
| | | Publica o texto “Visconde de Paiva Manso” |
| | | Colabora no jornal <i>O Africano</i> |
| 1885 | Janeiro | Publica vários artigos no jornal <i>Novidades</i> |
| 1886 | 30 de Setembro | Nomeado Ministro Plenipotenciário em Madrid carta régia de D. Luís |
| 1887 | | |
| 1888 | Abril | É nomeado «Vencido da Vida Honorário» |
| | 2 de Dezembro | Publica o texto “Emilia Pardo Bazan – Rusos Españoles” |
| 1889 | 19 de Outubro | Morte de D. Luís I |
| 1890 | Setembro-Outubro | É convidado por D. Carlos para integrar um governo de união nacional. Recusa. |
| 1891 | Janeiro-Agosto | Publica “Las cuestiones sociales y el ideal cristiano” |
| | Junho | Publica <i>Problema colonial e problema internacional: discurso proferido na Camera dos Dignos Pares do reino na sessão de 22 de Junho de 1891</i> |
| | Julho | Publica <i>Problema social emigração: discurso proferido na Camara dos Dignos Pares do reino em sessão de 4 de Julho de 1891</i> |
| 1892 | 28 de Abril | Exonerado do cargo de Ministro Plenipotenciário em Madrid |
| 1893 | Fevereiro | Membro da Comissão Administrativa do jornal <i>Correio Nacional</i> |
| | Maio | Publica vários artigos no jornal <i>Correio Nacional</i> |
| | Junho | Publica <i>Tratado de commercio entre Portugal e Hespanha: discurso proferido na Camara dos Dignos Pares do Reino nas sessões de 7 e 8 de Junho de 1893</i> |
| | 8 de Outubro | Publica o texto “El Duque de Ávila y de Bolama” |
| | | Publica o texto “Portugal y España” |

| | | |
|------|----------------|---|
| 1894 | Novembro | Membro da direcção do Centro Católico Parlamentar |
| 1895 | 26 de Outubro | Publica o texto “Bibliografía. España y América” |
| | 19 de Novembro | Convidado para o cargo de Embaixador na Santa Sé. Recusa. |
| | 28 de Dezembro | Publica <i>Carta e pariato</i> |
| 1896 | 8 de Março | Publica o texto “Couto Monteiro” |
| | Maio | Publica vários artigos no <i>Jornal do Comércio</i> |
| | | Publica <i>Esboço crítico do Príncipe Perfeito por Oliveira Martins</i> |
| | 14 de Junho | Morte em Madrid |

ANEXO III – ESTATÍSTICA DAS PRESENCAS PARLAMENTARES (1851-1896)

| Câmara dos Deputados | |
|-----------------------------|-------------------------------------|
| Ano | % de presenças⁷²⁵ |
| 1851 | -- |
| 1852 | -- |
| 1853 | -- |
| 1854 | 72% |
| 1855 | 67% |
| 1856 | 76% |
| 1857 | 82% |
| 1858 | 77% |
| 1859 | 45% |
| 1860 | 73% |
| 1861 | 0% |
| 1862 | 73% |
| 1863 | -- |
| 1864 | 65% |
| 1865 | 32% |

| Câmara dos Pares | |
|-------------------------|-----------------------|
| Ano | % de presenças |
| 1865 | 75% |
| 1866 | 81% |
| 1867 | -- |
| 1868 | 27% |
| 1869 | 50% |
| 1870 | 24% |
| 1871 | 11% |
| 1872 | 85% |
| 1873 | 16% |
| 1874 | 60% |
| 1875 | 51% |
| 1876 | 81% |
| 1877 | 81% |
| 1878 | 55% |
| 1879 | 93% |
| 1880 | 4% |
| 1881 | 11% |
| 1882 | 2% |
| 1883 | 0% |
| 1884 | 73% |
| 1885 | 2% |
| 1886 | 0% |
| 1887 | 13% |

⁷²⁵ Percentagem obtida com base no número de sessões nas quais existe chamada individual dos parlamentares.

| | |
|------|-----|
| 1888 | 0% |
| 1889 | 0% |
| 1890 | 1% |
| 1891 | 24% |
| 1892 | 0% |
| 1893 | 45% |
| 1894 | -- |
| 1895 | -- |
| 1896 | 0% |

ANEXO IV – VOTAÇÕES PARLAMENTARES (1851-1858)

| LEGISLATURA DE 1851-1852 | | |
|--------------------------|---|-----------------|
| Data da votação | Tema da votação | Posição de voto |
| 15-1-1852 | Sobre a rejeição dos resultados das eleições no círculo de Vila Real. | Oposição |
| 27-2-1852 | Sobre uma moção de censura ao governo. | Governo |
| 9-3-1852 | Sobre se a Câmara tem poderes constituintes legais para reformar artigos constitucionais da Carta. | Governo |
| 29-3-1852 | Sobre a inclusão da abolição da pena de morte nos crimes políticos. | Oposição |
| 8-6-1852 | Sobre a acumulação de funções do Sr. Deputado Pestana. | Oposição |
| 23-6-1852 | Sobre a consideração do decreto de 3-12-1851 e outros decretos da ditadura como leis, até pronúncia do Parlamento. | Governo |
| 25-6-1852 | Sobre a proposta para que os decretos da ditadura não tivessem força de lei até pronúncia do Parlamento. | Governo |
| 1-7-1852 | Sobre o pedido de discussão das indemnizações do contrato do tabaco. | Governo |
| 1-7-1852 | Sobre a acumulação de funções do Sr. Deputado Francisco Xavier Correia. | - |
| 23-7-1852 | Sobre se o decreto de 3-12-1851, referente à capitalização dos juros da dívida pública, devia vigorar, no que dizia respeito ao princípio da capitalização. | Oposição |
| 23-7-1852 | Sobre a substituição ao decreto de 3-12-1851, no sentido de substituir o princípio da capitalização pelo da amortização. | Oposição |

| LEGISLATURA DE 1853-1856 | | |
|--------------------------|--|-----------------|
| Data da sessão | Tema da votação | Posição de voto |
| 10-2-1853 | Sobre a validade das eleições em Lamego. | Oposição |
| 10-2-1853 | Sobre a validade das eleições em Piães, Sanfins. | Oposição |
| 10-2-1853 | Sobre a validade das eleições em Fernelos, Sanfins. | Oposição |
| 25-4-1853 | Sobre a aprovação dos actos da ditadura saldanhista do 2º semestre de 1852. | Governo |
| 21-5-1853 | Sobre a instituição de júri no Estado da Índia. | Governo |
| 14-6-1853 | Sobre a isenção de contribuições municipais às cóngruas. | Oposição |
| 1-7-1853 | Sobre a pensão vitalícia do Conde de Penafiel. | Governo |
| 4-8-1853 | Sobre os procedimentos de uma busca feita em casa do Sr. Deputado Calheiros. | Governo |
| 18-3-1854 | Sobre a acumulação de funções de Governador Civil e Comandante Militar do Funchal. | Governo |
| 1-5-1854 | Sobre a abolição total dos morgados. | Oposição |
| 1-5-1854 | Sobre a abolição parcial dos morgados. | Governo |
| 10-5-1854 | Sobre a regulação da produção e curso legal de moedas de ouro e prata. | Governo |
| 27-6-1854 | Sobre uma subscrição pecuniária a favor do Governador Geral de Angola. | - |
| 3-7-1854 | Sobre a publicação dos nomes dos Deputados que faltassem. | - |
| 20-7-1854 | Sobre a autorização de importação de cereais estrangeiros. | Governo |

| | | |
|-----------|---|---------|
| 27-7-1854 | Sobre a abolição do contrato do sabão. | Governo |
| 17-1-1855 | Sobre a aprovação da eleição suplementar no círculo nº17 de Coimbra. | - |
| 17-1-1855 | Sobre alterações ao funcionamento da reserva do Exército. | - |
| 27-3-1855 | Sobre o despacho do ex-Governador Geral de Angola sub-Chefe do Estado Maior. | Governo |
| 27-3-1855 | Sobre as explicações do Ministério da Guerra. | Governo |
| 1-5-1855 | Sobre a criação do lugar de Presidente do Conselho de Ministros sem pasta. | - |
| 21-6-1855 | Sobre a atribuição dos valores dos contratos do tabaco e do sabão às despesas públicas. | - |
| 11-2-1856 | Sobre o não aumento dos impostos devido à situação económica. | Governo |
| 22-4-1856 | Sobre a não autorização de um empréstimo para obras públicas. | Governo |
| 22-4-1856 | Sobre o mesmo tema que a votação anterior. | Governo |
| 10-5-1856 | Sobre a aprovação de um empréstimo de obras públicas. | Governo |
| 10-5-1856 | Sobre o mesmo tema que a votação anterior. | Governo |
| 20-5-1856 | Sobre propostas apresentadas para empréstimos de obras públicas. | Governo |
| 24-5-1856 | Sobre a negociação de 3.000.000 de libras esterlinas em <i>bonds</i> de 3%. | Governo |
| 27-5-1856 | Sobre o funcionamento das negociações de empréstimos. | Governo |
| 29-5-1856 | Sobre a disponibilização dos <i>bonds</i> negociados. | Governo |
| 9-7-1856 | Sobre a negociação de um empréstimo de 1.500.000\$ para obras públicas. | Governo |
| 18-7-1856 | Sobre o acordo realizado com credores estrangeiros. | Governo |

| LEGISLATURA DE 1857-1858 | | |
|--------------------------|---|-----------------|
| Data da sessão | Tema da votação | Posição de voto |
| 3-2-1857 | Sobre a proposta do Sr. deputado legitimista Pereira da Cunha para o fim do juramento de fidelidade às instituições liberais. | Governo |
| 4-3-1857 | Sobre a anulação das eleições em Moncorvo. | Governo |
| 23-3-1857 | Sobre uma alteração ao projecto de lei de extinção do subsídio literário. | Governo |
| 31-3-1857 | Sobre uma alteração ao projecto de lei de abolição do monopólio do sabão. | Oposição |
| 31-3-1857 | Sobre a utilização do imposto de amortização das notas do banco de Lisboa num empréstimo para obras públicas. | Oposição |
| 4-4-1857 | Sobre a criação da Companhia de Crédito Móvel. | - |
| 4-4-1857 | Sobre a sanção oficial da Companhia de Crédito Móvel. | Oposição |
| 18-4-1857 | Sobre a existência de informação do mérito moral dos estudantes na Universidade. | Oposição |
| 23-5-1857 | Sobre a arrematação do monopólio do tabaco. | Oposição |
| 25-5-1857 | Sobre o mesmo tema que a votação anterior. | Oposição |
| 26-5-1857 | Sobre alterações à arrematação do monopólio do tabaco. | Oposição |
| 8-6-1857 | Sobre o mesmo tema que a votação anterior. | Oposição |

| | | |
|-----------|---|----------|
| 9-6-1857 | Sobre a presença de ministros na assistência de votações na Câmara. | - |
| 10-6-1857 | Sobre alterações à arrematação do monopólio do tabaco. | Oposição |
| 10-6-1857 | Sobre o mesmo tema que a votação anterior. | Oposição |
| 10-6-1857 | Sobre o mesmo tema que a votação anterior. | - |
| 10-6-1857 | Sobre a liberalização da cultura do tabaco nas ilhas. | - |
| 23-6-1857 | Sobre a proposta de extinção do Comando em Chefe do Exército. | - |
| 2-7-1857 | Sobre os direitos de Padroado em Pequim e Nanquim. | - |
| 18-1-1858 | Sobre as explicações do governo. | Oposição |
| 6-2-1858 | Sobre as despesas do governo e autorização de novos fundos. | Oposição |
| 17-2-1858 | Sobre a não emissão de títulos da despesa do Estado. | Oposição |
| 19-2-1858 | Sobre a abolição do Comando em Chefe do Exército. | Governo |
| 9-3-1858 | Sobre as explicações do Ministro das Obras Públicas. | Oposição |
| 17-3-1858 | Sobre as explicações do governo. | Governo |
| 17-3-1858 | Sobre procedimentos do governo. | Oposição |

ANEXO V – COMISSÕES PARLAMENTARES (1851-1896)

| Câmara dos Deputados | Anos |
|---|------------------|
| Comissão de Verificação de Poderes | 1851, 1852, 1853 |
| Comissão Administrativa da Câmara dos Deputados | 1853 |
| Comissão do Orçamento | 1853 |
| Comissão da Indústria | 1853 |
| Comissão para Revisão das Pautas das Alfândegas | 1853 |
| Comissão de Resposta ao Discurso da Coroa | 1854, 1856 |
| Comissão da Fazenda | 1854, 1856, 1861 |
| Comissão Especial para dar parecer sobre as propostas apresentadas pelo Ministro da Fazenda em 27-01-1855 | 1855 |
| Comissão para o inquérito sobre os actos da Administração do Reinado Findo | 1855 |
| Comissão Especial para analisar a proposta de se constituir no Porto um depósito de Cereais | 1855 |
| Comissão Diplomática | 1856, 1865 |
| Comissão Eleitoral | 1857 |
| Comissão Especial das Congregações Religiosas | 1862 |
| Comissão de Agricultura | 1863, 1865 |
| Comissão Especial sobre a crise alimentícia | 1865 |

| Câmara dos Pares | Anos |
|---|---|
| Comissão dos Negócios Estrangeiros | 1865, 1868, 1871, 1873, 1874, 1876, 1879, 1884 – 1887, 1893, 1894 |
| Comissão da Fazenda | 1865, 1869, 1870 – 1880, 1884 – 1887, 1893, 1894 |
| Comissão encarregada de dar parecer sobre as Cartas Régias, que nomearam Pares do Reino | 1865 |
| Comissão dos Membros que a Câmara julgar convenientes para lhe serem submetidas as contas que aqui estão sobre a Mesa | 1866 |
| Comissão Especial para a nomeação e sucessão no Pariato | 1866 |
| Comissão de cinco membros para formular e apresentar na próxima sessão legislativa um Projecto de Lei reformando esta Câmara dentro dos limites da Carta Constitucional | 1869 |
| Comissão da Agricultura | 1870, 1885 – 1887, 1889 |
| Comissão de Resposta ao Discurso da Coroa | 1872, 1878, 1879, 1897 |
| Comissão Eclesiástica | 1872, 1876, 1879 |
| Comissão da Marinha | 1874 |
| Comissão especial eleita para estudar e dar parecer sobre o Projecto de Lei Orgânica da Câmara dos Pares | 1878 |
| Comissão Especial eleita para dar parecer sobre o projecto de Lei Eleitoral | 1878 |
| Comissão de Instrução Pública | 1878 |
| Comissão Especial eleita para dar parecer sobre o projecto das reformas políticas | 1884, 1885 |
| Comissão Especial eleita para dar parecer sobre a reforma da Lei Eleitoral | 1884 |

ANEXO VI – TÍTULOS E CONDECORAÇÕES

| CONDECORAÇÕES E TÍTULOS PORTUGUESES | | |
|-------------------------------------|----------------------|---------------------|
| Grau ou título | Ordem ou instituição | Data do diploma |
| Comendador e Grã-Cruz | Ordem de Cristo | 25 de Abril de 1866 |
| Conde de Casal Ribeiro | | 7 de Junho de 1870 |
| Conselheiro de Estado | Conselho de Estado | 6 de Maio de 1872 |

| CONDECORAÇÕES ESTRANGEIRAS | | | |
|----------------------------|------------------------|---------|------------------------|
| Grau | Ordem honorífica | País | Data do diploma |
| Grã-Cruz | Alberto, o Valoroso | Saxónia | 11 de Maio de 1859 |
| Grã-Cruz | Gregório Magno de Roma | Itália | 14 de Novembro de 1860 |
| Grã-Cruz | Legião de Honra | França | 6 de Novembro de 1866 |
| Cavaleiro Grã-Cruz | Carlos III | Espanha | 28 de Novembro de 1866 |
| Grã-Cruz | Leopoldo | Bélgica | 25 de Janeiro de 1867 |
| Grã-Cruz | Rosa | Brasil | 9 de Março de 1874 |

| DIPLOMAS CIENTÍFICOS E BENEMÉRITOS PORTUGUESES | | |
|--|---|------------------------|
| Título | Instituição | Data do diploma |
| Sócio | Sociedade Archeologica Lusitana | 6 de Agosto de 1850 |
| Irmão | Irmandade do Santissimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação | 7 de Abril 1855 |
| Sócio | Associação Civilização Popular | 23 de Maio de 1863 |
| Sócio | Associação Comercial do Porto | 10 de Dezembro de 1864 |
| Sócio Honorário | Associação dos Artistas de Coimbra | 12 de Maio de 1866 |
| Sócio Correspondente | Sociedade de Geografia de Lisboa | 17 de Dezembro de 1879 |
| Sócio Correspondente | Academia das Sciencias de Lisboa | 16 de Março de 1882 |

| DIPLOMAS CIENTÍFICOS E BENEMÉRITOS ESTRANGEIROS | | | |
|---|---|---------|-------------------------|
| Título | Instituição | País | Data do diploma |
| Sócio Honorário | Sociedade Atheneu Maranhense | Brasil | 25 de Fevereiro de 1861 |
| Sócio Honorário | Associação Beneficente do Pará | Brasil | 10 de Agosto de 1863 |
| Sócio Correspondente Estrangeiro | Real Academia Española | Espanha | 24 de Dezembro de 1886 |
| Sócio | Sociedad Economica Sevillana de Amigos del País | Espanha | 18 de Janeiro de 1887 |
| Académico Correspondente | Real Academia de Jurisprudencia y Legislacion de Madrid | Espanha | 23 de Maio de 1890 |
| Correspondente | Real Academia de la Historia | Espanha | 1 de Julho de 1893 |
| Indivíduo Correspondente | Real Academia de Ciencias Morales y Políticas | Espanha | 27 de Março de 1895 |